



Revista do Mestrado e Doutorado em Estudos Linguísticos

Vitória, v.12, n.21 (2018)

Revista (Con)Textos Linguísticos
Programa de Pós-Graduação em Linguística
Departamento de Línguas e Letras
Centro de Ciências Humanas e Naturais

Av. Fernando Ferrari nº 514
Goiabeiras – Vitória - ES
CEP: 29075910
Telefax: (27) 4009-2524
www.linguistica.ufes.br
contextoslinguisticos@hotmail.com.br

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)

Revista (Con) Textos linguísticos [recurso eletrônico] / Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Linguística. – v. 12, n. 21 (2018)- . – Dados eletrônicos. – Vitória: PPCEL-UFES, 2007-
Quadrimestral.

ISSN 2317-3475

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web: <<http://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos>>

1. Linguística – Periódicos. 2. Linguística – Estudo e ensino. I. Programa de Pós-graduação em Linguística. II. Universidade Federal do Espírito Santo.

CDU: 81(05)

Ficha catalográfica elaborada por:
Saulo de Jesus Peres
CRB6 – Reg. 676/ES

Universidade Federal do Espírito Santo

Reitor: Reinaldo Centoducatte

Vice-Reitora: Ethel Leonor Noia Maciel

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Pró-Reitor: Neyval Costa Reis Junior

Centro de Ciências Humanas e Naturais

Diretor: Renato Rodrigues Neto

Vice-Diretor: Ricardo Corrêa de Araújo

Departamento de Línguas e Letras

Chefe: Alexsandro Rodrigues Meireles

Subchefe: Lucyenne Matos da Costa Vieira Machado

Programa de Pós-Graduação em Linguística

Mestrado e Doutorado em Estudos Linguísticos

Coordenador: Luciano Novaes Vidon

Coordenadora-Adjunta: Gesieny Laurett Neves Damasceno

Conselho Editorial

Alexsandro Rodrigues Meireles (UFES), Ana Cláudia Peters Salgado (UFJF), Ana Cristina Carmelino (UNIFESP), Ana Lúcia Tinoco Cabral (Universidade Cruzeiro do Sul), Ana Zandwais (UFRGS), Antônio Simões (Kansas University, EUA), Antônio Suarez Abreu (UNESP), Carla Viana Coscarelli (UFMG), Donesca Cristina Puntel Xhafaj (UFSC), Edna Maria Fernandes dos Santos Nascimento (UNESP), Erasmo D'Almeida Magalhães (USP), Eric Guy Claude Laporte (Université Paris-Est Marne-la-Vallée, França), Fernanda Mussalim (UFU), Gregory Riordan Guy (New York University), Gustavo Ximenes Cunha (Universidade Federal de Alfenas), Hylea de Camargo Vale (IBC), Isabel Roboredo Seara (Universidade Aberta de Lisboa, Portugal), Ivo Costa Rosário (UFF), Janaína Soares Alves (UNB), Janayna Bertollo Cozer Casotti (UFES), Janice Helena Chaves Marinho (UFMG), José Olímpio de Magalhães (FALE/UFMG), José Magalhães (UFU), Júlio Araújo (UFC), Juscelino Pernambuco (UNESP/UNIFRAN), Jussara Abraçado (UFF), Leonor Werneck dos Santos (UFRJ), Lilian Coutinho Yacovenco (UFES), Lúcia Helena Peyroton da Rocha (UFES), Luciana Lucente (UFAL), Luciane Corrêa Ferreira (UFMG), Luiz Antonio Ferreira (PUC/SP), Luiz Francisco Dias (UFMG), Lurdes de Castro Moutinho (Universidade de Aveiro, Portugal), Maria da Conceição Auxiliadora de Paiva (UFRJ), Maria Flavia de Figueiredo (UNIFRAN), Maria Luiza Braga (UFRJ), Maria Silvia Cintra Martins (UFSCAR), Marina Célia Mendonça (UNESP), Marina Terkourafi (University of Illinois at Urbana-Champaign, EUA), Micheline Mattedi Tomazi (UFES), Miguel Oliveira Jr. (UFAL), Pablo Arantes (UFSCar), Rebecka Campos-Astorkiza (Ohio State University, EUA), Renata Archanjo (UFRN), Ronice Müller de Quadros (UFSC), Sônia Benites (UEM), Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva (UFMG).

Comissão Editorial

Alexsandro Rodrigues Meireles (Editor-gerente), Janayna Bertollo Cozer Casotti (Editora de Seção), Gesieny Laurett Neves Damasceno (Editora de Seção), Christiane Nunes de Souza (Editora de Seção), Micheline Mattedi Tomazi (Editora de Seção).

SUMÁRIO

<u>LEIA, RIA E CURTA: O ETHOS-ESTEREOTIPADO DE DILMA ROUSSEFF NO FACEBOOK</u> Ana Cristina Carmelino, Márcio Antônio Gatti	PDF/A 8-27
<u>METALEXICOGRAFIA COMPARATIVA EM SEIS DICIONÁRIOS DE LÍNGUAS DE SINAIS DE DIFERENTES ERAS: ANÁLISE PRELIMINAR</u> Antonielle Cantarelli Martins, Fernando César Capovilla	PDF/A 28-40
<u>A PALAVRA-CHAVE CULTURA E SEUS CONTEXTOS DE USO: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO JORNALÍSTICO ONLINE</u> Daniele de Oliveira, Carlos Magno Pinheiro Barreto Júnior	PDF/A 41-60
<u>A EXPRESSÃO DA 1ª PP EM CONTEXTOS SINTÁTICOS DE COMPLEMENTAÇÃO E ADJUNÇÃO E O PROBLEMA DE AVALIAÇÃO LINGUÍSTICA EM MACEIÓ/AL</u> Elyne Giselle de Santana Lima Aguiar Vitória	PDF/A 61-77
<u>A NEGOCIAÇÃO DE SENTIDO NA INTERAÇÃO: UMA ANÁLISE DA RODA DE CONVERSA</u> Gil Roberto Costa Negreiros, Amanda Kohlrausch Frantz	PDF/A 78-97
<u>ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA DOS USOS DA PREPOSIÇÃO "A" EM JORNAIS DOS SÉCULOS XIX, XX E XXI</u> Jorge Augusto Alves da Silva, Julinara Silva Vieira	PDF/A 98-117
<u>METÁFORAS DOS REFUGIADOS NO BRASIL NA MÍDIA: UM OLHAR DA LINGUÍSTICA COGNITIVO-FUNCIONAL</u> Lúcia Maria de Assunção Barbosa, Fidel Armando Cañas	PDF/A 118-134
<u>TIPOS E FREQUÊNCIA DE INFERÊNCIAS GERADAS POR ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS NA LEITURA EM DIFERENTES SUPORTES</u> Luciane Baretta, Juliana Schinemann	PDF/A 135-154
<u>FIGURAS DE RETÓRICA EM UM TEXTO MULTIMODAL: A RELAÇÃO CENA-TRILHA SONORA EM RELATOS SELVAGENS</u> Maria Flávia Figueiredo, Valmir Ferreira dos Santos Junior	PDF/A 155-173
<u>UM ENCONTRO SEMIOLINGUÍSTICO E SEMIÓTICO: VERBO-VISUALIDADE E PATEMIZAÇÃO NO DISCURSO PUBLICITÁRIO</u> Rosane Santos Mauro Monnerat, Camila de Oliveira Groppo Lourenço Lima	PDF/A 174-193

APRESENTAÇÃO

É com prazer que publicamos mais um número da Revista (Con)textos Linguísticos. Com ele, além de promovermos o intercâmbio de pesquisadores e de novas ideias, em nível estadual, nacional e internacional, estamos consolidando o papel do Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGEL – em fomentar a pesquisa linguística no Espírito Santo.

Compõem esta edição dez artigos de autoria de pesquisadores de diferentes universidades brasileiras: Ana Cristina Carmelino (UNIFESP), Márcio Antônio Gatti (UFSCAR), Antonielle Cantarelli Martins (UFPEL), Fernando Cesar Capovilla (USP), Daniele de Oliveira (UFBA), Carlos Magno Pinheiro Barreto Junior (UFBA), Elyne Giselle de Santana Lima Aguiar Vitória (UFAL), Gil Negreiros (UFSM), Amanda Kohlrausch Frantz (UFSM), Jorge Augusto Alves da Silva (UESB), Julinara Silva Vieira (UESB), Lúcia Maria de Assunção Barbosa (UNB), Fidel Armando Cañas Chávez (UFSCAR), Luciane Baretta (UNICENTRO), Juliana Schinemann (UNICENTRO), Maria Flávia Figueiredo (UNIFRAN), Valmir Ferreira dos Santos Junior (UNIFRAN), Rosane Santos Mauro Monnerat (UFF) e Camila de Oliveira Groppo Lourenço Lima (UFF).

“Leia, ria e curta: o ethos-estereotipado de Dilma Rousseff no Facebook”, de Ana Cristina Carmelino e Márcio Antônio Gatti, aborda as tensões estabelecidas entre diferentes ethé de Dilma Rousseff, presidente que governou o Brasil de 2011 a maio de 2016, em algumas postagens bem-humoradas feitas em seu perfil na rede social Facebook. Recorrendo aos conceitos de estereótipo e ethos, busca-se verificar a hipótese de existência de um ethos-estereotipado.

“Metalexigrafia comparativa em seis dicionários de línguas de sinais de diferentes eras: análise preliminar”, de Antonielle Cantarelli Martins e Fernando Cesar Capovilla compara as estratégias lexicográficas usadas em seis dicionários clássicos, três dos quais da Língua de Sinais Brasileira (Libras) e os outros três da Língua de Sinais Americana.

“A palavra-chave cultura e seus contextos de uso: uma proposta de Análise Crítica do discurso jornalístico online, de Daniele de Oliveira e Carlos Magno Pinheiro Barreto Júnior, trata da comodificação dos discursos sobre cultura, por meio da análise textos publicados no site do jornal baiano Correio. Com o aporte teórico da Análise Crítica do Discurso, busca-se refletir sobre o contexto de uso da palavra-chave cultura e sua relação com o carnaval de Salvador.

“A expressão da 1PP em contextos sintáticos de complementação e adjunção e o problema de avaliação linguística em Maceió/AL, de Elyne Giselle de Santana Lima Aguiar Vitória, mensura as normas subjetivas dos falantes maceioenses em relação à expressão da 1PP em contextos sintáticos de complementação e adjunção, tomando por base o contexto situacional – informal e formal.

“A negociação de sentido na interação: uma análise da Roda de Conversa”, de Gil Roberto Costa Negreiros e Amanda Kohlrausch Frantz, analisa as negociações de sentido que se estabelecem entre mediadores e participantes do projeto Roda de Conversa de Português Língua Estrangeira (PLE). Com o aporte teórico da Análise da Conversação, analisam-se dois momentos da interação entre estudantes intercambistas e professores em formação.

“Análise sócio-histórica dos usos da preposição “a” em jornais dos séculos XIX, XX e XXI”, de Jorge Augusto Alves da Silva e Julinara Silva Vieira, investiga que valores a preposição a passou a assumir na Língua Portuguesa, partindo das gramáticas históricas e prescritivas às gramáticas de uso.

“Metáforas dos refugiados no Brasil na mídia: um olhar da linguística cognitivo-funcional”, de e Lúcia Maria de Assunção Barbosa e Fidel Armando Cañas, apresenta a análise de notícias dos anos 2014 e 2015 sobre os refugiados no Brasil, com vistas a verificar quais metáforas sobre os imigrantes em situação de refúgio são acionadas na interação com os internautas e como esse grupo específico é retratado pela mídia.

“Tipos e frequência de inferências geradas por estudantes universitários na leitura em diferentes suportes”, de Luciane Baretta e Juliana Schinemann, aborda o processo de geração de inferências na leitura de dois textos em inglês como segunda língua (L2): um em papel e o outro em tela digital. Respalhando-se no modelo de categorização de inferências, investigam-se possíveis diferenças quanto aos tipos e à frequência de inferências geradas.

“Figuras de retórica em um texto multimodal: a relação cena-trilha sonora em relatos selvagens”, de Maria Flávia Figueiredo e Valmir Ferreira dos Santos Junior, analisa um texto multimodal fílmico, a trilha sonora do sexto episódio do filme argentino “Relatos Selvagens (2014), Até que a morte nos separe”. Considerando conceitos da teoria musical e da Retórica, evidencia-se a relação entre a trilha sonora e as cenas do filme.

“Um encontro semiolinguístico e semiótico: verbo-visualidade e patemização no discurso publicitário”, de Rosane Santos Mauro Monnerat e Camila de Oliveira Groppo Lourenço Lima, analisa os efeitos patêmicos em anúncio publicitário e também a relação entre o verbal e o imagético na construção de sentidos do texto, recorrendo, para isso, à Teoria Semiolinguística e aos conceitos da Semiótica Peirceana.

Esperamos que a leitura desses trabalhos amplie nossos conhecimentos, possibilite uma ampla discussão acadêmica e uma boa reflexão sobre a estrutura das línguas naturais e o processamento da linguagem humana.

A Comissão Organizadora

LEIA, RIA E CURTA: O *ETHOS*-ESTEREOTIPADO DE DILMA ROUSSEFF NO FACEBOOK

Ana Cristina Carmelino¹
Márcio Antônio Gatti²

Resumo: Este artigo tem como objetivo principal tratar das tensões estabelecidas entre diferentes *ethé* de Dilma Rousseff, presidente que governou o Brasil de 2011 a maio de 2016, em algumas postagens bem-humoradas feitas em seu perfil na rede social Facebook. O *corpus* de análise consiste em cinco postagens publicadas entre janeiro e setembro de 2015. A discussão teórica se ancora especialmente nos conceitos de estereótipo e *ethos*, formulados pela Análise de Discurso desenvolvida na França. Levando em conta as relações que podem ser estabelecidas entre as duas noções teóricas (estereótipo e *ethos* – dito, mostrado e prévio), consideramos a hipótese de que, no campo do humor, o *ethos* tende a ser construído de maneira estereotipada, o que levaria a existência de um *ethos*-estereotipado: uma representação em que traços demasiadamente assinalados são capazes de gerar comicidade. Esta é a principal imagem edificada para Dilma Rousseff nas postagens bem-humoradas analisadas.

Palavras-chave: *Ethos*-estereotipado. Humor. Facebook. Dilma Rousseff. Análise do Discurso.

Abstract: This paper has as main aim to deal with tensions established in different Dilma Rousseff's *ethé*, president that governed Brazil from 2011 to May of 2016, in some humorous posts made in her social network Facebook profile. The corpus of analysis consists of five posts published between January and September 2015. The theoretical discussion is anchored especially in the concepts of stereotype and *ethos* formulated by the Discourse Analysis developed in France. Taking into account the relations that can be established between the two theoretical notions (stereotype and *ethos* - said, shown and previous), we consider the hypothesis that, in the field of humor, *ethos* tends to be constructed in a stereotyped way, which would lead the existence of a stereotyped-*ethos*: a representation in which traces so much marked are able to generate comicity. This is the main image built for Dilma Rousseff in the humorous posts analyzed.

Keywords: Stereotyped-*ethos*. Humor. Facebook. Dilma Rousseff. Discourse Analysis.

Estereótipo, *ethos* e *ethos*-estereotipado

¹ Professora adjunta do Departamento de Letras da Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, São Paulo, Brasil, e docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil. anacriscarmelino@gmail.com

² Docente do Departamento de Ciências Humanas e Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - Campus Sorocaba - SP, Brasil. maggatti@ufscar.br



Figura 1 - Sapo Brothers, de Rafael B. Dourado (23/11/2011)

Fonte - Disponível em: DOURADO, R. B. Sapo Brothers. Disponível em: <<http://blog.sapobrothers.net/2011/10/atrasado-para-a-prova-do-enem/>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

A tira cômica em epígrafe, de Rafael B. Dourado, brinca com um estereótipo comum ao brasileiro: o que diz que eles sempre estão atrasados. Nela, um dos personagens (o sapo mostrado no primeiro quadro à esquerda) estaria, de tão atrasado, deslocado, pois, faltando três horas para a prova do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), nem sequer teria feito a inscrição para o exame.

O humor, típico nesse tipo de texto³, pode ser visto na forma bastante exagerada de retratar um hábito supostamente comum no Brasil: o de atrasar ou de deixar tudo para a última hora. Nesse sentido, podemos dizer que a produção do humor relaciona-se ao traço estereotípico ressaltado e seu efeito de sentido depende, sobretudo, de uma memória sobre o comportamento dos brasileiros, sobre uma atitude que faz parte do cotidiano desse país⁴.

Os estereótipos são comumente definidos como “representações cristalizadas, esquemas culturais preexistentes, através dos quais cada um filtra a realidade que o envolve” (AMOSSY; HERSCHBERG-PIERROT, 2001, p. 32). Trata-se de uma imagem coletiva, simplificada e rígida de algo (pessoa, grupo, assunto), que resulta – a partir de um processo que recorta ou categoriza o real – de expectativas, hábitos de julgamento ou generalizações recorrentes na sociedade.

As reflexões sobre a função social do estereótipo e a sua veiculação nos discursos criam em torno do termo uma ambivalência constitutiva, que o leva a ser visto, na contemporaneidade, de dois modos distintos: um positivo, que o vincula à ideia de coesão e identidade social (quando há categorização valorativa, rápida e fácil de grupos sociais); e

³ As tiras cômicas, em geral, caracterizam-se por apresentar um ou mais quadros, consistem em uma narrativa tendencialmente curta, com desfecho inesperado e personagem fixo ou não (cf. RAMOS, 2010; CARMELINO, 2014).

⁴ Uma pesquisa realizada em 2012 pela empresa Triad Productivity Solutions, especialista em produtividade, revelou que 97,4% da população brasileira tem o hábito de deixar para depois alguma atividade do cotidiano (PIRES, 2012).

outro negativo, que o relaciona ao erro e ao preconceito (AMOSSY; HERSCHBERG-PIERROT, 2001).

A Análise do Discurso, nas suas diversas tendências, dedicou-se pouco à categoria de estereótipo, mas instaurou um quadro teórico favorável a seu estudo, na medida em que apresenta conceitos que podem ser relacionados ao fenômeno da estereotipia. O *ethos* é um destes que, já há algum tempo, se configurou como relevante nos estudos discursivos (AMOSSY, 2005; MAINGUENEAU, 1997, 1998, 2006a, 2006b, 2010; MOTTA; SALGADO, 2008).

Na Análise do Discurso construída na França, Dominique Maingueneau foi quem desenvolveu mais profundamente o conceito de *ethos* discursivo, afastando-o da noção da retórica clássica e associando-o ao enunciador de um determinado discurso. Para o autor, “todo discurso oral ou escrito supõe um *ethos*: implica certa representação do corpo de seu responsável, do enunciador que se responsabiliza por ele” (MAINGUENEAU, 1998, p. 60).

O *ethos*, segundo Maingueneau (1998, 2008), está vinculado ao exercício da palavra (deixa-se conhecer por índices linguísticos materializados na textualidade), é constitutivo da enunciação e corresponde ao sujeito enunciativo. A esse sujeito, que assume o papel de fiador, atribuem-se um caráter (um conjunto de traços psicológicos) e uma corporalidade (conjunto de traços físicos e indumentários). Caráter e corporalidade não se dissociam e podem se apoiar em “estereótipos valorizados ou desvalorizados na coletividade, em que se produz a enunciação” (1998, p. 60).

A teoria desenvolvida pelo analista do discurso implica que “o *que* é dito e o *tom* com que é dito são igualmente importantes e inseparáveis” (MAINGUENEAU, 1997, p. 46 – grifos do autor). Na vocalidade específica de um determinado texto, o destinatário associa os diversos tons que dela relevam uma corporalidade. Trata-se, pois, da figura do fiador de um determinado discurso. Nessa relação intrínseca com o dito, o tom e a corporalidade do enunciador fiam esse mesmo dito compondo o seu *ethos* específico e efetivo.

Maingueneau (2008) ainda adverte que não se pode ignorar o fato de que o público constrói representações do *ethos* do enunciador antes mesmo que ele fale. Nesse caso, tem-se o que o autor chamou de *ethos* pré-discursivo (ou *ethos* prévio). Assim, mesmo não conhecendo antecipadamente nada sobre o enunciador, é possível criar expectativas sobre ele, baseando-se em seu posicionamento ideológico ou no gênero discursivo a que o texto pertence.

Do exposto, convém salientar que: (i) a configuração do *ethos* é dada não por um modo evidente ou mesmo voluntário de apresentação de si no discurso, mas pela relação entre os diversos *ethé*⁵ que compõem o *ethos* efetivo do enunciador; (ii) há uma complexa relação entre os *ethé* dito, mostrado e prévio do enunciador do texto, os quais se amparam, muitas, vezes, nos diversos estereótipos que circulam numa determinada sociedade.

Retomando a tira cômica (Figura 1), observa-se que ela constrói para o aspirante a candidato do ENEM (um brasileiro) um *ethos* que se ancora no estereótipo ou na representação prévia (*ethos* prévio) “daquele que se atrasa muito”. Essa imagem discursiva é garantida por índices linguísticos e imagéticos que estão presentes na materialidade do texto. O tom da enunciação, que é, ao mesmo tempo, de lamentação (espanto) e de certeza, é dado explicitamente pelo próprio brasileiro, que, olhando para o relógio, com semblante de desespero, evidenciado pelo traço específico dos olhos e boca, bem como pela rapidez com que caminha, diz “Caramba... estou atrasado pra prova do ENEM! (...) É que eu ainda não fiz nem a inscrição!”.

O tom e a declaração servem tanto para reforçar o *ethos* do brasileiro lento/atrasado (acomodado, que tem a mania de deixar tudo para a última hora e adiar uma ação), quanto para dar legitimidade a ele. Afinal, quem mais poderia conhecer a sua real situação (sequer fez a inscrição para o exame) e as implicações da procrastinação se não o próprio brasileiro aspirante a candidato do ENEM? Nesse caso, portanto, o sujeito enunciativo coloca-se como fiador, responsável pelo que diz.

As considerações tecidas até aqui sobre estereótipo e *ethos* nos levam a defender a hipótese de que, especialmente no discurso humorístico, o *ethos* tende a ser mostrado de forma estereotipada. Isso nos faz pensar na existência de um *ethos*-estereotipado. Nele, as marcas estereotípicas exageradamente assinaladas levariam à produção de uma imagem/representação-rotulada, que, aliada a outros recursos (linguísticos ou não), muitas vezes, é a causa do riso.

Partindo dessas reflexões, especialmente no que concerne à relação entre estereótipos e *ethé* (dito, mostrado e prévio), este artigo busca tratar das tensões estabelecidas entre *ethos*-estereotipado e *ethos* efetivo de Dilma Rousseff, presidente que governou o Brasil de 2011 a maio de 2016, em algumas postagens bem-humoradas feitas em seu perfil na rede social Facebook. O objetivo principal consiste em mostrar o contraste entre os diferentes *ethé*

⁵ A expressão grega remete ao plural de *ethos*.

construídos pela/para a presidente nessas postagens e os que, em geral (no Facebook ou não), se construíram ou circula(ra)m sobre ela.

Para isso, selecionamos do perfil de Dilma Rousseff cinco postagens publicadas entre janeiro e setembro de 2015. Uma delas (Figura 2) foi escolhida aleatoriamente para ilustrar o tom recorrente dos textos veiculados pelo perfil de ex-presidente na citada rede social. As demais (Figuras 3 a 6) foram selecionadas pelo fato de constituírem a exceção, ou seja, enunciados bem-humorados, que *a priori* parecem romper com o tom recorrente. Em geral, essas postagens, além de desviarem de um determinado padrão, apropriam-se de temas ligados à educação superior, em especial, programas do governo voltados à seleção e inserção de estudantes nas faculdades e universidades do país.

O perfil de Dilma Rousseff no Facebook

Lançado em 2004 nos Estados Unidos, o Facebook tornou-se a maior rede social do mundo (STATISTA, 2015)⁶. Como toda *site* de relacionamento, ele congrega pessoas e se estrutura em torno de perfis de usuário, ou seja, pessoas criam representações virtuais para si mesmas, nas quais acrescentam informações a seu respeito (de caráter pessoal e profissional), postam mensagens e textos de várias naturezas, como vídeos, fotos, notícias.

Em termos da apresentação de si, ainda que os perfis sejam virtuais, no Facebook “as pessoas são mais propensas a participar como alguém mais próximo de seu eu *offline*. Esperam-se nomes reais” (BARTON; LEE, 2015, p. 96). Na interface, as postagens de qualquer perfil trazem a possibilidade do acréscimo de comentários, de compartilhamento da informação e do ato de “curtir”. Tais ações transformam os destinatários, amigos em rede, em enunciadorees (CARVALHO; KRAMER, 2013).

No Brasil, além do Facebook, outras redes sociais se popularizaram e passaram a desempenhar relevante papel no cotidiano da política nacional. Assim, Twitter, Facebook, Google+, WhatsApp, Instagram etc. além de funcionarem como ferramentas de divulgação e instrumentos de comunicação, tendem a incorporar cada vez mais funções no intrincado jogo político brasileiro, servindo como palcos de posicionamentos políticos diversos.

No caso do Facebook, diversos ocupantes de cargos públicos eletivos, como governadores, prefeitos, deputados, sustentam um perfil público na rede social. Não diferentemente, Dilma Rousseff também mantinha um perfil nessa rede. Nele, publicavam-se

⁶ STATISTA. *The Statistics Portal*. Disponível em: <<http://www.statista.com/statistics/272014/global-social-networks-ranked-by-number-of-users/>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

ações do governo, lembravam-se datas de inscrições em programas governamentais, comunicavam-se resultados de processos de seleção públicos, divulgavam-se notícias sobre o governo, como:



Figura 2 – Postagem 1 no Facebook de Dilma Rousseff (16/09/2015)

Fonte: ROUSSEFF, D. Facebook, 16 set. 2015. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/SiteDilmaRousseff?fref=ts>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

Legenda: “PRIORIDADE. Durante entrega de moradias que vão beneficiar mais de 10 mil pessoas, em Presidente Prudente, Dilma afirmou que todo o esforço que o governo está fazendo para cortar despesas é para que o #MinhaCasasMinhaVida3 possa ser contratado e entregue. “Nós vamos começar com cuidado, mas vamos começar,” disse. Saiba mais no link!”

“Não há hipótese de a gente não continuar o Minha Casa Minha Vida 3, garante a presidenta”

As postagens do/no perfil de Dilma Rousseff priorizavam a divulgação das ações do governo federal. O tom normalmente era sério, condizente, assim, com o cargo público de relevância ocupado à época. No exemplo em questão, a presidente participava da entrega de moradias em Presidente Prudente, cidade que fica no interior do estado de São Paulo. A ação, que fazia parte do programa “Minha Casa Minha Vida”, permitia aos brasileiros de baixa renda comprarem sua casa própria.

Embora predominantemente sérias, havia algumas postagens em que o tom passava de sóbrio a cômico. Isso ocorria, em geral, quando o tema era educação ou, mais propriamente, ações do governo federal no âmbito da educação. Como exemplos, podemos citar ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio, mencionado anteriormente), PROUNI (Programa

Universidade para Todos), FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) e SISU (Sistema de Seleção Unificada).

Na verdade, encontramos um único caso de postagem bem-humorada cujo tema não era alguma ação educacional do governo, mas o trânsito. Tratava-se de uma postagem do Ministério dos Transportes compartilhada pelo perfil de Dilma no dia 24 de julho de 2015 e que usava como estrutura básica para o humor uma espécie de adivinha: “Sabe o que o celular disse para o carro? Nada, ele estava no silencioso”. Na sequência, vinha o enunciado de advertência: “Não use o celular enquanto dirige: risco de morte”.

Antes, porém, de tratarmos das postagens bem-humoradas que perpassaram o perfil do Facebook de Dilma Rousseff e de suas implicações na constituição dos *ethé* da então presidente, foco deste artigo, convém dois esclarecimentos importantes. O primeiro deles é que não estamos nos referindo ao perfil da personagem fictícia Dilma Bolada, cujo foco prioritário era humor. Este, no caso, não tinha relação direta com o governo federal brasileiro.

O segundo esclarecimento é que, embora as postagens tenham sido produzidas e veiculadas no perfil da então presidente, não estamos afirmando que era ela própria quem as fazia. Sabemos que as novas mídias digitais oferecem diferentes oportunidades para as pessoas documentarem e exibirem suas vidas cotidianas. Nesse processo, é possível tanto compartilhar “informações *online* de uma maneira ‘publicamente privada’, isto é, a identidade de quem posta o conteúdo é revelada, mas o acesso ao conteúdo postado é relativamente controlado”, quanto fazer o oposto, exibir “um comportamento ‘privadamente público’, postando conteúdo publicamente aceitável, sem deixar que os outros saibam quem está postando” (BARTON; LEE, 2015, p. 94).

O perfil de Dilma Rousseff no Facebook, na época, parecia se enquadrar perfeitamente no segundo caso. O fato provável de não ser a presidente quem postava não significa, no entanto, que as postagens não revelem imagens dela, ou seja, estereótipos e *ethé* construídos por/para ela. Afinal, o nome dela no perfil é o indício principal de que ela seja a fiadora das informações. Misturam-se, conforme veremos, representações da vida real da então presidente com sua atuação social. Nesse sentido, estereótipos e *ethos online* não dizem respeito somente a quem as pessoas são/foram, mas a como as pessoas se mostra(ra)m para os outros e a como os outros as veem/viram.

Dilma Rousseff: entre o *ethos* efetivo e o *ethos*-estereotipado

As postagens bem-humoradas oferecem uma construção do *ethos* efetivo da enunciadora Dilma Rousseff num intrincado jogo de *ethé*. Há, assim, diversas imagens que dialogam entre si, desde imagens relacionadas com o *ethos*-estereotipado da presidente à época até aquelas que foram construídas no momento mesmo da enunciação.

No que tange ao *ethos* prévio de Rousseff, defendemos que ele se baseia em imagens já cristalizadas de si, portanto, alçadas à condição de estereótipos. Isso se deve, muito possivelmente, ao fato de que desde o início do governo de Luís Inácio Lula da Silva (presidente do Brasil de 2003 a 2010 e que pertencia ao mesmo partido de Dilma), Dilma Rousseff esteve presente na cena política nacional, primeiramente como ministra de Minas e Energia, depois como ministra da Casa Civil e, em 2010, eleita para ocupar a Presidência da República. Essa longevidade em cargos públicos importantes e em evidência fez com que as imagens veiculadas pela mídia que se fizessem de si fossem pouco a pouco cristalizadas, transformando o seu *ethos* prévio em estereotipado. Dessa forma, as análises das postagens mostram que há ao menos três tipos de imagens que estão em relação tensa nos enunciados/postagens.

O primeiro deles é aquele relacionado com as imagens provenientes do *ethos*-estereotipado (uma representação coletiva e simplificada que, geralmente, se pauta em traços exageradamente assinalados) da ex-presidente. No Brasil, configuraram-se como estereótipos da mandatária à época imagens bastante díspares entre si, originárias, provavelmente, de discursos antagônicos⁷. As imagens mais depreciativas a associavam à incompetência e à falta de traquejo para o jogo político. Outras, à sisudez e à seriedade. O segundo tipo de imagens (aquele em que há, na própria enunciação, indícios de um alinhamento com o *ethos*-estereotipado) e o terceiro (aquele em que há mais claramente uma tensão com o *ethos*-estereotipado) relacionavam-se diretamente com a própria configuração das postagens no Facebook.

Em termos de disposição de dados, as postagens podem tanto conter apenas textos verbais quanto imagens, vídeos, *links*. Esses dois momentos, por assim dizer, da composição da postagem marcam justamente a maneira como, em geral, dá-se a apropriação da escrita multimodal nessa rede social. Há, por um lado, o comentário inicial e, por outro, uma segunda parte, em que o usuário insere fotos, desenhos de arquivos pessoais, conteúdos de outras páginas virtuais, vídeos.

⁷ A cena política brasileira, desde 2002, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito, apresenta um inusitado binarismo, entre aqueles que defendem o Partido dos Trabalhadores (partido de Lula e Dilma Rousseff) e aqueles que o odeiam. Desse binarismo, vários estereótipos dos representantes desse partido foram se configurando enquanto tal.

A primeira parte, comumente, é de autoria do “dono” do perfil, sendo o espaço “concedido” pelo Facebook ao usuário para que escreva aos seus amigos virtuais ou para que introduza ou diga algo sobre a segunda parte. Nesta (que é uma publicação institucional), muitas vezes, a autoria não é do usuário que a compartilha. Nas postagens bem-humoradas do/no perfil de Dilma Rousseff, o comentário inicial revela tanto imagens próximas do *ethos*-estereotipado quanto imagens que, de alguma forma, dissociam-se dele. No caso da segunda parte das postagens, há, basicamente, imagens que se distanciam do *ethos*-estereotipado.

Em geral, a segunda parte das postagens, aparentemente, desconstrói aspectos do *ethos* estabelecido pela primeira parte, supostamente projetado pela própria Dilma Rousseff. Isso porque, evocadas pelo texto introdutório da presidente à época, eram recorrentes nas postagens, imagens de preocupada, informante, interessada em divulgar dados sobre os exames e programas ligados à educação no Brasil (o que reforçaria o *ethos* prévio e estereotipado de séria/sisuda). Tais imagens, porém, são geralmente desconstruídas pelo restante do texto que, de forma bem-humorada, desvela imagens outras: de incompetente⁸, que vê o brasileiro como aquele que deixa tudo para última hora e impaciente. Um desses casos é a seguinte postagem:

⁸ Defendemos que esta imagem é também, como a da seriedade/sisudez, parte daquelas que compuseram o *ethos*-estereotipado de Dilma Rousseff, mas que é originária de discursos antagônicos àqueles que puseram a circular a sisudez/seriedade como atributos da presidente. Por motivos claros, essa imagem pouco aparecia nas postagens analisadas, mas *in absentia* ela rivalizava e, de alguma forma, se impunha naqueles enunciados em que predominaram imagens estereotipadas mais benevolentes da enunciadora, isso porque, como poderá ser observado, há uma necessidade de mostrar, em praticamente todas as postagens, que se era eficiente, capaz, séria.



Figura 3 – Postagem 2 no Facebook de Dilma Rousseff (13/01/2015)

Fonte: ROUSSEFF, D. Facebook, 13 jan. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/SiteDilmaRousseff>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

Legenda: “CALMA, GENTE! Já já sai. ;D”

“10 candidatos que não aguentaram esperar o resultado do Enem

Segundo o Inep, notas individuais serão publicadas nesta terça-feira, mas horário não foi divulgado”

O exemplo foi um compartilhamento de uma notícia publicada no *Correio Braziliense*, jornal que circula no Distrito Federal. Tal notícia⁹ fazia referência ao atraso da divulgação do resultado da prova do ENEM e principalmente à reação dos candidatos a esse atraso. A notícia mostrava que muitos dos candidatos, ansiosos pela divulgação dos resultados, utilizaram o Twitter para desabafar e reclamar da demora.

A parte inicial da postagem, ou seja, a mensagem verbal breve e informal, que se aproxima de falas cotidianas (“CALMA GENTE! Já já sai. ;D”), constitui traços materiais e discursivos na produção de um *ethos* de pessoa comum (não de presidente) e que está a par dos padrões de escrita da Internet. O tom pacífico, de tranquilidade, parece de quem quer abrandar uma situação-problema. Dado que revela, de certa forma, o traço incompetência, comum em seu *ethos*-estereotipado. Na contraparte, o mesmo texto sugere que Dilma Rousseff mostra o brasileiro como impaciente.

⁹ As informações podem ser conferidas em: CUNHA, T., 10 candidatos que não aguentaram esperar o resultado do Enem, *Correio Braziliense*, 13 jan. 2015. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2015/01/13/internas_polbraeco,466065/10-candidatos-que-nao-aguentaram-esperar-o-resultado-do-enem.shtml>. Acesso em: 5 jan. 2018.

A imagem (fotos que indicam duas cenas sequenciais) peculiar que aparece na postagem circulou, junto de outras, pela Internet e redes sociais como uma recriação de uma foto de infância¹⁰. As fotos mostram pai e filho numa mesma posição num intervalo de vários anos e, no contexto específico da postagem, indicam que aqueles que estavam esperando pelo resultado do exame, já o faziam há muito tempo.

O humor presente nessa postagem deve-se ao recurso do exagero, o qual pode ser visto pela comparação entre as duas fotos: o bebê no colo do pai (foto 1) torna-se um homem com barba (foto 2). A encenação busca intensificar demasiadamente o tempo de espera dos brasileiros pelo resultado do ENEM. É também o exagero o mecanismo responsável pela construção do tom crítico que se observa quanto à lentidão do sistema nesse processo.

Nas várias postagens bem-humoradas do Facebook de Dilma Rousseff, que versaram sobre educação, pelo menos em sua primeira parte, o *ethos*-estereotipado de séria e sisuda da então presidente parecia prevalecer. São as imagens de informante e preocupada, observadas tanto pela divulgação de dados sobre os programas ligados à educação no Brasil (FIES e PROUNI), quanto pela lembrança de datas, que contribuem para a efetivação desse *ethos*.

Assim, nos exemplos a seguir (Figuras 4, 5 e 6), as imagens, de alguma forma, são invertidas se pensadas em relação à Figura 3. Por outro lado, o traço básico e estereotipado ressaltado do brasileiro é o mesmo mostrado na tira cômica (Figura 1) e a imagem de Dilma não é mais aquela de pessoa comum. Vejamos o exemplo que segue:

¹⁰ As informações podem ser conferidas em: DUARTE, T. L. *Antes e depois – 30 fotos criativas de recriação da infância*. Disponível em: <<http://yogui.co/antes-e-depois-30-fotos-criativas-de-recriacao-da-infancia/>>. Acesso em: 5 jan. 2018.



Figura 4 – Postagem 3 no Facebook de Dilma Rousseff (03/08/2015)

Fonte: ROUSSEFF, D. Facebook, 3 ago 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/SiteDilmaRousseff>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

Legenda: “NÃO DEIXE PARA A ÚLTIMA HORA. Estão abertas as inscrições para novos contratos do #Fies. O prazo se encerra no dia 06. Não fique de fora! <http://fiesselecao.mec.gov.br>”
 “Não espere o pânico bater. Inscrições *FIES 2015* de 3 a 6 de agosto”

Nesse caso, vários são os índices que conferem à Dilma Rousseff a imagem de informante preocupada: a postagem ter sido feita exatamente na data em que foram abertas as inscrições para novos contratos do FIES (ou seja, 03/08/2015); o tom de ressalva, que emana do enunciado verbal em letras maiúsculas “NÃO DEIXE PARA A ÚLTIMA HORA”; o tom de incentivo veiculado no enunciado “Não fique de fora!”; e informações sobre o prazo em que se encerram as inscrições e o endereço do *site* em que os cadastros podem ser feitos.

Se por um lado esses dados são capazes de reiterar o *ethos*-estereotipado de séria (a partir da dedicação) de Dilma, por outro, eles robustecem o estereótipo do brasileiro como aquele que deixa tudo para a última hora. Tal estereótipo já foi mostrado na tira que inicia este texto (Figura 1). Tanto o enunciado “NÃO DEIXE PARA A ÚLTIMA HORA”, que certamente se dirige a um cidadão com o hábito de proceder dessa forma (atrasar e perder prazos), quanto os *emojis*, elementos visuais (como as “carinhas”) que compõem a postagem, corroboram essa representação do brasileiro.

De origem japonesa, os *emojis* (espécie de *emoticon* – ícone que representa alguma ideia ou emoção) consistem em pequenas imagens diversificadas (como rostos expressivos), organizadas em um formato semelhante ao de um alfabeto ou de um teclado, que podem ser

usadas nas trocas de mensagens para traduzir um momento ou um sentimento. Além de substituir palavras, outra função comum a esses símbolos é a de produzir humor (cf. JONES, 2007). Caso do exemplo em questão, no qual os *emojis* mostram, de forma bem-humorada, as possíveis expressões do brasileiro mudando conforme se aproxima o término do prazo para as inscrições para o FIES.

Em cada um dos quatro dias destinados às inscrições (de 03 a 06/08/2015), as carinhas apresentam uma feição. Considerando do maior ao menor prazo, elas sugerem, respectivamente: tranquilidade (expressão de feliz no dia 03), preocupação (semblante de triste no dia 04), desespero (aspecto de aflito no dia 05) e pânico (fisionomia transfigurada, revelando horror no dia 06).

Partindo da memória discursiva sobre a forma de proceder dos brasileiros quanto aos prazos, os *emojis* não apenas colocam em evidência, em tom de brincadeira, esse comportamento, como também buscam alertar para que ele não se repita. O enunciado “não espere o pânico bater” confirma isso.

O *ethos* construído para Dilma Rousseff que acabamos de ver e os estereótipos de brasileiros (nesse caso, representados pelos estudantes), no exemplo da Figura 4, se reprisam nas outras duas postagens, pelo menos se considerados os enunciados verbais escritos que as que introduzem. Vejamos:



Figura 5 – Postagem 4 no Facebook de Dilma Rousseff (25/02/2015)
Fonte: ROUSSEFF, D. Facebook, 25 fev. 2015. Disponível em:
<<https://www.facebook.com/SiteDilmaRousseff>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

Legenda: “MAIS OPORTUNIDADES. Começam hoje as inscrições para novos contratos do #Fies, programa do Ministério da Educação que financia o curso superior de estudantes matriculados em instituições privadas. Não fique de fora! <http://sisfiesportal.mec.gov.br/>”
“ATENÇÃO. INSCRIÇÕES DO FIES ATÉ 30/04”



Figura 6 – Postagem 5 no Facebook de Dilma Rousseff (19/02/2015)

Fonte: ROUSSEFF, D. Facebook, 19 fev. 2015. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/SiteDilmaRousseff>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

Legenda: “FIQUE ATENTO. A segunda chamada do Programa Universidade para Todos (#Prouni) foi divulgada hoje (19). Não perca o prazo, os candidatos pré-selecionados devem comparecer à instituição de ensino até o dia 24. Nesta edição foram ofertadas mais de 213 mil bolsas. Confira o resultado:

<http://goo.gl/OFV3Vi>”

“In Brazilian Portuguese we don't say “não posso pagar a faculdade”, we say “passei no ProUni!” and I think that's beautiful”

Em ambos os exemplos, a imagem de informante preocupada da presidente à época pode ser depreendida a partir de enunciados que buscam informar e alertar os brasileiros quanto a programas do governo e prazos. Ressalte-se que o cuidado de as postagens serem feitas na mesma data em que as inscrições desses programas são abertas aos estudantes (se não imediatamente) busca corroborar o *ethos* de séria de Dilma, bem como instaurar outro: o de eficiente.

A postagem da Figura 5, assim como vimos em 4, também divulga inscrições para o FIES, porém num momento anterior àquele (25/02/2015). Nela, Dilma Rousseff chama a atenção para novas inscrições abertas (“novas oportunidades”) ao Fundo e para a data de início do cadastro. Além disso, ela explicita a função do programa (“financia curso superior

de estudantes matriculados em instituições privadas”) e indica o *site* a ser consultado no caso de interesse (“<http://sisfiesportal.mec.gov.br/>”).

Já a postagem da Figura 6 refere-se à divulgação da segunda chamada do PROUNI (Programa Universidade para Todos). Nesse caso, destacam-se a data da publicação da chamada, as orientações de como os candidatos devem proceder (“comparecer à instituição de ensino”) e o prazo para isso, a quantidade de bolsas de estudo ofertadas pelo governo (“213 mil”) e o endereço eletrônico para conferência dos resultados (“<http://goo.gl/OFV3Vi>”).

As informações e ressalvas que aparecem nas postagens do Facebook de Dilma Rousseff e configuram uma espécie de zelo por parte dela, em contrapartida, revelam imagens nada positivas para o brasileiro. Enunciados constantes dos dois exemplos, como “Não fique de fora!” e “Atenção” (Figura 5) e “Fique atento” e “Não perca o prazo” (Figura 6), uma vez mais colocam em proeminência a imagem de desatento, do que perde prazo, do que fica de fora, enfim do que precisa ser lembrado o tempo todo.

Há de se destacar ainda que as duas postagens trazem *memes*, elemento responsável por torná-las bem-humoradas e colocar os *ethé* de Dilma, anteriormente instituídos (sério, eficiente, dedicada, preocupada), numa certa tensão. Como se sabe, os *memes* (da palavra grega *mimeme*, que significa “algo que é imitado”) nada mais são do que ideias ou informações divulgadas com a intenção de serem replicadas e fazerem o outro rir. Tais replicações podem ocorrer na forma de frases, imagens (fotos, desenhos) e vídeos.

O *meme* que consta do exemplo da Figura 5 é uma brincadeira feita com a atriz Meryl Streep que começou a circular logo após a exibição do Oscar 2015 (22/02/2015). Conhecida por ser a recordista de indicações ao Oscar e vencedora de três estatuetas, Meryl Streep ganhou as redes sociais, transformando-se em “rainha do *meme*”, graças ao entusiasmo que demonstrou quando Patricia Arquette discursou após ser anunciada ganhadora da estatueta de melhor atriz coadjuvante por “Boyhood: da infância à juventude”¹¹.

Na postagem da Figura 6, o enunciado “In brazilian portuguese we don't say ‘não posso pagar a faculdade’, we say ‘passei no ProUni!’ and I think that's beautiful” refere-se a (e repete) um *meme* que surgiu no Twitter e viralizou no começo de fevereiro de 2015. Trata-se da brincadeira: “In brazilian portuguese you don't say ‘I love you’, you say ‘Te pago um salgado’ which means endless love and I think that's beautiful” (ou seja, “Em português

¹¹ As informações podem ser conferidas em: Meryl Streep vira a 'rainha do meme' com empolgação no Oscar, *GI*, Oscar 2015, 23 fev. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pop-arte/oscar/2015/noticia/2015/02/meryl-streep-vira-rainha-do-meme-com-grito-empolgado-no-oscar.html>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

brasileiro não dizemos ‘Eu te amo’, dizemos ‘Te pago um salgado’, que significa amor infinito e eu acho isso lindo”¹².

Como se observa, o *meme* da postagem do Facebook da Dilma mudou o texto entre aspas do original (algo comum ao *meme*) e foi inserido sobre um mapa estilizado do Brasil com um chapéu (chapéu usado pelos universitários na cerimônia de colação de grau). Além disso, diferentemente das outras postagens que analisamos neste artigo, a segunda parte desta ressalta e enaltece um programa governamental (PROUNI), pois o associa a algo “lindo” (“we say ‘passei no ProUni!’ and ‘I think that’s beautiful’”), reforçando o aspecto da eficiência do governo, mencionado anteriormente, e não o estereótipo despreocupado do brasileiro.

O humor presente nas duas postagens que fazem uso de *meme* é suscitado basicamente por dois recursos, conforme os pressupostos de Raskin (1985): o do incongruente e insólito. Estes podem ser vistos pelo simples fato de *memes*, elementos humorísticos, serem incluídos em postagens do Facebook de uma ocupante de cargo público eletivo (a presidente do Brasil). Além disso, os *memes* trazem o uso de imagem ou frases deslocados de seus contextos.

Se a presença dos *memes* é capaz de desconstruir o tom de seriedade estabelecido nos enunciados verbais escritos que introduzem as postagens, também pode estabelecer outros índices do *ethos* efetivo de Dilma nas postagens, pois seria, muito provavelmente, uma tentativa de aproximação com o possível público leitor. A circulação de *memes* (uma forma típica de enunciado das redes sociais da Internet) seria um modo de se aproximar do jovem (o público potencial dos programas de inserção no ensino superior).

Na medida em que a “transmissão do texto não vem depois de sua produção; a maneira como o texto se institui materialmente é parte integrante de seu sentido” (MAINGUENEAU, 2006b, p. 212), a tentativa de atingir leitores potenciais está também relacionada à própria configuração do Facebook. Assim, a circulação de *memes* no perfil oficial da presidente à época é um índice da busca pelo público leitor ideal e aponta para o modo como se dá a leitura nesta rede social e, em especial, como os jovens leem ali: a circulação de textos engraçados, como os *memes*, sugere que a leitura da juventude na rede social é mais “leve” e menos compromissada.

É perceptível, portanto, o papel fundamental que o Facebook desempenha na tensão entre os *ethé* de Dilma Rousseff, visto que a circulação de textos engraçados para um público específico se dá no modo de funcionamento típico da rede social. Isso faz conviver diversos

¹² Informações podem ser conferidas em: “In brazilian portuguese”: entenda o meme que está bombando nas redes sociais, Extra, *Globo.com*, 22 fev. 2015. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/viral/in-brazilian-portuguese-entenda-meme-que-esta-bombando-nas-redes-sociais-15397772.html>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

ethé (de modo tensionado), não visíveis em outros espaços midiáticos, nos quais o tom sério e austero prevalece.

Esse convívio de *ethé* pode ser, então, analisado não apenas como decorrente de uma estratégia argumentativa, mas como uma problemática de *mídium*, tendo em vista que,

Hoje, estamos cada vez mais conscientes de que o *mídium* não é um simples “meio” de transmissão do discurso, mas que ele imprime um certo aspecto a seus conteúdos e comanda os usos que dele podemos fazer. O *mídium* não é um simples “meio”, um instrumento para transportar um mensagem estável (MAINGUENEAU, 2002, p. 71).

A circulação de *memes* joga, assim, com a complicada estabilidade dos enunciados na rede social, que se perdem com imensa facilidade na imensa massa de outros tantos que ali são veiculados. Muito provavelmente não porque as publicações do perfil da presidente pretendem circular como os *memes* originais, mas porque se aproveitam de sua potência instantânea de memória, arrebatando, de tal modo, o seu leitor.

Além do bom humor, traço inevitavelmente evocado pelos *memes*, agregam-se ao *ethos* da enunciativa a jovialidade e um certo deboche, visto que reforça estereótipos relativos ao descompromisso do brasileiro. Há, pois, uma tensão constitutiva do *ethos* de Dilma Rousseff nessas postagens, na medida em que associa imagens provenientes de seu *ethos* prévio, que aqui defendemos ser estereotipado, e imagens que, de alguma forma, relativizam as primeiras, instaurando uma duplicidade de tons pouco comum nas outras postagens da presidente à época em seu perfil.

Considerações finais

Observando as diversas imagens que compõem o *ethos* efetivo de Dilma Rousseff nas postagens analisadas neste artigo, defendemos a hipótese de que um certo grupo delas podem ser vistas como estereotipadas, transformando o *ethos* prévio em *ethos*-estereotipado. Esse fato se deve ao processo de cristalização/simplificação de imagens da enunciativa, cujo cargo exercido à época (de presidente) a fez locutora costumeira no cotidiano político nacional.

Na análise dos dados, constatamos que as outras imagens que compõem o *ethos* efetivo de Dilma estão numa relação de tensão, já que ao lado do *ethos*-estereotipado séria/sisuda, figuram imagens como a de bem-humorada e jovial – impulsionadas pela

mobilização de *memes* – e a de debochada – impulsionada pelo destaque praticamente constante que se dá, nas postagens em análise, ao estereótipo do brasileiro atrasado/lento.

Assim, as não tão frequentes postagens bem-humoradas do/no perfil de Dilma Rousseff oscilam retoricamente entre o apontamento da eficiência de seu governo à época e de si própria enquanto governante (atestando o *ethos*-estereotipado sério/sisudo da enunciadora), o destacamento da falta de compromisso do brasileiro (reforçando o estereótipo enfatizado na primeira figura) e de uma tentativa de aproximação com o provável público leitor (juventude). No último caso, o humor desempenha papel fundamental, essencialmente com a circulação de *memes*, recurso usual das redes sociais para provocar o riso.

Tais postagens instituem-se também numa problemática do *mídium*, pois tentam subverter o caráter transitório¹³ das postagens do Facebook fazendo uso de *memes*, cuja circulação é marcada pela repetição demasiada. Ao buscar adequação ao leitor idealizado, com o bom humor dos *memes*, inserem-se na lógica própria da rede social, em que a leitura é dinâmica e fluida: a cenografia¹⁴ do Facebook se impõe, pois, de forma consistente e envolve também a produção do humor. Pode-se, pois, analisar como o humor é afetado ou é produzido pelos novos modos de circulação dos textos nas redes sociais. Certamente o meme é um desses mecanismos que propicia uma nova faceta para o humor. Também o enfraquecimento da cena genérica na *Web* (MAINGUENEAU, 2015) pode impor ao humor, essencialmente nas redes sociais, a incorporação de novos elementos, notadamente ligados à cenografia, e isto está ligado à problemática do *medium*.

No que tange ao *ethos*-estereotipado de séria/sisuda de Dilma, podemos observar a sua eficiência no restante das postagens de/em seu perfil. Como já mencionado anteriormente, as postagens bem-humoradas são raras e têm, com pouquíssima exceção, um recorte temático específico: os programas governamentais de educação superior. Sua competência, porém, esbarra, nos dados analisados, na própria tensão constitutiva do *ethos* efetivo da enunciadora, o que esperamos ter demonstrado aqui.

Referências

¹³ Para Maingueneau, nos *sites* da *Web* há um problema com a identidade dos enunciados, o que se deve ao fato de que “o que aparece na tela só define um estado transitório” (2015, p. 163). No Facebook esse estado é absoluto, visto que as *timelines* dos usuários são renovadas a cada instante

¹⁴Na terminologia de Maingueneau, a cena de enunciação, conceito este que permitiria observar o processo comunicativo a partir de seu interior, organiza-se em três dimensões, entre as quais, a cenografia, instituída pelo próprio discurso, que “é tanto condição, quanto produto da obra” (MAINGUENEAU, 2006b, p. 252), engendrando e sendo engendrada pelo discurso, mostrando a sua materialidade específica. As outras duas dimensões são a cena englobante e a cena genérica.

- AMOSSY, Ruty. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- AMOSSY, Ruty; HERSCHBERG-PIERROT, Anne. *Estereotipos y clichés*. Buenos Aires: Eudeba, 2001.
- BARTON, David; LEE Carmen. *Linguagem online: textos e práticas digitais*. São Paulo: Parábola, 2015.
- CARMELINO, Ana Cristina. Reflexões sobre a (ir)relevância de categorizar gêneros: em questão certos textos humorísticos. *Revista (Con)Textos Linguísticos*, Vitória, v. 8, n. 10.1, p. 141-165, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/8356/5929>>. Acesso em: 5 jan. 2018.
- CARVALHO, Nelly; KRAMER, Rita. A linguagem do Facebook. In: SHEPHERD, T. G.; SALIÉS, T. G. *Linguística da internet*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 78-92.
- JONES, Steve. (ed.). *Encyclopedia of new media*. Thousand Oaks (Califórnia, Estados Unidos): SAGE, 2007.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-chave da análise do discurso*. Trad. de M. V. Barbosa, M. E. A. T. Lima. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. 2. ed. Trad. de M. C. P. Souza-e-Silva, D. Rocha. São Paulo: Cortez, 2002.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas de enunciação*. Curitiba: Criar, 2006a.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso literário*. São Paulo: Contexto, 2006b.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Doze conceitos em análise do discurso*. São Paulo; Parábola, 2010.
- MAINGUENEAU, Dominique. Problemas de ethos. In: POSSENTI, S.; SOUZA-E-SILVA, M. C. P (Orgs.). *Cenas da enunciação*. São Paulo: Parábola, 2008. p. 55-73.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. São Paulo: Parábola, 2015.
- MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana. (Orgs.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008.
- PIRES, Vanessa. Pesquisa revela que 97% dos brasileiros tem o hábito de ‘deixar para última hora’, *Correio de Uberlândia*, 4 dez. 2012. Disponível em:

<<http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/pesquisa-revela-que-97-dos-brasileiros-tem-o-habito-de-deixar-para-ultima-hora/>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

RAMOS, Paulo. *A leitura dos quadrinhos*. 1. reimpr. São Paulo: Contexto, 2010.

RASKIN, Victor. *Semantic mechanisms of humor*. Dordrecht: Reidel, 1985.

Artigo recebido em: 09/03/2018.

Artigo aceito em: 08/05/2018.

Artigo publicado em: 02/08/2018.

METALEXICOGRAFIA COMPARATIVA EM SEIS DICIONÁRIOS DE LÍNGUAS DE SINAIS DE DIFERENTES ERAS: ANÁLISE PRELIMINAR

Antonielle Cantarelli Martins*
Fernando Cesar Capovilla**

Resumo: O artigo compara as estratégias lexicográficas usadas em seis dicionários clássicos, três dos quais da Língua de Sinais Brasileira (Libras) e os outros três da Língua de Sinais Americana. Os seis dicionários ilustram as três eras de dicionarização das línguas de sinais: a era pré-stokoeana, com sua ênfase na representação analógica e gestual, mímica e pantomímica; a era stokoeana, com sua ênfase na descrição linguística das unidades arbitrárias e recombinativas; e a era pós-stokoeana, que concilia as duas modalidades de representação: a analógica e a linguística. Analisa o papel que a iconicidade dos sinais desempenha nos dicionários de sinais, e compara diferentes modos com que a iconicidade é tratada nesses seis dicionários clássicos de língua de sinais. Para aumentar a eficácia pragmática com que os dicionários representam sinais, analisa o papel desempenhado pelas ilustrações e descrições, tanto da forma do sinal quanto de seu significado; bem como da iconicidade, etimologia e morfologia do sinal.

Palavras-chave: Lexicografia. Libras. Iconicidade. Língua de Sinais. Sinal.

Abstract: The paper compares lexicographic strategies used in six classical sign language dictionaries, three of which pertaining to Brazilian Sign Language and the other three to American Sign Language. The six dictionaries illustrate the three eras of sign language lexicography: the pre-Stokoean era, the Stokoean era; and the post-Stokoen era. The pre-Stokoean era dictionaries employ analogical representation, resorting to mimmic, pantomime and gestures. The Stokoean era dictionaries employ linguistic representation strategy based on the description of discrete recombinative units pertaining to hand-shape, articulation place, movement and facial expression. The post-Stokoean era dictionaries employ both, analogical and linguistic representation strategies. The paper analyzes the role of sign iconicity in sign dictionaries. It compares different ways in which iconicity is dealt with in six classic sign language dictionaries. In order to increase the pragmatic efficacy with which dictionaries represent signs, it analyzes the role played by both illustration and description of both sign form and sign meaning, as well as by descriptions of sign iconicity, etymology and morphology.

Keywords: Lexicography. Libras. Iconicity. Sign Language. Sign.

* Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, UFPel, Pelotas, RS, Brasil. E-mail: an.cantarellim@gmail.com.

** Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: fcapovilla@gmail.com.

Introdução

O artigo sobre Metalexigrafia Contrastiva de Língua de sinais compara e contrasta diferentes técnicas de confecção de entradas lexicais de seis dicionários buscando compreender os padrões básicos que as diferenciam e que as unem. Foram comparadas as mesmas 124 entradas lexicais de cada um de seis dicionários de sinais, sendo três da Língua de Sinais Brasileira e três da Língua de Sinais Americana. Os dicionários analisados foram: (1) *A Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos* (GAMA, 1875); (2) *Linguagem das Mãos* (OATES, 1969); (3) *A Dictionary of American Sign Languages on Linguistic Principles* (STOKOE; CASTERLINE; CRONEBERG, 1965); (4) *American Sign Language Dictionary* (STERNBERG, 1998); (5) *The Random House Webster's American Sign Language Dictionary* (COSTELLO, 1994; 2008); (6) *Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: A Libras em suas mãos* (CAPOVILLA; RAPHAEL; TEMOTEO; MARTINS, 2017a; 2017b; 2017c), e é referido, por comodidade, como *Dic-Brasil*.

Baseado no modelo de Capovilla, Mauricio e Raphael (2009, 2015), que propõe diferentes fases ou eras da dicionarização das línguas de sinais, o artigo compara preliminarmente uma amostra de 124 entradas lexicais de cada um de seis dicionários representativos de diferentes eras: dicionários iconográficos da era pré-Stokoeana (GAMA, 1875; OATES, 1969), dicionários linguísticos da era Stokoeana (e.g., Stokoe, 1965) e dicionários da era pós-Stokoeana (COSTELLO, 2008; STERNBERG, 1998; CAPOVILLA, RAPHAEL; TEMOTEO; MARTINS, 2017a; 2017b; 2017c). Especial atenção é dada à iconicidade das línguas de sinais e à forma em que a iconicidade é referida em dicionários pertencentes a diferentes fases de dicionarização das línguas de sinais.

Capovilla, Mauricio e Raphael (2009; 2015) propuseram uma cronologia para a lexicografia das línguas de sinais, dividida em três períodos ou fases: a fase pré-Stokoeana, a fase Stokoeana, e a fase pós-Stokoeana. Dicionários pré-Stokoeanas compreendem aqueles feitos até meados do século XX, como os de Língua de Sinais Francesa, ou LSF (L'ÉPÉE, 1776; FERRAND, 1897; SICARD, 1808; BÉBIAN, 1825; VALADE, 1854; PÉLISSIER, 1856) e de Língua de Sinais Brasileira, ou Libras (GAMA, 1875). De caráter iconográfico, essas obras documentam os sinais e a motivação de sua forma por analogia à forma ou comportamento dos referentes, ou das pessoas em relação a eles. Essas obras destinam-se a satisfazer as necessidades representacionais visoespaciais e analógicas, típicas do

processamento cerebral hemisférico direito (POIZNER; KLIMA; BELLUGI, 1987). A abordagem iconográfica à dicionarização do léxico dessas línguas de sinais fica clara já desde os títulos, que incluem palavras como iconografia ou mimografia, no sentido de mímica e mimética. Constituem exemplos desses títulos os dicionários de Língua de Sinais Francesa intitulados: *Mimographie* (BÉBIAN, 1825) e *L'enseignement primaire des sourds-muets mis à la portée de tout le monde avec une iconographie des signes* (PÉLISSIER, 1856), e o de Língua de Sinais Brasileira (Libras) intitulado *Iconographia dos signaes dos surdos-mudos* (GAMA, 1875). Esses dicionários figuram ao lado de dicionários como *L'institution des sourds et muets, par la voie des signes méthodiques* (L'EPEE, 1776); *Dictionnaire des sourds-muets* (FERRAND, 1897); *De la théorie des signes* (SICARD, 1808); e *Etudes sur la lexicologie et la grammaire du langage naturel des signes* (VALADE, 1854).

Conforme Capovilla, Mauricio e Raphael (2009, 2015), esses dicionários descrevem os sinais de modo analógico às propriedades visuais dos referentes representados, como se esses sinais fossem gestos, mímica ou pantomima, típicos do processamento hemisférico direito. Tais dicionários descrevem a forma do sinal, tal como motivada pelo seu significado, e comumente apelam à fórmula “como se”, numa clara alusão ao sinal como metáfora do gesto ou da pantomima naturais. Ainda segundo os autores, tal modelo de dicionarização leva em conta basicamente o processamento do córtex parieto-occipital do hemisfério direito, como se ele fosse suficiente para dar conta dos sinais, de seu significado e de sua forma. Apesar de ser eficaz para relacionar forma e significado, essa estratégia não dava conta de permitir o tratamento fonológico-sematosêmico mais fino dos sinais, que explica como as propriedades fonológico-sematosêmicas das línguas de sinais podem ser combinadas de maneiras complexas para codificar informação linguística em níveis mais complexos e abstratos. Tais dicionários descrevem os sinais de maneira representacional iconográfica, enfatizando a natureza gestual, mímica e pantomímica dos sinais, e chamando a atenção do leitor para o modo como os sinais evocam as características do objeto representado, de seu comportamento, ou do comportamento humano em relação a esse objeto.

Metalexigrafia Comparativa

As Figuras 1 e 2 mostram as entradas dos sinais LEITE e MESA nesses dois dicionários (GAMA, 1875, Estampa 3 e Estampa 5, respectivamente; OATES, 1969, p. 189 e p. 131,

respectivamente). Nos dois dicionários os sinais são descritos de modo representacional, gestual, icônico e pantomímico. Neles, o sinal LEITE é descrito por referência à ação de ordenhar. No dicionário de Gama (1875, Estampa 3), o autor confunde dois verbos tipicamente restritos à vaca: a ação de ordenhar com a de mugir. Nesse mesmo dicionário, o sinal MESA é descrito por referência às características físicas das mesas: o tampo plano e as quatro pernas.

	
	<p>LEITE — (814) — Mão direita em “S” horizontal, palma para esquerda. Elevar e baixar a mão, abrindo e fechando os dedos ao mesmo tempo, imitando um fazendeiro ordenhando uma vaca.</p>

Figura 1. Entrada do sinal LEITE em dois dos dicionários da era pré-Stokoeana da dicionarização das línguas de sinais. Acima, o sinal LEITE em *Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos* (GAMA, 1875, Estampa 3). Abaixo, o sinal LEITE em *A linguagem das mãos* (OATES, 1969, p. 189), respectivamente.

	
---	--

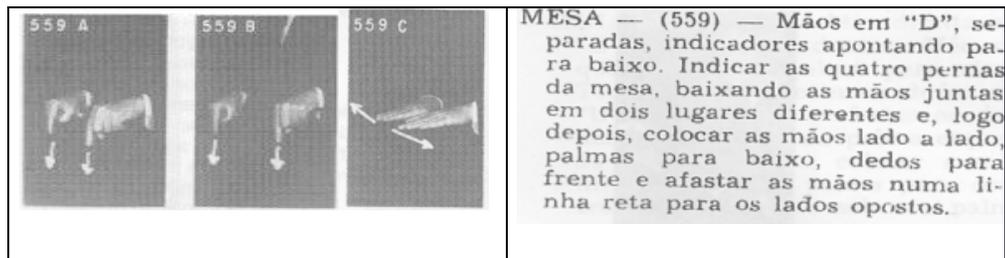


Figura 2. Entrada do sinal MESA em dois dos dicionários da era pré-Stokoeana da dicionarização das línguas de sinais. Fonte: *Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos*, (GAMA, 1875, Estampa 5); e *A linguagem das mãos* (OATES, 1969, p. 131), respectivamente.

Comparando as entradas lexicais dos sinais LEITE e MESA nesses dois dicionários representativos da era pré-Stokoeana (GAMA, 1875; OATES, 1969), pode-se constatar como a natureza distinta dos estilos de descrição de sinais revela as diferentes concepções de dicionarização explicadas por Capovilla, Mauricio e Raphael (2009, 2015). A descrição do sinal era feita para lembrar o leitor de comportamentos de manejo de objetos, ou de mímica e pantomima em relação a eles, ou da aparência ou comportamento dos objetos animados ou inanimados representados. Como ressaltam os autores, o sinal é descrito em termos do “como se”, de modo a fazer o leitor lembrar-se da aparência do objeto e de seu manuseio, ou de seu comportamento em relação ao objeto representado. De fato, na descrição do sinal LEITE por Gama (1875, Estampa 3) o indicador esquerdo representa o peito da vaca e a mão direita, o ordenhar. Do mesmo modo, Oates (1969, p. 189) descreve o sinal por referência ao comportamento do fazendeiro de ordenhar uma vaca, ou seja, o sinal é descrito como se representasse objetos e o comportamento em relação a eles.

Segundo Capovilla, Mauricio e Raphael (2009; 2015), os dicionários da era Stokoeana são de natureza fundamentalmente linguística, com notação abstrata e arbitrária. Eles descrevem a estrutura dos sinais em termos de combinações específicas de parâmetros como a forma da(s) mão(s), o local que a(s) mão(s) ocupa(m) no espaço da sinalização, o movimento que a(s) mão(s) descreve(m) nesse espaço, e a expressão facial eventualmente associada. O exemplo mais radical e prototípico dessa abordagem é o dicionário seminal de Stokoe, Casterline e Croneberg (1965). Ele se atém à descrição das unidades mínimas dos sinais

nos parâmetros descritos de mão (forma, local, movimento) e face, e evita qualquer menção ao significado dos sinais como inspirador da forma. Esse dicionário se limita à descrição da estrutura fonológica ou sematosêmica dos sinais, sem chegar a atingir a estrutura morfológica dos sinais, ou seja, sem chegar a descrever as unidades mínimas de significado dos sinais (os morfemas).

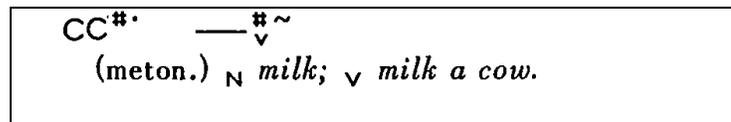


Figura 3. Entrada do sinal LEITE no dicionário da era Stokoeana da dicionarização das línguas de sinais. Fonte: *A dictionary of American Sign Language on linguistic principles*, (STOKOE; CASTERLINE; CRONEBERG, 1976).

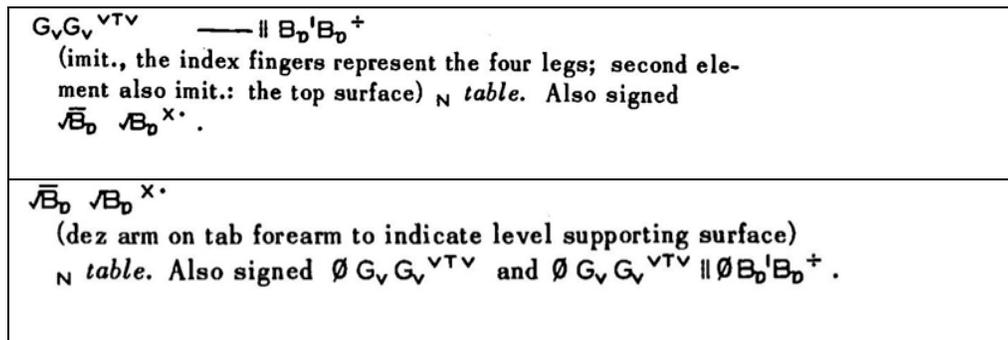


Figura 4. Entrada do sinal MESA no dicionário da era Stokoeana da dicionarização das línguas de sinais. Fonte: *A dictionary of American Sign Language on linguistic principles* (STOKOE; CASTERLINE; CRONEBERG, 1976, p. 37 e 66).

Comparando as entradas lexicais dos sinais LEITE e MESA nesses dois conjuntos de dicionários (GAMA, 1875; OATES, 1969, representativos da era pré-Stokoeana; e STOKOE; CASTERLINE; CRONEBERG, 1976 da era Stokoeana), pode-se constatar como a natureza distinta dos estilos de descrição de sinais revela as diferentes concepções de dicionarização. O

dicionário seminal de Stokoe, Casterline e Croneberg (1965) descreve a estrutura dos sinais em termos de combinações específicas de parâmetros, como a forma da(s) mão(s), o local que a(s) mão(s) ocupa(m) no espaço da sinalização, o movimento que as(s) mão(s) descreve(m) nesse espaço, e a expressão facial eventualmente associada. Para enfatizar a natureza arbitrária das unidades fonológicas que se combinam para compor um dado sinal e se recombina(m) de modos distintos em outros sinais, o dicionário de Stokoe, Casterline e Croneberg (1965) faz uso de um sistema de notação preciso específico. Esse dicionário constitui o exemplo seminal mais radical e prototípico desta abordagem. Seu objetivo central é romper com o preconceito contra as línguas de sinais por parte de linguistas, que acreditavam que os sinais não passavam de representações gestuais, mímicas e pantomímicas do significado, e estabelecer firmemente a natureza linguística das línguas de sinais. Conforme Capovilla, Mauricio e Raphael (2009; 2015), para atingir esse objetivo de expurgar qualquer inspiração da forma pelo significado, e qualquer teor representacional gestual, mímico e pantomímico dos sinais, Stokoe empregou um sistema de notação de sinais com unidades mínimas arbitrárias e recombina(t)ivas para descrever a estrutura fonológica ou sematossêmica dos sinais, cuidando para não atingir a estrutura morfológica dos sinais, ou mencionar as unidades mínimas de significado dos sinais. Isso fica claro na entrada lexical dos sinais LEITE e MESA nesse dicionário.

Segundo Capovilla, Mauricio e Raphael (2009; 2015), enquanto os dicionários da era pré-Stokoeana são de natureza iconográfica e os dicionários da era Stokoeana são de natureza linguística, os dicionários da era pós-Stokoeana são de natureza dupla: iconográfica e linguística. São de natureza iconográfica porque revelam como a forma do sinal é motivada pelo seu significado. São de natureza linguística porque revelam como a forma do sinal é composta de unidades mínimas recombina(t)ivas. Seu avanço consiste no fato de que essas unidades mínimas que se recombina(m) não estão limitadas apenas ao nível da fonologia (de fonemas ou sematosemas, cf. CAPOVILLA, 2011a; 2011b; 2012; 2015b; 2015c; CAPOVILLA; GARCIA, 2011; CAPOVILLA; OLIVEIRA, 2015), mas se estendem para atingir o nível da morfologia (i.e., de morfemas ou unidades mínimas de significado). Assim, esses dicionários combinam a descrição da estrutura fonológica ou sematossêmica dos sinais com a descrição da estrutura morfológica dos sinais, ou seja, das unidades mínimas de significado dos sinais: os morfemas. Por isso, tais sinais são, ao mesmo tempo, iconográficos e linguísticos. Apesar de revelar a estrutura sublexical dos sinais em termos da combinação

específica de unidades recombinaivas, tais dicionários não ignoram a natureza representacional iconográfica, a natureza gestual, mímica e pantomímica dos sinais. E chamam a atenção do leitor para o modo como os sinais evocam as características do objeto representado, de seu comportamento, ou do comportamento humano em relação a esse objeto. Isso faz com que os sinais documentados nesses dicionários possam ser apreciados em sua sistematicidade formal tanto quanto em sua familiaridade intuitiva.

As Figuras 5 e 6 mostram as entradas dos sinais LEITE e MESA em três dicionários representativos da era pós-Stokoeana: *American Sign Language Dictionary* (STERNBERG, 1998, p. 688 e p. 416, respectivamente), *Random House American Sign Language Dictionary* (COSTELLO, 2008, p. 302 e p. 501, respectivamente), e *Dic-Brasil* (CAPOVILLA; RAPHAEL; TEMOTEO; MARTINS, 2017a; 2017b; 2017c; p. 1657 e p. 1835, respectivamente).

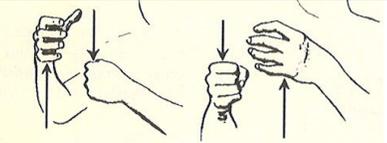
	<p>MILK (milk), <i>n.</i>, <i>v.</i>, MILKED, MILKING. (The act of milking a cow.) Both hands, alternately grasping and releasing imaginary teats, move alternately up and down before the body.</p>
<p>milk <i>n.</i> 1. The white liquid secreted by female mammals to feed their young: <i>The mother cat had enough milk for her six kittens.</i> 2. This liquid, secreted by certain animals, especially cows and goats, used by humans as food: <i>Drink your milk.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ■ [Mime squeezing a cow's udder to get milk] Beginning with the right <i>C hand</i>, palm facing left, in front of the right side of the body, squeeze the fingers together with a double movement, forming an <i>S hand</i> each time. 	
<div style="display: flex; align-items: center;">  </div> <div style="display: flex; align-items: center; margin-top: 10px;">  <div style="margin-left: 20px;"> <p>LEITE (sinal usado em: AL, SE, SP, RJ, DF, PB, PE, PI, PR, SC, BA, MA, MG, CE, RN, RS) (Ingles: milk): s. m. Líquido branco, opaco, produzido pelas fêmeas dos mamíferos. É um alimento muito completo, que assegura a subsistência na primeira fase da vida graças à sua riqueza em gorduras, proteínas, lactose, vitaminas e sais minerais. Os leites da vaca e da cabra são os mais comercializados e consumidos. Ex.: Os maiores produtores de leite são os Estados Unidos, a França e a Argentina. (Mão em S horizontal, palma para trás. Movê-la para cima e para baixo, abrindo-a e fechando-a, ligeiramente.)</p> </div> </div>	

Figura 5. Entrada do sinal LEITE nos dicionários da era pós-Stokoeana da dicionarização das línguas de sinais. Fonte: *American Sign Language Dictionary* (STERNBERG, 1998, p. 416);

Random House American Sign Language Dictionary (COSTELLO, 2008, p. 302); *Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: A Libras em suas mãos* (CAPOVILLA; RAPHAEL; TEMOTEO; MARTINS, 2017, p. 1657), respectivamente.

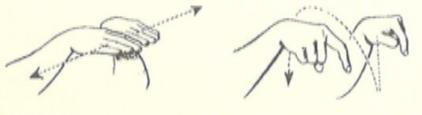
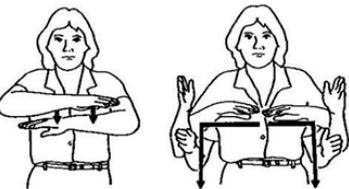
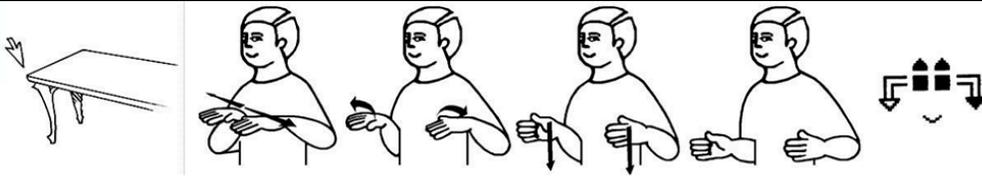
	<p>TABLE 1 (tā' bəl), <i>n.</i> (The shape and the legs.) The downturned open hands are held together before the chest, fingers pointing forward. From this position the hands separate and move in a straight line to either side, indicating the table top. Then the downturned index fingers are thrust downward simultaneously, moved in toward the body, and again thrust downward. These motions indicate the legs.</p>
<p>table¹ <i>n.</i> A piece of furniture with a flat, horizontal top on legs, a pedestal, or other support: <i>to eat at the table</i>. Same sign used for: desk.</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ [Represents the flat surface of a table top] Beginning with the bent arms of both <i>open hands</i> across the chest, right arm above the left arm, move the right arm down with a short double movement. 	
<p>table² <i>n.</i> (alternate sign) Same sign used for: desk.</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ [table¹ + shape of a table] Pat the forearm of the bent right arm with a double movement on the bent left arm held across the chest. Then, beginning with the fingers of both <i>open hands</i> together in front of the chest, palms facing down, move the hands apart to in front of each shoulder and then straight down, ending with the palms facing each other. 	
 <p>mesa (1) (CL) (sinal usado em: SP, MS, CE, PB, MG, PR, RS) (inglês: table, board): <i>s. f. Móvel, usualmente de madeira, que oferece uma superfície lisa e horizontal, própria para preparar e servir refeições e para executar vários outros trabalhos manuais. Ex.: Coloque os talheres e os pratos sobre a mesa. (Mãos abertas, palmas para baixo, lado a lado, diante do peito. Afastar as mãos para os lados opostos, virá-las palma a palma e movê-las para baixo.)</i></p>	

Figura 6. Entrada do sinal MESA nos dicionários da era pós-Stokoeana da dicionarização das línguas de sinais. Fonte: *American Sign Language Dictionary* (STERNBERG, 1998, p. 688); *Random House American Sign Language Dictionary* (COSTELLO, 2008, p. 501); *Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: A Libras em suas mãos* (CAPOVILLA; RAPHAEL; TEMOTEO; MARTINS, 2017, p. 1835), respectivamente.

Comparando as entradas lexicais do sinal MESA nos dicionários arrolados, observamos que Gama (1875, Estampa 5) descreve o sinal por referência ao movimento de traçar a figura da mesa diante de si e para modelar o sinal fingir escrever ou comer, conforme a aplicação que a mesa tiver. Do mesmo modo, Oates (1969, p. 131) descreve o sinal por referência aos indicadores apontando para baixo indicando as quatro pernas da mesa, ou seja, o sinal é descrito como se representasse objetos e o comportamento em relação a ele.

Nota-se que a abordagem Stokoeana concebe o sinal como composto de unidades mínimas arbitrárias, que se recombina de acordo com regras linguísticas de morfologia e sintaxe. A análise do sinal se restringe à sua composição fonológica ou sematológica em termos de unidades mínimas destituídas de significado, e caracterizadas pelo cruzamento de parâmetros tais como: a articulação da mão, o local de sinalização em relação à face e ao tronco, o movimento, e componentes não manuais (expressão facial associada).

Conclusão

Pode-se afirmar que os novos dicionários implementam o novo paradigma. Isso pode ser afirmado porque eles rompem com a subserviência Stokoeana às objeções saussureanas ao sinal, que limitavam a descrição da forma ao nível fonológico-sematossêmico. Pode ser afirmado também porque eles ousam descrever a estrutura formal do sinal como um todo, de maneira compreensiva, tanto no nível sematossêmico quanto no nível morfêmico. Dessa forma, tem-se a conciliação da elevada precisão linguística da descrição sematossêmica, típica da fase Stokoeana (que engaja o hemisfério esquerdo), com o elevado apelo gestual do significado como inspirador da forma (que engaja o hemisfério direito). Assim, o dicionário de Capovilla, Raphael e Mauricio (2015), inaugura uma nova fase na lexicografia das línguas de sinais, com a valorização e o engajamento simultâneo dos dois hemisférios, além da

especial atenção às funções executivas centrais do córtex pré-frontal e às funções visomotoras do cerebelo, como explicado por Capovilla, Mauricio e Raphael (2009, 2015).

Esse novo paradigma propõe que o trabalho lexicográfico em Língua de sinais passe a ser informado e beneficiado pelas Neurociências Cognitivas (e.g., CAPOVILLA, 2012; 2015a; 2015b; CAPOVILLA; OLIVEIRA, 2015; CAPOVILLA; RAPHAEL; TEMOTEO; MARTINS, 2017a; 2017b; 2017c), em especial pelo conhecimento das características do processamento hemisférico esquerdo e direito, linguístico e paralinguístico, sematosêmico e pragmático, para a escolha do modo como os dicionários são compostos e formatados. As neurociências cognitivas permitem compreender como se estrutura e desenvolve o léxico em todas as suas vertentes, o que possibilita reestruturar a lexicografia das línguas de sinais, ou seja, a Metalexigrafia das línguas de sinais.

Referências

BEBIAN, R. A. A. *Mimographie, ou essai d'écriture mimique propre à régulariser le langage des sords-muets*. Paris, 1825.

CAPOVILLA, F. C. A compreensão da estrutura e do processamento da linguagem oral, escrita e de sinais como pano de fundo para compreender as dificuldades e os transtornos de aprendizagem. In: CAPOVILLA F. C. (Org.). *Transtornos de aprendizagem – 2: da análise laboratorial e da reabilitação clínica para as políticas públicas de prevenção pela via da educação*. São Paulo: Memnon, 2011. p. 8-33.

_____. Paradigma neuropsicolinguístico: Refundação conceitual e metodológica na alfabetização de ouvintes, deficientes auditivos, cegos, surdos e surdocegos. In: CAPOVILLA, F. C. (Org.). *Transtornos de aprendizagem: Progressos em avaliação e intervenção preventiva e remediativa*. 2a. ed. São Paulo: Memnon, 2011. p. 42-131.

_____. Paradigma neuropsicolinguístico para refundação conceitual e metodológica da linguagem falada, escrita e de sinais para alfabetização de ouvintes, deficientes auditivos, surdos e surdocegos. In: CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D; MAURICIO, A. C (Orgs.). *Novo Deit-Libras: Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira (Libras) baseado em Linguística e Neurociências Cognitivas*. 2ª ed., Vol. 1. São Paulo: Edusp, 2012. p. 73-165.

_____. Paradigma matricial de linguagem oral, escrita e de sinais: taxonomia e sistema de variáveis para tratamento conceitual, experimental e estatístico. In: SANTOS, F. H; ANDRADE, V; BUENO, O. (Orgs.). *Neuropsicologia hoje*. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2015. p. 91-97.

_____. Paradigma neuropsicolinguístico para refundação conceitual e metodológica da linguagem falada, escrita e de sinais para alfabetização de ouvintes, deficientes auditivos,

surdos e surdocegos. In: CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; MAURICIO, A. C. (Orgs.). Novo Deit-Libras: Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira (Libras) baseado em Linguística e Neurociências Cognitivas. 3ª ed., Vol. 1. Sinais de A a H. São Paulo: Edusp, 2015. p. 73-156.

CAPOVILLA, F. C.; GARCIA, W. Visemas, quiremas, e bípedes implumes: Por uma revisão taxonômica da linguagem do surdo que substitua visemas por OptoLalEmas, e quiremas por simatosemas para forma de mão (quiriformemas), local de mão (quiritoposema), movimento de mão (quiricinesema), e expressão facial (mascarema). In: CAPOVILLA, F. C. (Org.). Transtornos de aprendizagem – 2: da análise laboratorial e da reabilitação clínica para as políticas públicas de prevenção pela via da educação. São Paulo: Memnon, 2011. p. 82-91.

CAPOVILLA, F. C.; MAURICIO, A. C.; RAPHAEL, W. D. Metaneuropsicolinguística Cognitiva da representação mental: Desenvolvimento do raciocínio neuropsicolinguístico para compreender as figuras de linguagem numa língua figurativa - O caso da análise da estrutura Morfêmica molecular e molar de Libras. In: MONTIEL, J. M.; CAPOVILLA, F. C. (Orgs.). Atualização em transtornos de aprendizagem. São Paulo: Artes Médicas, 2009. p. 407-474.

CAPOVILLA, FC; RAPHAEL, W. D; MAURICIO, A. C. Novo Deit-Libras: Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira (Libras) baseado em Linguística e Neurociências Cognitivas – por um novo paradigma na dicionarização das línguas de sinais. In: CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D; MAURICIO, A. C. (Orgs.). Novo Deit-Libras: Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira (Libras) baseado em Linguística e Neurociências Cognitivas. 3ª ed., Vol. 1. Sinais de A a H. São Paulo: Edusp, 2015a. p. 21-44.

_____. Novo Deit-Libras: Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira (Libras) baseado em Linguística e Neurociências Cognitivas – por um novo paradigma na dicionarização das línguas de sinais. In: CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D; MAURICIO, A. C. (Orgs.). Novo Deit-Libras: Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira (Libras) baseado em Linguística e Neurociências Cognitivas. 3ª ed. Volume 1: Sinais de A a H. São Paulo: Edusp, 2015b. p. 21-44.

CAPOVILLA, F. C.; OLIVEIRA, W. G. Análise da estrutura Sematosêmica-SignumIcular do corpus de 10.338 sinais da 3ª ed. do Novo Deit Libras via BuscaSigno, versão 2. In: CAPOVILLA, FC; RAPHAEL, W. D; MAURICIO, A. C. (Orgs.). Novo Deit-Libras: Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira (Libras) baseado em Linguística e Neurociências Cognitivas. 3ª ed. Volume 2: Sinais de I a Z. São Paulo: Edusp, 2015. p. 2684-2701.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D; TEMOTEO, J. G.; MARTINS, A. C. Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: A Libras em Suas Mãos. Volume 1: Sinais de A a D. São Paulo: Edusp, 2017a, p. 1037.

_____. Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: A Libras em Suas Mãos. Volume 2: Sinais de E a O. São Paulo: Edusp. 2017b. p. 1100.

_____. Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: A Libras em Suas Mãos. Volume 3: Sinais de P a Z. São Paulo: Edusp. 2017c. p. 862.

COSTELLO, E. Random House American Sign Language Dictionary. New York, NY: Random House, 1994.

COSTELLO, E. Random House Webster's Compact American Sign Language Dictionary, Compact Edition. New York: Random House, 2008.

FERRAND, J. Dictionnaire des sourds-muets. Paris: J. B. Baillière, 1897.

GAMA, F. J. Iconographia dos signaes dos surdos-mudos. Rio de Janeiro: Tipographia Universal, 1875.

L'ÉPEE, C. M. A. L'institution des sourds et muets, par la voie des signes méthodiques. Paris, 1776.

OATES, E. Linguagem das mãos. Rio de Janeiro: Editora Livro, 1969.

PELISSIER, P. L'enseignement primaire des sourds-muets mis à la portée de tout le monde avec une iconographie des signes. Paris, 1856.

Poizner, H.; Klima, E. S.; Bellugi, U. What the hands reveal about the brain. Cambridge, MA: MIT Press, 1987.

SICARD, R. A. De la théorie des signes. Paris, 1808.

STERNBERG, M. L. A. American Sign Language. Dictionary (revised ed.). New York: HarperCollins, 1998.

STOKOE, W. C.; CASTERLINE, D.; CRONEBERG, C. G. A dictionary of American Sign Language on linguistic principles. Silver Spring: Linstok Press, 1965.

VALADE, Y. L. R. Etudes sur la lexicologie et la grammaire du langage naturel des signes. Paris, 1854.

Artigo recebido em: 28/03/2018.

Artigo aceito em: 02/08/2018.

Artigo publicado em: 02/08/2018.

A PALAVRA-CHAVE CULTURA E SEUS CONTEXTOS DE USO: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO JORNALÍSTICO ONLINE

Daniele de Oliveira
Carlos Magno Pinheiro Barreto Junior

Resumo: A Análise Crítica do Discurso (ACD) considera a linguagem como momento irreduzível das práticas sociais e sua principal atividade crítica consiste em tornar visível as relações de poder. Sendo assim, esta pesquisa teve como objetivo analisar a commodificação (Fairclough, 2001) dos discursos sobre cultura, bem como refletir sobre o contexto de uso da palavra-chave *cultura* e sua relação com o carnaval de Salvador. Foi delimitado um *corpus* de 22 textos publicados no mês de fevereiro de 2016 no site do jornal baiano *Correio*, atentando para o aparecimento da palavra-chave *cultura*. A categoria analítica utilizada foi, sobretudo, uma análise semântica da palavra, pensando na relação entre seu contexto de uso e possíveis pressuposições ideológicas. Após a análise, pode-se afirmar (i) que não há um consenso semântico quanto ao uso da palavra *cultura*; (ii) que o termo foi usado como um fator de coesão; (iii) que o carnaval é representado nesse discurso sem ampla participação social, e que não há questionamentos quanto a problemas estruturais da festa e (iv) que houve uma tendência em aproximar o vocabulário da economia com o que é dito sobre *cultura*.

Palavras-chave: Cultura. Discurso. Jornalismo online. Prática social.

Abstract: Critical Discourse Analysis (ACD) considers language as an irreducible moment of social practices and its main critical activity is to make visible the relations of power. Thus, this research had as objective to analyze the commodification (Fairclough, 2001) of discourses on culture, as well as to reflect on the context of use of the keyword *culture* and its relation with the carnival of Salvador. A *corpus* of 22 texts published in the month of February 2016 was delimited on the website of the Bahia newspaper *Correio*, looking for the emergence of the keyword *culture*. The mainly analytical category used was a semantic analysis of the word, thinking about the relation between its context of use and possible ideological presuppositions. After the analysis, it can be affirmed (i) that there is no semantic consensus regarding the use of the word *culture*; (ii) that the term was used as a cohesion factor; (iii) that carnival is represented in this discourse without broad social participation, and that there are no questions about the structural problems of the party and (iv) that there was a tendency to bring the vocabulary of the economy closer to what is said about culture.

Keywords: Culture. Speech. Online journalism. Social practice.

Introdução

· Professora do Departamento de Letras Vernáculas, Instituto de Letras, UFBA, Salvador, Bahia, Brasil, danieleoliveira99@gmail.com

· Graduando do curso Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, UFBA, Salvador, Bahia, Brasil, magnocarlos3232@gmail.com

Este artigo toma como ponto de partida os pressupostos teóricos da Análise Crítica do Discurso (ACD), enquanto ciência crítica, voltada para a análise do discurso jornalístico online¹. Ademais, o artigo tem como objetivo geral indicar aspectos linguísticos que compõem os problemas sociais, evidenciando a relação entre fenômenos linguísticos e fenômenos sociais e, sobretudo, indicar o caminho para a solução de tais problemas, através da interpretação dos textos com categorias de análises específicas e com um posicionamento crítico e político explícito, seguindo a linha dos trabalhos de Fairclough (1989, 2001, 2003).

Sob a égide desses trabalhos e do problema central da ACD, o artigo está dividido em quatro partes: no item 2, será discutido o que se entende por *ciência*, bem como os principais pressupostos teóricos da ACD, e conceitos caros para o desenvolvimento geral da pesquisa. Em seguida, será exposta a metodologia utilizada para a seleção e análise do *corpus*, no item 3. No item 4, será exposta a análise dos textos selecionados, tendo em vista a perspectiva crítica da teoria. E, por fim, a conclusão, onde serão apresentados os principais resultados da pesquisa e uma reflexão sobre esses resultados.

Por se tratar de uma ciência crítica, a Análise Crítica do Discurso não se propõe a criar verdades absolutas, mas, ao contrário, propõe uma crítica aos mecanismos de dominação, através de uma análise socialmente engajada, que não almeja a verdade em si. Então, esta reflexão, em consonância com os propósitos da ACD, visa o empoderamento e a crítica.

Ciência, discurso, ideologia, hegemonia e cultura

O primeiro ponto a ser tratado é entender o que é *ciência* e ao que a Análise Crítica do Discurso se propõe enquanto ciência crítica. Esta reflexão é tão essencial quanto os conceitos-base para a pesquisa em ACD – discurso, ideologia e hegemonia – pois foi o que norteou este trabalho. Além disso, mais adiante, será necessário fazer uma discussão mais aprofundada sobre como foi abordado o termo cultura e suas implicações no corpus da pesquisa.

Para refletir o caráter científico da ACD, é interessante fazer uma aproximação sucinta com o conceito de ciência como uma coisa *viva*, de Charles Sanders Peirce (1983). Como afirma Fairclough, a atividade crítica da ACD “consiste, essencialmente, em tornar visível a natureza interligada das coisas” (FAIRCLOUGH, 1985 apud WODAK, 2004, p. 225). Levando em consideração os objetivos da ACD e seu objeto de análise, tal estudo deverá estar

¹ Esta pesquisa foi financiada pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

interessado em analisar a linguagem como um fenômeno social e evidenciar as formas pelas quais a linguagem atua na estruturação das relações de poder em uma sociedade, assumindo, assim, uma posição politicamente engajada e, sobretudo, crítica da realidade social (WODAK, 2004).

Desta maneira, é possível pensar a ACD como uma área não disciplinar, que está aberta à interdisciplinaridade, que não detém a *última palavra* sobre qualquer assunto. Primeira evidência deste pensamento é o fato de a ACD não estar preocupada em desenvolver uma demonstração incontestável sobre seu objeto de estudo, mas, ao contrário, seus analistas se preocupam em desenvolver uma interpretação socialmente engajada, que de forma alguma será absoluta (RESENDE; RAMALHO, 2011). Isso faz ser possível fazer uma aproximação com a ideia de ciência como coisa *viva*, desenvolvida por Peirce (1983), quando faz uma crítica à prática científica de sua época. Para isso, o autor propõe que a ciência que busca a informação, a produção de um conhecimento novo, parta do estado da dúvida gerada por um primeiro contato com o fenômeno, para posteriormente chegar ao estado da crença, estado que não deve ser tido como absoluto. Assim, Peirce (1983) acentua a importância da observação dos fenômenos para o desenvolvimento de uma nova ciência, que não tem o interesse apenas em verificar a veracidade das coisas, mas de ser capaz, a partir da observação, de criar generalizações que expliquem os fenômenos. Para o autor: “em suma, ‘generalidade envolve a ideia de variações possíveis que não pode ser esgotada por nenhuma multiplicidade de coisas existentes’ (PEIRCE, 1983, p. 31).

Levando em consideração o caráter analítico e crítico da ACD, bem como o fato de um dos paradigmas desta ciência ser o entendimento da linguagem como um fenômeno social, pode-se entender o porquê da ACD ter uma visão não dogmática sobre o fenômeno, seu objeto, admitindo a complexidade da linguagem e as visões multifacetadas que a própria linguagem permite. Assim, a ciência não é apenas um método ou teoria que visa a confirmação de determinada premissa, mas sim, um caminho a ser seguido, cujo ponto de partida é o fenômeno e o ponto de chegada é a certeza de que o conhecimento adquirido não é absoluto.

O principal material empírico para a ACD é o texto. É necessário pensar o texto como uma materialização de estruturas abstratas, como a língua, e também como um evento discursivo e social em que é realizada a prática comunicativa básica entre pessoas. O texto faz parte de eventos sociais, como a realização de um conjunto de práticas sociais, que emergem do sistema linguístico como potencial. Este sistema linguístico abstrato funciona como um

conjunto de possibilidades para a realização de alguma ação que envolva a linguagem – como representar as coisas do mundo e mediar a comunicação entre os sujeitos.

A linguagem, e mais especificamente a língua, pode ser considerada em meio a estruturas sociais, tendo suas possibilidades de uso e não-uso, e no modelo da ACD proposto por Fairclough (2003), também pode ser considerada como elemento que integra processos sociais. De acordo com o autor, a noção de *prática social* permite uma aproximação entre estrutura e ação em que, por um lado, a prática é uma maneira relativamente estável de agir e, por outro, é uma forma de agir e interagir que reproduz estruturas sociais ou as transforma. Então, é importante para a ACD a relação entre a língua (dentro outros sistemas semióticos) e os elementos que integram toda prática social.² Dessa forma, o discurso passa a ser visto como: “o momento integrante e irreduzível das práticas sociais que envolve a semiose/linguagem em articulação com os demais momentos das práticas: fenômeno mental, relações sociais e mundo material” (RESENDE; RAMALHO, 2011, p. 16). O *discurso* é, pois, uma unidade básica das práticas sociais (WODAK, 2004) e é um mediador entre o sistema linguístico e os eventos sociodiscursivos, isso justifica o fato de o texto, enquanto materialidade dessas práticas sociodiscursivas, ser o principal material empírico para a ACD.

Fairclough (2003) elenca três elementos constituintes do discurso e que fazem essa mediação entre o sistema linguístico e os eventos sociais. São eles: Discurso, Gênero e Estilo. Esses elementos são partes de redes de práticas sociais, denominadas por Fairclough (2003) como *ordens do discurso*, conceito esboçado primeiramente por Foucault. Ao abordar o conceito de ordens do discurso, Foucault (2005; 2014a; 2014b) defende que as instituições sociais de controle, como hospitais e prisões, utilizam práticas discursivas como dispositivos de seleção e rarefação dos discursos e dos sujeitos, ou seja, práticas discursivas também exercem poder. A ACD operacionaliza “a teoria foucaultiana, entre várias outras, a fim de aprimorarem a concepção de linguagem como parte irreduzível da vida social” (RESENDE; RAMALHO, 2016, p. 20), focando na relação dialética entre estruturas sociais/semióticas e práticas sociais; pensando as práticas discursivas inseridas em redes de práticas sociais. Então, as ordens do discurso podem ser vistas como uma organização social e de controle das variações linguísticas, que permite a movimentação de uma estrutura mais abstrata, como estrutura semiótica e social, para eventos concretos, como o texto.

² Fairclough (2003) afirma que toda prática inclui os seguintes elementos: atividade produtiva, meios de produção, relações sociais, identidades sociais, valores culturais, consciência e semiose.

O discurso se caracteriza como uma forma particular de representar a linguagem interconectada com outros elementos que não são linguísticos. É justamente nesta mediação, entre elementos linguísticos e não-linguísticos que atuam as ordens do discurso. Os gêneros são formas de agir e interagir, os discursos são formas de representações particulares do mundo material e estilos são formas de se representar, de representar identidades pessoais (FAIRCLOUGH, 2003). As ordens do discurso acontecem de forma simultânea no texto e configuram, juntos, uma rede de práticas sociais.

É através do discurso, enquanto prática social, que modos particulares de ver o mundo são veiculados como verdades universais, de modo que o discurso é usado como meio de expressar e construir relações de dominação. Assim, as ordens do discurso atuam nesta construção, através de formas específicas de agir, interagir, de representar o mundo e se representar no mundo (FAIRCLOUGH, 2003). E é a partir destes mecanismos que se torna possível analisar os discursos nos textos. É também através destes mecanismos que o discurso pode ser ideológico e, conseqüentemente, sustentar e legitimar relações desiguais de poder na sociedade. Para a ACD, portanto, é necessário identificar estas formas ideológicas e fazer uma avaliação crítica, tendo em vista a emancipação e o empoderamento social.

Entende-se a *ideologia* a partir da concepção introduzida por Thompson (2011). Ele diz: “por isso, proponho conceitualizar ideologia em termos das maneiras como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação” (THOMPSON, 2011, p. 79). Há uma separação entre ideologia e formas simbólicas aqui, mesmo que as ideologias possam ser consideradas também como formas simbólicas. As formas simbólicas funcionam como articuladoras e constitutivas das relações sociais, ou seja, são formas que permitem e mediam as relações dos indivíduos entre si e o mundo, a própria linguagem (THOMPSON, 2011). No entanto, Thompson (2011), que admite uma pluralidade de conceitos para ideologia, propõe conceitualizar ideologia como uma forma simbólica cujo sentido serve essencialmente para estabelecer e sustentar relações de poder. Assim, é estabelecido uma diferença entre os grupos que compartilham uma determinada ideologia dominante e os grupos subalternos e dominados, e esta relação desigual de poder é legitimada e difundida através do discurso.

O discurso está totalmente ligado à manutenção do status quo de um grupo hegemônico, pensando em *hegemonia* nos termos de Gramsci (1999), como um poder temporário de determinado grupo dominante sobre outros grupos. É neste meio que a mídia se torna, por parte destes grupos hegemônicos, um poderoso instrumento de difusão e universalização de uma representação particular do mundo – especificamente a do grupo que

detém o poder hegemônico – que naturaliza uma situação de dominação através do discurso. Com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa no século XX, houve a possibilidade de uma difusão ainda maior dos ideais de uma determinada classe social, a que detém estes meios e também os que tem acesso e influência sobre os meios, mas não são donos, como os políticos³.

Antes de terminar a seção, será feita uma breve apresentação de como foi abordado o termo *cultura*, discussão que será retomada mais adiante. Considerando-se o que Fairclough (2001) denomina as três tendências de mudança discursiva nas sociedades pós-modernas de: *democratização*, *comodificação* e *tecnologização*, o foco desta pesquisa foi sobre a *comodificação*, que é concebida como a colonização de discursos por tipos discursivos associados com a produção de bens e consumo. Este foco foi interessante no sentido de averiguar essa tendência de mudança discursiva atual e no sentido de saber o que está sendo dito sobre cultura por um grande jornal da cidade de Salvador; e se esse discurso se enquadraria nesta tendência mais geral da *comodificação*. Tendo em vista a perspectiva crítica da ACD, é interessante trazer o questionamento inicial feito por Paulo Lima no livreto *Cultura e democracia*, de Marilena Chauí: “o que é o brasileiro, o que é o Brasil - como se houvesse um objeto uno e inteiriço assim chamado (cultura brasileira)?” (CHAUÍ, 2009, p. 17). Sendo assim, a abordagem adotada é a da cultura como um espaço heterogêneo em si próprio, espaço do diverso, do múltiplo e sobretudo da disputa, sempre em relação com outras instâncias da vida social.

Portanto, o termo *cultura* foi abordado a partir dos contextos de uso, tentando encontrar evidências de como é construído o discurso sobre cultura e se este discurso se encaixa numa tendência atual de *comodificação* dos discursos.

Metodologia

Qualquer pesquisa em ACD tem como principal material empírico o texto (RESENDE; RAMALHO, 2011). Como esta pesquisa teve o objetivo de analisar o discurso do jornal *online Correio*, foi delimitado um *corpus* de textos publicados no mês de fevereiro de 2016, já que foi o mês em que ocorreu o carnaval em Salvador. Para a seleção do *corpus* foi feita uma busca/pesquisa pela palavra-chave *cultura* no buscador do *site* do *Correio*, e copiados para o *Word* todos os 99 textos publicados nesse mês. Em seguida, foram

³ No caso do Brasil, muitos políticos controlam as mídias nos estados que os elegem.

selecionados os textos em que o termo *cultura* foi mais recorrente, restando 22 textos para análise.

Delimitado o corpus para a análise dos textos, na pesquisa foram utilizadas categorias linguísticas que, segundo Resende; Ramalho (2011), funcionam como mecanismos para a investigação social, pois como foi dito pelas autoras, para a ACD a linguagem constitui a unidade básica de interação social. Assim, tais categorias apontam alguns aspectos do nível discursivo do texto que evidenciam aspectos do nível social, mantendo uma relação de proximidade entre esses níveis. Ou seja, a linguagem como momento irredutível da interação social não pode ser separada de sua função principal: a social.

Existem diversas categorias linguísticas que foram desenvolvidas dentro dos estudos em ACD, no entanto, nesta pesquisa utilizou-se a análise semântica do termo *cultura*, indagando quais discursos podem ecoar no texto, se há um conflito entre elas e se elas ajudam a sustentar relações de dominação. Para tal empreendimento, foram utilizadas como suporte as propostas de Fairclough (2001) e sua discussão sobre intertextualidade e interdiscursividade, já que um dos objetivos da pesquisa é perceber se há a *comodificação* do discurso sobre a cultura.

A palavra-chave *cultura* no discurso do jornal *Correio*

A análise teve como um dos objetivos perceber pelo menos dois pontos: o primeiro era observar o que foi dito sobre cultura no discurso do jornal *Correio*, se este termo possui mais de um sentido, e o segundo foi verificar se há a tendência à mudança discursiva discutida por Fairclough (2001), a *comodificação*. O mês de fevereiro foi escolhido para que fosse observada a relação entre a utilização da palavra *cultura* e o carnaval.

Primeiramente, foram analisados os campos semânticos que mais se distanciavam dos objetivos gerais da pesquisa. É interessante perceber que pelo grande número de sentidos que a palavra adquire no discurso jornalístico, há uma falta de consenso no que diz respeito ao seu significado, o que mostra uma certa *elasticidade* do próprio termo, no sentido de que é possível se pensar a *cultura* através de diversos sentidos. Assim, antes de expor a análise, será discutida a evolução histórica do termo, mostrando que *cultura* é uma palavra que historicamente recebeu diversos sentidos e isso, de certa forma, reverbera até hoje. Segundo Marilena Chauí:

Vinda do verbo latino colere, na origem cultura significa o cultivo, o cuidado. Inicialmente, era o cultivo e o cuidado com a terra, donde agricultura; com as crianças, donde puericultura; e com os deuses e o sagrado, donde culto. Como cultivo, a cultura era concebida como uma ação que conduz à plena realização das potencialidades de alguma coisa ou de alguém; era fazer brotar, frutificar, florescer e cobrir de benefícios. (CHAUÍ, 2009, p.24)

Com o decorrer do tempo, a partir da filosofia iluminista entre os séculos XVII e XVIII, o termo ressurgiu relacionado com o conceito de *civilização* e com a ideia de se tem de vida civilizada. Nesse período, *cultura* surge como refinamento das maneiras e do intelecto, como um verdadeiro indicador do grau de *civilidade* de um determinado povo (CHAUÍ, 2009). Este conceito iluminista irá influenciar, mais tarde no século XIX, a concepção da antropologia. Neste sentido, no estudo antropológico do século XIX, foi estabelecido uma referência para se medir o grau de uma cultura de um determinado povo e esta referência, evidentemente, era a Europa capitalista:

As sociedades passaram a ser avaliadas segundo a presença ou a ausência de alguns elementos que são próprios do Ocidente capitalista, e a ausência desses elementos foi considerada sinal de falta de cultura ou de uma cultura pouco evoluída. (CHAUÍ, 2009, p. 25)

Desta maneira, as culturas começaram a ser avaliadas sob a égide dos valores da Europa ocidental, o que certamente tornava o estudo antropológico da época um estudo etnocêntrico, e sem falar que a avaliação de um povo como sendo sem cultura ou de uma cultura primitiva, justificava a colonização e o genocídio provocados nas invasões europeias na América e na África, por exemplo.

No entanto, ainda no século XIX: “sobretudo com a filosofia alemã, a ideia de cultura sofre uma mutação decisiva porque é elaborada como a diferença entre natureza e história. A cultura é a “ruptura da adesão imediata à natureza” (CHAUÍ, 2009, p. 26).

A partir do século XX, bebendo desta fonte alemã, o termo:

cultura passa a ter uma abrangência que não possuía antes, sendo agora entendido como produção e criação da linguagem, da religião, da sexualidade,

dos instrumentos e das formas do trabalho, dos modos da habitação, do vestuário e da culinária, das expressões de lazer, da música, da dança, dos sistemas de relações sociais – particularmente os sistemas de parentesco ou a estrutura da família – das relações de poder, da guerra ou da paz, da noção de vida e morte (CHAUÍ, 2009, p. 28).

Por fim, cabe refletir sobre a noção de *cultura* introduzida pela indústria cultural, também discutida por Marilena Chauí no livro *Cultura e democracia*. Segundo a filósofa (2009), a indústria cultural define a cultura como lazer e entretenimento, tornando a cultura um bem vendável, que gera lucros e fomenta o mercado capitalista. É perceptível a pluralidade de noções para o termo, o que evidencia sua elasticidade. A análise do *corpus* mostra exatamente isto: a falta de consenso quanto a um significado específico e único para o termo no discurso do jornal Correio.

O primeiro campo semântico analisado é cultura como um requinte, como uma elevação do intelecto e um refinamento das maneiras. Apesar desse sentido para o termo aparecer somente uma vez no *corpus*, sabe-se que no senso comum esse sentido é muito recorrente. Basta lembrar-se das inúmeras vezes em que se ouve a associação entre um intelectual a um ser *dotado* de cultura, e a dissociação entre o indivíduo sem estudo e a cultura. Como é dito por Chauí (2009), *cultura* como um refinamento do intelecto remete ao iluminismo do século XVII, no entanto essa noção perdura até o presente momento. A expressão da sobrevivência deste uso pode ser vista na seguinte passagem:

(1) A sede sexual, quando excessiva, pode matar ou levar ao psicanalista. A cultural alimenta a alma e faz cócegas no intelecto. (02/02/2016)

Neste trecho a *sede cultural*, a ânsia pela cultura, está ligada à alma e ao intelecto.

O segundo campo semântico que apareceu no *corpus* também foi pouco recorrente. Trata-se da palavra *cultura* sendo utilizada como critério classificatório, como algo que é *pertinente*, para usar o termo colocado em uma das reportagens. Este sentido se aproxima bastante de uma definição discutida por Marilena Chauí (2009), em que a antropologia do início do século XIX usava o termo *cultura* como critério de avaliação do grau de civilidade de determinado lugar. Vale lembrar: o critério para esta avaliação era sempre a comparação com os modelos e valores europeus. Pode-se pensar na dicotomia que este sentido cria:

cultura X não cultura, e no problema de quem é que dita o que não é e o que é cultura (geralmente a classe que pertence a uma elite). Como vemos no exemplo 2:

(2) Para Leandro, o universo que representa a cantora está muito bem inserido em uma cultura “pertinente e fundamental com o Brasil autêntico”, que não segue modelos internacionalizados. (02/02/2016)

Existe uma cultura *pertinente e fundamental com um Brasil autêntico*? Pertinente aqui está caracterizando cultura, e sugere que há outras culturas que não são pertinentes, o que reacende as discussões sobre o que é cultura e o que não é cultura.

(3) Ela [Maria Bethânia] expressa o que de há de melhor no Brasil em termos culturais”, disse. (09/02/2016)

Nesse trecho de uma reportagem que trata da vitória da Mangueira no desfile de carnaval do Rio de Janeiro, temos a fala do então Ministro da Cultura, Juca Ferreira. Aqui vemos ainda mais claramente o termo *cultura* sendo utilizado como critério classificatório já que, para o Ministro, e para um grande número de pessoas, existem critérios culturais de avaliação de uma determinada cultura. Uma pergunta pertinente seria: Quais são esses critérios? Definidos por quem?

O terceiro campo semântico a ser tratado foi mais recorrente no corpus do que os anteriores, trata-se de cultura como um hábito, ou que remete a uma memória ancestral de um povo, modo de vida de uma comunidade ou como forma de identificar uma cultura específica (daí o termo sempre aparecer acompanhado de um especificador). Este sentido para o termo condiz com o que Marilena Chauí (2009) chama de um sentido mais abrangente para o termo cultura, que surge entre o século XIX e XX, com a filosofia alemã:

(4) Para eles, o Carnaval não é só uma festa onde muita gente pula atrás do trio elétrico. A folia tem outro significado: é mais uma afirmação da sua identidade e da cultura afro-brasileira. “A nossa dança é muito linda assim como a minha história. O negro é a coisa mais bonita de se ver”, afirma a Rainha do Azeviche do Muzenzinha, Geovana Rebeca Chagas, de 6 anos. (07/02/2016)

Aqui, o termo aparece remetendo à cultura afro-brasileira, remete a uma raiz histórica e a identificação com esta raiz. Esta matéria fala sobre o bloco Afro Malê Debalê, que foi criado com inspiração na Revolta dos Malês, levante de negros mulçumanos que aconteceu em 1835, em Salvador. Outro exemplo:

(5) Para a coordenadora do Observatório da Lei Maria da Penha, Márcia Tavares, o assédio sofrido pela repórter é um reflexo de uma cultura que não percebe a mulher como sujeito. “Ela é percebida como objeto. O corpo da mulher é visto como um objeto sem a possibilidade de dizer sim ou não”, explicou. (16/02/2016)

Já em 5, *cultura* aparece como um hábito enraizado em uma sociedade machista, hábito que guia a ação de muitos indivíduos, reflexo de uma sociedade que inferioriza e sexualiza a mulher.

(6) É importantíssimo que eles aprendam o que ultrapassa os limites da língua e a cultura, principalmente os valores da cultura japonesa: o respeito à diversidade, ao meio ambiente, uma cultura de paz. (16/02/2016)

Nesse trecho o termo aparece três vezes, e também se encaixa no campo semântico de cultura como um hábito ou memória ancestral de um dado país ou grupo de pessoas. Aqui, *cultura* é a produção de valores, modos de agir de um determinado povo, e que nesse caso serve de exemplo para outros povos.

Uma coisa que é interessante perceber é a falta de assuntos polêmicos que girem em torno dessa noção de cultura. A partir da leitura do *corpus*, tem-se a impressão de que quando se trata dos hábitos, valores de outra cultura, ela é respeitada, e convive pacificamente com as demais. Talvez ocorra um apagamento das diferenças que são gritantes, e isso se evidencia para além deste campo semântico, como se o jornal tivesse o intuito de mostrar que não há uma tensão entre as diferenças culturais no Brasil

O quarto campo semântico analisado foi o de *cultura* como algo estanque, que é invariável, que leva o leitor a pensar em uma certa unidade, ao invés de se pensar *cultura* como um substantivo coletivo, que é plural em si mesmo. A partir desse uso surgem

perguntas como: é possível pensar em uma unidade para a cultura baiana? Quem são seus representantes, senão todos os baianos? O que é cultura popular, senão toda e qualquer manifestação cultural do próprio povo? *Popular* é usado em qual sentido? É pejorativo? Sobre cultura popular Chauí (2009) diz:

Ora, cultura popular também não é um conceito tranquilo. Basta lembrarmos os três tratamentos principais que ela recebeu. O primeiro, no Romantismo do século XIX, afirma que cultura popular é a cultura do povo bom, verdadeiro e justo, ou aquela que exprime a alma da nação e o espírito do povo; o segundo, vindo da Ilustração Francesa do século XVIII, considera cultura popular o resíduo de tradição, misto de superstição e ignorância a ser corrigido pela educação do povo; e o terceiro, vindo dos populismos do século XX, mistura a visão romântica e a iluminista; da visão romântica, mantém a ideia de que a cultura feita pelo povo é, só por isso, boa e verdadeira; da visão iluminista, mantém a ideia de que essa cultura, por ser feita pelo povo, tende a ser tradicional e atrasada em relação ao seu tempo, precisando, para atualizar-se, de uma ação pedagógica a ser realizada pelo Estado ou por uma vanguarda política.” (CHAUÍ, 2009, p. 32).

Como fica evidente, existem algumas concepções para o termo cultura popular. Pode-se perguntar se há uma tendência a universalizar a cultura no seguinte trecho:

(7) Os estilistas Márcia Ganem e Wilson Silva explicam que a fantasia do bloco, durante todo o Carnaval, reflete a identidade do grupo percussivo. A estampa abusa das cores e remete à cultura popular e à indumentária indígena. (05/02/2016)

Em (7), o primeiro problema seria precisar a qual cultura popular a estampa da blusa remete, o que já justifica a inserção deste exemplo no campo semântico escolhido, já que dentre todas as possibilidades de culturas populares está se falando de uma única. Seria a cultura indígena? Se for, qual povo indígena? Não existe uma unidade assim chamada *cultura indígena* e, inclusive, esse tratamento remete a um etnocentrismo ao qual os diversos povos indígenas sempre foram acometidos no Brasil.

Para além do problema de se tratar a cultura nordestina como algo uniforme e homogêneo, como se existisse apenas uma cultura nordestina, uma forma de expressão da cultura, é interessante perceber uma predileção do jornal em dar a voz apenas a grandes artistas, como se eles fossem os únicos porta-vozes de uma cultura, diversa em si mesma. E os

atores sociais anônimos? E aqueles que põem em movimento e dão vida a isso que se chama cultura? Em quase nenhuma reportagem estes atores aparecem.

(8) “Sinceramente, não gosto dessa invasão de ritmos no Carnaval. Acho que é preciso valorizar a cultura baiana”. (04/02/2016)

Em (8), tem-se a fala de uma cantora chamada Márcia Freire, em que faz uma crítica ao que ela chama de *invasão de ritmos* no carnaval de Salvador. Ora, a cantora coloca a necessidade de valorizar a cultura baiana como uma forma de evitar a invasão de ritmos no carnaval, mas seria, então, a cultura baiana composta de uma só expressão musical? Por exemplo, o rock nasceu nos EUA, tocar músicas de rock em eventos no Brasil seria uma desvalorização da cultura local? Cria-se uma dicotomia entre a valorização de uma determinada cultura e todas as misturas e diversidades a que essa determinada cultura está sujeita. Além disso, atualmente existe um contexto bastante dinâmico no que diz respeito a interações entre culturas diferentes – o próprio estilo musical comumente relacionado com o carnaval deve ser considerado como um estilo que mudou ao longo dos anos, e que provavelmente incorporou aspectos de outros estilos musicais. Além disso, parece haver um intuito da cantora em retomar um espaço que anteriormente pertencia apenas ao axé, e que agora tem que ser disputado com essa invasão de ritmos.

Um conceito interessante para pensar no oposto da ideia de homogeneizar a cultura foi cunhado por Canclini (2011), *culturas híbridas*, e trata basicamente de uma mistura entre culturas diferentes, em que as barreiras dessas diferentes culturas se tornam fluidas e há intensas trocas entre elas. Isso, de acordo com o autor, remete a uma heterogeneidade cultural que é uma das grandes marcas da atualidade.

O quinto campo semântico para a palavra *cultura* expressa a ideia de pluralidade cultural, de convívio pacífico entre as culturas. Este campo semântico está relacionado ao carnaval e reforça a ideia de que a festa é um encontro pluriétnico, *multicultural* (termo utilizado na reportagem “Com cortejo de 16 atrações, abertura oficial do Carnaval acontece pela 1ª vez na quarta”, 03/02/2016), em que a diversidade aparentemente convive de forma pacífica e democrática.

Tem-se a noção de que no carnaval de 2016 as autoridades públicas proporcionaram uma democratização da festa, passa-se a ideia de um carnaval singular que devido ao fato de haver uma pluralidade de atrações artísticas e um maior incentivo ao folião-pipoca, a festa

estaria sendo *democratizada*. No entanto, não se fala de políticas que realmente visem uma inclusão democrática e pouco se fala em diálogo entre a sociedade e as autoridades para se construir uma política inclusiva no carnaval.

Então, parece que no fim das contas essa política de democratização do carnaval é um feito apenas da prefeitura e do governo do estado, que proporcionam ao povo uma festa com ampla inclusão social e cultural, mas que na verdade essa inclusão se resume basicamente a uma diversidade de atrações musicais e ao fato da prefeitura levar a festa para alguns bairros periféricos. A predileção por atores sociais privilegiados para tratar desta democratização da festa, como o presidente da Saltur, governador do estado, prefeitura, revela o caráter antidemocrático com que as políticas culturais vêm sendo tratadas no Brasil.

Assim, foi feita uma análise mais sistemática da reportagem referida acima porque nessa reportagem se fala mais especificamente e mais demoradamente do carnaval associado ao termo *multicultural*. No entanto, vale ressaltar que a construção desse carnaval pluriétnico, singular e sem desigualdades é construído também nas demais reportagens em que o carnaval aparece como tema importante.

Uma análise do significado representacional, proposto por Fairclough e discutido por Resende (2006), a partir de uma releitura da metafunção ideacional⁴, proposta por Michael Halliday, põe em evidência a afirmação anterior de que há uma predileção do jornal em representar atores sociais como: Isaac Edington (presidente da Saltur⁵), prefeito ACM Neto, governador Rui Costa, Nivaldo Nery (Rei Momo⁶), Carlinhos Brown, etc. Foi feita uma análise de todas as orações da reportagem a partir do sistema de transitividade, discutida por Fuzer; Cabral (2014), para ter-se uma noção de como se dá “a construção da experiência em termos de configuração de processos, participantes e circunstâncias” (p. 33). A voz que mais apareceu na reportagem, cuja manchete se intitula: “Com cortejo de 16 atrações, abertura oficial do Carnaval acontece pela 1ª vez na quarta”, foi a do presidente da Saltur, através de citação direta ou de relatos:

(9) “A gente viu o que foi o pré-Carnaval e como o público se fez presente. O Fuzuê estava lotado e o Furdunço teve o dobro de pessoas do ano passado, o que nos

⁴ Segundo Fuzer; Cabral (2014, p. 32), “metafunções são as manifestações, no sistema linguístico, dos propósitos que estão subjacentes a todos os usos da língua”. A metafunção ideacional é aquela manifestação da linguagem responsável pela representação de mundo.

⁵ Empresa Salvador Turismo

⁶ O Rei Momo é um personagem da mitologia grega que se tornou símbolo do carnaval da Bahia. É o personagem que todos os anos recebe do prefeito a chave da cidade.

mostra o quanto o folião aguarda ansioso pelo início da festa”, pontuou Edington (03/02/2016)

(10) Segundo o presidente da Saltur, a abertura será um momento simbólico e histórico. “Terá espaço para tudo: fanfarras, blocos de trio, blocos percussivos, baianas, entre outras atrações. É uma representação do que é o Carnaval de Salvador - o maior carnaval de rua do mundo e que não tem comparação com outros, tanto pela quantidade de público, quanto pela diversidade de estilos”, disse. (03/02/2016)

Em (9) tem-se um processo verbal (*pontuou*) e uma citação da fala do presidente da Saltur. Em (10) tem-se um processo relacional, utilizado para caracterizar o carnaval (*será*) e o uso de uma circunstância de ângulo (*Segundo o presidente da Saltur*) e um processo verbal (*disse*) e uma citação da fala do presidente da Saltur. Essas orações foram construídas de forma que o discurso desse ator social ficasse em evidência no texto.

A reportagem reforça ainda mais a distância social entre os atores privilegiados e os atores sociais comuns, que não ocupam um lugar de destaque na sociedade. Em termos de processos e circunstâncias, esse carnaval não é construído pelo povo, mas sim por esses atores privilegiados. Além disso, é sabido que há uma situação degradante, que envolve grande parte das pessoas que trabalham na festa (os cordeiros são um exemplo⁷), com jornadas de trabalho que chegam a quase 12 horas e o pagamento de um valor irrisório pelo trabalho dessas pessoas. Então, o questionamento é: a até que ponto a ideia de multiculturalidade como uma política de proteção e valorização das culturas, principalmente das minorias sociais, é utilizada para vender um carnaval democrático?

(11) Um encontro multicultural com um pouco de tudo o que vai acontecer no Carnaval. Assim será a abertura oficial da folia momesca, que começa hoje, às 18h, no Centro Histórico. (03/02/2016)

Nesse trecho, tem-se o uso do termo *multicultural* relacionado a um encontro plural e que envolve a representação de múltiplas identidades culturais. Para além da crítica ao uso do termo, que se vê muito claramente na filosofia e mais recentemente nas teorias da cultura, o uso desta palavra na reportagem remete apenas ao fato dos organizadores da festa trazerem diversos estilos musicais.

⁷ Cordeiros são homens e mulheres contratados para segurarem as cordas que cercam os blocos no carnaval.

(12) Quanto à abertura do Carnaval, além de toda expectativa, Duzinho elogiou a mistura que está por vir. “É um momento para valorizar as manifestações culturais que estarão bem representadas no cortejo inicial”. A maioria dos 500 músicos que participam da abertura não estarão em trios, fazendo jus ao tema da folia deste ano - “Vem curtir a rua”. (03/02/2016)

A conclusão que se pode ter é que o carnaval é um encontro multicultural, não pelo respeito às diversas culturas, nem pela garantia de direitos, mas por uma suposta representatividade que as mais diversas manifestações culturais vão ter na festa. O apagamento das tensões que envolvem o carnaval, sobretudo no que tange ao desrespeito de direitos, ou a inexistência de outros atores sociais que não sejam os privilegiados (empresários, artistas, representantes do poder público, etc.), reforça ainda mais a ideia já apresentada na análise de outros campos semânticos, que é a de que há um convívio harmônico idealizado entre as culturas, de que elas são bem representadas e protegidas.

Para finalizar a análise deste campo semântico, o discurso do jornal, além de reforçar a ideia já discutida de que cultura aparece associada a ideia de um carnaval democrático, que apazigua as diferenças, vai adiante: reforça o mito de que no carnaval todo tipo de preconceito é deixado de lado, quando todos possuem a liberdade de se expressar (sejam eles LGBT, mulheres, negros, etc.), como em (13):

(13) No Carnaval da Bahia, dá-se o oposto, o coletivo se sobrepõe ao indivíduo e ninguém sabe exatamente quais os estratos sociais compõem a multidão na rua; os papéis se embaralham e as hierarquias se liquefazem, e, de repente, os homens se vestem de mulheres, os súditos se tornam reis, o negro recupera sua soberania e domina a avenida com sua exuberante cultura, e a alegria expulsa a frieza do mundo regido pela ótica da mercadoria e do dinheiro. (05/02/2016)

O último campo semântico se refere à *comodificação*, fenômeno discursivo em que há uma sobreposição do discurso econômico sobre os demais discursos. *Cultura* aparece associada a termos que são típicos dos discursos sobre economia: *mercado*, *incentivo*, *venda*, etc. *Cultura* é representada como algo que pode ser consumido, que existe um mercado em torno. Estas noções já foram amplamente discutidas pelos teóricos que analisaram a chamada cultura de massas e a indústria cultural, como os da escola de Frankfurt (Adorno, Horkheimer, Marcuse, entre outros). As análises feitas demonstraram que há uma forte vinculação entre a cultura e a economia, como nos seguintes trechos:

(14) E é isso que acontece no Carnaval de Salvador, uma festa tão profundamente capitalista que nela se vende a alegria, a música, a celebridade, os artistas e até o imaginário cultural, racial e religioso do povo. (05/02/2016)

(15) A tradicional abertura do bloco Olodum, na tarde desta sexta-feira, 5, no Pelourinho, em Salvador, foi marcada por gritos por mais igualdade, tolerância e incentivo à cultura. (05/02/2016)

(16) Foi o momento ideal para o presidente do Olodum, João Jorge, afirmar que o bloco tem dificuldades em obter patrocínios da iniciativa privada. Segundo ele, a lei Rouanet só atende o interesse das empresas e não procura incentivar a cultura. (05/02/2016)

Aqui, o termo *cultura* pode ser relacionado à economia, a movimentações financeiras. Em (14), tem-se o imaginário cultural como algo que pode ser vendido, em que há uma exploração econômica da cultura por parte dos negócios carnavalescos. Em (15) e (16), *incentivo à cultura* está relacionado a uma cobrança feita pelo grupo Olodum, em que se criticou a falta de apoio financeiro por parte da iniciativa privada e da Lei Rouanet que, segundo o presidente do Olodum na época, atende apenas aos interesses das empresas. Então, *incentivar à cultura* aparece como um apoio financeiro.

(17) Mas temos que lembrar que cultura move dinheiro e onde há dinheiro, há bandalheira. (15/02/2016)

Em (17), tem-se que cultura *move dinheiro*, ou seja, existe um mercado cultural. Aqui, observa-se uma relação entre cultura e movimentação de dinheiro, uma característica do capitalismo, que insere a cultura dentro da lógica capitalista.

A partir das análises feitas neste campo semântico pode-se dizer que existe uma relação muito próxima entre cultura e economia, que passa a ideia de que há um mercado cultural ou que cultura pode ser algo que se pode comprar, um verdadeiro produto para ser consumido. Além disso, este campo semântico foi o mais recorrente do *corpus*, o que reforça ainda mais a *comodificação* como uma tendência à mudança discursiva da atualidade, em que há, por exemplo, uma infiltração de termos oriundos dos discursos sobre economia (*incentivo*, *move dinheiro*, *PIB da cultura*). Para reforçar:

(18) Não é sem razão que, desde algumas décadas, vem sendo ressaltada a importância que o PIB da cultura e do turismo assume na economia baiana, com especial ênfase em nossa capital, como uma das principais fontes geradoras de oportunidades de trabalho e renda para a população. (17/02/2016)

PIB é o tipo de item lexical que faz parte do vocabulário comumente relacionado aos discursos sobre economia, no entanto, em (18), o termo se relaciona com cultura.

Conclusão

Ficou perceptível a partir da análise a diversidade de usos para o termo *cultura* no discurso do jornal *Correio*. Foram feitas análises de 6 campos semânticos, o que evidencia, como já foi dito, a elasticidade do termo. Outro ponto que ficou evidente é a falta de polêmicas que girem em torno das discussões sobre cultura, algo pouco apaziguado na atualidade, mas que no contexto do *corpus* passa a impressão de que não há problemas entre as diferenças culturais, não há problemas de ordem social. Apenas 1 reportagem, entre as 22 analisadas, trata de um tema polêmico: a cultura do machismo.

Outro ponto em evidência na análise foi a tendência à mudança discursiva, a comodificação, em que o termo cultura aparece relacionado à economia. Nesse discurso é construída uma relação entre cultura e termos como incentivo financeiro, investimento, mercado, dinheiro, entre outros. O campo semântico referente a essa relação foi o mais recorrente no *corpus*, reforçando ainda mais a *comodificação* como uma tendência à mudança discursiva da atualidade.

No que tange ao meio de comunicação (no caso, o site do jornal *Correio*), a pesquisa evidenciou uma certa tendência ao conformismo; um impulso para a manutenção do sistema econômico e social. Além de apoiar o *status quo*, deixa-se de levantar questões relevantes sobre a estrutura social, evidenciando que essa tendência ao conformismo advém mais do que não é dito, do que do que é dito explicitamente. Além disso, existe uma tendência à manutenção de certos valores socialmente compartilhados, e o reforço de modelos de comportamento que servem à manutenção do sistema social. Um exemplo claro disso no *corpus* da pesquisa foi uma reportagem que passa a ideia de que se vive em Salvador, pelo menos na época do carnaval, uma suspensão das desigualdades, ideia esta que serve para a construção mítica de que a sociedade brasileira é uma sociedade livre de preconceitos e discriminações.

Por fim, em relação ao carnaval, a análise mostrou que há uma preferência do jornal em construir um discurso sobre a festa como se essa fosse inclusiva e democrática. O *Correio* optou por representar apenas atores sociais privilegiados, sejam eles artistas, pessoas com cargos importantes em instituições públicas ou grupos carnavalescos já consagrados na cidade⁸, o que vai de encontro com a ideia de um carnaval democrático e acessível a todos, onde há a participação de toda a população e a discussão dos problemas já existentes (ocultados pelo jornal). Além disso, é sabido pela maioria das pessoas que vivem em Salvador que existem diversos problemas de ordem social no carnaval, porém o jornal retrata a festa somente de modo positivo, como se tivesse o intuito de fazer uma propaganda sobre o carnaval ao invés de retratar a realidade vivida em Salvador.

O jornal se mostrou um importante apoiador da classe dominante, o que acarreta na necessidade de se informar por mais de uma plataforma midiática. Corroborando com essa necessidade existem diversas mídias que buscam olhar para a cidade de uma forma diferente, como as mídias periféricas que vêm surgindo no Brasil, e se mostram como uma alternativa à grande mídia, combatendo as generalizações que são feitas sobre as comunidades e combatendo, sobretudo, os estereótipos que reforçam o preconceito e a desigualdade.

Referências

- CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2011.
- CHAUÍ, M. *Cultura e Democracia*. 2. ed. Salvador: Secretaria da Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2009.
- FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London and New York: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade Brasília, 2001.
- FAIRCLOUGH, N. *Language and power*. New York: Longman, 1989.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola, 2014a.
- FOUCAULT, M. *História da loucura*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2014b.

⁸ Como o bloco afro Malê Debalê

FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. *Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa*. Campinas: Mercado de Letras, 2014.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. 1º v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

PEIRCE, C. S. Conferência IV: a realidade da terceiridade. In: PEIRCE, C. S.; FREGE, J. G. *Escritos coligidos. Sobre a justificação científica de uma conceitografia. Os fundamentos da aritmética*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 29-35.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. de M. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes Editores, 2011.

RESENDE, V. de M.; RAMALHO, V. *Análise de discurso crítica*. Campinas: Contexto, 2016.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 2011.

WODAK, R. Do que trata a ACD: um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Linguagem em (Dis)curso*. v. 4, n. especial, 2004, 223-243.

Artigo recebido em: 28/03/2018.

Artigo aceito em: 29/05/2018.

Artigo publicado em: 02/08/2018.

A EXPRESSÃO DA 1PP EM CONTEXTOS SINTÁTICOS DE COMPLEMENTAÇÃO E ADJUNÇÃO E O PROBLEMA DE AVALIAÇÃO LINGUÍSTICA EM MACEIÓ/AL

Elyne Giselle de Santana Lima Aguiar Vitório

Resumo: Partindo do pressuposto de que as formas linguísticas variantes apresentam o mesmo valor de verdade, mas podem diferir quanto às avaliações sociais, mensuramos as normas subjetivas dos falantes maceioenses em relação à expressão da 1PP em contextos sintáticos de complementação e adjunção, tomando por base o contexto situacional – informal e formal. Para tanto, recorremos à Teoria da Variação Linguística (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968; LABOV, 1972, 2003) e elaboramos um teste de reação subjetiva. Os julgamentos dos falantes sinalizam que apesar de *a gente* ser aceitável tanto em contexto informal quanto em contexto formal, há funções sintáticas em que essa variante é menos aceitável, como objeto direto e relações de posse, principalmente no contexto formal. Os dados também parecem indicar que *a gente* não sujeito funciona como um traço linguístico que exhibe estratificação tanto estilística quanto social, mas abaixo do nível de consciência, suscitando respostas regulares em testes avaliativos.

Palavras-chave: 1PP. Complementação. Adjunção. Avaliação.

Abstract: Based on the assumption that variant linguistic forms have the same truth value, but may differ in social evaluation, we measure the subjective norms of maceioense speakers in relation to the expression of 1PP in syntactic contexts of complementation and adjunction, based on the context situational - informal and formal. For that, we used the Theory of Linguistic Variation (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968; LABOV, 1972, 2003) and we elaborated a test of subjective reaction. The judgments of the speakers signal that although *a gente* is acceptable both in the informal context and in the formal context, there are syntactic functions that this variant is less acceptable, as direct object and relations of ownership, especially in the formal context. The data also seem to indicate that *a gente* non-subject acts as a linguistic trait that exhibits both stylistic and social stratification but below the level of consciousness, eliciting regular responses in evaluative tests.

Keywords: 1PP. Complementation. Adjunction. Evaluation.

Introdução

A implementação de *a gente* no quadro pronominal do português brasileiro iniciou-se entre os séculos XVII e XVIII e originou-se da forma nominal *gente*, que, ao passar por um processo de gramaticalização (cf. OMENA, 1996, 2003; LOPES, 2002, 2004), perdeu os

·Professora doutora de Língua Portuguesa e Linguística no curso de Letras da Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão – UFAL e do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFAL, Delmiro Gouveia, Alagoas, Brasil. E-mail: elyne.vitório@gmail.com.

traços formais de número e gênero [+ feminino] e ganhou o traço [+ pessoa]. Encaixado no sistema linguístico do português brasileiro, o pronome *a gente* não só tem ocupado o espaço de *nós* para a referência à 1PP na função sintática de sujeito, como também começa a se implementar nos contextos sintáticos de complementação e adjunção.

Na posição de sujeito, conforme pontuam Vianna e Lopes (2015), *a gente* é a forma preferida nas variedades brasileiras analisadas, com a variação *nós* e *a gente* sendo condicionada pelas variáveis paralelismo formal e discursivo, tempo verbal, determinação do referente, saliência fônica, preenchimento do sujeito, faixa etária, sexo/gênero e escolaridade, com o pronome inovador sendo mais frequente nos seguintes contextos: antecedido por *a gente*, formas verbais menos marcadas, referente indeterminado, menor diferença fônica entre as formas verbais, sujeito preenchido, falantes femininos, menos escolarizados e mais jovens.

Em relação à realização de *a gente* nas funções sintáticas de complemento e adjunto, pesquisas sociolinguísticas (OMENA, 1986; RAMOS; BEZERRA; ROCHA, 2009; TAMANINE, 2010; VIANNA; LOPES, 2012; VITÓRIO, 2017a) mostram que a variação *nós* e *a gente* tende a ser condicionada pelas variáveis paralelismo formal, tipos de núcleo, relações gramaticais, sexo/gênero e escolaridade, com a variante *a gente* sendo mais frequente nos seguintes contextos: antecedida por *a gente*, núcleo verbal, (oblíquo) complemento e acusativo, entre os falantes menos escolarizados, mais jovens e femininos.

Tomando por base a pesquisa de Vitória (2017a) que mostra que, na fala maceioense, *nós* e *a gente* estão em competição tanto na função de sujeito quanto nas funções de complemento e adjunto, focalizamos, neste estudo, a variação *nós* e *a gente* nas funções de complemento e adjunto. Para tanto, consideramos o problema de avaliação linguística (cf. WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968) e objetivamos responder à seguinte questão: como a variação *nós* e *a gente* nas funções de não sujeito é avaliada pelos falantes, tendo em vista a (in)formalidade do contexto social (fala do dia a dia e fala apresentando seminário)?

Para a análise e discussão dos dados, partimos do pressuposto de que embora as formas linguísticas variantes apresentem o mesmo valor de verdade ou representacional podem diferir quanto às avaliações ou valorações sociais, o que se dá por conta das pressões sociais que operam constantemente sobre a língua (LABOV, 1972). Isso implica considerar que a língua está em constante processo de avaliação, logo a preferência pelo uso de uma forma em relação à outra em uma dada situação comunicativa também está relacionada a processos de avaliação e/ou emissão de reações subjetivas dos falantes/ouvintes.

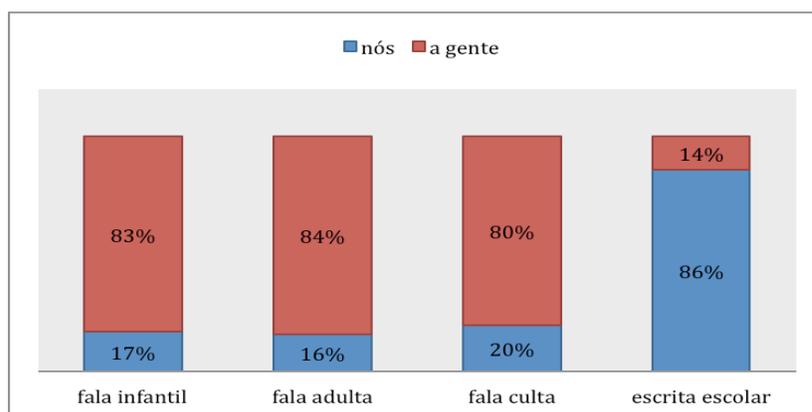
A fim de cumprir o propósito enunciado, estruturamos nosso artigo da seguinte forma: além desta primeira seção introdutória; apresentamos, na seção “A 1PP na fala maceioense”,

como os pronomes *nós* e *a gente* se comportam nessa comunidade de fala; destacamos, na seção “Aporte teórico-metodológico”, alguns aspectos concernentes aos pressupostos teóricos adotados neste estudo e descrevemos a metodologia desenvolvida para a realização desta pesquisa; analisamos e discutimos os resultados obtidos na seção “Análise e discussão dos dados”; encerramos as discussões levantadas acerca do tema nas “Considerações finais”.

A 1PP na fala maceioense

O processo de substituição de *nós* por *a gente* na posição de sujeito tem sido objeto de estudos sistemáticos em diversas variedades do português brasileiro, que mostram que, de maneira geral, na língua falada, gradativamente *a gente* tem ocupado o espaço de *nós*, sendo essa variação caracterizada como um processo de mudança, condicionado por restrições linguísticas e sociais. Em Maceió, observamos, conforme gráfico 1, que, na língua falada, *a gente* é o pronome preferido – 83% na fala infantil, 84% na fala adulta e 80% na fala culta, mas, na escrita escolar, *nós* é a variante selecionada, com apenas 14% de uso de *a gente*.

Gráfico 1: Percentuais de *nós* e *a gente* sujeito na cidade de Maceió/AL



Fonte: Vitório (2017b, p. 71)

Em relação aos contextos que favorecem o uso de *a gente*, temos que, na língua falada, *a gente* é favorecido quando o verbo está na 3PS, quando *a gente* é antecedido por *a gente*, quando o sujeito é preenchido, entre os falantes menos escolarizados, do sexo feminino e mais novos. Na escrita escolar, as poucas realizações do pronome inovador são favorecidas

quando *a gente* é antecedido por *a gente*, com o verbo na 3PS, quando o sujeito é preenchido, entre os alunos do ensino fundamental, do sexo feminino e quando o tema da produção textual exige menor monitoramento, como o relato de experiências pessoais dos alunos.

Outro ponto a destacar sobre a variação *nós* e *a gente* na posição de sujeito na comunidade de fala maceioense diz respeito ao valor social atribuído a essas formas variantes. De acordo com Vitório (2017b), os dados de percepção não coadunam com os dados de produção, tendo em vista que os falantes não só acreditam usar mais o pronome *nós* – 54% *versus* 46% de *a gente*, como também julgam melhor o seu uso – 62% *versus* 38% de *a gente*, principalmente na situação formal – 90%, com o pronome inovador sendo o preferido na situação informal – 56%, caracterizando-se como um traço linguístico do tipo marcador.

Vale ressaltar que esses dados referem-se ao uso de *nós* e *a gente* em sentenças que expressam relação de concordância verbal simétrica – *nós* + *1PP* e *a gente* + *3PS*, pois em contextos em que esses pronomes ocorrem em relação de concordância verbal assimétrica – *nós* + *3PS* e *a gente* + *1PP*, os falantes argumentam que são formas linguísticas que não usariam ou acham ruins, caracterizando-se, segundo a autora, como estereótipo linguístico, fortemente sensível à avaliação social. Dessa forma, não é a forma *a gente* que é estigmatizada, mas a relação de concordância estabelecida entre o pronome e o verbo.

Em relação à variação *nós* e *a gente* em contextos sintáticos de complementação e adjunção, Vitório (2017a), com o objetivo de analisar como essa variação ocorre na fala maceioense, mostra não só que, no cômputo geral dos dados, a variante conservadora ainda é a forma pronominal preferida nessa comunidade de fala – 61% *versus* 39% de *a gente*, como também que o pronome preferido na posição de sujeito começa a se implementar em outras funções sintáticas, com essa variação sendo condicionada pelas variáveis tipos de núcleo, relações gramaticais, paralelismo formal, sexo/gênero e escolaridade.

Ao observarmos as realizações dessas variantes, tomando por base as relações gramaticais e os tipos de núcleo considerados pela autora, verificamos, conforme tabela 1, que a variante inovadora é mais frequente nas funções sintáticas de acusativo – 40% e (oblíquo) adjunto – 21% pertencentes ao núcleo verbal, ao passo que, na função de (oblíquo) adjunto pertencente ao núcleo nominal, *nosso(a)* é a variante preferida – 77%. A variante inovadora *a gente* também é favorecida quando antecédida por *a gente* em outras funções sintáticas diferentes de sujeito, entre as mulheres e entre os falantes menos escolarizados.

Tabela 1: 1PP segundo as variáveis relações gramaticais e tipos de núcleo

	Acusativo		Dativo		(Obl.) Compl.		(Obl.) Adj.	
	Nós	A gente	Nós	A gente	Nós	A gente	Nós	A gente
Núcleo nominal	-	-	-	-	4 / 80 5%	3 / 80 4%	62 / 80 77%	11 / 80 14%
Núcleo verbal	2 / 48 4%	19 / 48 40%	9 / 48 19%	2 / 48 4%	1 / 48 2%	5 / 48 10%	-	10 / 48 21%

Fonte: Vítório (2017a, p. 133)

É a partir desses estudos que mensuramos as normas subjetivas dos falantes maceioenses em relação à variação *nós* e *a gente* em contextos sintáticos de não sujeito. Para tanto, partimos do pressuposto de que estamos diante de um traço linguístico social e estilisticamente marcado, o que significa considerar que a polarização informal e formal pode revelar nuances da implementação de *a gente* e da conservação de *nós* na comunidade de fala maceioense. Nesse contexto, nosso intuito é também contribuir para o desvelamento da variação na 1PP no português brasileiro, conforme pontuam Martins e Abraçado (2015).

Aporte teórico-metodológico

Para o desenvolvimento deste estudo, recorreremos à Teoria da Variação e Mudança Linguística (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968; LABOV, 1972), que se firmou na década de 1960 e baseia-se na análise do uso real da língua, considerando seu caráter inerentemente variável. A língua é dotada de uma heterogeneidade ordenada, que pode ser estudada tomando por base até cinco problemas empíricos da mudança linguística, a saber: restrição, transição, encaixamento, avaliação e implementação das formas variantes. O foco de nossa atenção recai, especificamente, sobre o problema empírico da avaliação linguística.

O problema de avaliação responde à seguinte questão: como as mudanças são avaliadas por seus efeitos na estrutura linguística e na estrutura social? Esse problema diz respeito à consciência que os falantes têm sobre as formas da língua e ao poder que sua atitude pode vir a exercer no processo de mudança, ou seja, está relacionado ao nível de atenção dos falantes em relação à fala, buscando compreender três fatores: de que maneira uma comunidade de fala avalia determinada mudança linguística, qual o efeito dessa avaliação na mudança e até que ponto o estigma social influencia o curso da mudança.

Também consideramos a proposta de Labov (1972) de que o estilo adotado pelo falante condiciona a escolha das variantes linguísticas, o que significa considerar que “não há falante de estilo único” (LABOV, 2003, p. 234), pois, a depender da situação, o falante alternará entre um estilo informal e/ou formal, mostrando que tem competência para ajustar o uso da língua ao contexto. Em situações mais formais, há uma tendência ao uso de formas linguísticas prestigiadas socialmente; em contraste, em situações informais, essas formas tendem a diminuir, aumentando o uso de variantes consideradas informais pela comunidade.

Labov (2003) também pontua que os falantes tendem a mudar de forma regular o uso das variantes formais e informais, com a mudança estilística sendo determinada por diversos fatores: (i) papéis socioculturais assumidos pelos interlocutores (professor-aluno, pai-filho, amigo-amigo, patrão-empregado, etc.); (ii) assunto tratado (economia, política, viagem, família, namoro, religião, etc.); (iii) características socioculturais dos falantes (sexo, idade, profissão, escolarização, classe social, etc.); (iv) domínio em que ocorre a situação comunicativa (trabalho, lar, escola, igreja, universidade, praia, shopping, etc.), entre outros.

Para mensurarmos o que pensam os falantes maceioenses sobre o uso de *nós* e *a gente* nas funções de complemento e adjunto, elaboramos um teste de reação subjetiva. Para cada contexto analisado – objeto direto, objeto indireto, adjunto adverbial e relações de posse, elaboramos cinco frases, mais três distratores para cada contexto, totalizando 32 frases no teste, elaboradas tomando por base o contexto linguístico, a saber, fala informal e fala formal, conforme figura 1. Freitag et al. (2015, 2016) argumentam que testes de reações subjetivas refletem os julgamentos dos falantes quanto a sua percepção sociolinguística.

Figura 1: Excerto do instrumento de coleta de dados de reação subjetiva

Quando você está conversando com seu melhor amigo, você fala mais:

- () nossas aulas foram canceladas
- () as aulas da gente foram canceladas

Quando você está apresentando um trabalho na faculdade, você fala mais:

- () a professora nos tratou bem
- () a professora tratou a gente bem

Quando você está apresentando um trabalho na faculdade, você fala mais:

- () o professor nos mandou o trabalho
- () o professor mandou o trabalho para nós
- () o professor mandou o trabalho para a gente

Quando você está apresentando um trabalho na faculdade, você fala mais:

- () o coordenador falou conosco
- () o coordenador falou com a gente

Fonte: elaborada pela autora

O teste foi aplicado a 60 informantes maceioenses, com idades entre 18 a 47 anos, que estavam cursando o ensino superior, durante os meses de abril a julho de 2017. Primeiramente, os informantes preencheram uma ficha social, contendo as seguintes informações: cidade em que nasceu, bairro em que mora, bairro em que morou durante a infância, idade, sexo/gênero e profissão. Em seguida, receberam as instruções a respeito de como responder ao teste e responderam-no, tendo em mente o seu comportamento linguístico. Por fim, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Análise e discussão dos dados

Tendo em vista que os falantes adequam seu modo de falar às circunstâncias sociais, levando em conta graus de maior ou menor formalidade atribuídos socialmente a cada situação comunicativa e considerando que as variantes do paradigma do *nós* são as formas abonadas nos manuais normativos, logo, são objetos de ensino nas escolas, acreditamos que, na situação de apresentação de seminário na faculdade, essas variantes sejam as preferidas pelos falantes, ao passo que, na situação de conversa com o melhor amigo, haja uma preferência maior pelas formas *a gente*, *para a gente*, *com a gente* e *da gente*.

Ainda com o intuito de checar se dados de percepção vão na mesma direção de dados de produção, reanalisamos *nós* e *a gente* não sujeito de Vitório (2017a) considerando os contextos objeto direto, objeto indireto, adjunto adverbial e relações de posse, conforme tabela 2, e verificamos que, nos contextos objeto direto e adjunto adverbial, *a gente* e *com a gente* são as formas preferidas, apresentando percentuais de 90%, caso que também ocorre no contexto objeto indireto, mas com um percentual menor de realização de *para a gente* – 53%. Nas relações de posse, *nosso(a)(s)* ainda é a forma preferida – 85% contra 15% de *da gente*.

Tabela 2: Realizações das variantes de *nós* e *a gente* segundo contexto sintático

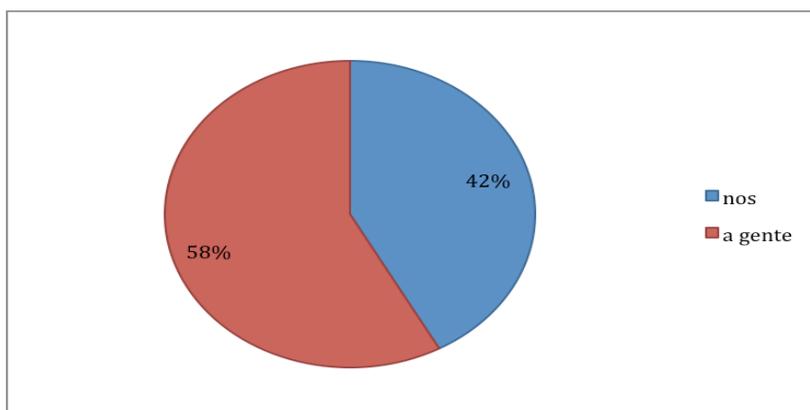
Contextos sintáticos	Variantes de <i>nós</i>		Variantes de <i>a gente</i>	
	Aplic. / Total	%	Aplic. / Total	%
objeto direto	2 / 21	10%	19 / 21	90%
objeto indireto	9 / 19	47%	10 / 19	53%
adjunto adverbial	1 / 10	10%	9 / 10	90%
relações de posse	66 / 78	85%	12 / 78	15%

Fonte: elaborada pela autora

No contexto de objeto direto, como observamos em (1) e (2), os falantes maceioenses não só produzem mais a forma *a gente* – 90% contra apenas 10% de *nos*, como também acreditam usar mais essa variante, mas com um percentual menor de aplicação – 58% *versus* 42% de *nos*, conforme gráfico 2. Esses dados revelam que os dados de percepção caminham na mesma direção dos dados de produção, com a variante *a gente* sendo a forma preferida nesse contexto sintático. A diminuição na preferência pelo uso de *a gente* pode estar associada à não presença dessa variante nos instrumentos normativos e à situação social.

- (1) *a gente* controlava e ao controlar *nos* colocamos em risco né? (L31L4310)¹
(2) o meu pai coloca grade na casa pra se proteger da violência /mais, mas/ num vai mudar o quadro – isso aí *a gente* tá tentando preservar *a gente* (L6L832)

Gráfico 2: A IPP no contexto de objeto direto



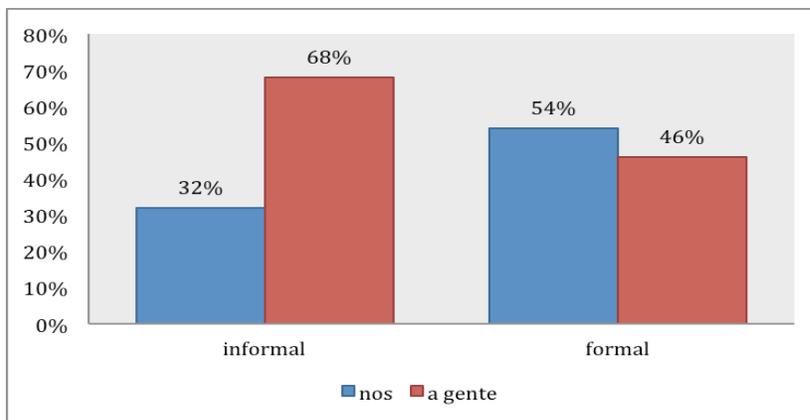
Fonte: elaborado pela autora

Ao analisarmos a escolha dessas variantes tomando por base a informalidade e formalidade da situação comunicativa, verificamos, conforme gráfico 3, que, a depender da situação comunicativa, as normas subjetivas dos falantes apresentam escolhas diferentes. Enquanto, no contexto informal (conversa com o melhor amigo), *a gente* é a variante

¹ Os exemplos expostos neste trabalho fazem parte da amostra utilizada por Vitório (2017a), que é composta por 72 entrevistas sociolinguísticas de falantes maceioenses, coletadas no ano de 2010 e estratificadas segundo as variáveis sexo/gênero, escolaridade e faixa etária.

selecionada – 68% contra 32% de *nos*, no contexto formal (apresentação de seminário), *nos* é a forma preferida – 54% versus 46% de *a gente*, o que parece indicar que estamos diante de um traço linguístico social e estilisticamente marcado, conforme Labov (1972).

Gráfico 3: A IPP no contexto de objeto direto segundo a situação comunicativa

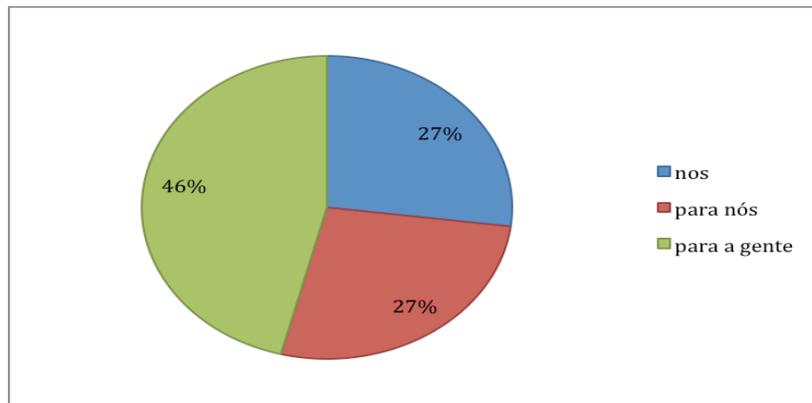


Fonte: elaborado pela autora

Em relação à realização de *nós* (e suas variantes) e *a gente* no contexto sintático em que a gramática tradicional adota a terminologia generalizante de objeto indireto, como observamos em (3), (4) e (5), verificamos que dados de produção e dados de percepção apresentam resultados diametralmente opostos, enquanto os dados de produção mostram 47% de uso para *nós* (e suas variantes) contra 53% de *a gente*, os dados de percepção apontam 54% para *nós* (e suas variantes) versus 46% de *a gente*, revelando, assim, conforme gráfico 4, percentuais de 27% de *nos*, 27% de *para nós* e 46% de *para a gente*.

- (3) a gente tem um armazém de construção e tem um ano que a gente abriu /mais, mas/ assim novo no comércio porque a gente não mexia nada em material de construção aí um primo dele *nos* cedeu um funcionário que tinha (L36L4783)
- (4) é aquele povo falando a língua mãe dele *pra nós* e dizendo *pra nós* da importância de que a cultura precisa passar de um homem para o outro (L70L8858)
- (5) quer dizer nada contra quem bebe não tou aqui criticando colocando assim situações que as pessoas colocam *pra gente* né? (L70L8803)

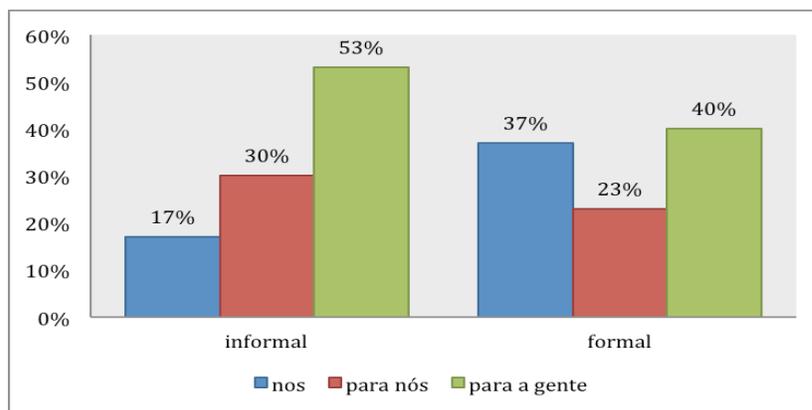
Gráfico 4: A 1PP no contexto de objeto indireto



Fonte: elaborado pela autora

Ao analisarmos esses dados levando em consideração a situação comunicativa, verificamos, conforme gráfico 5, que tanto no contexto informal (conversa com o melhor amigo) quanto no contexto formal (apresentando seminário), *para a gente* é a variante preferida, apresentando percentuais de 53% e 40%. A variante *nos*, por sua vez, apresenta percentual baixo no contexto informal – 17%, mas aumenta a sua preferência no contexto formal – 37%, caso que não ocorre com a forma *para nós*, que, ao passar do contexto informal para o contexto formal, diminui o seu percentual de uso de 30% para 23%.

Gráfico 5: A 1PP no contexto de objeto indireto segundo a situação comunicativa



Fonte: elaborado pela autora

Ao considerarmos o tratamento dado a essas variantes nos manuais normativos (CUNHA; CINTRA, 2001; BECHARA, 2001; SACCONI, 2001; AZEREDO, 2008), verificamos que a referência ao uso de *a gente* se destina à linguagem coloquial e à posição de sujeito, não havendo referência ao seu uso nas funções de complemento, com as formas *nos* e *nós* sendo as recomendadas, com o *nos* podendo ser utilizado tanto na função de objeto direto quanto de objeto indireto e o *nós* podendo ser usado como oblíquo quando regido de preposição, como “Clarisse trouxe um livro para **nós**” (SACCONI, 2001, p. 197).

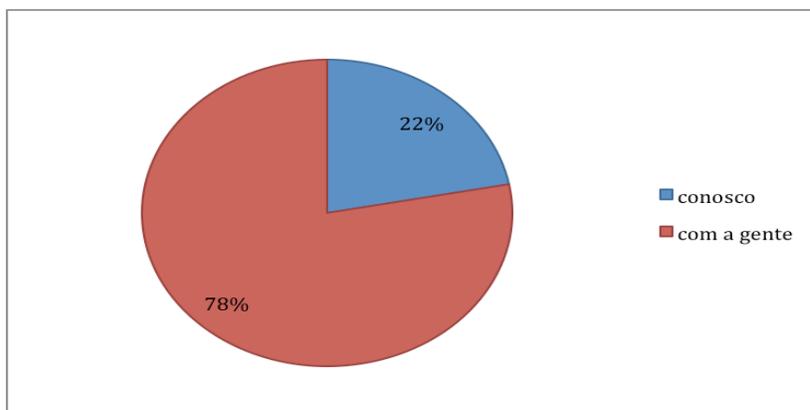
Se levarmos em consideração que a construção de crenças linguísticas é também regida por instrumentos normativos (gramáticas, compêndios, livros didáticos), observamos que as variantes *nos* e *para nós* no contexto de objeto indireto, que são abonadas em fontes institucionais, apresentam avaliações linguísticas diferenciadas na comunidade de fala maceioense, havendo uma associação entre o uso do clítico *nos* e o contexto de maior formalidade (fala apresentando seminário), caso que não ocorre com a forma *para nós*, que é mais associada ao contexto de menor formalidade (conversa com o melhor amigo).

Em relação às realizações das variantes *conosco* e *com a gente* em contexto sintático de adjunção, como observamos em (6) e (7), verificamos que *com a gente* é a forma preferida pelos falantes tanto em dados de produção – 90% *versus* 10% de *conosco* – quanto em dados de percepção – 78% *versus* 22% de *conosco* – conforme gráfico 6, o que parece indicar que, nas funções de complemento e adjunto, esse é o contexto sintático que mais favorece a implementação da variante inovadora na comunidade em estudo, embora as normas subjetivas dos falantes maceioenses apresentem uma redução na escolha da forma *com a gente*.

(6) eu acho que não aconteceu nada *conosco* naquele dia porque foi Deus que colocou sua mão para nos proteger daqueles bandidos (L72L9175)

(7) eu acho que quando tem que acontecer alguma coisa *com a gente* acontece – seja onde for – que nem o menino no Rio – num sei se você viu a semana passada – tava na igreja quando saiu o cara foi atirar no pai dele e bateu nele (L10L1470)

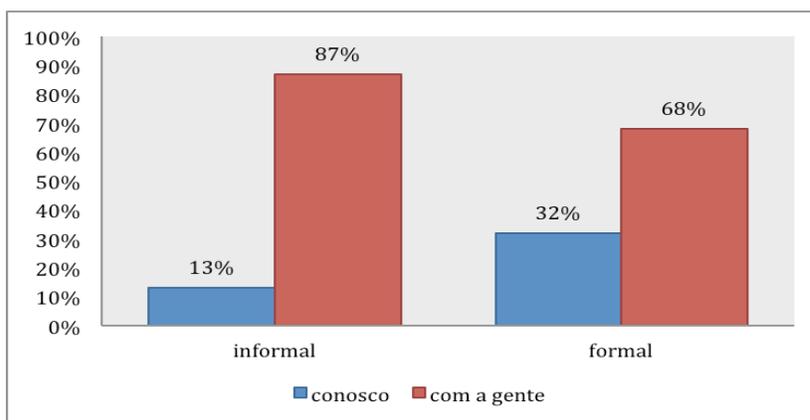
Gráfico 6: A 1PP no contexto de adjunção



Fonte: elaborado pela autora

Ao analisarmos a escolha dessas variantes tomando por base a informalidade e formalidade da situação comunicativa, verificamos, conforme gráfico 7, que *com a gente* é a forma preferida tanto no contexto informal (conversa com o melhor amigo) quanto no contexto formal (fala apresentando seminário), apresentando, respectivamente, percentuais de 87% e 68%, o que revela também que, na situação mais formal, há uma redução pela preferência dessa variante, aumentando, assim, a escolha pelo uso da variante padrão *conosco*, que passa de 13% no contexto informal para 32% no contexto formal.

Gráfico 7: A 1PP no contexto de adjunção segundo a situação comunicativa



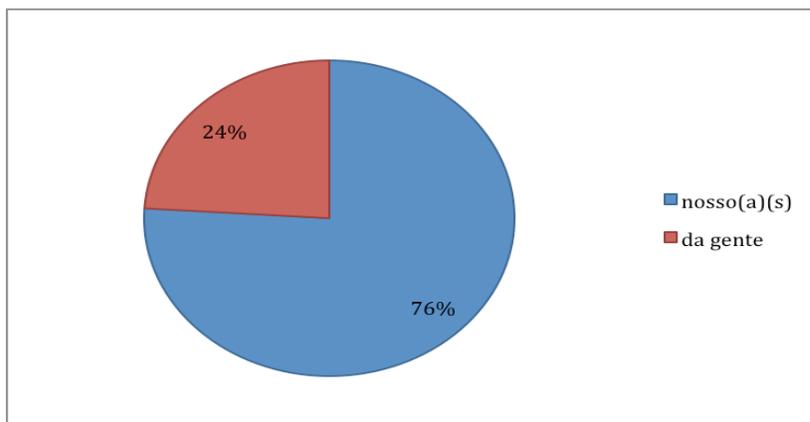
Fonte: elaborado pela autora

No que diz respeito às realizações das variantes *nosso(a)(s)* e *da gente*, como observamos em (8) e (9), estudos de produção apontam que esse é o contexto sintático que mais inibe a entrada de *a gente* (NEVES, 2002; RAFAEL, 2010; VIANNA: LOPES, 2012; ARAÚJO; ALMEIDA, 2014; VITÓRIO, 2017a). Esse comportamento também é verificado na fala maceioense, tanto para dados de produção – 85% para *nosso(a)(s)* contra 15% para *da gente* – quanto para dados de percepção, que apontam que os falantes preferem mais o uso do pronome conservador – 76% contra 24% do pronome inovador – conforme gráfico 8.

(8) um conhecido *nosso* ele saiu do trabalho ele tava indo uma meia noite mais ou menos – aí foi pegar o corujão – junto cuns outros amigos (L4L541)

(9) eu acho engraçado porque as meninas estavam contando na aula – inclusive uma colega *da gente* tava contando isso (L5L693)

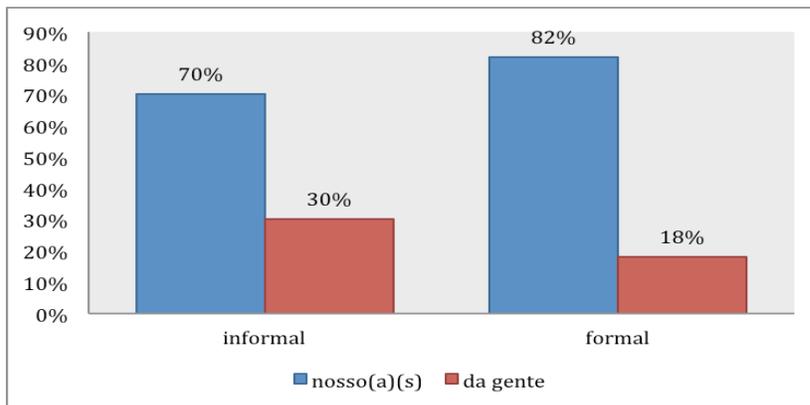
Gráfico 8: A IPP no contexto de relações posse



Fonte: elaborado pela autora

Ao analisarmos a escolha dessas variantes levando em consideração a situação comunicativa (informal e formal), verificamos, conforme gráfico 9, que, tanto no contexto informal (conversa com o melhor amigo) quanto no contexto formal (fala apresentando seminário), a variante conservadora – *nosso(a)(s)* – é a forma preferida pelos falantes maceioenses, apresentando percentuais de 70% e 82%, respectivamente. Em relação ao uso da forma *da gente*, verificamos que sua escolha é mais frequente no contexto informal, apresentando percentual de 30% contra 18% no contexto formal.

Gráfico 9: A IPP no contexto de relações de posse segundo a situação comunicativa



Fonte: elaborado pela autora

Omena (2003), ao analisar a referência à IPP, argumenta que:

O uso de *a gente* por *nós* avançou mais em alguns contextos do que em outros: predomina na função de adjunto adverbial – *com a gente* é bem mais frequente do que *conosco*, chegando a ser categórico entre as crianças. Na função de complemento e de sujeito, com taxas diferentes entre crianças e adultos, *a gente* predomina; há pouca incidência na função do adjunto adnominal – *da gente* –, como preferência para o possessivo – *nosso(s), nossa(s)*. (OMENA, 2003, p. 65).

É o que verificamos ao compararmos dados de produção e dados de percepção da expressão da IPP em contextos sintáticos de complementação e adjunção na fala maceioense. Enquanto há contextos que inibem a entrada do pronome inovador, como é o caso das relações de posse, com a variante *nosso(a)(s)* sendo a preferida, há contextos em que a implementação de *a gente* está bem avançada, como é o caso do contexto de adjunção, com a forma *com a gente* sendo a selecionada nas diferentes situações comunicativas, o que parece não haver, na fala maceioense, avaliação negativa em relação ao uso dessas formas.

Considerações finais

Tendo em vista que as variantes linguísticas, apesar de apresentarem os mesmos significados referenciais, podem também apresentar significados sociais diferentes a depender

de fatores sociais, estilísticos, pragmáticos e discursivos (LABOV, 1972; 2003), mensuramos, nesta pesquisa, as normas subjetivas dos falantes maceioenses em relação à representação da primeira pessoa do plural – *nós* (e suas variantes) e *a gente* – nos contextos sintáticos de complementação e adjunção, tomando por base a situação comunicativa informal (conversa com o melhor amigo) e formal (fala apresentando seminário da faculdade).

Para tanto, elaboramos um teste de reação subjetiva e verificamos que os julgamentos dos falantes sinalizam que, apesar de *a gente* ser aceitável tanto em contexto informal quanto em contexto formal, há funções sintáticas em que essa variante é menos aceitável, principalmente no contexto formal, como objeto direto e relações de posse. Esses dados também parecem indicar que *a gente* não sujeito funciona como um marcador linguístico, ou seja, um traço linguístico que exibe estratificação tanto estilística quanto social, mas abaixo do nível de consciência, suscitando, assim, respostas regulares em testes avaliativos.

Essas considerações são ainda questões que vêm sendo formuladas e testadas na comunidade em estudo. Logo, julgamos pertinente a aplicação de outros testes de reações subjetivas, o que nos permitirá ampliar o diálogo entre estudos de produção e percepção. No entanto, salientamos a relevância desta pesquisa para a descrição e análise da variação na expressão de primeira pessoa do plural e para as discussões acerca do problema empírico da avaliação linguística. Da mesma forma, os resultados a que chegamos somam informações importantes sobre o estatuto da variação *nós* e *a gente* não sujeito na fala maceioense.

Referências

ARAÚJO, S.; ALMEIDA, R. A forma possessiva *da gente* em comunidades rurais do semiárido baiana. In: ALMEIDA, N.; CARNEIRO, Z. (Org). Variação linguística no semiárido baiano. Feira de Santana: UEFS Editora, 2014.

AZEREDO, C. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. São Paulo: Publifolha, 2008.

BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FREITAG, R. et al. Como o brasileiro acha que fala? Desafios e propostas para a caracterização de “português brasileiro”. Signo y Señá, n. 28, p. 65-87, 2015.

FREITAG, R. et al. Como os brasileiros acham que falam? Percepções sociolinguísticas de universitários do sul e do nordeste. Todas as Letras, v. 18, n. 2, p. 64-84, 2016.

- LABOV, W. Sociolinguistics patterns. Philadelphia, University of Pensylvania Press, 1972.
- LABOV, W. Some sociolinguistic principles. In: PAULSTON, C.; TUCKER, G. R. (Orgs.). Sociolinguistics: the essential Reading. Oxford: Blackwell, 2003.
- LOPES, C. De gente para a gente: o século XIX como fase de transição. In: ALKIMIM, T.. (org.). Para a história do português brasileiro: novos estudos. São Paulo: Humanitas, 2002.
- LOPES, C. A gramaticalização de a gente em português em tempos real de longa e curta duração: retenção e mudança na especificação dos traços intrínsecos. Fórum Linguístico, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 47-80, 2004.
- MARTINS, M.; ABRAÇADO, J. (Orgs.). Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2015.
- NEVES, M. Possessivos. In: CASTILHO, A. (Org.). Gramática do português falado. V. III: As abordagens. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- OMENA, N. Projeto subsidies sociolinguísticos do projeto censo à educação. Vol. II. Relatório final apresentado ao FINEP, out/1986.
- OMENA, N. A referência à primeira pessoa do discurso no plural. In: OLIVEIRA e SILVA, G.; SCHERRE, M. (orgs). Padrões sociolinguísticos: estudos de fenômenos variáveis do português falado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ Editora, 1996.
- OMENA, N. A referência à primeira pessoa do discurso no plural. In: PAIVA, Maria; DUARTE, Eugênia. (Orgs.). Mudança linguística em tempo real. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003.
- RAFAEL, N. Variação, mudança e ensino: o caso dos pronomes possessivos ‘da gente’ e nosso(a) (s) em uma abordagem sociofuncionalista. Dissertação de Mestrado em Estudos da Linguagem. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010.
- RAMOS, C.; BEZERRA, J.; ROCHA, M. Do nosso cotidiano ou do cotidiano da gente? Um estudo da alternância nós/a gente no português do Maranhão. Revista Signum. Londrina, v. 12, n. 1, p. 279-292, jul. 2009.
- SACCONI, L. Nossa gramática: teoria e prática. Saraiva: São Paulo, 2001.
- TAMANINE, A. Curitiba da gente: um estudo sobre a variação pronominal nós/a gente e a gramaticalização de a gente na cidade de Curitiba – PR. Tese de Doutorado em Letras. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2010.
- VIANNA, J.; LOPES, C. A competição entre nós e a gente nas funções de complemento e adjunto: desvendando outras portas de entrada para o pronome inovador. Caligrama, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 137-161, 2012.

VIANNA, J.; LOPES, C. Variação dos pronomes “nós” e “a gente”. In. MARTINS, M.; ABRAÇADO, J. Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2015.

VITÓRIO, E. A realização dos pronomes nós e a gente na função de sujeito e nas funções de complement e adjunto na cidade de Maceió/AL. Letrônica, Porto Alegre, v.10. n.1 p. 122-138, janeiro-junho, 2017a.

VITÓRIO, E. Crenças e atitudes linguísticas quanto ao uso dos pronomes nós e a gente na cidade de Maceió/AL. Matraca, Rio de Janeiro, v. 24, n. 40, jan/abr, 2017b.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical foundations for a theory of language change. University of Texas Press, 1968.

Artigo recebido em: 29/03/2018.

Artigo aceito em: 02/08/2018.

Artigo publicado em: 02/08/2018.

A NEGOCIAÇÃO DE SENTIDO NA INTERAÇÃO: UMA ANÁLISE DA RODA DE CONVERSA

Gil Negreiros¹
Amanda Kohlrausch Frantz²

Resumo: Pensando nas diversidades linguísticas entre os idiomas português e espanhol e visando à internacionalização da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), o Centro de Ensino e Pesquisa de Línguas Estrangeiras Instrumentais (CEPESLI) elaborou um projeto chamado “Rodas de conversa”. Esse projeto se subdividia em três partes, sendo uma delas voltada ao trabalho com Português Língua Estrangeira (PLE). O PLE tinha por intuito promover conversas mediadas entre estudantes intercambistas e professores em formação, possibilitando-lhes práticas interacionais e trocas de experiências socioculturais. Durante as Rodas, eram comuns as negociações de sentido entre mediadores e participantes. Este trabalho tem por objetivo analisar algumas dessas negociações. Como aporte teórico, adotam-se a aspectos da Análise da Conversação. A metodologia é qualitativa, de caráter indutivo. Como corpus foram selecionados dois momentos da interação entre mediadores e participantes de uma Roda de Conversa de PLE. Ao se analisar esses trechos, demonstra-se que a Roda de Conversa promove um ambiente de aprendizagem mútuo, permitindo interações significativas e aprendizados culturais, além de possibilitar aos participantes o conhecimento e o domínio dos usos próprios da língua portuguesa.

Palavras-chave: Interação. Análise da Conversação. Negociação de sentido. Rodas de Conversa. Português Língua Estrangeira.

Abstract: The Centro de Ensino e Pesquisa de Línguas Estrangeiras Instrumentais (CEPESLI) has developed a project called "*Rodas de Conversa*", thinking about the linguistic diversities between the Portuguese and Spanish languages and aiming at the internationalization of the Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). This project was subdivided into three parts, one of them focused on work with Portuguese Foreign Language (PLE). The PLE was intended to promote mediated conversations between exchange students and teachers in training, enabling them to interact and exchange socio-cultural experiences. During the *Rodas* negotiations of meaning between mediators and participants were common. This paper aims to analyze some of these negotiations. As a theoretical contribution, they adopt aspects of the Analysis of the Conversation. The methodology is qualitative, with an inductive character. As corpus, two moments of the interaction between mediators and participants of a PLE *Rodas de Conversa* were selected. When analyzing these excerpts, it is demonstrated that the *Rodas de Conversa* promotes a mutual learning environment, allowing significant interactions and cultural learning, as well as allowing the participants the knowledge and mastery of the own uses of the Portuguese language.

Keywords: Interaction. Analysis of the Conversation. Negotiation of meaning. Rodas de Conversa. Portuguese Foreign Language.

¹ Professor Doutor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), RS, Brasil, gil.negreiros@ufsm.br

² Aluna de mestrado da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), RS, Brasil, akf.esp@gmail.com

Introdução

Desde os primeiros momentos de nossas vidas, encontramos-nos expostos à oralidade e é por meio dessa prática que desenvolvemos os processos de produção do texto oral (MARCUSCHI, 2001). Para Vygotsky (1991), é no encontro entre fala e atividade prática o momento de maior significância para o desenvolvimento de aprendizagem. A partir dessas afirmações, podemos notar que a oralidade é um ponto crucial no desenvolvimento social humano.

Para tanto, compreender as relações estabelecidas por meio dos processos de produção do texto oral é de extrema importância para entender também como o homem posiciona-se como ser social diante de uma determinada comunidade. Nesse viés, como afirmam estudiosos como Vygotsky (1991), Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004), Marcuschi (2007), Leite (2012) e Negreiros e Vilas Boas (2017), o estudo da oralidade deve ser trabalhado também em ambiente escolar.

De acordo com Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004), ao trabalhar com a linguagem oral, é necessário pensar em aspectos pedagógicos, psicológicos e linguísticos que poderão influenciar o estudante ao longo de seu processo de aprendizagem. Sendo que, ao final do processo, o discente deve ser capaz de dominar a língua em situações diversas da vida cotidiana, tendo a oportunidade de melhor manejar diferentes situações e ser capaz de estabelecer relações conscientes e voluntárias entre suas escolhas lexicais e prosódicas a cada contexto³ em que estiver inserido.

Nesse sentido, Scheneuwly (2004) afirma que aprender a comunicar é um processo complexo que envolve inúmeras capacidades. Para o ensino da comunicação oral, o teórico postula que o melhor caminho é por meio do estudo de gêneros textuais.

Em outras palavras, o trabalho com a oralidade exige que os participantes da conversação tenham um bom manejo da linguagem, bem como a compreensão da situação discursiva em que se encontram inseridos. Dessa forma, podemos entender que a interação oral se baseia em um sistema de negociação de sentidos que está relacionado tanto ao conhecimento de língua como aos aspectos culturais do ambiente em que ocorre a conversação.

Nesse viés, podemos enfatizar a importância de trabalhar a oralidade também em Língua Estrangeira (LE)⁴. Isso porque, ao pensarmos no ensino de LE, devemos entender que, ao encontrar-se em meio a uma nova cultura, o estudante está exposto a

³ Aqui, “contexto” refere-se exclusivamente ao ambiente em que o aprendiz se encontra inserido no momento de enunciação.

⁴ Neste trabalho utilizaremos indistintamente os conceitos de Língua Materna/Língua Estrangeira e Língua Primeira/Língua Segunda.

um novo sistema de códigos linguísticos e culturais que precisa dominar para se inserir dentro da determinada comunidade. Rodrigo (2010) afirma que muitos estudantes acreditam que o intercâmbio é uma possível solução para aprender de forma mais rápida e/ou eficiente uma LE. No entanto, a teórica enfatiza que apenas estar imerso em um outro país não é o suficiente para que se aprenda ou se desenvolva o idioma estrangeiro.

A referida autora explica que outros fatores intrínsecos (abertura para romper paradigmas, aprender a cultura alheia, postura com relação ao idioma, etc.) e extrínsecos (*input*, *feedback*, instrução formal) ao indivíduo são fundamentais para que ocorra um avanço satisfatório no aprendizado. Nesse sentido, Marcuschi (2007) afirma que o desempenho linguístico permite ao falante inserir-se na prática social cotidiana e, a partir disso, construir sua identidade perante a comunidade em que se encontra.

Assim, podemos afirmar que o domínio e manejo da oralidade é de fundamental importância tanto para falantes de Língua Materna (LM) como de LE e que o estudo da língua oral é de extrema importância. Para tanto, tendo em vista a importância da comunicação oral e pensando na internacionalização da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que semestralmente recebe estudantes estrangeiros em situação de intercâmbio acadêmico, o Centro de Ensino e Pesquisa de Línguas Estrangeiras Instrumentais (CEPESLI) elaborou um curso com o objetivo de auxiliar os intercambistas durante sua estadia na cidade de Santa Maria.

O curso, nomeado de “Rodas de Conversa em Português Língua Estrangeira (PLE)” fazia parte do projeto “Rodas de Conversa” que eram ofertadas nas línguas inglesa, espanhola e portuguesa (PLE), semanalmente, com a duração de uma hora cada. Alternando entre dever e lazer, as Rodas eram constituídas por dois mediadores (professores em formação) e até oito participantes que interagiam sobre assuntos variados pré-estipulados pelos mediadores.

Nas Rodas, as conversas eram de caráter informal, mas também havia momentos em que os mediadores se faziam presentes como organizadores dos discursos, auxiliando e colaborando na compreensão e na elaboração das estruturas do idioma estrangeiro. Sendo assim, entender a relação entre mediadores e participantes era uma importante reflexão a ser pensada dentro da Roda de Conversa.

Visando a importância da reflexão do trabalho de professores em formação e do reflexo do aprendizado da LE, analisamos, neste artigo, como eram realizadas as negociações de sentido estabelecidas entre falantes de LM (mediadores) e LE (participantes) durante a Roda de PLE.

Para tanto, tomou-se como base a teoria da Análise da Conversação, a partir de Marcuschi (2007), para pautar a análise de dois momentos de interação nos quais foram possíveis identificar negociações de sentido entre os sujeitos. Os trechos fazem parte da gravação de uma Roda, com duração de uma hora na qual o tema escolhido para fomentar a conversação foram expressões linguísticas. A metodologia adotada é a qualitativa, de caráter indutivo no tratamento de dados.

Rodas de Conversa em Português Língua Estrangeira

Tendo em mente a importância da língua, podemos afirmar que, ao usá-la, inscrevemo-nos de uma determinada forma no mundo. Como apontado por diversos autores (Ortiz Alvez, 2004; Carmolinda Alcaraz, 2005; Goettenauer, 2005; Sedycias, 2005; Vilaça, 2010; Lima, 2012), o avanço da globalização também influencia o comportamento linguístico das pessoas. Dessa maneira, a era da tecnologia é um dos fatores responsáveis por provocar modificações políticas, sociais e linguísticas.

Assim, atualmente, como enfatiza Ortiz Alvez (2004), somos capazes não apenas de ter acesso fácil a informações de vários lugares do mundo, mas também temos a possibilidade de vivenciar experiências no exterior, sejam elas para fins de trabalho, lazer ou estudo. Em especial, países de fronteira oferecem uma maior possibilidade de deslocamento devido a sua posição geográfica. No caso do Brasil, a existência do Mercosul, da proximidade geográfica e de programas estudantis de intercâmbio permitem que grande quantidade de alunos hispano-falantes acessem o país todos os anos.

Visando, então, criar oportunidades para um primeiro contato formal com o idioma português, o CEPESLI, da UFSM, elaborou um projeto intitulado “Destino: UFSM”. Esse curso tinha como objetivo auxiliar os estudantes intercambistas em seus primeiros momentos de imersão na cidade de Santa Maria.

Para tanto, o curso, elaborado entre os anos de 2013 e 2014 e com primeira edição em 2015, possuía caráter instrumental, contando com um total de 40 horas, divididas igualmente entre presenciais e atividades a distância. O período de realização do curso sempre ocorria em uma semana antes do início do semestre letivo da UFSM. Isso foi pensado tendo em vista que não haveria problemas de conflitos de horários para que os estudantes frequentassem os encontros, permitindo aos alunos uma maior familiarização dos intercambistas para com algumas das características do português oral em uso.

Entendendo que, como o apontado pelos estudos de Roger (2010), a instrução formal continuada potencializa o aprendizado do aluno em situação de imersão, o CEPESLI passou a ofertar, além de Rodas de Conversa em língua espanhola e em língua Inglesa, também a “Roda de Conversa em Português Língua Estrangeira (PLE)”. Como caracterizam Marchesan, Prochnow e Vieira (2015), a Roda de Conversa é um “projeto que oportuniza a prática oral em língua estrangeira, combinando a espontaneidade da conversação e o cuidado com a aprendizagem característica do Ensino”.

Segundo as autoras, o próprio nome “Rodas de Conversa” tem inspiração na prática tradicional gaúcha de sentar-se em Roda para tomar chimarrão e conversar sobre variados assuntos. Desse modo, inspirados na cultura local, as Rodas aconteciam semanalmente em uma das salas do CEPESLI, buscando oferecer um espaço de conforto e receptividade aos participantes para a prática da língua estrangeira.

Logo, como afirmam as autoras, o propósito da Roda “é de estimular a prática oral, permitindo o desenvolvimento de aspectos linguísticos e culturais através de interações face-a-face”, com o pretexto de promover interações entre mediadores e participantes. Para tanto, houve uma modificação do espaço físico da sala onde acontecia a Roda. No lugar da sala de aula tradicional, com classes individuais, optou-se por uma mesa redonda, onde os participantes estariam em contato visual constante durante a conversação.

Buscando um melhor funcionamento da Roda, que possuía duração de uma hora, foi estipulado um número máximo de oito participantes por semana para que assim, todos pudessem ter a oportunidade de falar. Com relação ao material utilizado para fomentar as discussões, eram trazidos textos, vídeos ou imagens, selecionados previamente às aulas e buscavam abordar temas comuns aos participantes.

Conforme Marchesan, Prochnow e Vieira (2015), a Roda tinha o caráter de dever e o caráter de lazer. O primeiro era constituído por meio da preparação e elaboração do material por parte dos mediadores e pela presença dos participantes. Já o segundo era construído a partir da tentativa de construção de diálogos mais simétricos, nos quais os participantes também fossem responsáveis pela interação.

Por fim, a Roda de Conversa encontrava-se estruturada para atingir o objetivo central de proporcionar uma fala-em-interação mais próxima do cotidiano, visando uma melhor fluidez nas conversações espontâneas por parte de seus participantes. Assim, o foco no assunto e na compreensão se sobressaia à forma do falar de cada um, dando ênfase ao espaço da prática conversacional.

Conversação e negociação de sentido

Para o presente trabalho, utilizaram-se os pressupostos da Análise da Conversação, baseados principalmente em Marcuschi (2007). De acordo com o autor, existem ao menos três pontos que justificam o estudo da análise da conversação, que são: a) a compreensão de que é por meio da fala que estabelecemos grande parte da nossa prática social; b) o modo como manejamos e nos expressamos por meio da língua é responsável por gerar imagens/identidades sociais a nosso respeito; e c) o fato de a conversação ser uma atividade complexa que vai muito além da simples composição de enunciados.

Conforme Leite (2012), a partir de perspectiva da teoria de gêneros, a conversação é uma interação que ocorre em um determinado momento em que dois ou mais indivíduos devem compartilhar a temática proposta. O desconhecimento do gênero, posto em pauta por parte de um dos participantes, tem maior tendência de levar a conversação a falhas. Com relação à interação, a autora afirma que

O fenômeno da interação constrói conhecimento, pois o ato de enunciar exige do sujeito, de um lado, que se aproprie de conhecimentos linguísticos e discursivos já postos no mundo por outro e, de outro, permite que ele interfira no processo de apropriação, mesmo que imperceptivelmente. (LEITE, 2012, p. 232)

Para tanto, com o desconhecimento de um determinado gênero, o interlocutor pode não estar preparado de maneira adequada para participar do discurso, ocasionando as falhas de compreensão.

Com relação à interação no discurso, Marcuschi (2007) também ressalta a natureza dialógica da linguagem, isto é, a necessidade da interação entre enunciador e enunciatário para a construção de turnos, onde se encontram significados para as diferentes enunciações e comportamentos. Assim, o autor expõe cinco características básicas constitutivas da conversação, a saber:

1) interação entre pelo menos dois falantes; 2) ocorrência de pelo menos uma troca de falantes; 3) presença de uma sequência de ações coordenadas; 4) execução numa identidade temporal; e 5) envolvimento numa interação centrada. (MARCUSCHI, 2007, p. 15)

Contudo, como lembra Dolz e Schneuwly (2004) e também o próprio Marcuschi (2007), a conversação, apesar de possuir uma sequência coordenada de regras para seu funcionamento, não ocorre desta forma linear.

Assim, encontram-se na conversação dois tipos de discursos de acordo com Marcuschi (2007), a saber, assimétricos e simétricos. Os diálogos assimétricos ocorrem nas situações em que há uma relação diferenciada entre os participantes. Nesse caso, é incumbido a um dos participantes do diálogo as tarefas de iniciar, orientar, dirigir e concluir a Roda de conversa.

Já os diálogos simétricos são marcados pela participação igualitária de todos os participantes. Ou seja, todos têm um domínio simétrico da conversação, possuindo o mesmo direito à autoescolha da palavra, do tema a tratar e de decidir sobre seu tempo. No entanto, segundo Marcuschi (2007), são poucos os diálogos simétricos, uma vez que é comum algum dos participantes da conversação ter maior domínio do discurso que o outro.

Buscando caracterizar a Roda de conversa de PLE dentro dos parâmetros propostos pelo autor, entendemos que a mesma pode possuir diálogos assimétricos e simétricos. Assim, por um lado, pode-se atribuir um caráter assimétrico na relação dos diálogos estabelecidos, ao contar com dois mediadores que possuem a função de propor um tema, auxiliar aos demais participantes com a dificuldade na LE e contribuir para a fluidez da conversação.

Por outro lado, o ambiente também proporciona a autonomia do participante, permitindo que ele não apenas interaja como um sujeito passivo, mas também ativo na conversação, sendo responsável por levantar questionamentos, problematizações e propiciar discussões para as pautas da conversa. Ao colocar-se dessa maneira, o participante também se vale de sua experiência cultural e de conhecimentos gerais para contribuir com a fluidez da conversação, proporcionando desse modo características de um diálogo simétrico para a Roda.

Nesse sentido, as Rodas têm como proposta ser um espaço de conversação real em LE. Em outras palavras, mesmo que se apresente uma proposta de tema para a conversação, as falas são espontâneas, produzidas intuitivamente pelos alunos dado seu conhecimento prévio da LE. Afirma-se isso, pois, de acordo com Marcuschi (2007) as falas espontâneas advêm das decisões interpretativas contextuais e semânticas mutuamente construídas ou inferidas de pressupostos cognitivos, étnicos e culturais.

Assim, na Roda de Conversa, busca-se a adequação da fala, em outras palavras, busca-se criar um espaço em que o aluno possa exercer sua prática oral de acordo com o

que se fala e não com o que se escreve. Desse modo, conforme Dolz e Schneuwly (2004) a linguagem que se busca fomentar é a realização da fala espontânea, na qual não estão presentes as normas gramaticais que comumente são vistas na escrita, mas sim as formas em que predominam de modo espontâneo na fala.

Para tanto, a fala que parece desorganizada é, na verdade, doutra de suas próprias regras, permitindo aos participantes da conversa manejarem seu discurso de forma simétrica, organizando as falas de modo que haja compreensão mútua dos discursos. Assim, as negociações de sentido ocorrem de forma ordenada dentro de um sistema linguístico oral.

Essa organização dá-se, segundo Dolz e Schneuwly (2004), por meios paralinguísticos, cinésicos, pela posição dos locutores, pelos aspectos exteriores e pela disposição do espaço físico. Nesse sentido, os autores enfatizam que estes recursos são universais, mas, que cada cultura o maneja de uma determinada forma, submetendo os diferentes planos a variações socioculturais.

Neste trabalho não foram levados em consideração os aspectos citados anteriormente, pois, apesar de serem chaves para a conversação, o *corpus* encontra-se gravado apenas em áudio, impossibilitando uma análise mais aprofundada da comunicação. Também é importante explicitar que, apesar de serem falantes de L2, os estrangeiros participantes das Rodas de Conversa já possuíam um domínio intermediário/avançado da língua portuguesa.

Desse modo, para a análise da conversação, foram tomados também os conceitos referentes ao modo da organização de turnos de fala. Segundo Marcuschi (2007), os turnos de fala podem ser organizados idealmente com cada locutor obedecendo seu turno, o que, muitas vezes, não ocorre em conversas espontâneas, como explicam Dolz e Schneuwly (2004).

Conforme Marcuschi, a tomada de turno pode ocorrer por dois modos: no primeiro, o locutor escolhe quem terá o próximo turno e dirige a fala a este e no segundo, ocorre a autoescolha por parte de um dos participantes da fala, que toma o turno por si próprio. O autor ainda expõe que comumente ocorrem falas simultâneas e sobreposições durante uma conversação. Tais mecanismos são cruciais na organização do discurso, pois podem desestabilizar o discurso.

Com relação à estabilidade do discurso, Leite (2012) discorre que a oralidade exige perspicácia para a compreensão entre os participantes. O discurso, para a autora, “é um “baú” que abriga aspectos psicológicos, sociais, cognitivos e culturais de todos os

envolvidos nas interação” (LEITE, 2012, p. 117). Assim, é a partir das inferências que se fazem no discurso que um falante situa-se no mesmo.

Portanto, ao compreender os fenômenos que compõem um determinado discurso, é possível inferir determinados aspectos esperados que são responsáveis por manter estável a conversação. Ao contrário, quando o assunto foge daquilo que o falante espera, pode haver algum tipo de turbulência na conversação.

Essas turbulências no discurso podem causar pausas e hesitações. Segundo Marcuschi (2007), as hesitações são momentos em que o falante usa para pedir socorro, reorganizar, planejar ou situar-se no texto. Podemos identificar as hesitações comumente pelas aparições de sons não lexicalizados (ã, eh). As pausas possuem funções similares e, bem como as hesitações, podem causar a perda do turno de fala para o outro participante.

Assim, as hesitações ou as pausas podem servir para correções ou reparações próprias. No entanto, estes mecanismos são comumente realizados também por outros participantes do discurso. Para Marcuschi (2007), as correções podem ser de quatro tipos: autocorreção autoiniciada; autocorreção iniciada pelo outro; correção pelo outro e auto-iniciada; e correção pelo outro iniciada pelo outro.

Não menos importante que a organização dos turnos de fala são as organizações das sequências. Para Marcuschi, as sequências são formadas por pares adjacentes que servem para organizar o discurso. Como exemplo, o autor cita algumas possibilidades, dentre as quais analisaremos em nosso trabalho três, a saber, pergunta-resposta; ordem-execução; convite-aceitação/recusa.

Por fim, pensando nas diferentes formas como ocorre o discurso e compreendendo que toda interação requer dos participantes uma negociação dos sentidos presentes, entendemos a importância de realizar uma análise de uma Roda.

Aspectos metodológicos

As Rodas de Português Língua Estrangeira eram coordenadas por dois mediadores, sendo um deles graduando do curso de Letras Espanhol e o outro formado em Letras Espanhol e mestrando em Linguística Aplicada. Ambos os mediadores já possuíam experiência com o ensino de português para estrangeiros, já havendo atuado em diferentes cursos de PLE.

Os mediadores também já haviam atuado conjuntamente na elaboração e execução de cursos de PLE para hispano-falantes. Um dos cursos foi o “Destino: UFSM”, que teve sua primeira edição no primeiro semestre de 2015 para um grupo de

sete alunos hispano-falantes (cinco colombianos, um peruano e um chileno) que haviam ingressado na UFSM como bolsistas de mestrado em diferentes áreas.

Dos sete alunos que participaram do curso, cinco eram integrantes frequentes das Rodas de PLE desde o final do “Destino: UFSM” e um deles participava esporadicamente de algumas Rodas. Em sua grande maioria, os participantes mantinham contatos frequentes entre si, interagindo em horários alternos às aulas. No entanto, apenas dois participantes moravam juntos, sendo que os demais dividiam residência com brasileiros.

Segundo relatos, em Rodas anteriores, os participantes que moravam com brasileiros usavam, em casa, a língua portuguesa como idioma principal. Assim, o contato com o idioma ocorria nas instâncias formal (contato com professores, escrita acadêmica, palestras, etc.) e informal (contato com os colegas de apartamento e de faculdade, amigos, etc.). Em virtude dessa convivência com o português, muitas vezes as Rodas serviam também para tirar dúvidas sobre palavras ou experiências com as quais os participantes se deparavam em seu dia a dia.

Para este trabalho, foi analisada uma Roda de PLE ocorrida no dia 27 de Agosto de 2015, na qual estiveram presentes quatro participantes, de duas nacionalidades diferentes (três eram de nacionalidade colombiana e um peruana), além dos mediadores.

Devido ao tempo de imersão dos sujeitos e ao domínio da língua portuguesa, o tema da Roda foi selecionado visando expressões informais. Tal escolha foi realizada pensando em oferecer um suporte aos participantes ao entrarem em ambientes informais já que o gênero oral não obedece a uma regra formal na conversação cotidiana.

Para a composição do material utilizado para fomentar a discussão desta Roda, foram utilizadas imagens retiradas da internet que compõem o livro “Pequeno Dicionário Ilustrado de Expressões Idiomáticas”, de Ballardin e Zocchio⁵. As imagens apresentam interpretações dos fotógrafos sobre expressões idiomáticas brasileiras que são comumente utilizadas no cotidiano como, por exemplo, “sem pé nem cabeça” e “acertar na mosca”.

Para a organização do *corpus*, utilizaram-se as normas de transcrição utilizadas pelo NURC -SP, disponível em Preti (1999, p. 11-12).

Para a análise, selecionou-se como *corpus* dois momentos de interação (nomeados como trecho A e trecho B), nos quais foram identificadas negociações de sentido entre mediadores e participantes e entre os próprios participantes. Os trechos

⁵ As imagens foram retiradas de OLIVER, M. 25 expressões populares brasileiras conhecidas por você e demonstradas em imagens. Disponível em: <https://www.fatosdesconhecidos.com.br/25-expressoes-populares-brasileiras-conhecidas-por-voce-e-demonstradas-em-imagens/>. Acessado em: 31/03/2018.

foram transcritos em dois momentos diferentes, o que explica o fato de que as linhas, em ambos os trechos, são numeradas a partir do número 1.

Preferiu-se, para a identificação dos participantes, a utilização de letras no lugar de nomes. Assim, o mediador com maior experiência e grau de instrução foi denominado M1 e o segundo mediador, com menor experiência e grau de instrução, encontra-se como M2. Para os demais participantes, utilizaram-se letras do alfabeto, sendo elas L, O, S, W.

As discussões na Roda de Conversa: a busca interacional por meio da negociação de sentidos

Nos trechos analisados foram levados em consideração não apenas o trabalho com as expressões linguísticas escolhidas, mas, também, a interação no idioma estrangeiro como um todo. Assim, o primeiro trecho não faz referência exclusiva a uma negociação de sentidos de expressões, mas sim, faz parte de uma conversação que poderia facilmente ser atribuída a um discurso oral cotidiano. O trecho ocorreu no início da Roda em um dos momentos de descontração no qual um dos participantes (L) após uma pausa prolongada na conversa toma o turno de fala e insere um novo assunto.

Trecho A

1 M1 (...) a gente fez... eu criei o laboratório de churros
 L fizeram churros hoje? Hoje?
 S cara quinze dias
 M1 e o nosso né? Só conta
 5 [que nem aula passada.. só conta
 L [Só estou contando
 M1 ((repete)) só estou contando
 W ((risos)) só estou contando
 10 L pare de contar
 não vou contar mais
 ((risos))
 M2 sabe que aqui o famoso destino do churrasco depois que ele passa é virar picadinho...
 uma tábua de picadinho aqui ia bem aqui na Roda patrocinada pelo L
 15 S [legal
 [tá..vá ((deboche))
 L vocês não chamam não chamam de .. como foi que falou X? picadinho?
 S não esse era com.. com arroz
 20 L [carreteiro
 M1 Carreteiro
 L sim se faz careteiro também..
 M2 si::m
 25 M1 com a carne do churrasco que sobra pica e faz com arroz
 W carreteiro de quê?
 L de puta
 ((risos e falas sobrepostas))
 M2 sim o puchero

30 S ()
L carreteiro de puta
((falas sobrepostas))
M2 isso é muito vulgar eu conheço por puchero
W (eu não conheço)
35 S nos falaram isso um final de semana assim
[
M1 carreteiro de puta se chama quando é da sobra? Isso?
[
L isso
40 M1 [olha
nem conhecia essa expressão
((fala ao fundo))
M2 é mais fácil falar puchero
[
45 S si?
[
M2 menos agressivo gente
[
W a gente quer perguntar podemos hoje... as Rodas:?

Em um primeiro momento, “L” anuncia ter feito churros, momento em que também reformula a fala (l.1). De acordo com Marcuschi, pelo fato de a conversação ocorrer em tempo real, as reformulações são necessárias para melhorar ou deixar o discurso mais claro. No caso, a troca de “a gente fez” por “eu criei” estabelece a afirmação de que apenas L estava cozinhando, no lugar de ele e outras pessoas.

A conversa segue entre L, M1 e S, estabelecendo pares de convite / recusa. Tais pares conversacionais podem ser analisados por meio dos comentários de que L já haveria comentado de suas práticas culinárias antes. Assim, no trecho “e o nosso né? Só conta” (l. 4) S cobra de L que não apenas fale sobre o que cozinha, mas sim que também traga aos demais para experimentarem.

L, ao dizer “só estou contando” (l. 8), retoma a última parte da fala de M1, “que nem aula passada... só conta” (l. 6), para confirmar que sua intenção é apenas expor o que fez e não de trazer comida aos demais. Nesse primeiro momento, ocorre uma negociação sutil entre os participantes que estabelecem critérios para L compreender que os demais querem provar sua comida.

Na seqüência, por meio do uso do imperativo “pare” (l. 8) em “pare de contar”, o par conversacional é mudado, dando espaço a um par de ordem e aceitação. Pode-se perceber a aparição do par quando W toma o turno criando um momento de assimetria no discurso, impondo-se diante de L e exigindo que o mesmo pare de comentar sobre comidas que prepara. Por fim, mesmo podendo parecer sério e tenso, o ato conversacional baseia-se em estratégias de descontração entre os participantes, o que pode ser comprovado, por exemplo, pelo fato de os falantes estarem rindo, no final do trecho (l. 10).

Nesse momento, M2 abre espaço para uma nova negociação de sentido na conversa. Seguindo a brincadeira, ele sugere (l. 11 e 12) que L prepare um picadinho para os demais “sabe que aqui o famoso destino do churrasco depois que ele passa é virar picadinho... uma tábua de picadinho aqui ia bem aqui na Roda patrocinada pelo L” (l. 13). Com isso, M2 inicia um novo turno com uma petição/solicitação que é negado por L (l. 14) “tá...vá ((deboche))”. Aproveitando o tópico levantado por M2, S (l. 19) apresenta confusão com relação ao significado da palavra picadinho, confundindo-se com um segundo prato que lhe fora apresentado recentemente: “você não chamam não chamam de ..como foi que falou X? picadinho?”.

Por meio do par conversacional de pergunta e resposta estabelecido entre L e S (l. 19 a 22) M1, responde o nome do prato parecendo levar ao fim à negociação de sentido de “carreiro” (l. 21):

20	S L M1	você não chamam não chamam de .. como foi que falou X? picadinho? não esse era com.. com arroz [carreiro
----	--------------	--

No entanto, W, por meio da pergunta “carreiro de quê?” (l. 26), retoma o texto e volta a “negociar o sentido”, mostrando-se com dúvidas em relação à composição do prato. Em seguida, L responde à pergunta de W dando-lhe o nome do prato: “de puta” (l. 27).

A partir do nome que L atribui ao prato, que é “carreiro de puta”, ocorre uma nova negociação de sentido, desta vez com M2, que avalia o uso da expressão, atribuindo um caráter vulgar ao uso, quando afirma que “isso [carreiro de puta] é muito vulgar eu conheço por puchero” (l. 33). Nesse caso, W abstém-se da discussão que pode nascer da avaliação, afirmando não conhecer nem o prato, nem a terminologia: “eu não conheço” (l. 34).

Por sua vez, M1 entra em negociação com L, pedindo explicação sobre a terminologia: “carreiro de puta se chama quando é da sobra? Isso?” (l. 37), e, em seguida, “olha nem conhecia essa expressão” (l. 40), afirmando desconhecer a expressão. A partir da afirmativa de M1, com relação ao desconhecimento da terminologia, M2 diz que “é mais fácil falar puchero” (l. 43) e que é “menos agressivo” (l. 47), avaliando que o uso da palavra “puchero” é preferível em relação à “arroz de puta”.

Assim, o processo interacional, presente no trecho A e descrito aqui, mostra que a Roda de Conversa pode ser uma alternativa eficaz para o ensino da língua portuguesa, mais especificamente, no caso em xeque, para falantes de outras línguas.

Essa eficácia é pautada, sobretudo, pelos processos interacionais intensos, que de certa maneira obrigam os participantes a colocarem em uso recursos prosódicos, lexicais, sintáticos e pragmáticos da língua portuguesa, em tentativas quase que constantes de interagirem bem e de acordo com as regras do grupo.

Trecho B

1	W	(...) são pés?
	S	[é
5	L	[escrever com os pés
	M1	[é.. podia ser.. mas não é
	W	cerca y cursivo
	M1	não
10	O	() com os pés
	M1	quase
	S	o que não faz com las mãos... ((risos))
	M1	a O tá mais próxima
15	L	o não faz com a mão faz com o pé
	S	não..o que faz com la
	L	limpia
	S	mão estraga com os pés
	M1	a O é a que chegou mais perto
20	O	aún no sé
	L	pensa com os pés
	O	pensa com os pés
	M1	que frase é essa L? ((risos))
25	S	pensa muito fala as vezes ah:: ele fala com os pés
	W	não tá pensando
	M1	não tá pensando
	S	para nós
	M1	escreve lá M2
30	L	só a primeira... letra... porque senão
	O	trocar as mãos pelas pés pelos
	M1	no caso os pés pelas mãos... pela ordem... tradicional
	W	os pés pelas mãos
	S	e que sentido pra vocês tem?
35	M1	pois é, eu quero saber o que o que que poderá dizer trocar os pés pelas mãos... a outra hora eu expliquei antes do tempo mas agora eu não expliquei
	L	é assim olho por olho
	M1	não... esquece isso vingativo ((em tom de brincadeira)) ((risos))
40	M2	assim ó... [
	M1	tu é muito vingativo [
	M2	(guarda isso) no fundo do teu coraçãozinho
45	L	(muito chato)
	M1	o que será que quer dizer e W trocar os pés pelas mãos

	L	o que faz mal assim
	W	() outro sentido
50	M2	((ao fundo)) não seria o ver seria
	M1	repete aí
	L	que o cara faz mal as coisas no tem vontade de fazer... é?
	M1	não
	W	ah:::: faz sentido
55	M1	a segunda parte tira fora... a primeira parte só
	L	que faz mal... que o que faz faz mal
	M1	fez alguma coisa errada
	M2	é por exemplo
	M1	[confundiui misturou inverteu trocou os pés pelas mãos... tá quando você faz
60		alguma coisa errada... invertida atrapalhada... confusa o::u equivocada...
	S	entendi

No trecho 2, os participantes discutem sobre uma imagem que apresenta apenas os pés de um homem, segurando uma caneta em cima de uma escrivinha. A imagem foi apresentada após a discussão da expressão “uma mão lava a outra”, na qual estavam presentes na imagem apenas as mãos de uma pessoa.

A primeira inferência na conversa é realizada por meio de um par conversacional de pergunta e resposta, que se realiza entre os próprios participantes W e S, “são pés” e “é” (l. 1 e 3). Em seguida, L, ao dizer “escrever com os pés” (l. 5), já busca uma possível resposta para o significado da imagem, criando uma nova sequência do par pergunta-resposta que ocorre entre tentativas e erros ao longo das linhas 7 a 14:

	M1	é.. podia ser.. mas não é
	W	cerca y cursivo
	M1	Não
10	O	() com os pés
	M1	Quase
	S	o que não faz com las mãos...
		((risos))
	M1	a O tá mais próxima

A negociação de sentido da imagem faz com que M1 reformule sua resposta para indicar um caminho para os participantes, indicando que O era quem estava se aproximando do significado, em “a O tá mais próxima” (l. 14). Assim, ao identificar que L dá uma resposta similar à sua, S toma o turno de L e faz uma correção iniciada na linha 15:

15	L	o não faz com a mão faz com o pé
	S	não..o que faz com la
	L	Limpia
	S	mão estraga com os pés

Nas linhas 15 a 18, também é visível a sobreposição das falas de L e S. Apesar de S ter iniciado uma correção de L, o mesmo não se dá por conta e segue formulando seu discurso concomitante a S.

M1, ao dizer “a O é a que chegou mais perto” (l. 14), toma o turno e tenta reorganizar o discurso, buscando que os participantes se atentem à pista anterior, mas por meio das respostas dadas é perceptível que sua intenção não resultou exitosa.

A dificuldade em se chegar a um significado da imagem faz com que M1, em “não tá pensando” (l. 27), aproveite-se do comentário de W “não tá pensando” (l. 26) e faça uma heterorrepetição, demonstrando sua insatisfação com as sugestões dadas pelos participantes. Essa insatisfação faz com que M1 solicite a M2 que escreva a expressão para os participantes, indicada no enunciado “escreve lá M2” (l. 29). Nesse instante, M1 é interrompido por uma ação de ordem de L, “só a primeira... letra... porque senão” (l. 30), querendo que apenas seja escrita a primeira letra da sentença.

M2 escreve algo no quadro, aproximando-se de uma resposta esperada por O, que diz: “trocar as mãos pelos pés pelos” (l. 31). M1 em “no caso os pés pelas mãos... pela ordem... tradicional” (l. 32), ainda faz uma breve correção com relação à ordem sintática da expressão, acrescentando a explicação de que seria a “ordem tradicional”. Na sequência, S questiona o significado da expressão por meio da pergunta “e que sentido pra vocês tem?” (l. 34). Tal pergunta é respondida por M1 com uma nova indagação “pois é, eu quero saber o que o que que poderá dizer trocar os pés pelas mãos... a outra hora eu expliquei antes do tempo mas agora eu não expliquei” (l. 35 e 36).

Em seguida, L, ao dizer “é assim olho por olho” (l. 37), dá a sugestão de um possível significado para a expressão e gera a interpelação de M1 e M2 por meio do par ordem-execução para que deixe de lado tal significação (l. 38 a 44).

	M1	não..esquece isso vingativo ((em tom de brincadeira)) ((risos))
40	M2	assim ó...
	M1	[
		tu é muito vingativo
	M2	[
		(guarda isso) no fundo do teu coraçãozinho

Por fim, L finaliza o par com uma afirmação de insatisfação “(muito chato)”.(l.45)

Ainda buscando que os participantes encontrem um significado para a expressão “trocar os pés pelas mãos”, M1 questiona, ao enunciar “O que será que quer

dizer” (l. 46), fazendo, assim, uma interpelação direta e passando o turno de fala para O, que, ao não se manifestar, abre espaço para a tomada de turno por autoescolha por parte de L, dizendo “o que faz mal assim” (l. 47).

A resposta de L “o que faz mal assim” (l.47) gera o pedido de repetição por M1 em “repete aí” (l. 50), dando indícios de que L havia se aproximado da resposta. Ao repetir, L faz uma reformulação do que havia dito “que o cara faz mal as coisas [significado correto] no tem vontade de fazer [reformulação]” (l. 51) levando a uma nova negociação de sentidos, já que apresentou por um lado o significado adequado e, por outro, uma reformulação inadequada.

Para que se chegasse a um senso comum do significado M1 fala: “a segunda parte tira fora... a primeira parte só” (l. 54), dando uma pista para L, que novamente reformula sua fala, ao usar “que faz mal... que o que faz faz mal” (l. 55), permitindo que M1 e M2 apresentem outras significações/interpretações dadas a expressão (56 a 59)

	M1	fez alguma coisa errada
	M2	é por exemplo
	M1	[confundiu misturou inverteu trocou os pés pelas mãos tá quando
60		você faz alguma coisa errada .. invertida atrapalhada.. confusa o::u
	S	equivocada...
		entendi

A negociação de sentido neste caso termina com a afirmativa de S, linha 56 “entendi”, dizendo ter compreendido o significado da expressão.

Assim como demonstramos no trecho A, o trecho B aponta para uma troca interativa relevante, em que os participantes precisam manter sempre o controle tópico desenvolvido, buscando, na palavra do outro, a dinâmica necessária para o desenvolvimento do discurso. É no processo interacional, então, que os usos linguísticos ganham sentido, a partir de processos negociativos de ressignificação de expressões.

Considerações finais

Nosso objetivo neste trabalho foi o de analisar como se davam as negociações de sentido durante uma Roda de PLE. Para tanto foram analisados dois trechos de uma Roda de Conversa de PLE em que foram trabalhadas expressões idiomáticas. Foi possível perceber que muitas das negociações de sentido foram realizadas na LE. No entanto, em alguns momentos em que se fez necessário compreender o significado de algumas expressões os participantes recorreram a sua língua materna.

A maioria das negociações de sentido foi realizada através dos pares conversacionais de pergunta e resposta que ocorrem de maneira direta. Isso demonstra que a Roda possui, em grande parte, um discurso simétrico, mesmo sendo realizada em um ambiente formal de aprendizagem, que é a universidade. O processo intenso de troca de falantes constitui, segundo Galembeck (1999, p. 71) “um fato intrínseco à natureza da conversação simétrica”, na qual os interlocutores desenvolvem os assuntos. Dessa forma, segundo o autor, a situação de simetria é caracterizada pela alternância contínua entre os falantes, pois todos os interlocutores participam da construção e desenvolvimento do tópico conversacional, por meio de turnos nucleares, mesmo que curtos.

A troca de turnos se dá, muitas das vezes, pela não compreensão de algum significado ou ao se considerar alguma resposta como indevida. Assim, estabelece-se uma negociação por meios de perguntas ou dicas que sugerem aos participantes a que caminho devem seguir. No caso das expressões idiomáticas, os mediadores avaliam o processo de compreensão por parte dos alunos, por meio da solicitação da criação de algum enunciado. Essa estratégia de solicitar uma frase permitiu aos mediadores confirmarem se a negociação de sentido foi bem-sucedida ou ainda apresentavam falhas, e necessitavam uma nova negociação de sentidos. Além disso, essa forma dá um caráter assimétrico à conversação, tendo em vista os papéis sociais dos interlocutores.

Outros fenômenos encontrados durante as negociações de sentido foram os pares de convite-aceitação/negação e ordem-execução, ocorrendo principalmente durante brincadeiras entre os integrantes da Roda. A presença desses pares em sequências informais, bem como a orientação da conversa em variados momentos pelos participantes, demonstra que há forte presença interacional no discurso nas Rodas, permitindo que a atividade interacional cumpra seu objetivo de ao mesmo tempo oferecer um ambiente formal e informal de aprendizagem.

Por fim, mesmo considerando os limites deste artigo, podemos observar que a Roda possibilita também, uma troca cultural entre os integrantes. Ao longo das negociações de sentido, não somente o conhecimento dos mediadores é valorado, como também se possibilita uma troca cultural de conhecimentos. Por conseguinte, as atividades desenvolvidas na Roda possuem por característica intrínseca o dinamismo, resultante da proximidade entre os interlocutores. Esse dinamismo ocorre nas relações entre os participantes e na possibilidade de todos adotarem, em determinado momento, o papel de falantes. Além disso, o dinamismo ocorre também na participação de cada

interlocutor, que deve sustentar o turno e gerenciar, nos processos interacionais, os planejamentos e as reformulações a partir do uso da língua portuguesa.

Referências

CARMOLINGA ALCARAZ, R. Do português ao espanhol: os prós e os contras da proximidade. IN: SEDYCIAS, J. [org.] O ensino do espanhol no Brasil: passado, presente, futuro. São Paulo: Parábola, 2005, p. 195 – 205.

DOLZ, J., NOVERRAZ, M., SCHNEUWLY, B. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: SCHNEUWLY, B., DOLZ, J. Gêneros orais e escritos na escola. Campinas – SP: Mercado das Letras, 2004, p. 81 – 108.

DOLZ, J., SCHNEUWLY, B., HALLER, S. O oral como texto: como construir um objeto de ensino. In: SCHNEUWLY, B., DOLZ, J. Gêneros orais e escritos na escola. Campinas – SP: Mercado das Letras, 2004, p. 125 – 158.

GALEMBECK, P. T. O turno conversacional. In: PRETI D. (org) O discurso oral culto. São Paulo: Humanitas Publicações – FFLCH/USP, 1999 – (Projetos Paralelos. V.2), p. 55-79.

GOETTENAUER, E. Espanhol: língua de encontros. IN: SEDYCIAS, J. [org.] O ensino do espanhol no Brasil: passado, presente, futuro. São Paulo: Parábola, 2005, p. 61 – 70.

LEITE, M., Q. Interação, texto falado e discurso. In: BRAIT, B., SOUSA-E-SILVA, M., C., Texto ou discurso? São Paulo: Contexto, 2012, p.217 – 234.

MARCHESAN, M. T. N., PROCHNOW, A. L., VIEIRA, A. N. G. Rodas de conversa em PLE: entre o dever e o lazer, 2015 (no prelo).

MARCUSCHI, L. A. Análise da Conversação. 6. ed. São Paulo: Ática, 2007.

NEGREIROS, G., VILAS BOAS, G. A oralidade na escola: um (longo) percurso a ser rilhado. In: Revista Letras, v. 27, n. 54, 2017, p. 115 – 126. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/29573>. Acessado em 10 de novembro de 2017.

ORTIZ ÁLVAREZ, M. L. Ensino de línguas próximas, isso são outros quinhentos: a questão das expressões idiomáticas nas aulas de LE. In: TROUCHE, A. L. G. e PARAQUETT, M. (Orgs.) Formas & Linguagens: Tecendo o Hispanismo no Brasil. Rio de Janeiro: CCLS PublishingHouse, 2004.

PRETI D. (org) O discurso oral culto. São Paulo: Humanitas Publicações – FFLCH/USP, 1999 – (Projetos Paralelos. V.2).

RODRIGO, V. Contextos de instrucción y su efecto em la comprensión auditiva y los juicios gramaticales: ¿Son comparables cinco semanas en el extranjero a un semestre en casa? IN: Revista *Hispania*, vol. 94, No. 3, set. 2011, p. 502-513.

SCHNEUWLY, B. Palavra e ficcionalização: um caminho para o ensino da linguagem oral. In: SCHNEUWLY, B., DOLZ, J. Gêneros orais e escritos na escola. Campinas – SP: Mercado das Letras, 2004, p. 109 – 124.

SEDYCIAS, J. Por que os brasileiros devem aprender espanhol? IN: SEDYCIAS, J. [org.] O ensino do espanhol no Brasil: passado, presente, futuro. São Paulo: Parábola, 2005, p. 35 – 44.

VILAÇA, M. L. C. A importância de pesquisas em estratégias de aprendizagem no ensino de línguas estrangeiras. In: XIV congresso nacional de linguística e filologia, Rio de Janeiro, 2010, p. 208 – 220. Disponível em http://www.filologia.org.br/xiv_cnlf/tomo_1/208-220.pdf. Acesso em 08 de novembro de 2017.

VYGOSTKY, L. S. A formação social da mente. Livraria Martins Fontes Editora: São Paulo, 1991, 4. ed. Disponível em: <http://www.finom.edu.br/cursos/arquivos/2017822204529.pdf>. Acesso em: 05 de dezembro de 2017.

Artigo recebido em: 31/03/2018.

Artigo aceito em: 03/07/2018.

Artigo publicado em: 02/08/2018.

ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA DOS USOS DA PREPOSIÇÃO “A” EM JORNAIS DOS SÉCULOS XIX, XX E XXI

Jorge Augusto Alves da Silva¹
Julinara Silva Vieira²

Resumo: A preposição *a* se originou da preposição latina *ad*; era usada com a finalidade de expressar os conceitos de direção, movimento, proximidade e fim. Nesse sentido, coube-nos investigar que valores a preposição *a* passou a assumir na Língua Portuguesa, partindo das gramáticas históricas e prescritivas às gramáticas de uso. O objetivo principal com este trabalho é o de identificar os novos sentidos e funções que a preposição *a* assumiu ao longo de três séculos da Língua Portuguesa, bem como a frequência da ocorrência de tais funções e sentidos; para isso, aventamos a hipótese de que a preposição *a* foi, ao longo do tempo, assumindo novos usos e valores, passando do seu sentido base/prototípico (mais usual) para acepções mais abstratas. Como aporte teórico-metodológico, buscamos dialogar com gramáticos históricos, gramáticos normativos e com as discussões no âmbito da Linguística contemporânea. Trata-se de uma pesquisa documental, cuja análise é quantitativa e qualitativa, amparada teoricamente pela Sócio-história, cujos dados foram coletados nos jornais *A Penna* (séc. XIX e XX) e *Tribuna do Sertão* (séc. XXI). Os resultados apontam que a preposição *a* vem ganhando novos sentidos, transpondo da acepção de Espaço para Tempo, e desse para sentidos mais abstratos.

Palavras-chave: Preposição *a*. Sócio-história. Linguística.

Abstract: The preposition ‘*a*’ was originated from the Latin preposition ‘*ad*’; was used in order to express concepts of direction, movement, closeness and purpose. This point was up to us to investigate which values the preposition ‘*a*’ has taken on in Portuguese Language since historical and prescriptive grammars to grammar of use. The main objective with this work is to identify new meanings and functions that the preposition ‘*a*’ has taken on over three centuries of Portuguese Language, as well as the frequency of occurrence of these functions and meanings; for this, we hypothesize that the preposition ‘*a*’ was taking on new uses and values over time, going from its base/prototypical sense (more usual) to more abstract meanings. As theoretical-methodological approach, we seek to dialogue with historical grammars, normative grammarians and with the discussions under the Contemporary Linguistics. It is about a documental research analysis is quantitative and qualitative, it is supported theoretically by Socio-history, whose data collected in the newspaper *A Penna* (19th and 20th centuries) and *Tribuna do Sertão* (21th centuries). The results indicate that the preposition ‘*a*’ has winning new senses, transposing from the meaning of Space to Time, and from this to more abstract meanings.

Keywords: Preposition ‘*a*’. Socio-history. Linguistics.

¹ - Departamento de Estudos Linguísticos e Literários (DELL), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, UESB, Vitória da Conquista, BA, Brasil, e-mail: adavgvstvm@gmail.com.

² **Departamento de Estudos Linguísticos e Literários (DELL), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, UESB, Vitória da Conquista, BA, Brasil, e-mail: julinarav@gmail.com

Introdução

Alguns gramáticos da Língua Portuguesa, a exemplo de Barbosa (1866) e Almeida (1999), concebem as preposições como unidades destituídas de sentido. Já na visão de Poggio (2002), as preposições desempenham uma função considerável no texto, pois, enquanto itens conectivos e providas de significado, passam a ser carregadas de uma diversidade semântica. Segundo Bechara (2004), na língua, tudo tem significado, ou seja, é semântico e pode mudar de acordo com o papel gramatical de cada elemento linguístico. Em nosso escrito, fazemos reflexões acerca da preposição *a*, que consiste em nosso objeto de estudo, utilizando aparatos teóricos metodológicos próprios da Sócio-história. Para tanto, tornam-se esclarecedoras as abonações feitas por Givón (1995), Neves (2001), Poggio (2003), Pereira (2004), Ilari et al (2008), Mattos e Silva (2008) e Silva et al (2017).

Desde a passagem do Latim para o Português, as preposições têm assumido formas, funções e sentidos que se diferenciam na história interna da língua. Nesse sentido, interessamo-nos, nesta pesquisa, por observar os usos da preposição *a*, uma vez que ela figura entre aquelas cuja dinamicidade é significativa. Assim, procuramos retratar o desenvolvimento histórico pelo qual passou a preposição *a*, desde o Latim até o seu estabelecimento dentro de um paradigma no Português do Brasil, tentando responder às seguintes questões norteadoras: 1) Que sentidos e funções a preposição *a* assumiu e que sentidos e funções foram predominantes em jornais (*A Penna* e *Tribuna do Sertão*) ao longo de três séculos (XIX, XX e XXI)? 2) Qual a frequência da ocorrência de tais funções e sentidos?

Para a análise deste trabalho, buscamos compor os nossos *corpora* a partir de dados linguísticos observados em amostras retiradas de editorias, notícias e propagandas dos jornais *A Penna* e *Tribuna do Sertão*. A opção pelo texto jornalístico deu-se segundo a convicção de que, ao analisar a língua, devemos considerar as diferentes situações de comunicação, entre elas a escrita, pois interessa-nos o trato com dados reais da língua.

Esta pesquisa norteia-se a partir da hipótese de que a preposição *a* foi, ao longo da história das línguas, assumindo novos usos e valores, passando do seu sentido prototípico para acepções mais abstratas. Esperamos que esse trabalho contribua de modo significativo para os atuais estudos linguísticos, pois mostra a importância em se analisar o objeto de estudo sob a ótica da Sócio-história, cuja a finalidade primordial é o de se compreender a língua como um instrumento dinâmico, suscetível a modificações no transcorrer do tempo.

A preposição *a* no Latim Clássico e Vulgar

A preposição latina que deu origem à preposição *a* foi a forma *ad* que, na passagem para o Português, sofreu redução fonológica a partir da apócope da consoante [-d]. Forcellini (1858) dá-lhe como origem provável a redução da preposição *apud* (*apud* > *ad*).

Saraiva (1896) aponta como emprego prototípico de *ad* a atendência, a direção para algum lugar ou para algum objeto, opondo-se às latinas *a* e *ab*. Guardia (1876) afirma que seu sentido mais definido está em indicar a presença ou a proximidade, bem como a direção, o fim. Entra na formação de diversos brocados e aforismas, indicando em sua maioria, inclusive por metáfora, o termo, o término ou o fim de algo ou de algum lugar, movimento ou não movimento.

Faremos um breve resumo do uso da preposição *ad* na língua latina³:

1. Lugar sem movimento, equivalendo a junto a: A Ásia situa-se (jaz) junto ao meridiano.
2. Lugar com ideia de movimento, equivalendo a para: Voltar aos seus.
3. Lugar (personificado) com movimento, equivalendo a contra: Contra Catilina.
4. Lugar com movimento demonstrando o limite, equivalendo a até: Ao alto do monte.
5. Tempo indicando proximidade, equivalendo a cerca de: Próximo ao inverno. Nasceu cerca de quarenta anos.
6. Instrumento equivalendo a com: Construir à mão.

Não se pode falar em uso da preposição *ad* sem fazer uma digressão ao uso do acusativo. Rubio (1983) informa-nos que, em Latim, o acusativo possuía dois empregos mais gerais: o primeiro representaria uma função estreitamente nominal, como complemento de verbos, sendo o segundo uma extensão dessa função atingindo a ideia de direção, prolongamento, fim, ou seja, um tipo de acusativo adverbial ao qual estaria a preposição *ad* relacionada.

O *acusativo adverbial* procuraria responder a duas perguntas, “*quo*” e “*ubi*”, já que, em tais construções, aparecem a preposição *ad*. Esta, por sua vez, possuía uma particularidade semântica, embora compartilhasse com *in* a possibilidade de responder à questão “*quo*”. *Ad* indicaria que o sujeito, de fato, não entrou no local indicado: *ad tribunal venit litigator*⁴ apenas diz-se que o querelante veio às portas, ou seja, ante o tribunal; enquanto que *in*

³ Segundo Faria (1962, p.27), a como preposição indica: aproximação, direção para (quase sempre com ideia de movimento) e refere-se tanto ao espaço como ao tempo. Exprime: 1- circunstância de lugar: a, para, até; 2- com nomes de cidades e pequenas ilhas, indica direção ou a chegada nas proximidades das mesmas; 3- sentido temporal: até, em, durante, por, dentro de; 4- proximidade em seus vários aspectos: perto de, junto de, em casa de, diante de (sem ideia de adição); 5- ideia de adição.

⁴ O litigante veio ao tribunal.

tribunal venit iudex, isto é, o juiz não só foi, mas entrou no tribunal. Nessa acepção, *ad* opunha-se às preposições latinas *ab* (a) e *ex*.

Em relação à preposição *ad* respondendo à pergunta “ubi” (onde), destaca-se a ideia de proximidade. Devemos salientar que a preposição *in* e não *ad* era usada em caso de deslocamento e permanência, enquanto a *ad* se atribui ou se procurava atribuir a ideia de proximidade.

(1) *Ad urbem venire* / (2) *Ad urbem esse*

Como observa Rubio (1983), em Latim, o sentido do verbo, muitas vezes, bastaria para retratar “a permanência” ou “a movimentação”, o que traria reflexos em línguas como espanhol e francês: (3) *Je suis à Madrid*. (4) *Je vais a Madrid*. (5) *Estoy a Madrid*. (6) *Voy a Madrid*. Nesses casos, o emprego da preposição faz-se em menor grau de relevância, já que o verbo em si representaria a oposição [permanência vs movimentação], o que produziria certa opacidade em relação à preposição *a*.

No Latim Vulgar, a preposição *ad*, de acordo com Dubois, Mitterand e Dauzat (1993 [1964]), passaria a indicar também o complemento verbal, mantendo como possibilidade a ideia de movimento em relação a um ponto espacial ou temporal, num evidente caso de desbotamento, em que o item gramatical *ad* passa a assumir apenas a função de distinguir, cessado o forte sistema casual do Latim Clássico, quem é o sujeito e quem não é o sujeito de uma oração. Reflexos dessa nova configuração no Latim Vulgar atuariam, séculos mais tarde, no Espanhol, como regra para reconhecimento de um acusativo [+animado].

Voltar-se ao Latim para nele observar a existência, a recorrência e a diferença de um dado fenômeno nas línguas românicas não se trata de uma mera digressão, mas revela a necessidade de entender como usos linguísticos se mantêm ou são construídos com base em elementos de estágios do passado.

A preposição *a* na Tradição gramatical e na Tradição linguística

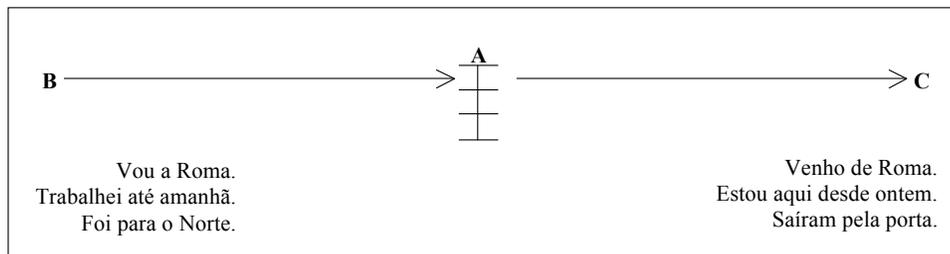
Na visão de Cunha (1975), as preposições são responsáveis por apontar uma gama de usos variados dentro do discurso, sendo que, para cada uma delas, tem-se a possibilidade de designar “uma significação fundamental”, pautando-se em noções de SITUAÇÃO e MOVIMENTO, ambas empregadas nos sentidos (a) espacial, (b) temporal e (c) nocional. A preposição *a*, como demonstra Cunha (1975), teria como função prototípica a noção mais concreta de espaço, afastando-se dela numa ampliação semântica até a extensão de sentido

que se encaminha para a noção. Traduzindo tal afirmação por meio de equações, teríamos: a) movimento-espaco, b) movimento-tempo e c) movimento-noção ao lado de a) situação-espaco, b) situação-tempo e c) situação-noção.

Rocha Lima (1992 [1975], p.322) assinala que a preposição *a* atua como elemento de conexão, quer “introduzindo o objeto indireto”, a quem ele se refere como “correspondendo ao emprego normal do dativo latino”, quer introduzindo o objeto direto “preposicional”, função em que a preposição *a* encontra-se esvaziada de seu sentido. Para o autor, essa preposição figuraria entre as que a Nomenclatura Gramatical Brasileira considera “essenciais”, isto é, originaram-se do velho Latim, sofrendo algumas alterações.

Cunha e Cintra (2001) dão destaque ao caráter delimitador da preposição *a*, bem como sua característica supérstite, matiz que não foi apagada pelo passar dos tempos: a noção de delimitação (espacial, temporal e nocional). Nesse percurso, enfatizam os gramáticos que, na expressão de relações preposicionais com ideia de movimento, importa levar em conta um ponto limite (A), em referência ao qual o movimento será de aproximação (B → A) ou de afastamento (A → C), conforme Figura 1:

Figura 1: Oposição entre a preposição *a* e a preposição *de* conforme o critério aproximação-afastamento.



Fonte: CUNHA E CINTRA, 2001.

Fonte: CUNHA E CINTRA, 2001.

Bechara (2009), além das tradicionais relações entre os verbos e complementos, preocupa-se com as “circunstâncias” em que a preposição *a* figura como elemento introdutor. O gramático cita nove “valores”, a saber:

- A. Movimento ou extensão: *Levei-os ao Banco do Brasil.*
- B. Tempo em que uma coisa sucede: *la por ali às vezes.*
- C. Fim ou destino: *Tocar à missa.*
- D. Meio, instrumento, modo. *Fechar à chave, Falar aos gritos, andar a cavalo.*
- E. Lugar, aproximação, contiguidade, exposição a um agente físico: *Estar à janela.*

- F. Semelhança, conformidade: Falou *ao modo bíblico*.
- G. Distribuição proporcional, gradação: *Um a um*.
- H. Preço: *A um real*.
- I. Posse. Tomou o pulso *ao doente*. (do doente). (BECHARA, 2009, p. 317)

Bechara (2009) reiteram a ideia de limite/delimitação já apontada por autores como Cunha e Cintra (2001). Tal aspecto da preposição *a* parece ser a mais saliente, já que os gramáticos esmeram-se em trazê-la em destaque.

Ao tratar da preposição *a*, Ilari et al (2008) reitera que essa preposição pode fundir-se com artigos, pronomes e advérbios de lugar, enquanto elementos de uma sentença, compondo uma única palavra; do mesmo modo, atribui ao termo *a* que se refere uma noção de ponto final de um percurso, atuando com um verbo de movimento, que tem como sujeito um regulador do estado de coisas. Vejamos os exemplos: (7) “*Ele já ia à escola da manhã quando eu comecei trabalhar.*” e (8) “*Eu quase não vou ao cinema*” (ILARI et al, 2008, p. 85).

Castilho⁵(2010) afirma que as preposições latinas, entre elas a preposição *a*, no momento em que se juntou a outros elementos da língua (advérbios, substantivos, adjetivos), passou a “encabeçar” estruturas locucionais, figurando em estruturas que vieram a se cristalizar em nosso vernáculo. Para Castilho (2010), a preposição *a* está em processo de permuta no Português do Brasil com as preposições “para” ou “em”, o que levará ao desaparecimento da primeira. A substituição de *a* por *para* deu-se pelo processo de recategorização, uma vez que “*a* provém do latim *ad*; reforçada por outra preposição latina, *per*, donde *perad*> português arcaico *pera*>português moderno *para*.” (CASTILHO, 2010, p.590).

Em sua gramática de usos, Neves (2011, p.605-621) informa-nos que, na preposição *a*, destacam-se o ponto de chegada ou ponto de referência ou meta, assim dispostos:

1. Com verbos com sentido [+dinâmico] indicando aproximação (“*Colei os braços ao corpo*”.) ou movimento em direção a um lugar (*Sáimos para ir ao cinema, ela adiante com Silvia, eu e Seu Camilo.*).

⁵ Barbosa (*apud* Castilho, 2010), com fundamento na teoria localista, reconhece duas classes de preposições; a primeira refere-se às de estado e existência, a segunda às de ação e movimento, sendo esta última a que a preposição *a* está inserida. Nessa classe, toda ação é um movimento, seja ele real ou virtual, com princípio (de onde parte), meio (por onde passa) e fim (para onde se dirige). Para o autor, o sentido comum a todas as preposições é o de localização no espaço ou no tempo.

2. Com elementos proximais ao locativo, verbos [+dinâmico] indicando mudança de lugar com direção ([...] *conduzindo-me a um canto, perguntou se eu apreciaria como protetor tão bonito pedaço de homem.*).

3. Com verbos [- dinâmico] indicando situação, equivalendo à *preposição em* (*Antônio Carlos já estava a bordo, para dar suas ordens.*)

4. Com substantivos, indicando direção: (“*Como o objetivo da viagem aos E.U. A. era só não obter os carimbos.*”)

5. De termo (limite) de movimento (“*A gente vai de Belém a Altamira pelo rio, um rio grande chamado Xingu.*”)

Entre as mais recentes pesquisas realizadas acerca das preposições, devemos citar os estudos de Poggio (2003). Essa autora assegura que, ao contrário do que afirmam gramáticos como Barbosa (1866) e Almeida (1999), pois ambos concordam que as preposições são elementos vazios de sentido, elas têm significação própria, pois, já que a preposição é um signo linguístico, possui tanto significante como um significado. No tocante à preposição *a*, Poggio (2003) afirma que a preposição latina *ad* era utilizada no Latim regendo o caso acusativo para expressar os conceitos de “direção”, “movimento para algum ponto”, “aproximação” e “junção de alguma coisa”. Conforme Poggio (2003, p.93):

Assim o desenvolvimento do uso da preposição foi paralelo à redução da declinação. Esse desenvolvimento teve seu início em relações concretas (de lugar, de tempo, de instrumento, de causa, de origem etc.) e os casos que as expressavam se enfraqueceram, chegando a desaparecer. (POGGIO, 2003, p.93)

Com base na leitura do estudo realizado por Poggio (2003), nos *Diálogos de São Gregório, corpora* de sua pesquisa, vimos que a partícula *ad* já se apresentava no Latim com certa variação, podendo ser empregada tanto com objetos inanimados como animados, este indicando o projeto que a ação se dirige.

Tal situação de instabilidade anunciada teria evidentes reflexos em usos nas línguas românicas; no Português e no Espanhol assumiria tal preposição valores nunca vistos na România, bem como entraria em inúmeras locuções (adverbiais e conjuntivas) inexistentes em Latim e até formaria, em atitude de complexidade, um elemento ausente na língua mãe: a preposição *para*.

Em um estudo abordando a gramaticalização da preposição *a* e sua interferência nos casos de “rivalidade” com *em* e *para*, França (2006) chega às seguintes conclusões:

1. A preposição *a* situa-se num processo de formação de locuções, sendo uma das preposições mais produtivas de nossa língua;

2. A preposição *a* também é a que mais sofreu desbotamento semântico, indo desde a noção espacial a um uso meramente estilístico, sustentando-se na língua em situações cristalizadas, como em “*Amará ao Senhor teu Deus*”;

3. A preposição *a*, no decorrer dos séculos XIV, XVI e XVII, construiu um percurso semântico que tem demonstrado que tal item gramatical encontra-se em alto grau de abstratização, pois seu uso vem sendo atrelado a diversas significações, partindo do mais concreto ao mais abstrato, numa escala contínua e progressiva: ESPAÇO → TEMPO → QUALIDADE⁶.

Tal distinção entre os usos da preposição *ad* pode, portanto, caracterizar uma possível indicação de uma atual variação sincrônica nas preposições da Língua Portuguesa.

Considerações sócio-históricas

A abordagem sócio-histórica a respeito do fenômeno linguístico perpassa pelo fato de que uma língua mantém relação com a história da sociedade em que ela se constituiu, pois cada estado da língua resulta de um extenso (e contínuo) processo histórico. Conforme declara Silva et al (2017), a história social e econômica do Brasil está intrinsecamente relacionada com a variedade de língua que, tanto brancos, brancos de origem lusitana, negros, índios e brancos “empobrecidos” utilizam como modo de expressão.

De acordo com Pereira (2004), a complexidade da mudança linguística procede da natureza dos sistemas das categorias linguísticas que compreendem estruturas fonéticas, fonológicas, morfológicas, sintáticas, lexicais, semânticas, pragmáticas e discursivas que convivem não somente com o sistema conceptual humano, bem como os fatores sociais da época e eventos históricos.

Romaine (2009 [1982]) expõe que as pesquisas de cunho histórico passaram, mais uma vez, a despertar a atenção dos estudiosos. Ao pesquisar fenômenos linguísticos em textos antigos, a autora notou que os registros escritos também apresentavam indícios de variação linguística da mesma maneira que a língua falada apresenta. Para Mattos e Silva (2008), uma questão encontra-se ainda pendente: é a relação fala/escrita na documentação do passado, pois, para alguns autores, “[...] a linguística histórica é a história da língua escrita, mas sem a fala não se escreve, pode-se entrever ou entreouvir a voz através dos textos” (MATOS E

⁶ Dentro de nossa abordagem, chamamo-la de NOÇÃO.

SILVA, 2008, p.20). No início do século XIX, foi a língua escrita que forneceu informações a respeito dos estágios evolutivos das línguas, todavia, tanto a escrita como a fala são importantes fontes de dados para as investigações linguísticas, uma vez que ambas constituem formas diferentes de caracterizar a mesma língua.

Ao trabalharmos com textos escritos de três séculos distintos, nos deparamos com a influência de acontecimentos históricos que compuseram esses períodos. Para melhor compreendermos tais intervenções, cabe discorrer, de maneira breve, sobre as principais ideias difundidas nos séculos XIX, XX e XXI. Assim, recorrendo à história temos, no Brasil, na segunda metade do século XIX, a instituição de um discurso nacional levantado por membros da elite brasileira, composta por intelectuais que ansiavam modernizar o percurso que o Brasil enquanto nação deveria seguir. Já o século XX foi caracterizado pela urbanização, pois a dinâmica social e espacial definiu o período através de um modo de vida mais urbano. Tinha-se uma sociedade marcada por inúmeras transformações que incidiram na produção, no consumo, nas relações sociais, políticas e culturais. Com a chegada do século XXI, o mundo tornou-se mais globalizado e trouxe significativas mudanças, como o progresso tecnológico e a importância dada à informação. O crescimento econômico possibilitou a ampliação das relações do Brasil com outros países e intensificou os avanços sociais sucedidos nas últimas décadas. Todos esses fatos, de alguma forma, influenciaram as mudanças sofridas pela nossa língua.

Contextualização dos corpora: jornais *A Penna* e *Tribuna do Sertão*

Em seu estudo, Luca (2010) informa-nos que, até o último quartel do século XX, eram escassos os estudos que se valiam de jornais e revistas para conhecerem nossa história. Havia um interesse em se escrever nossa história utilizando os recursos gráficos em circulação (ou já circulados) para traçar a “realidade” dos fatos sobre o nosso povo.

Nosso estudo fundamenta-se na convicção de que a língua deve ser analisada com base nas diferentes situações de comunicação, inclusive a escrita, reconhecida como digna de ser impressa e divulgada, como acontece com os jornais. Dessa feita, importa-nos o trato com dados reais da língua, pois é a partir do seu uso efetivo que se constrói o material necessário para as análises. Fundamentados nessa assertiva, elegemos, para a constituição dos corpora, textos do jornal *A Penna*, com edições publicadas nos anos de 1897, 1898 e 1899, 1901, 1902, 1905, 1912, 1915, 1917, 1919, 1925, 1930, e também do jornal *Tribuna do Sertão*, com edições dos anos de 2016 e 2017. O primeiro, por se tratar de um documento de outros

períodos históricos, foi coletado no Arquivo Público Municipal⁷ da cidade de Caetité - Ba, cujo material encontra-se digitalizado e dividido por períodos (ano/edição).

O jornal *Tribuna do Sertão*, por sua vez, teve os exemplares coletados na sede da Universidade do Estado da Bahia-UNEB/ *Campus XII*, no município de Guanambi. Por ser um impresso mais acessível, facilitou o trabalho de coleta. Do *Tribuna do Sertão*, foram selecionadas edições que ainda encontravam-se disponíveis, considerando que o periódico é gratuito e estava exposto para leitura.

Para uma melhor compreensão acerca dos periódicos pesquisados, a seguir, relatamos um pouco sobre a história e fatos importantes que circundam nossos *corpora*.

Figura 2- Frontispício do Jornal *A*



Fonte: A PENNA, Caetité – BA, ano II, n. 34, 1898.

O jornal *A Penna* foi um dos primeiros jornais a circular definitivamente na região do Alto Sertão da Bahia⁸. Foi considerado o principal órgão da imprensa da região e patrimônio da memória da imprensa baiana, sendo editado de 1897 a 1942, escrito e impresso em Caetité na tipografia do caetiteense João Antônio Gumes, que, a partir de 25 de setembro, fez circular o primeiro periódico regional, implantando de forma permanente, na região do Alto Sertão.

Até o ano de 1915, possuía duas edições mensais, com uma média de quatro páginas por edição; depois passou a quatro edições mensais, com uma média de seis a oito páginas

⁷ O Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC) é o órgão responsável pela preservação e manutenção do acervo histórico e documental da cidade de Caetité, vinculado ao Sistema Estadual de Arquivos Públicos do Arquivo Público da Bahia. Os acervos de documentos textuais e iconográficos desse arquivo remontam ao ano de 1808 e estão abertos à consulta pública, sendo acessados por pesquisadores, visitantes, população local e grupos de estudantes.

⁸ Na concepção de João Gumes, “[...] o Alto Sertão da Bahia é conhecido pelo vastíssimo território das caatingas, carrascos, chapadas, pseudo-matas, não vestido geralmente das uniformes e pujantes florestas a que se dá entre nós o nome de ‘matas’”. (*A Penna*, 1927, p.02)

cada uma. Algumas vezes, publicou-se edição especial do jornal em virtude da realização de algum evento (de ordem política ou educacional) importante na cidade. Dessa forma, segundo Reis (2010), apesar de poucos recursos financeiros e por estar restrito unicamente à região Sudoeste da Bahia, a publicação passou a ser quinzenal, embora tenha se sujeitado a várias interrupções por questões econômicas, resistindo até 1942.

De acordo com Reis (2004), a intenção de João Gumes com a criação da imprensa foi concretizar uma parte de um projeto pessoal mais amplo; pois, além de trazer informações sobre a vida da sociedade, das pessoas que viviam na região, “[...] ambicionava extinguir o analfabetismo em Caetité e em cidades circunvizinhas, acreditava que a melhor maneira para alcançar esse objetivo era o incentivo à leitura e à propagação de textos” (REIS, 2004, p.63).

O processo de circulação da cultura letrada em Caetité deu-se no final do século XIX e início do XX a partir da tipografia de Gumes, de algumas bibliotecas, entre outros espaços de sociabilidade. Para a autora, a existência de bibliotecas em residências de Caetité “estavam vinculadas ao gosto pelo hábito da leitura, ou talvez fossem uma condição de demonstrar a erudição ou, ainda, uma necessidade de vinculação às atividades profissionais de seu proprietário”. (REIS, 2013, p.10). As reportagens, propagandas e notícias divulgadas no jornal retratavam a vida cotidiana de uma parcela da população da área urbana e dos distritos.

Ademais, é de suma importância destacar a relevância e abrangência do jornal, visto que não se restringiu somente a Caetité, mas alcançou também cidades circunvizinhas, além de agregar assinantes em vários estados do Brasil, principalmente em São Paulo e Minas Gerais. Sua importância é assim resumida pela pesquisadora: “*A Penna* circulava em toda a região, com a divulgação de notícias tanto de âmbito local, como regional, estadual, nacional e internacional” (REIS, 2010, p. 56).

Por sua vez, o jornal *Tribuna do Sertão* foi fundado em 1985 pelo engenheiro Maurício Lima Santos, filho da historiadora Helena Lima Santos e sobrinho do ex-Primeiro Ministro do Brasil, Hermes Lima. Teve início em Caetité, porém, com a mudança de seu fundador para a cidade de Brumado; ali se instalou junto a uma empresa gráfica, passando a noticiar matérias sobre a vasta região sertaneja, com publicações e escritos de autores locais, como Dário Cotrim, de Guanambi – BA (atual diretor da Biblioteca Pública de Montes Claros-MG), Fabiano Cotrim, de Caetité – BA (Membro da Academia Caetiteense de Letras), Raimundo Marinho, de Livramento de Nossa Senhora, Luciano Ribeiro, de Caculé, José Walter Pires (membro da Academia Brasileira de Literatura de Cordel), entre outros. Com periodicidade quinzenal, um total de tiragem por volta de cinco mil exemplares e distribuição gratuita, o jornal *Tribuna do Sertão* circula em 46 municípios da Bahia.

Figura 3: Frontispício do Jornal *Tribuna do Sertão*



Fonte: TRIBUNA DO SERTÃO, Caetité – BA, ano XXXI, n. 1198, 2017.

No século XXI, os jornais impressos tiveram que se adaptar à realidade e às mudanças proporcionadas pela informatização e pelo advento da Internet. Apesar de o jornalismo impresso não ter desaparecido, apresentou uma queda considerável de vendas, considerando que muitos leitores migraram para o jornalismo digital. Dessa feita, o *Tribuna do Sertão*, atualmente, ao lado do site *Sertão Hoje*, cumpre a missão de manter a população informada sobre as notícias da região, através do jornal impresso e digital.

De franca aceitação pela vasta comunidade que o lê, o *Tribuna do Sertão* configura-se como um exemplo do que se escreve e do que se lê no interior da Bahia. Tal fato legitima-o para se tornar, como fizemos, um documento escrito da “realidade” linguística da região e dos utentes da Língua Portuguesa do interior da Bahia.

Os usos da preposição *a* com base na sócio-história da Língua Portuguesa

A história do homem não é apenas uma duração linear, mas uma multiplicidade de tempos que se “emaranham e se envolvem uns nos outros” (FOULCAULT, 2000, p.293). Nesse sentido, devemos procurar, nos fatos da língua, elementos que possam esclarecer sua história, mas também ser explicados pela mesma história, observando-se as forças das pressões sociais sobre o que se escreve e o que se lê.

Destarte, não poderíamos apenas nos limitar a uma mera análise quantitativa, mas buscar, nos dados, uma forma qualitativa de interpretação, baseada nas estratégias usadas pelo utente para a construção de sua forma de dizer/escrever, uma sócio-história. Para tanto, tal pressuposto conduziu-nos a fazer uma pesquisa documental, a partir de dados referentes a três momentos históricos: os séculos XIX, XX e XXI; sendo assim, a análise perpassa por uma

perspectiva pancrônica, na qual fazemos a comparação, numa linha temporal, das alterações sofridas pela preposição *a* na história da Língua Portuguesa, tomando como referência o material analisado.

Para levantamento das ocorrências, que perfizeram um total de 577, destacamos os enunciados que apresentavam o uso da preposição *a*, das contrações “à” e “àquele/a/s” e da combinação “ao”. Optamos por conservar o registro ortográfico original dos escritos, mantendo os textos sem alteração, a fim de ser o mais fidedigno possível. Essas ocorrências foram retiradas de três gêneros textuais do domínio discursivo jornalístico – o anúncio, o editorial e a notícia.

A fim de manter a uniformidade das amostras, os enunciados foram organizados da seguinte forma: 1) Períodos (datas/séculos): ano/século e 2) Ocorrências destacadas e numeradas sequencialmente.

As amostras foram analisadas com base nas variáveis linguísticas a serem controladas para atenderem aos objetivos da pesquisa, codificando-as segundo o grupo de fatores em função de sua natureza (função prototípica, constituintes, função sintática, classificação dos adjuntos adverbiais, século, gênero textual e variante padrão e não-padrão), cuja escolha partiu das questões e hipóteses formuladas neste trabalho. Os dados foram contabilizados em suas diferentes frequências percentuais, utilizando como suporte estatístico o programa *GoldvarbX*, com o objetivo de obter resultados percentuais.

Por questões metodológicas, apresentamos cada grupo de fatores, nomeando-o, apontando os fatores que o compõem, seguido dos exemplos⁹ extraídos dos *corpora*. No entanto, também por opção teórico-metodológica, discutimos brevemente, com base na sócio-história da Língua Portuguesa, os usos da preposição *a*, situando cada breve discussão segundo o recorte que empreendemos.

A noção de lugar: o sentido prototípico

Segundo Castilho (2010), no Português, o sentido primeiro conserva-se na história de uma língua, mesmo que seja reconhecido como arcaico ou desusado; em nosso caso, a preposição *a* é empregada para satisfazer à necessidade de indicarmos o “ubi” (onde), mas também o “quo” (aonde), sem deixar de lado a força do deslocamento, a distância no espaço,

⁹ Os exemplos estão identificados ao final, entre parênteses, com um código de identificação da ocorrência, seguindo a ordem: abreviatura do jornal, século, edição e página.

enfim, o movimento¹⁰, incluindo noções abstratas como a diferenciação de quem será ou não o sujeito-agente de um dado processo verbal: (09) *Matou o leão ao caçador*.

Seguindo essa linha, Givón (1986) apresenta a Teoria dos Protótipos, na qual o item avaliado como melhor exemplar de sua categoria é indicado como protótipo. Para o autor, estruturas [+prototípicas] estão no centro das categorias, visto que se configuram em estruturas mais cristalizadas. Nesse sentido, o protótipo, como demonstra Brito (1999), é o elemento mais típico, previsível, exemplar, característico, representativo de uma categoria, no nosso caso, de uma subcategoria: uma preposição dita essencial, a preposição *a*.

Em conformidade com Taylor (2001), as entidades são diferenciadas por seus atributos; membros [+prototípicos] de uma categoria compartilham mais atributos, enquanto que os [-prototípicos] partilham menos atributos e concebem estruturas marginais, assim estruturas [+prototípicas] tendem a serem mais usuais que as [-prototípicas]. Ainda, Taylor (2001, p.52) aponta que “[...] um outro fator importante para a identificação do protótipo é a *frequência de uso*, sendo ela um sintoma de prototipicidade”. (TAYLOR, 2001, p.52, grifo nosso).

Como nos fundamos no Funcionalismo para fazer nosso percurso sócio-histórico, temos que asseverar que a função não se centra apenas na forma ou no sentido, mas no uso que os falantes fazem de dada categoria. Observamos, nesse contexto, que existe um membro linguístico (paradigma) que concentra um número maior de propriedades – o protótipo. Ao passo que outros membros serão avaliados como menos prototípicos por possuírem um número menor de propriedades que qualificam a mesma categoria. Assim, para os funcionalistas, a partir da teoria dos protótipos, as categorias podem ser identificadas com mais precisão.

Portanto, a partir das discussões gramaticais apresentadas neste trabalho e anterior à análise dos dados, presumimos que a ideia de lugar encontra-se nos primeiros valores atribuídos à preposição *a* e tal valor lhe é indissociável, o que seria bastante para caracterizá-la em nossa língua. Tal qual postula Castilho (2010), sentidos novos a ela conferidos podem ter surgido por metáfora de destinação, como no caso do dativo, a quem se destina algo ou algo se dirige.

¹⁰ O sentido de base das preposições é reconhecido quando elas expressam as categorias *posição no espaço*, *deslocamento no espaço*, *distância no espaço e movimento*. Contudo, os sentidos base convivem com outros sentidos, não prototípicos, chamados por Castilho (2010, p.585) de sentidos derivados, resultantes de processos metafóricos.

Nesse sentido, nossa hipótese é de que a preposição *a* apresenta como sentido prototípico a ideia de espaço e que os demais valores dele derivados foram construídos por metáfora, isto é, uma reinterpretação desse valor que, por sua vez, pode assumir diversas nuances. Para tanto, resolvemos controlar as ocorrências em que a preposição *a* é usada em seu valor prototípico e as em que esse valor não se verifica.

Tempo: o transcorrer dos séculos

No campo da Linguística, destacamos as pesquisas históricas, cujos estudos objetivam analisar o desenvolvimento histórico de uma determinada língua, seu surgimento, o porquê e para que as mudanças sucedem. Esses estudos demonstram que, no decorrer do tempo, as línguas humanas passam por transformações; palavras e estruturas deixam de existir ou sofrem modificações na forma, na função e no significado. Mesmo diante dessas transformações, as línguas mantêm sua organização e proporcionam a seus usuários os recursos indispensáveis para assegurar uma comunicação efetiva.

Com base nessa premissa e considerando que a presente pesquisa contempla os séculos XIX, XX e XXI, partimos de uma abordagem panocrônica. Tal enfoque considera que o estudo dos fenômenos linguísticos só é completo quando examinados na sua evolução histórica.

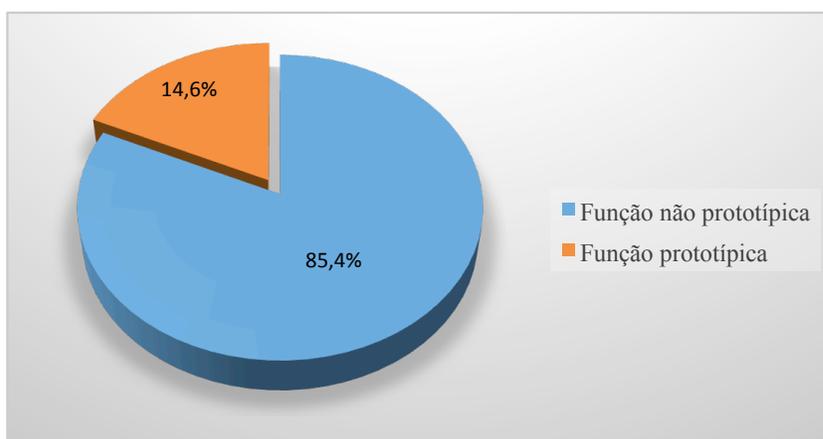
Assim, hipotetizamos que os usos da preposição *a* com indicação de lugar, no século XX, estejam mais ligados aos usos canônicos, considerando a influência da escola e de seu poder normatizador sobre os escritores. Assim, os usos menos prototípicos seriam dados à mais liberdade de expressão, o que foge ao preconizado por um período linguístico marcado pela popularização dos estudos gramaticais, especialmente daqueles que procuravam ver, nos jornais, uma fonte de representação do ideal imaginária de classes culturalmente mais privilegiadas.

É sabido que a língua, na sua dinamicidade, sofre transformações com o passar do tempo em decorrência de uma série de fatores advindos da própria sociedade, que também é totalmente mutável. Desse modo, cada estado da língua é resultante de um extenso (e contínuo) processo histórico, uma vez que a língua refletirá as gêneses discursivas de determinada época e, assim, no decorrer do tempo, irá intervir, revelar e estratificar o discurso, em representação das sociedades por meio da regularidade de uma prática.

Análise e resultados

Como resultado das análises dos nossos *corpora*, obtivemos um total de 577 ocorrências da preposição *a*. Dentre essas, 84, ou seja, 14,6% do total de casos condizem com o ideal de prototipicidade, aqui vista como a forma típica, “previsível”, conforme explicita Brito (1999, p.78), sendo que 493 ocorrências, correspondente a 85,4%, não refletem o uso da preposição *a* no seu sentido de espaço. Tal frequência pode ser melhor visualizada no Gráfico 1:

Gráfico 1: Frequência geral da função prototípica e não prototípica da preposição *a*



Fonte: Elaborado pelos pesquisadores.

Para tornar mais claros os critérios que utilizamos, retiramos dos *corpora* algumas ocorrências que, em relação ao sentido espacial, podem exercer:

- Preposição *a* em sua função prototípica: lugar.

(10) “[...]estatuetas da sala de visitas voltavam a seus postos, completamente esfregadas e lustrosas, graças ao bom gosto da Gilú, preta velha, dedicada à família.” (APXIX 39 P2)

(11) “[...] tanto que vou a Salvador se possível ainda este mês levar novos ofícios [...]”. (TSXXI 1159 P6)

- Preposição *a* em sua função não prototípica.

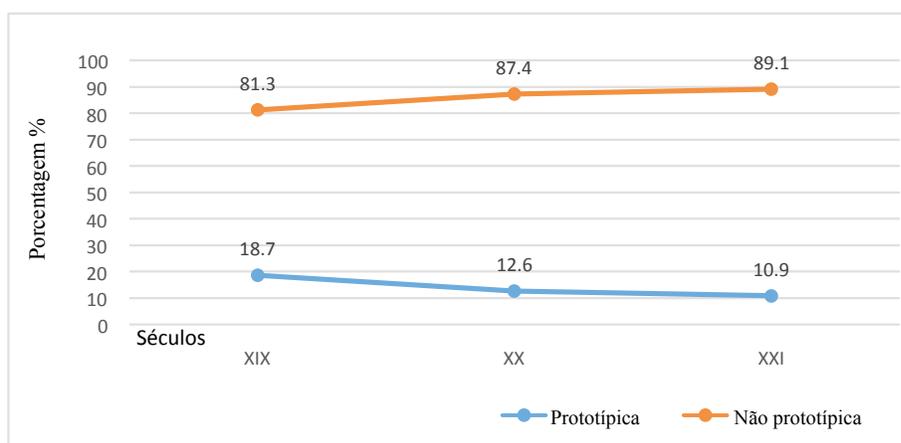
(12) “[...] oferecendo perigo às crianças que os utilizam [...]”. (TSXXI 1160 P7)

(13) “[...] onde a água da servidão é provida por tanques e dando trabalho e meios honestos à classe sofredora, que certamente teria emigrado á falta de recursos.” (APXIX 3 P3)

Constatamos que há uma maior frequência da preposição *a* para a função não prototípica por nós postulada; no entanto, a ideia de lugar verificada nos primeiros valores atribuídos a essa preposição se mantém, tendo em vista os casos detectados nos nossos *corpora*. Dos resultados, podemos concluir que a noção de espaço vista por nós como prototípica apresenta-se em grau maior ou em grau menor em outros usos que caracterizaria um espriamento do sentido de lugar. Assim, havíamos postulado que a ideia de lugar seria a forma mais predominante, o que nossos dados não comprovaram.

Ainda, com base na perspectiva histórica, buscamos analisar o processo de mudança linguística pelo qual a preposição *a* vem passando ao longo do tempo. Para tal propósito, selecionamos os séculos XIX, XX e XXI e, a partir dos dados obtidos, certificamos que, com a passagem do tempo, a função prototípica foi reduzindo e a não prototípica aumentando. Assim, temos para o século XIX o percentual de 18,7%; século XX, 12,6% e século XXI, 10,9%, em relação às ocorrências que apresentaram acepção espacial. Como é perceptível no Gráfico 2, a diminuição da forma não prototípica foi mais acentuada na passagem do século XIX para o XX, com uma diferença de 6,1%.

Gráfico 2: Função prototípica e não prototípica para os séculos XIX, XX e XXI



Fonte: Elaborado pelos pesquisadores.

Na análise dos dados, observamos que, nos três séculos, o maior percentual se deu para o uso de *a* indicando lugar com movimento, sendo que a maior taxa ocorreu no século XXI, 86%, enquanto que o sentido de lugar sem movimento apresentou 14%. Também constatamos que, dentre o percentual de ocorrências da preposição *a* que seguiam adjuntos adverbiais de lugar com acepção espacial, 57,4% se deram no século XIX e 22,3% no século

XXI, portanto houve um decréscimo de 35,1%. Constatamos que os usos da preposição *a* com indicativo de lugar, ou seja, com função prototípica, foram mais pontuais no século XIX e, com o passar do tempo, tendenciaram à função não prototípica.

Em sua pesquisa, Poggio (2003) verificou que, como resultado da análise de um *corpus* do século XIV, a passagem do Latim para o Português intensificou o crescimento do campo semântico da preposição *a*, partindo do sentido mais concreto para o mais abstrato. A autora ainda destaca que nos séculos XVI e XVII identificou-se o uso de *a* com sentido de tempo.

Quanto aos gêneros textuais, os dados (prototípico e não prototípico) para o gênero Propaganda, comparado com os demais, foram os que evidenciaram maior taxa de ocorrências com sentido espacial, ressaltando que a diferença entre a função prototípica (42,9%) e não prototípica (57,1%) dentro desse gênero foi pequena. Ainda, acerca da Propaganda, o maior quantitativo da forma prototípica ocorreu no século XIX, diminuindo consideravelmente nos demais.

Considerações finais

A partir das investigações empreendidas com este estudo, foi possível verificar que os resultados demonstram que a preposição *a*, com o passar dos anos, foi adquirindo novos valores, ampliando os usos, transpondo da acepção de Espaço (função prototípica) para Tempo, e deste para sentidos mais abstratos (modo, posição, distribuição, causa, quantidade, preço, entre outros).

Numa perspectiva histórica, analisamos que, ao longo dos séculos XIX, XX e XXI, a função prototípica para a preposição *a* foi reduzindo, pois observamos que, quanto à frequência de usos da preposição *a*, a função prototípica esteve presente em apenas 14,6% do total de 577 ocorrências e 85,4% refletiram o uso da preposição *a* sem o sentido espacial. Houve um considerável número de ocorrências da função prototípica para as acepções de espaço com e sem movimento, o que nos leva a entender que a prototipicidade para a preposição *a* é recorrente ao indicar lugar, principalmente quando expressa movimento, correspondendo a 33 casos de um total de 84, sendo que a maior taxa ocorreu no século XXI, um total de 86%.

Por fim, a partir dos estudos realizados e das análises até aqui concluídas, entendemos que as preposições passam a acrescentar, gradativamente, funções antes exercidas pelos casos (Latim) e, à medida que se perdem, vão determinando o emprego de palavras de outras

categorias com a função de preposição na Língua Portuguesa. Estudos como este podem esclarecer as mudanças linguísticas pelas quais vêm passando a preposição *a*, pois, como afirma Neves (2011), várias formas apontadas pelo sistema como estáveis modificam-se devido a certas condições, adquirem novos valores e produzem novos significados, ou seja, ressignificam-se.

Referências

- ALMEIDA, N. M. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 44. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- BARBOSA, J. S. *Gramática philosophica da língua portuguesa*. 4. ed. Lisboa: Academia Real de Sciencias, 1866.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.
- BRITO, R. H. P. de. *Teoria dos protótipos: um princípio funcionalista*. Todas as letras: n. 1, 1999.
- CASTILHO, A. T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CUNHA, C. F. *Gramática da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: MEC-FENAME, 1975.
- _____; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- DAUZAT, A.; DUBOIS, J.; MITTERAND, H. *Dictionnaire étymologique et historique du français*. Paris: Larousse, 1993 [1964].
- FARIA, E. *O Dicionário escolar latino-português*. 3. ed. Brasília: MEC, 1962.
- FORCELLINI, A. *Totuis latinitatis lexicon*. 6 v. Prati: Aldianis, 1858.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FRANÇA, I. S. *Gramaticalização da preposição a e a interferência de campos semânticos entre as preposições a, em e para*. Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, 2006. (Dissertação de mestrado)
- GIVÓN, T. Prototypes: between Plato and Wittgenstein. In: CRAIG, Colette (Ed.). *Noun classes and categorization*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Co, 1986.
- GUARDIA, J.-M.; WIERZEYSKI. *Grammaire de la langue latine*. Paris: Durand ET Pedone-Lauriel, 1876.
- ILARI, R.; NEVES, M^a H. de M. (Orgs.). *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. V. II. Classes de Palavras e Processos de Construção. Campinas: Ed. da Unicamp, 2008.

LUCA, T. R. de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSK, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2010.

MATTOS E SILVA, R. V. *Caminhos da linguística histórica – “ouvir o inaudível”*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

NEVES, M^a H. de M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Unesp, 2011.

PEREIRA, T. L. G. A mudança linguística. In: PEREIRA, T. L. G.; POGGIO, R. M^a. G. F.; HEINE, Â. E. F. P. (Orgs). *Linguística & literatura: ensaios*. Salvador: Quarteto, 2004.

POGGIO, R. M^a G. F. *Processos de gramaticalização de preposições do latim ao português – uma abordagem funcionalista*. Salvador, EDUFBA, 2003.

REIS, J. P. M. *Instâncias formativas, modos e condições de participação nas culturas do escrito: o caso de João Gumes (Caetité-BA, 1897-1928)*. Belo Horizonte: UFMG/FAE, 2010. (Dissertação de mestrado)

_____. *Circulação de cultura letrada e a comunidade de leitores em Caetité-ba (1897-1930)*. VII Congresso Brasileiro de História da Educação, Universidade Federal de Mato Grosso/Instituto de Educação. Cuiabá- MT, 2013.

REIS, M^a da C. S. *O Sampauleiro: romance de João Gumes*. Tese, Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2004. (Tese de doutorado em Linguística)

ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 31. ed. Prefácio de Serafim da Silva Neto. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992 [1975].

ROMAINE, Suzanne. *Socio-historical linguistics: its status and methodology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009 [1982].

RUBIO, L. *Introducción a la sintaxis estructural del latín*. Barcelona: Ariel, 1983.

SARAIVA, F. R. dos S. *Novissimo dicionario latino-portuguez*. 2. ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1896.

SILVA, J. A. A. da S.; SOUSA, V. V.; GUIMARÃES, M. A. de S. Aspectos sócio-históricos do Português Popular do Brasil: contato social e constituição histórica. In: SOUSA, V. V.; SILVA, J. A. A. da S (orgs). *Variação e mudança linguística na língua portuguesa: caminhos sociolinguísticos e (sócio)funcionalistas no sertão da Ressaca*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2017.

TAYLOR, J. R. *Linguistic categorisation: prototypes in linguistic theory*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001.

Artigo recebido em: 31/03/2018.

Artigo aceito em: 02/08/2018.

Artigo publicado em: 02/08/2018.

METÁFORAS DOS REFUGIADOS NO BRASIL NA MÍDIA: UM OLHAR DA LINGUÍSTICA COGNITIVO-FUNCIONAL

Lúcia Maria de Assunção Barbosa*
Fidel Armando Cañas Chávez

Resumo: O presente artigo busca analisar notícias dos anos 2014 e 2015 que abordaram os refugiados no Brasil. Foram selecionadas 10 notícias dos jornais A Folha de São Paulo e O Globo: manchete, primeiros parágrafos da notícia e os comentários dos internautas a respeito das notícias. O nosso objetivo era ver quais metáforas sobre os imigrantes em situação de refúgio no Brasil são acionadas na interação com os internautas e ver como esse grupo específico é retratado pela mídia. Retomamos os pressupostos teóricos da Linguística Cognitivo-Funcional e análises midiático. Assim, autores como Lakoff&Jhonson (1980), Martelotta (2011), Fontcuberta (1993); Rosch & Melvis (1975) elucidam com aspectos como metáfora, linguística funcional, análise funcionalista e teoria dos meios de comunicação social. Os resultados preliminares mostram que os meios de comunicação salientam informações que acionam metáforas específicas nos internautas, ora contra os refugiados, ora contra os próprios brasileiros.

Palavras-chave: Linguística Cognitivo-Funcional. Metáforas. Imigrantes em situação de refúgio.

Abstract: This paper analyzes breaking News published in the years 2014 and 2015 that addressed the immigrants refugees in Brazil. 10 news were selected from the Folha de São Paulo and O Globo: headline, first paragraphs of the news and comments from Internet users about the news. Our goal was to see which metaphors about immigrants in refugee situation in Brazil are triggered in Internet users and see how this particular group is described by the media. We used the theoretical assumptions of Usage Based Linguistics and media analysis. Thus, authors such as Lakoff & Jhonson (1980), Martelotta (2011), Foncuberta (1993); Rosch & Melvis (1975) shed light on aspects such as metaphor, functional linguistics, functionalist analysis and theory of media. Preliminary results show that the media highlight information that trigger specific metaphors in Internet users are, in one part, against refugees, sometimes against the Brazilians themselves.

Keywords: Cognitive-Functional Linguistics. Metaphors. Refugees.

* Lúcia Barbosa é do Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, Universidade de Brasília (UnB). Brasília, Distrito Federal, Brasil. luciunb@gmail.com
Fidel Cañas é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, São Paulo, Brasil. fidel.canas@gmail.com

0. Saindo de casa: primeiros passos

“Se eles soubessem o que deixamos atrás, eles abririam automaticamente as portas para nós”

Os olhos, cansados, lacrimejando e o tom de voz do homem que expressou essa frase com evidente indignação comoveram a repórter. A notícia descreve um panorama pouco alentador: milhares de sírios sendo atacados com gás lacrimogêneo e jatos de água pelo fato de quererem entrar nas fronteiras húngaras para ir à Alemanha. Hungria era a ponte e, à força, deteve-os.

Os anos recentes têm sido atípicos no tocante aos massivos fluxos migratórios que o mundo está vivenciando. Uma pesquisa no portal Google mostra um resultado de 20.200.000 notícias com as palavras-chave: *refugees in the world* (refugiados no mundo)[†]. Usando as mesmas palavras, em espanhol vemos 331.000 resultados e na língua portuguesa um total de 291.000. No caso das notícias que abordam os ‘refugiados no Brasil’, vemos uma ocorrência de 627.000 resultados. Isso só demonstra a urgência e a emergência do assunto e como está sendo abordado amplamente pelos meios de comunicação social.

Por outro lado, dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) afirmam que Brasil possui cerca de 8.500 estrangeiros reconhecidos como refugiados, além de aproximadamente 12 mil solicitações pendentes de análise por parte do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE)[‡]. No mundo inteiro, o número de deslocados e refugiados alcançou em 2014 o recorde de 59,5 milhões de pessoas, em consequência dos vários conflitos no mundo, segundo o relatório anual do ACNUR. Devido a esse expressivo fluxo migratório, novas dinâmicas sociais estão se criando, e, com isso, as formas de compreender uma sociedade, quem somos nós e quem são os outros estão se (re)configurando e (re)estruturando sob uma miríade de opiniões, ora aceitando, ora rejeitando. Isso não é um fenômeno social novo. Fazemos, destarte, referência a alguns autores clássicos da antropologia, sociologia e história no Brasil, como Darcy Ribeiro, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, que nas suas leituras, conseguem fazer uma "interpretação do Brasil" muito válida até os dias de hoje.

[†] Levantamento feito pelos autores em novembro de 2015.

[‡] Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/acnur-defende-garantias-para-refugiados-e-apatridas-em-nova-lei-migratoria-do-brasil/> Acesso em 07 de nov. 2015.

Assim, Almeida (2013, p. 8) em uma análise das obras dos autores supracitados, afirma que a diversidade é o elemento central para se entender o povo brasileiro. Os mestiços formam o primeiro momento da diversidade instaurada. A primeira marcante mistura acontece no momento em que se deu o contato entre portugueses e índios, em uma relação dicotômica entre “selvagens” (índios) e “civilizados” (europeus).

Após a resistência indígena em relação à exploração de sua força de trabalho, marcou-se na história do Brasil a chegada dos africanos que trouxeram consigo suas referências culturais. Tempos depois, o país deparou-se com mais referências culturais advindas de imigrantes como italianos, alemães, holandeses, poloneses, japoneses, provocando, assim, um tecido social denso e complexo, que até os dias atuais requer uma séria reflexão. (FREYRE, 1998; HOLANDA, 1995; RIBEIRO, 2014).

A imigração, como já expusemos, não é um fenômeno novo. Fouquet (1974) já o afirmara: “a história da humanidade é a história das migrações e suas consequências”. Tomando em conta o pensamento anterior, podemos afirmar que os refugiados no Brasil, e no mundo, entram na história contemporânea como agentes de mudança e reestruturação da sociedade em que vivemos.

É-nos mister, para fins de precisão conceitual, colocar o seguinte questionamento: qual a diferença entre refugiado e migrante? Em um primeiro momento, compartilhamos a definição que Amado (2013) propõe sobre o imigrante em situação de refúgio:

Todo aquele que necessita deslocar-se para salvar sua vida ou preservar sua liberdade, não sendo protegido pelo seu governo, ou sendo seu próprio governo o autor da perseguição. Se outros países não o acolhem, poderão estar condenando-o à morte ou a uma vida de sombras, sem direitos e sem sustento. (AMADO, 2013).

Essas condições expostas diferenciam a lógica de entrada, permanência, domínio da língua, relações sociais do refugiado que se encontra em um país determinado. E essa lógica multifacetada é retratada, com diversos vieses e níveis de aprofundamento, pelos meios de comunicação social, e partindo disso estabelecemos nosso objetivo geral: ver como o migrante em situação de refúgio é retratado pela mídia, quais metáforas são usadas pelos jornalistas e quais são acionadas na interação com os internautas. Auxiliamo-nos, para tal labor, de *corpus* teóricos advindos da Linguística Cognitivo-Funcional. Como *corpus* de análise, fizemos um levantamento de 10 notícias publicadas pelos jornais A Folha de São Paulo e O Globo, entre os meses de abril de 2014 e novembro de 2015. Decidimos selecionar as manchetes, a parte inicial da notícia e os comentários dos internautas. A pesquisa foi feita

por meio do portal *Google*, inserindo as palavras ‘refugiados’ e ‘Brasil’. Para analisar os registros, veremos o uso de metáforas contidas nas notícias e nos comentários dos internautas; e alinhamentos prototípicos entre relações gramaticais. Amparamos a nossa análise sob o viés epistêmico de origem qualitativo-interpretativista.

O presente artigo, pois, divide-se em três seções: primeiro, discutiremos o referencial teórico-metodológico que sustenta a nossa pesquisa; depois, a apresentação de resultados e, por último, as considerações finais. Decidimos colocar como epígrafe de cada seção trechos da música *Sonho do Imigrante*, de Milton Nascimento e Fernando Brandt, que descrevem desde o momento da ilusão de uma nova vida até a concretização do idílio de morar no Éden retratado como o Brasil.

1. Traçando as coordenadas ao sair de casa: percursos teóricos e metodológicos

*A terra do sonho é distante e seu nome é Brasil, plantarei a minha vida debaixo de céu anil.
Minha Itália, Alemanha. Minha Espanha, Portugal, talvez nunca mais eu veja minha terra natal.*

1.1 A metáfora

Frases comuns como ‘você é show!’, ‘esse político é uma raposa’, ‘os jogadores desse time são umas lesmas’, ‘minha ex-namorada é uma sanguessuga’ entram no nosso cotidiano quase ‘sem licença’. Usamos metáforas sempre, ou quase sempre. Para definirmos essa área fenomenológica, Lakoff & Jhonson (1980, p. 36) afirmam que “a essência da metáfora é compreender uma coisa em termos de outra coisa”. Ideias como as supracitadas se valem de outras categorias para serem explicadas, e traduzem conceitos que estruturam a nossa percepção e a forma em como nos relacionamos com o mundo e interagimos com outras pessoas.

Lakoff & Jhonson (1980, p. 358) afirmam, também, que a metáfora é tão importante como se “fosse um dos cinco sentidos, como ver, ou tocar, ou ouvir, o que quer dizer que só percebemos e experienciamos uma boa parte do mundo por meio de metáforas. É parte tão importante da nossa vida como o toque, e tão preciosa quanto”. A partir dessa definição, constata-se a sua influência direta na vida das pessoas. O que os autores mostram nesse trabalho seminal é que a linguagem cotidiana é fundamentalmente metafórica: pensamos metaforicamente e estas metáforas conceptuais são explicitadas pela linguagem.

Assim também, Kövecses (2005, p. 18-19) afirma que há experiências corpóreas (*bodily experiences*) que sofrem repetição constante, são as chamadas *Image Schemata* e incluem experiências de força, simetria, movimento e balanço. São as metáforas mais básicas,

como *a vida é uma viagem e emoções são forças*, que constituem os exemplos para observarmos o quão básicas e repetitivas são as experiências humanas com estrutura básica que proveem um entendimento para abstrações tais como emoções, estados ou a vida. Consequentemente, o autor chega à conclusão, baseado nas ideias de Lakoff e Johnson (1980), que essas experiências primárias produzem, portanto, metáforas primárias, vindas de experiências pessoais-sociais quase universais, inerentes a todos os seres humanos (KÖVECSES, 2005, p. 18-19).

No tocante à literatura funcionalista, encontramos autores como Rosch *et ali* (1976) que afirmam que as categorizações que fazemos no mundo concreto não são arbitrárias, mas altamente determinadas. Estas categorizações, ditas de outra maneira, são objetos considerados equivalentes, normalmente designadas por substantivos. Destarte, Martelotta (2011) estabelece que existe uma motivação cognitiva na natureza das estruturas possíveis que compõem a gramática de uma língua. São os seres humanos, afirma o autor, baseado em uma perspectiva hallidiana e givoniana, que negociam os sentidos e os usos por meio da interação: os enunciados são fruto da escolha dos falantes.

O autor afirma também (grifos nossos):

Na base do funcionamento linguístico está, então, nossa capacidade de formar categorias, de agregar essas categorias em diferentes domínios de conhecimento, assim como nossa habilidade de estabelecer relações de semelhança ou analogia entre esses domínios. Isso significa que a estruturação de uma língua reflete na criatividade humana, mas é restrita pelo funcionamento natural de nossa mente. (MARTELOTTA, 2001, p. 61).

Assim, a cognição tem um papel fundamental na hora de pensar nas metáforas, pois há mecanismos essenciais e inerentes aos seres humanos no momento de processamento do discurso, tais como simbolização, transferência entre domínios, armazenamento de informação nova na memória, interpretação, etc. Tomasello (apud MARTELOTTA, 2011) em uma visão integradora do aprendizado e o uso da língua com habilidades sociais e cognitivas, estabelece dois conjuntos de habilidades cognitivas que são de particular importância. É do nosso interesse, neste ponto, o primeiro deles (grifos nossos):

a) Habilidades de busca de padrões:

- a habilidade de formar categorias perceptuais e conceptuais a partir de objetos e eventos similares
- a habilidade de formar esquemas sensório-motores a partir de padrões recorrentes de percepção e ação.

- a habilidade de criar analogias (mapeamentos estruturais) através de dois ou mais domínios complexos, com base na similaridade do papel funcional de alguns elementos desses diferentes domínios.

Para exemplificar, tomemos a palavra “galinha”. Para utilizar a linguagem é-nos necessária a existência de uma categorização do mundo, no sentido *lato*. Sabemos que há centenas de raças de galinhas, de todas as cores, formas e tamanhos. Tendo consciência da ampla diferença, podemos tomar características comuns e colocar todas na categoria “galinha”. Assim, Martelotta (2011) vai refletir que, se víssemos cada espécie de forma individual, como um ser diferente, não teríamos como dar conta de um mundo tão diversificado e, por outro, se déssemos um nome para cada espécie que víssemos, nossa memória não seria suficiente para armazenar tantos nomes.

Além disso, por meio da interação, culturalmente no Brasil, a palavra galinha adota sentido diferente se aplicado a homem ou mulher. Uma pesquisa de origem histórica poder-nos-ia dar insumos para compreender as bases dessa categorização, mas o que nos é relevante por ora é que esse processo de categorização reflete, também, aspectos culturais e socioculturais, já que a linguagem permeia esse processo através da criação de convenções e de símbolos que são aceitos pela comunidade de falantes.

Uma resposta sobre o processo de categorização e a relação entre domínios vem dos autores Rosch & Mervis (1975), que estabelecem o termo “semelhança/ar de família”, similaridade com o protótipo (aquele membro que carrega no seu cerne o maior número de propriedades que caracterizam uma categoria), por analogia e interpretação metafórica, assim, eles estabelecem que:

This principle was first suggested in philosophy; Wittgentein (1953) argued that the referents of a word need not have common elements to be understood and used in the normal functioning of language. He suggested that, rather, a family resemblance might be what linked the various referents of a word. A family resemblance relationship takes the form AB, BC, CD, DE. That is, each item has at least one, and probably several, elements in common with one or more items, but no, or few, elements are common to all items (ROSCH & MERVIS 1975, p. 574).[§]

[§] Este princípio foi sugerido pela primeira vez na filosofia; Wittgentein (1953) argumentou que os referentes de uma palavra não precisam ter elementos comuns para serem compreendidos e utilizados no funcionamento normal da linguagem. Ele sugeriu que, ao contrário, uma semelhança familiar poderia ser o que vincula os vários referentes de uma palavra. Uma relação de semelhança familiar assume a forma AB, BC, CD, DE. Ou seja, cada item tem pelo menos um, e provavelmente vários, elementos em comum com um ou mais itens, mas nenhum ou poucos elementos são comuns a todos os itens. (ROSCH & MERVIS, 1975, p. 574). Tradução nossa.

A Linguística Cognitivo-Funcional, relações gramaticais

Existem três áreas fenomenológicas que são de nosso interesse particular: a *estrutura linguística*: o próprio fato de usarmos a língua como sistema simbólico para a comunicação. A *cultura*: diversas possibilidades de construí-la (fenômeno cultural com a sua complexidade interna/externa) variações que tem o fenômeno cultural e as restrições sobre essas variações; e a *cognição humana*: especificamente a estrutura conceitual (conjunto de conceitos que temos na sua complexidade, nas possibilidades, na sua variação e as restrições). Destarte, optamos pela linguística cognitivo-funcional, pois abrange essas três áreas fenomenológicas e não tomamos, por conseguinte, teorias linguísticas que não considerem a cultura e a cognição humana (ou que não as considerem como fundamentais) como o gerativismo, por exemplo.

Amparados no paradigma epistêmico do funcionalismo, vemos que existe uma vasta literatura que estabelece uma relação indissociável entre gramática, cognição e relações socioculturais (GRADY, 1997; DURANTI, 1997; KÖVECSES, 2005). Portanto, partimos da seguinte premissa: na hora de escolher palavras, sentenças, relações sintagmáticas e paradigmáticas, mobilizamos nosso pensamento e cosmovisão. Uma dessas formas de nos colocarmos no mundo é por meio das metáforas, como foi explicitado na seção anterior.

Assim sendo, a análise funcionalista vai além da preocupação exclusiva com a pura competência para a organização gramatical das frases. Ocupa-se, pois, das funções dos meios linguísticos de expressão. Para Furtado da Cunha (2012), o termo Linguística Cognitivo-Funcional de estudo das línguas é também denominada Linguística Centrada no Uso (*Usage-Based Linguistics*). A autora afirma que os principais pesquisadores desta abordagem são Givón, Chafe, Bybee, Thompson, etc., e representantes da Linguística Cognitiva, como Lakoff, Jakobson, Goldberg, dentre outros.

As duas correntes compartilham, segundo a autora, vários pressupostos teórico-metodológicos: como a rejeição à autonomia da sintaxe, a incorporação da semântica e da pragmática às análises, a não distinção escrita entre léxico e sintaxe, a relação estreita entre a estrutura das línguas e o uso que os falantes fazem delas nos contextos reais de comunicação, o entendimento de que os dados para a análise linguística são enunciados que ocorrem no discurso natural.

A gramática, para a autora, é vista como representação cognitiva da experiência dos indivíduos com a linguagem; portanto, ela pode ser afetada pelo uso da língua. Assume-se, pois, que a categorização conceitual e a categorização linguística são análogas, ou seja, o

conhecimento do mundo e o conhecimento linguístico seguem, essencialmente, os mesmos padrões. (FURTADO DA CUNHA, 2012, p. 29).

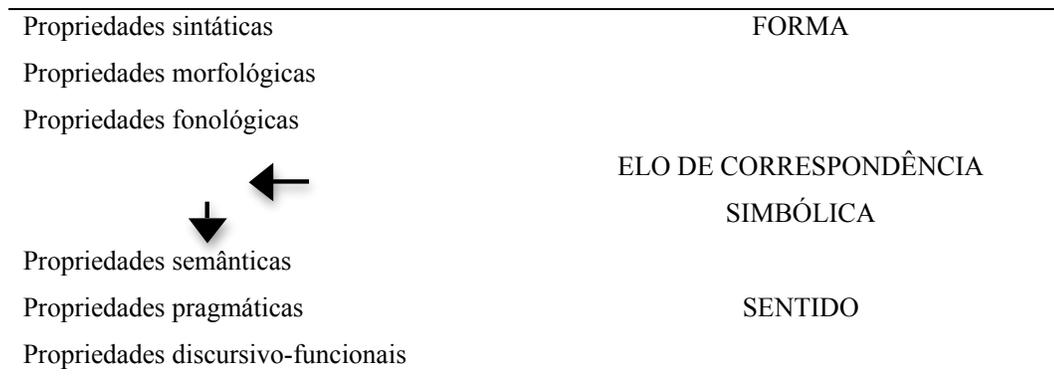
Assim, essa dinamicidade na escolha de estruturas linguísticas e categorias prototípicas é fruto da interação dos falantes de uma comunidade. Para dar um exemplo, usemos o que ocorre na mídia: uma manchete com a informação, um texto na notícia e as respostas dos internautas. Sem dúvida, isso é um ato comunicativo. Martelotta (2011, p. 22) retoma dois autores funcionalistas para explicar o que acontece na comunicação entre usuários de uma língua e a criação de novos sentidos:

Traugott e Dasher (2005) afirmam que há uma tendência geral de os sentidos dos elementos linguísticos mudarem, caminhando na direção de uma subjetivização (com aumento da expressividade consequente da perspectiva do emissor) e de uma intersubjetivização (em função de essa expressividade estar voltada para as expectativas do receptor). Isso se deve ao fato de emissor e receptor negociarem sentidos de maneira interativa nos contextos específicos de comunicação, ou seja, o emissor, ao exercer seu turno comunicativo, sugere ao receptor que faça inferências, em busca de novos sentidos a partir do contexto de uso. (MARTELOTTA, 2011, p. 22).

Assim, vemos que as notícias são um convite a que os leitores façam inferências, que busquem novos sentidos no intercâmbio comunicativo. Veremos, na análise, que a estruturação da informação propicia e aciona certas metáforas na interação com os internautas. Portanto, entendemos, como Givón (1995) que a linguagem é uma atividade sociocultural, que a estrutura tem função cognitiva e comunicativa e que o sentido tem uma relação de dependência com o contexto.

Assim, a Linguística Cognitivo-Funcional vai além da análise de estruturas gramaticais, mas não as descarta. Martelotta (2011) ressalta que as estruturas sintáticas das línguas, por hipótese, não podem ser descritas apenas por critérios morfofossintáticos ou pelas propriedades semânticas dos elementos que as compõem, já que o significado da construção não equivale à soma dos significados de suas unidades constituintes. Assim, Croft (2001, p. 18 apud MARTELOTTA, 2011, p. 85) propõe o seguinte modelo de estrutura simbólica para uma construção gramatical e análise funcionalista:

CONSTRUÇÃO



Fonte: Martelotta, 2011

1.2 A notícia e os meios de comunicação: trincheira ideológica

A palavra “notícia” entra no nosso cotidiano de forma natural. Quando perguntamos: “você soube o que aconteceu com Fulano?”; “Você ficou sabendo o que houve ontem à noite?”. Todos, sem exceção, transmitimos notícias uns aos outros. Quando sabemos alguma coisa “nova”, queremos contá-la rapidamente. Se tivermos audiência, sentimo-nos protagonistas. Todavia, se nosso público conhece o fato que considerávamos novo, há certa frustração em nós. De alguma forma ou outra, segundo Fontcuberta (1993, p. 15), reproduzimos a dinâmica dos grandes meios de comunicação social. Num primeiro momento, a notícia devia informar a um público interessado sobre um fato recentemente ocorrido e essa informação devia ser veiculada por meio dos *mass mídia*. O conjunto de notícias tinha como função retratar, descrever e interpretar os fatos sociais com intuito de formar uma opinião pública.

Nesse sentido, Fontcuberta (1993, p. 15) resgata a máxima: “uma pessoa sem informação é uma pessoa sem opinião” e afirma que esse ditado não necessariamente é verdadeiro, mas esse pensamento tornou os meios de comunicação em protagonistas ativos de um sistema social que em pouco tempo os equiparou em importância aos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, chegando a ser denominada por autores como Ignacio Ramonet como o “Quarto Poder”.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pelas Nações Unidas em 1948, estabelece, em seu artigo 19, o seguinte princípio: “Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente

de fronteiras”. Ou seja, formalmente, temos o direito à liberdade de expressão e o direito de ser bem informados.

No entanto, na prática, observamos que a difusão de informação pela mídia ocorre de uma forma diferente. Há décadas os meios de comunicação têm recebido críticas ao serem considerados como manipuladores da realidade, como tergiversadores dos fatos e questionou-se a aclamada “objetividade jornalística” por teóricos da Sociologia da Produção de Mensagens, uma corrente americana dos anos sessenta que indagava sobre os processos de produção de mensagens dos meios de comunicação, equiparando-os à lógica da industrialização e introduzindo os seguintes pressupostos: o meio de comunicação tem sua agenda (*agenda setting*), suas preferências na organização da informação e a própria concepção de ‘notícia’ amparados por uma lógica de comércio. Assim, todo jornal estabelece o viés que dará ao fato apresentado na matéria dependendo das suas relações com o poder. (vide RAMÍREZ, 1997).

Fontcuberta (1993, p. 18) afirma, também, que os meios de comunicação modificaram o conceito de fato histórico. São eles que apresentam os dados, os acontecimentos. “Eles têm o monopólio da história”, afirma. Por isso, hoje em dia, no jargão jornalístico, ouve-se: “se não está na mídia, não existe”. O jornalismo dá visibilidade, pode levar um político à fracasso, como no caso Watergate, nos anos 70s e pode criar um caos coletivo, como em 1938, quando a transmissão foi subitamente interrompida pela leitura dramática do livro clássico de Wells.

Não é segredo que os meios de comunicação têm presença social: eles manipulam, hierarquizam, estabelecem e direcionam o interesse do público que os lê ou vê. A estrutura que conhecemos hoje das notícias vem da Guerra de Secessão Americana, pois os correspondentes que iam aos campos de batalha iniciaram uma forma de escrever e enviar notícias. Privilegiavam a informação, para eles, mais importante e deixavam os detalhes no final para economizar tempo e rapidez na transmissão dos novos fatos. Essa estrutura é conhecida como Pirâmide Invertida. (FONTCUBERTA, 1993). Por isso, decidimos selecionar os primeiros parágrafos das notícias, pois eles contêm a informação que mais interessa ao meio de comunicação que fique no imaginário social. No caso dos refugiados, as informações conjunturais de guerra, conflitos e dificuldades eram, no 100% do *corpus* selecionado, ampliadas nos últimos parágrafos da notícia.

A respeito das manchetes, Fontcuberta (1993, p. 73) vai afirmar que têm uma importância ímpar. “É a primeira impressão que recebemos do mundo”. E afirma, ainda, que não devemos deixar de pensar que também são um recorte do fato. Um mesmo acontecimento

pode dizer-se de várias formas dependendo do interesse do meio de comunicação. “Se não houvesse manchetes, o leitor não concentraria seu interesse na notícia ou o faria de forma mais dispersa”. (Fontcuberta, 1993, p. 122). A autora apresenta uma taxonomia das diversas manchetes. Focaremos nas manchetes que encontramos no *corpus*: *Manchetes apelativas*: usam a linguagem para chamar a atenção sobre o fato cujo conhecimento é compartilhado, mas há uma nova informação. São comuns em jornais sensacionalistas, como “Haitiano é agredido até a morte em Santa Catarina”. Há, também, manchetes *amplas*, como “O Brasil está de braços abertos para receber refugiados”, “O Brasil tem hoje 5,2 mil refugiados de 79 nacionalidades”. Para a autora, as manchetes devem estar em tempo presente, como uma regra áurea.

Em suma, a notícia é uma hierarquização de informação ideológica predeterminada, e isso incentivou centenas de pesquisas sobre o estudo do discurso nas mídias, considerado uma das principais formas de reprodução de racismo, estando profundamente relacionado com outras práticas sociais racistas. Um dos teóricos que tem um trabalho amplo com meios de comunicação, imigração e racismo é Teun Van Dijk. Há mais trinta anos, Van Dijk investiga a reprodução do racismo na sociedade por meio do discurso, com especial ênfase no papel das elites nesse processo. O autor pertence a uma abordagem sociocognitiva, baseada na premissa de que os textos não possuem significados próprios, mas sim são atribuídos significados por meio dos processos sociocognitivos daqueles que usam a linguagem. (VAN DIJK, 1991).

1.4 Percurso metodológico

Como expusemos no início, fizemos um levantamento de 10 notícias publicadas pelos jornais A Folha de São Paulo e O Globo, entre os meses de abril de 2014 e novembro de 2015. Decidimos selecionar as manchetes, a parte inicial da notícia e os comentários dos internautas. Decidimos isso porque, como já explicitado na teoria, nos parágrafos iniciais está o âmago da notícia. Também, decidimos transcrever as respostas dos internautas, para ver o processo jornal-internauta e ver quais metáforas eram acionadas.

A pesquisa foi feita por meio do portal *Google*, inserindo as palavras “refugiados” “Brasil”. Para analisar os registros, veremos o uso de metáforas contidas nas notícias e nos comentários dos internautas; e alinhamentos prototípicos entre relações gramaticais. Amparamos a nossa análise sob o viés epistêmico de origem qualitativo-interpretativista.

Dentro das posturas epistêmicas da pesquisa científica, considero que a metodologia de análise se firma no campo da pesquisa qualitativa. Destarte, é-nos fundamental reconhecer que não há separação entre o pesquisador e seu objeto de estudo. A pesquisa qualitativa, pois,

é aquela que enfatiza a realidade socialmente construída, e afirma que existe uma relação íntima entre o pesquisador e o que é estudado, além das restrições circunstanciais que moldam a pesquisa. Em suma, o enfoque qualitativo é fenomenológico, indutivo, descritivo, holístico, e assume uma realidade dinâmica. É importante salientar que na pesquisa desta natureza, não se buscam dados generalizáveis nem replicáveis. (LÜDKE E ANDRÉ (1986) e MOURA FILHO (2010).

A análise foi de tipo documental, centrado no interpretativismo. A epistemologia interpretativista, segundo Schwandt (2006), justifica que a ação humana é inerentemente significativa, pois para que uma ação seja entendida, o investigador deve compreender o significado que constitui essa ação, pois esta possui conteúdo intencional e pertence a um sistema de significados, dentro de um contexto.

Segundo Schwandt (2006) o entendimento/compreensão interpretativista (*Verstehen*) dá-se de várias formas, uma delas é a identificação empática, a qual é a reprodução do significado ou da intenção do autor. É a meta do interpretativista entender que a ação humana faz sentido em virtude do sistema de significado ao qual pertence; portanto, o objetivo-mor, como já exposto, é reconstruir as autocompreensões.

2. Um novo lar: apresentação de resultados

Aqui sou povo sofrido, lá eu serei fazendeiro, terei gado, terei sol, o mar de lá é tão lindo, natureza generosa, que faz nascer sem espinho, o milagre da rosa

Em primeiro lugar, analisaremos as manchetes das notícias selecionadas:

- (1) Chegada de refugiados muçulmanos muda cidades do interior do Brasil
- (2) Número de refugiados no Brasil quase dobra em quatro anos
- (3) Brasil está de ‘braços abertos’ para receber refugiados, afirma Dilma
- (4) Na Paulista, refugiados protestam contra assassinato de haitiano
- (5) Haitiano é agredido até a morte em Santa Catarina
- (6) Sem programa específico para refugiados, Brasil coloca centenas de sírios no Bolsa Família
- (7) Brasil tem hoje 5,2 mil refugiados de 79 nacionalidades
- (8) Governo vai aumentar vistos para haitianos virem ao Brasil, diz ministro
- (9) Brasil concederá status de residente permanente a 44 mil haitianos
- (10) Nova onda de imigrantes haitianos causa superlotação em paróquia

No caso da manchete (1) vemos o uso do particípio “chegada” (sujeito/tópico) substantivado e como quadro resultativo de uma ação, um fato concluído. Esse fato

inamovível é a consequência da mudança das cidades do interior do Brasil (predicado/foco). O que isso poderia revelar? A mudança não teria ocorrido se eles não tivessem chegado. Vemos que “cidades do interior” tem uma função de paciente, pois sofre uma ação e muda de estado pelo agente que está como participio substantivado “a chegada”.

Embora a notícia evidencie em reiteradas ocasiões que o convívio é harmônico e que a mudança caminha à multiculturalidade, as metáforas acionadas nos leitores são as seguintes: Refugiados são: belicosos, provocadores do esgoto em que o Brasil está se tornando, membros do exército vermelho (Partido dos Trabalhadores, PT), pertencentes a uma religião má, assassinos, os que vão proibir que bebamos álcool, os que vão bater nas nossas mulheres e vão proibir minissaias.

Encontramos um caso diferente na manchete (5), que houve uma escolha para topicalizar o paciente (Haitiano) por meio da voz passiva. Os haitianos, como sabemos, são os únicos que tiveram acesso com visto humanitário no Brasil. Esta estratégia faz com que o paciente esteja na posição de destaque, pois é o sujeito/tópico e tem total controle sobre a morfologia do verbo. O agressor, ou agente da ação, é anulado na manchete e só exposto no corpo notícia, os nomes dos agressores não foram revelados, só identificados como “rapazes”. Nesse caso, as metáforas acionadas nos internautas são de outra natureza, pois foram contra os próprios brasileiros. A notícia tinha 36 comentários, dentre os que destacamos: Brasileiros (racistas) são: intolerantes, desconhecedores da história, pregadores de ódio e intolerância, criminosos, covardes, pretensões de país nórdico, povo de autoestima rasteira, povo cuja ética e moralidade convivem no submundo.

Encontramos outro caso nas manchetes (4) e (6) nas quais elementos periféricos da frase foram colocados no começo da manchete: “Na Paulista” e “Sem programa específico para refugiados”. A escolha de colocar elementos que têm a função de adjuntos na sentença demonstra que, para o meio, foi relevante essa organização da informação. Esses elementos não têm função de sujeito/tópico, pois não têm controle sobre o verbo e, a nosso ver, são prescindíveis da informação principal. Visualmente, esses elementos periféricos têm destaque na informação.

Isso provocou metáforas diferentes das anteriores. Ao destacar, “Avenida Paulista”, que é a principal avenida da capital de São Paulo, os internautas não prestaram atenção ao fato de haver uma manifestação de indignação pela morte do haitiano descrito na manchete (5), os comentários foram:

Refugiados são: bagunceiros que protestam em um lugar que não lhes pertence, recém-chegados que se consideram credores, pretexto para criar grupos sem-teto, sem-tudo, possível ameaça para a classe média, possíveis perturbadores da ordem.

O caso do “Sem programa específico”, os internautas só comentaram a respeito do programa Bolsa Família, implementado pelo governo brasileiro desde o ano 2003. Neste caso específico, as metáforas dos refugiados foram vinculadas com uma parte do Brasil que, também, é alvo de preconceito: o Nordeste.

Nordestinos são: parasitas, povo que merece receber ajuda do governo, povo que mama das tetas do governo, povo que só escuta Ivete Sangalo e Calypso e assiste à novelas, povo que come mortadela e buchada de bode, incultos, povo que recebe caridade do governo a custa dos outros, dignos de serem fuzilados, povo que tem inelegibilidade eleitoral, povo humilde, de baixa escolaridade, que não consegue lutar contra as amarras do Bolsa Família e de seus captores, não respeitados pelos sulistas.

Refugiados são: povo sofrido, dignos de receber dinheiro do governo brasileiro.

Nas manchetes (8) e (9) vemos uma preferência pelo futuro nas suas formas simples e imediata, sendo a (8) uma citação direta do Ministro e a (9) como uma asseveração de um fato que vai ocorrer. Embora ambas as decisões sejam do governo, em uma optou pelo sujeito/tópico “Brasil” e em outra optou pelo sujeito/tópico “Governo”. Embora ambos os verbos principais das manchetes estejam no modo indicativo, ainda desperta uma sensação de que “poderia não acontecer” e “poderia ser evitado”. Daí que os comentários dos internautas refletem isso:

Refugiados são: (Sujeito/tópico Brasil): portadores de Ebola, exército do Lula, futuros votos para o PT (após uma matemática de imigrantes+500 filhos cada haitiano+famílias), eleitores do PT.

Refugiados são: (Sujeito/tópico Governo) perigosos, promovem genocídio contra os brancos (presidenta é burra e estúpida), haitianos inúteis, bandidos, negros famintos, parasitas, portadores de doenças, miséria, viciados, povo que deve ir à América (o presidente é ‘um deles’=negro), imigrantes parasitas, povo feio, povo que só vem com a roupa do corpo, povo que faz 500 filhos, jogam fora a nossa comida que é de graça, guerrilheiros do PT, povo que vai roubar os empregos dos brasileiros.

As manchetes (2), (3), (7) e (10) apresentam relação gramatical semelhante, só destacamos a manchete (10) que tem o sujeito/tópico “nova onda de imigrantes” e o predicado/foco “superlotação em paróquia”, que vemos uma espécie de relação de agente/paciente, na qual a onda de imigrantes modificou o estado da paróquia, causando

superlotação, desordem e mudança. Nas demais, vemos um sujeito/tópico e uma ação “dobra”, “está”, “tem”, que denotam estados, momentos específicos de um contexto determinado. Não vemos uma relação de agente/paciente nelas. As metáforas acionadas nos internautas são as seguintes:

Refugiados são: mendigos e terroristas, possíveis criminosos, alvo do cinismo do PT, gente do primeiro mundo (ironia), produto de exportação do Acre, futuros eleitores do PT.

3. Vida nova, desafios novos: considerações finais

O frio não é muito frio nem o calor é muito quente, e falam que quem lá vive, é maravilha de gente.

O objetivo do presente trabalho preliminar foi mostrar quais são as metáforas que retratam os imigrantes em situação de refúgio no Brasil. Vimos, ao longo do texto, que existem, partindo do *corpus* selecionado, pelo menos três tipos de metáforas: contra os refugiados, contra os nordestinos e contra o próprio brasileiro. Auxiliamo-nos da Linguística Cognitivo-Funcional para fazer uma análise preliminar da estrutura: é ela que nos dá elementos para ir à semântica e à pragmática.

Ser-nos-ia difícil afirmar que o jornal *online* esperava esse tipo de comentários, no entanto, percebemos que a forma de hierarquizar a informação e de apresentar os fatos despertou essas diversas metáforas nos imigrantes. Não há dúvidas que um meio de comunicação social possui uma ideologia, mas não podemos afirmar que as notícias foram perpetradas por esses jornais para provocar essas reações. Faltariam mais elementos de análise para isso, mas podemos concluir que se espera, sim, que haja inferências, subjetivizações, legitimações no texto jornalístico e que gere resposta dos leitores.

Um aspecto que vale a pena salientar nas notícias é que a informação que evitaria a rejeição, que poderia fazer refletir o leitor, que coloca os motivos da saída dos refugiados e a situação dos países em conflito, só é retratado nos últimos parágrafos do texto. Autores como Fontcuberta (1993) vão afirmar que, ao hierarquizar a informação, as últimas linhas do texto são ignoradas, pois o que o jornal quer o que o leitor saiba está no começo da notícia e no final encontra-se o dado prescindível.

Um ponto que merece análise e quiçá permita futuras pesquisas é a relação dos arquétipos feio (negro) / migrante – bonito (branco) / migrante. Essa oposição teve uma alta frequência no *corpus* selecionado, ao afirmar que os brancos oriundos da Rússia, Austrália, França, Alemanha são os que deveriam vir para “embelezar” o Brasil. As pessoas de origem

negra não são bem-vindas, pois são pessoas feias, de péssimos costumes e procriadores desenfreados.

Como conclusão, não podemos mudar o panorama atual se não tomarmos consciência de quem somos e quem fomos. Acreditamos que, antes de pensarmos em políticas linguísticas para refugiados e levantar bandeiras, devemos questionar nosso passado, ver os processos históricos que nos configuraram para, assim, evitar cometer os erros do passado, como Eduardo Galeano, certa vez, afirmou: *la historia es un profeta con la mirada hacia atrás: por lo que fue, contra lo que fue y anuncia lo que será.*

Referências

ALMEIDA, A. P. O povo brasileiro sob a ótica de alguns pensadores das ciências sociais. Acta científica xxix congreso de la asociación latinoamericana de sociología 2013, facso, sociored Chile y Asociación Latinoamericana de Sociología. Disponível em: <http://actacientifica.servicioit.cl/menualast.html> Acesso em 20 de nov. 2015.

AMADO, R. O Ensino de Português como Língua de Acolhimento. Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira. Vol. 7, 2013. Disponível em: <http://www.siple.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=309:o-ensino-de-portugues-como-lingua-de-acolhimento-para-refugiados&catid=70:edicao-7&Itemid=113> Acesso em 09 de nov. 2015.

DURANTI, A. Linguistic Anthropology. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
Fontcuberta, M. La Noticia: pistas para percibir el mundo. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, S. A., 1993.

FOUQUET, Carlos. O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil (1808-1824-1974). São Paulo: Instituto Hans Staden/ Federação dos Centros Culturais, 1974.

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998, 34ª edição.

FURTADO DA CUNHA, M. A Linguística Centrada no Uso (Ou Linguística Cognitivo-Funcional). In: SOUZA, M; MORAES, A; NASCIMENTO, H; TEIXEIRA, M; NASCIMENTO, R. (Orgs.) Sintaxe em Foco. Recife: Coleção e Letras, 2012.

KÖVECSES, Z. Metaphor in Culture: universality and variation. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

GIVÓN, T. Funcionalism and Grammar. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

GRADY, J. Foundations of meaning: primary metaphors and primary scenes. Tese de Doutorado, University of California, Berkeley, 1997.

HOLANDA, S. B. De. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAKOFF, G; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago, University of Chicago Press, 1980.

MARTELOTTA, M. *Mudança Linguística: uma abordagem baseada no uso*. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

MOURA FILHO, A. *Pelo inglês afora: carreira profissional e autonomia na aprendizagem de inglês como língua estrangeira*. Belo Horizonte, 2005, 281 p. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

RAMÍREZ, M. *La sociología de la producción de noticias: hacia un nuevo campo. Comunicación y Sociedad (DECS, Universidad de Guadalajara)*. Vol. 30, mayo-agosto, 1997, p. 209-242.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia do Bolso, 2014.

ROSCH, E; MERVIS, C. B. *Family resemblances: Studies in the internal structure of categories*. *Cognitive Psychology* vol 7. 1975.

ROSCH, E; MERVIS, C.B; GRAY, W.D; JOHNSON, D.M; BOYES-BRAEM, P. *Basic objects in Natural Categories*. *Cognitive Psychology* 8, 382-439, 1976.

SCHWANDT, T. *Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa: interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social*. In DENZIN, N. K. , LINCOLN, Y. S. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre, Bookman e Artmed, 2006.

VAN DIJK, T. *The interdisciplinary study of news as discourse*. In: BRUHN-JENSEN, K.; JANKOWSKI, N. (Eds.). *Handbook of Qualitative Methods in Mass Communication Research*. London: Routledge, 1991.

Artigo recebido em: 06/02/2018.

Artigo aceito em: 14/05/2018.

Artigo publicado em: 02/08/2018.

TIPOS E FREQUÊNCIA DE INFERÊNCIAS GERADAS POR ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS NA LEITURA EM DIFERENTES SUPORTES

Luciane Baretta

Juliana Schinemann

Resumo: O presente estudo é um recorte de uma pesquisa em nível de Mestrado, a qual verificou o papel da geração de inferências para a compreensão leitora em diferentes suportes: papel e tela digital. Os participantes do estudo, realizado em outubro de 2016, foram cinco estudantes universitários, proficientes em Língua Inglesa, do 2º ao 4º ano de Letras Inglês de uma universidade pública do interior do Paraná. Embasamo-nos no modelo de categorização de inferências de Narvaez, van den Broek e Ruiz (1999), tendo considerado quatro das sete categorias, e por meio do protocolo verbal de pausa (CAVALCANTI, 1987; 1989; TOMITCH, 1995), ou verbalização concorrente (ERICSSON; SIMON, 1993), investigamos os tipos de inferências e a frequência com que foram geradas durante a leitura de dois textos, sendo um em cada suporte, e observamos que as quatro categorias consideradas foram realizadas pelos participantes do estudo.

Palavras-chave: Geração de inferências. Leitura em Língua Inglesa. Leitura em diferentes suportes.

Abstract: The present paper is a cutout from a Master's Degree research, which investigated the role of the inference generation in reading comprehension in different modes of presentation: paper and digital screen. The participants in this study, carried out in October, 2016, were five undergraduate proficient English students, from 2nd to 4th grade in the English major, of a public university located in the central-south region of Paraná. The study was based in the categorization scheme by Narvaez, van den Broek and Ruiz (1999), considering four of the seven categories, and through pause protocol reports (CAVALCANTI, 1987; 1989; TOMITCH, 1995), or, concurrent verbalization reports (ERICSSON; SIMON, 1993), the types and frequency of inferences were investigated during the reading of two texts, being one per mode of presentation.

Keywords: Inference generation. Reading in English. Reading in different modes of presentation.

· Professora Doutora do Departamento de Letras da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, Guarapuava – PR, Brasil. Contato: barettaluciane@gmail.com

· Professora mestra do Departamento de Letras da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, Guarapuava – PR, Brasil. Contato: juzinhasch@hotmail.com

Introdução

A leitura é uma atividade fundamental de nosso dia a dia, sendo fonte de grande parte das informações que recebemos. Durante muito tempo entendida como um processo de decodificação e compreensão do que o autor do texto quis dizer, a leitura tem sido estudada por diversos pesquisadores – educadores, linguistas, linguistas aplicados, analistas do discurso, neurocientistas, psicólogos e psicolinguistas, dentre outros – os quais, ancorados nas teorias psicolinguísticas de leitura, consideram não apenas o autor do texto, mas se preocupam em analisar de forma aprofundada o que se passa na mente do leitor enquanto lê (ZACHARIAS, 2016).

Leffa (1996) sugere que “ler é, na sua essência, olhar para uma coisa e ver outra” (p. 10). É como olhar por um espelho e ver a imagem nele refletida de acordo com nossa estatura e o ângulo em que nos posicionamos perante ele. Assim sendo, o que vemos não depende do espelho em si, mas de nós, leitores, e do que somos capazes de enxergar a partir das habilidades e conhecimentos que possuímos, os quais determinam o modo como olhamos para o texto e o que vamos construir a partir dessa leitura.

Assim, o conhecimento prévio é um aspecto imprescindível à compreensão leitora e tem sido discutido em diversos estudos que se ocupam, por exemplo, da geração de inferências e seu papel no processo de compreensão. Exemplos de pesquisa nessa área verificam os tipos de inferência ou a frequência em que ocorrem, dependendo de aspectos como o propósito de leitura, os tipos de textos lidos, ou os gêneros aos quais os textos pertencem (BARETTA, 2008; KINTSCH; KINTSCH, 2005; NARVAEZ; VAN DEN BROEK; RUIZ, 1999; entre outros).

Nossa pesquisa diferencia-se dos exemplos citados por tratar do tipo e também da frequência de inferências geradas na leitura de textos em Inglês como segunda língua (L2) dispostos em diferentes suportes: papel e tela digital. A fim de verificar possíveis diferenças quanto ao processo de geração de inferências, buscamos investigar a leitura tradicional e também essa nova leitura advinda da crescente expansão das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), tendo como participantes leitores acadêmicos de uma universidade pública do interior do Paraná, já atuantes, ou futuros professores de Língua Inglesa. Ressaltamos que este trabalho é um recorte de uma pesquisa de Mestrado¹ que trata a geração de inferências como um meio para o sucesso na compreensão leitora.

¹ O texto completo encontra-se alojado no seguinte endereço eletrônico: <http://tede.unicentro.br:8080/jspui/handle/jspui/806>

O conhecimento prévio

O conhecimento prévio é um fator determinante para que haja compreensão textual (ANDERSON; PEARSON, 1995; COLOMER; CAMPS, 2002; DAY; BAMFORD, 1998; DURAN, 2009; GAGNÉ; YECOVICH; YECOVICH, 1993; KINTSCH, 1998; KINTSCH; KINTSCH, 2005; KLEIMAN, 2016; LEFFA, 1996; MEURER, 1991; RUMELHART, 1980; SIQUEIRA; ZIMMER, 2006; TRABASSO, 1980; URQUHART; WEIR, 1998; entre outros).

Conforme Day e Bamford asseguram, construir sentidos “depende do conhecimento que o leitor tem da linguagem, das estruturas dos textos, do conhecimento do assunto da leitura e de um amplo conhecimento prévio ou de mundo” (1998, p. 14, tradução nossa)². Esse conhecimento prévio, de acordo com Colomer e Camps, subdivide-se em dois tipos: sobre o escrito e sobre o mundo. Em relação ao primeiro tipo, as autoras atestam que é preciso conhecer a situação comunicativa para compreender o texto escrito:

[...] o leitor tem de aprender a contextualizar o texto a partir dos elementos presentes no escrito: terá de entender o tipo de interação social proposta pelo escritor (que objetivo tem a comunicação, em que lugar e tempo se produz, que relação reflete o registro linguístico de que se utiliza, etc.), como também terá de contrastar sua própria finalidade de leitura, que pode coincidir em maior ou menor grau com a do escritor (2002, p. 49).

O conhecimento sobre o escrito é composto de quatro níveis: 1) conhecimentos paralinguísticos (a distribuição de palavras, frases, parágrafos, entre outros aspectos); 2) conhecimentos das relações grafo-fônicas (relação dos signos gráficos com elementos fônicos); 3) conhecimentos morfológicos, sintáticos e semânticos (como funcionam as regras para que seja possível fazer sentido), e 4) os conhecimentos textuais (as estruturas textuais como narração, argumentação, entre outras diversas).

Já o conhecimento sobre o mundo pode ser resumido em conhecer fatos precedentes ao exposto no texto, a fim de poder interpretá-lo de maneira que não se extrapole seus limites (COLOMER; CAMPS, 2002). Esse conhecimento de mundo é entendido pela psicologia cognitiva como uma série de ‘esquemas’ que são definidos por Rumelhart (1980) como fundamentais ao processamento de informações. Como explicado pelo autor, os esquemas são como uma peça teatral em que os atores, o cenário e o teatro onde se encena tal peça podem

² No original: “[...] depends on the reader's knowledge of the language, the structure of texts, a knowledge of the subject of the reading, and a broad-based background or world knowledge” (DAY; BAMFORD, 1998).

vir a mudar, entretanto a história permanece a mesma e é reconhecida independente das mudanças mencionadas. Assim sendo, podemos considerar um jantar entre amigos, o qual será diferente de um jantar de negócios, porém, em ambos haverá pratos, talheres e alimento. Portanto, há uma organização interna ao esquema que permanece intacta, embora possa haver transmutações.

Leitura e geração de inferências

Conforme já citado, a presente pesquisa trata de analisar a geração de inferências, essencial para a compreensão leitora, em leitores proficientes em Língua Inglesa como L2 na leitura no papel e na tela digital (mais especificamente, leitura de *blog*), portanto, passamos a discutir esse componente de leitura.

Consoante Baretta (2008), a geração de inferências é um processo que permite ao leitor obter uma representação coerente do texto lido, porém, esse processo ocorre somente quando o indivíduo é capaz de unir as informações dispostas em determinado texto com o conhecimento prévio que ele já possui, a fim de poder construir sentidos. A pesquisadora assevera que esse processo cognitivo se equipara ao ato de raciocinar, uma vez que se faz presente nas atividades de nosso dia a dia, mesmo naquelas mais simples, como colocar mais pó de café para coar ao receber uma visita no café da tarde. A autora complementa que a geração de inferências é um “[...] processo cognitivo construtivo no qual o leitor esforça-se para construir sentido e expande seu conhecimento por meio da formulação e avaliação de hipóteses sobre as informações do texto” (BARETTA, 2008, p. 18, tradução nossa)³.

Iza e Ezquerro (2000) alegam que as inferências podem ser geradas de duas maneiras: *on-line* e *off-line*. As inferências *on-line* são geradas no momento da leitura. Observemos o exemplo:

(1) “Após um dia de muitas leituras em preparação para a prova, Ana dormiu”.

Para compreender essa afirmação, o leitor deve inferir que um longo período de estudos demanda muita energia e é, portanto, bastante cansativo, assim, ainda que não se proponha que Ana estivesse cansada, o conhecimento de mundo é o que permite a

³No original: “[...] a constructive cognitive process in which the reader strives for meaning and expands knowledge by formulating and evaluating hypotheses about the information of the text” (BARETTA, 2008, p. 18).

compreensão, por meio da conexão entre as sentenças – a qual ocorre por inferência linguística (*online*).

Já as inferências *off-line* podem ocorrer em outro momento que não durante a leitura, por exemplo, quando o leitor precisa responder às perguntas sobre um texto lido. As inferências *off-line* são denominadas elaborativas e não são obrigatórias para a compreensão. Essas inferências são, portanto, opcionais e podem ser realizadas depois da leitura, com base na macroestrutura que o leitor terá do texto. Elas também podem ocorrer durante a leitura quando o leitor deduz futuras consequências de uma ação, como por exemplo, em:

(2) “O cantor se atirou do palco, mas os fãs não o seguraram”.

Nesse caso, o leitor pode inferir da sentença que, em consequência de os fãs deixarem o cantor cair no chão, ele se machucou e pode ter sido grave, pode ser que o cantor venha a falecer, entre outras hipóteses, mas tais inferências não são imprescindíveis à compreensão do texto (IZA; EZQUERRO, 2000).

Nossa pesquisa trata das inferências geradas *online* e baseia-se no modelo de categorização de Narvaez, van den Broek e Ruiz (1999), a seguir, sendo que observamos quais tipos de inferência foram geradas e com que frequência isso se deu, durante a leitura nos diferentes suportes já mencionados.

Quadro 1: Modelo de categorização de inferências

Associações (inferências simultâneas)	Incluem associações por conhecimento prévio. Ex.: “Isso me lembra de um planetário que eu vi”. E baseadas no texto. Ex.: “Ok, isso é no spa”.
Explicações (inferências retroativas)	Incluem explicações baseadas em conhecimento prévio. Ex.: “Eu acho que essa é a causa da era do gelo”. E baseadas no texto. Ex.: “Isso deve ser o que queriam dizer com cinzas”.
Inferências preditivas	Consequência futura que um evento terá no texto. Ex.: “Ok, os gases irão levá-los ao objeto real”.
Avaliações	Comentários sobre o conteúdo do texto. Ex.: “Eu acho que essa é uma asserção muito forte”. E sobre a escrita do texto. Ex.: “Essa frase foi muito difícil de dizer – tem muitas palavras”. Ou ainda, sobre o estado em que o leitor se encontra. Ex.: “Eu estou meio que me perdendo aqui, estou me distraíndo”.
Quebras na coerência baseadas no texto	Frases sobre a coerência do conteúdo do texto. Ex.: “Isso não faz nenhum sentido”.
Quebras na coerência baseadas no conhecimento	Frases que mostram a incapacidade do leitor de entender o texto, devido a sua falta de experiência ou conhecimento prévio. Ex.: “É um pouco difícil de imaginar, quer dizer, no espaço”.
Repetições	Repetições de palavras ou de frases do texto.

Fonte: Narvaez, van den Broek e Ruiz (1999). Tradução nossa.

Keenan, Potts, Golding e Jennings (1990) apontam que a geração de inferências na compreensão leitora é um fenômeno que tem sido bastante estudado, embora os estudos desse processo sejam bastante recentes no âmbito da psicolinguística. Contudo, suas possibilidades de abordagem não estão esgotadas, daí nossa escolha em investigarmos como a geração de inferências ocorre em suportes diferentes – no papel e na tela digital.

Procedimentos metodológicos

Os participantes deste estudo foram 05 (cinco) estudantes do 2º ao 4º ano do curso de Letras Inglês de uma universidade do interior do Paraná, os quais não realizaram teste de suficiência e, portanto, foram selecionados a partir das médias, acima de 88 pontos, na disciplina de Leitura e Produção Escrita em Língua Inglesa.

O texto selecionado para leitura no papel foi *Active learner involvement*, um excerto extraído do artigo científico *Destroying the teacher: the need for learner-centered teaching*, originalmente escrito por Alan C. McLean (1980) e republicado em edição comemorativa da revista americana *English Teaching Forum* de 2012. O título do excerto foi modificado, sendo que adotamos o título *Involvement of the learner in the classroom: some reflections*, a fim de evitar que os participantes percebessem que se tratava de um excerto, por este ser um título mais abrangente.

Já para a leitura na tela do computador, o texto selecionado foi retirado do *blog* americano de notícias *The Huffington Post*. A escolha desse *blog* ocorreu por ocupar o primeiro lugar na lista dos quinze mais acessados no mundo do *site* EbizMBA. *The Huffington Post* traz seções de política, negócios, entretenimento, tecnologia, saúde, entre outras, e possui cerca de 110 milhões de visitantes por mês. Entre tantas opções disponíveis, selecionamos dos arquivos da seção de educação (*Education*), o texto da colaboradora do *blog* Ossa Fisher, postado em 16 de maio de 2016: *Is testing creating a toxic culture in schools?* Para um melhor monitoramento dos resultados, esse texto foi disposto em um *blog* criado especialmente para a pesquisa.

Trata-se de dois textos que dialogam em torno do tema ensino/ aprendizagem, um conduzindo o leitor que leciona a melhor envolver seus alunos, e outro induzindo-o a refletir sobre o problema da excessiva preocupação em colocar os conhecimentos adquiridos pelo aluno em prova. A familiaridade dos leitores com o tema discutido nos textos foi fundamental, pois, como anteriormente exposto, o conhecimento prévio auxilia no processo

de geração de inferências. Para maior confiabilidade dos instrumentos, os dois textos foram analisados com auxílio da ferramenta *Text Analyser* em termos de densidade lexical e complexidade gramatical (HALLIDAY, 1989):

Quadro 2 – Densidade lexical e complexidade gramatical

Texto	Nº de palavras	Nº de períodos	Nº de orações	Densidade Lexical	Complexidade Gramatical
<i>Involvement of the learner in the classroom: some reflections</i>	365	18	47	57, 2	2, 47
<i>Is testing creating a toxic culture in schools?</i>	438	19	56	54, 5	2, 94

Fonte: Dados da pesquisa

O quadro nos permite observar a similaridade dos textos em relação à sua densidade e complexidade. Foi crucial considerarmos o nível de ambos os aspectos para garantirmos que os textos selecionados apresentassem complexidade suficiente para a geração de inferências, pois quanto maior a densidade lexical de um texto, maior o nível de vocabulário exigido do leitor e quanto maior a complexidade gramatical, maior o nível pretendido de conhecimento da gramática da língua.

Além disso, textos mais simples acarretariam pouca ou nenhuma verbalização dos participantes, o que comprometeria a investigação e conforme afirma Tomitch (2007), se o texto não possui alguma problematização, não há necessidade de inferir. Por isso a relevância de considerarmos tais aspectos. Outro fator a se considerar foi o número de palavras dos textos, sendo que a pesquisadora buscou textos de no mínimo 350 palavras – textos mais curtos não seriam apropriados para leitores proficientes em Língua Inglesa – e com no máximo 450 palavras – para que os participantes não se sentissem excessivamente cansados com a leitura de textos mais longos.

Buscamos verificar, por meio do protocolo verbal de pausa, se os diferentes suportes (papel e tela digital) poderiam influenciar na geração de inferências (tipo e frequência) realizadas pelos cinco participantes desta pesquisa. Mas o que é um protocolo verbal?

O protocolo é um registro do que acontece em nossa mente e sua análise engloba os estudos do ‘pensar em voz alta’ (*think-aloud*), nos quais os “[...] sujeitos relatam seu

pensamento enquanto cumprem uma tarefa” (PRESSLEY, 1995, p. 3, tradução nossa)⁴. De acordo com Pressley (1995), a revelação dos pensamentos já era encorajada na época de Aristóteles e Platão e tem sido usada desde então para auxiliar em estudos de diversas áreas, incluindo os relativos à compreensão leitora.

Tomitch (2007) discorre sobre a categorização dos protocolos verbais de Cohen (1987), segundo a qual há três tipos de protocolos verbais: o autorrelatório, a auto-observação e a autorrevelação. Nosso estudo engloba a autorrevelação, que diz respeito à descrição que ocorre no momento exato da leitura, o que permitiria um melhor acesso ao que se passa na mente do leitor enquanto lê, já que este pensa em voz alta. Ericsson e Simon (1993) chamam esse tipo de protocolo de ‘verbalização concorrente’, em que os participantes recebem instrução para ler um trecho do texto, relatando, ao final desse trecho, todo e qualquer pensamento que lhes veio à mente enquanto liam. Cavalcanti (1987; 1989) propôs o trabalho com o protocolo verbal de pausa, no qual é possível a verbalização ocorrer a qualquer momento durante a leitura, seja sobre uma dúvida de vocabulário ou uma lembrança que veio à sua mente, e não somente ao final de um trecho ou parágrafo.

Em 1995, Tomitch adaptou o modelo de Cavalcanti alocando pontos vermelhos nos finais de parágrafos, desse modo, se o leitor não verbalizou em nenhum momento anterior, lembra-se de verbalizar diante dos pontos. Para nosso experimento, utilizamo-nos desta adaptação. Assim, nossos participantes foram instruídos a ler os textos verbalizando tudo que lhes viesse à mente ao longo de cada parágrafo, porém, ao depararem-se com o sinal vermelho, deveriam verbalizar sobre o parágrafo como um todo – independentemente de ter havido verbalizações anteriores ao sinal, ou não.

Após os testes pré-piloto e piloto, o estudo foi realizado no Laboratório de Línguas do Departamento de Letras da universidade, onde, em dia e horário previamente combinados, os acadêmicos foram recebidos para o treinamento, seguido da realização das leituras. A pesquisadora então gravou os protocolos em áudio por meio de um aparelho *smartphone* e transcreveu essas gravações seguindo as normas do curso de Letras da UFRJ. As falas de cada participante foram transcritas *verbatim*, isto é, respeitamos exatamente o modo em que cada um deles se expressou durante a realização do experimento – com interrupções discursivas, pausas, entonações, questionamentos, entre outros e os participantes foram identificados por números (P1; P2; P3; P4 e P5) a fim de garantir sua anonimidade. O procedimento foi ainda

⁴ No original: “[...] subjects report their thinking as they do a task” (PRESSLEY, 1995, p. 3).

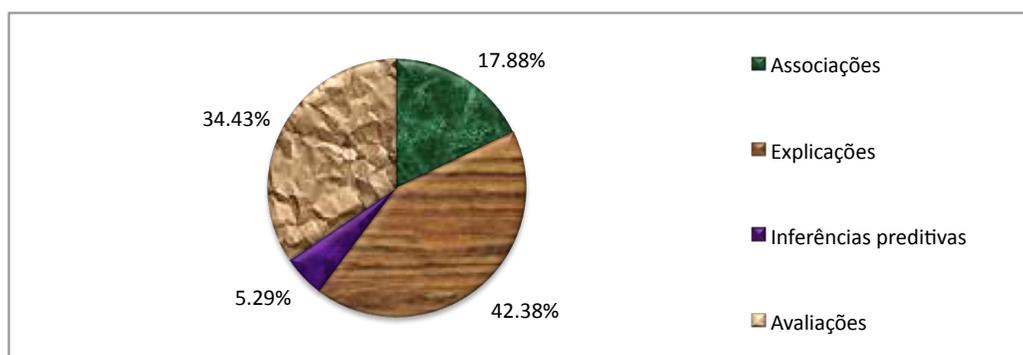
filmado com a câmera pessoal da pesquisadora, que ficou o tempo todo posicionada atrás do participante para proteger sua imagem.

Resultados e análise

Os tipos de inferências, geradas pelos leitores que participaram de nosso estudo, foram categorizadas de acordo com Narvaez et.al. (1999), conforme já apresentado (vide Quadro 1). Devemos enfatizar que três categorias de inferências classificadas pelos autores foram desconsideradas neste estudo: as quebras na coerência – 1) baseadas no texto e 2) no conhecimento prévio, bem como 3) as repetições. Isso ocorreu porque entendemos, em nossa pesquisa, que tanto as quebras quanto as repetições não auxiliaram os leitores participantes a construir sentidos, uma vez que, ao gerar quebras baseadas no texto, os participantes apenas verbalizaram o que não fazia sentido, mas não buscaram solucionar o problema. O mesmo ocorreu na geração de quebras baseadas no conhecimento prévio, embora um participante afirmasse desconhecer determinada palavra ou assunto, ele apenas relatava o fato e não utilizava seus conhecimentos, tentando conectar as informações e compreendê-las. Quanto às repetições, trata-se, literalmente, de repetir palavras, expressões ou frases, não havendo, portanto, construção de sentidos.

A classificação geral de inferências geradas pelos participantes deste estudo, quando da leitura de texto expositivo em suporte digital e de texto argumentativo em suporte impresso, com base na categorização de Narvaez, van den Broek e Ruiz (1999), é exposta nos Gráficos 1 e 2, a seguir.

Gráfico 1: Inferências geradas pelos participantes (Texto digital – expositivo)



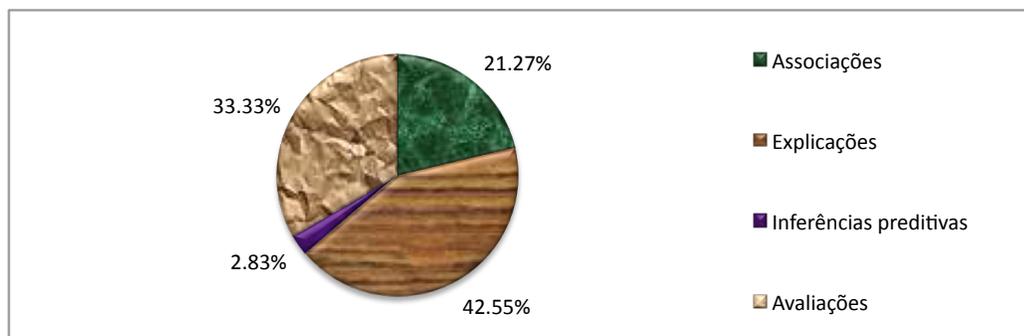
Fonte: Dados da pesquisa

Conforme mostra o Gráfico 1, no texto digital, do tipo expositivo, o número total de inferências geradas foi 151, sendo que a categoria de inferências com maior número de ocorrências foi a de explicações, que se subdivide em explicações baseadas no conhecimento prévio e baseadas no texto, totalizando 64 inferências geradas (42,38%).

As avaliações, as quais são subdividas em avaliações sobre o conteúdo, sobre a escrita e sobre o estado do leitor, obtiveram um total de 52 ocorrências no texto digital (34,43%), seguidas das associações – baseadas no conhecimento prévio e no texto – que somaram 27 inferências (17,88%). A categoria com menor número de ocorrências foi a das inferências preditivas – sobre eventos futuros baseados em eventos presentes, sobre o assunto do texto, ou sobre explicações futuras – que somaram 8 ocorrências (5,29%).

Consideremos o Gráfico 2:

Gráfico 2: Inferências geradas pelos participantes (Texto impresso – argumentativo)



Fonte: Dados da pesquisa

Esse gráfico apresenta a classificação das inferências que foram geradas pelos participantes do nosso estudo, durante a leitura com protocolos verbais do texto impresso, de tipo argumentativo. Foram 141 inferências no total, 10 a menos do que no texto digital, o que reflete uma diferença mínima na geração de inferências entre os dois textos, na verdade, a classificação das inferências geradas durante a leitura do texto impresso ocorreu de igual maneira à classificação do texto digital, de tipo expositivo, e o número de inferências geradas foi, inclusive, muito próximo em todas as categorias analisadas. Os leitores participantes geraram um maior número de inferências da categoria de explicações, sendo um total de 60 inferências (42,55%). A segunda categoria com mais ocorrências foi a das avaliações, que somaram 47 (33,33%), ao passo que o terceiro lugar ficou com as associações, que

apresentaram 30 ocorrências (21,27%), o menor número de ocorrências também foi apresentado na categoria de inferências preditivas, com um total de quatro eventos (2,08%).

Com esses dados, podemos concluir que a geração de inferências ocorreu de forma muito similar em ambos os suportes. Da categoria que apresentou o maior número de ocorrências à que apresentou o número mais baixo, a classificação foi a mesma durante as duas leituras, sendo que as inferências mais geradas pelos participantes foram as explicativas, em que se buscou, em alguns momentos, explicar eventos dos textos utilizando-se do conhecimento prévio – aspecto fundamental para o processo de inferir e construir sentidos (BARETTA, 2008; KINTSCH; KINTSCH, 2005; NARVAEZ; VAN DEN BROEK; RUIZ, 1999; VAN DEN BROEK, 1990; VONK; NOORDMAN, 1990, entre outros).

Entretanto, em outros momentos, os participantes explicaram o que leram, baseando-se nas informações provenientes dos textos, relatando o que compreenderam dos parágrafos. Esse tipo de explicações foi o mais produzido pelos envolvidos na pesquisa, correspondendo a 58,03% do total de inferências desta categoria, nos dois suportes. Portanto, os participantes, na maior parte do tempo, relataram sua compreensão dos textos, isto é, não encontraram muitos eventos que necessitassem explicar por meio de seus esquemas de mundo.

A segunda categoria mais gerada, a das avaliações, apresentou 68,68% de ocorrências dos subtipos avaliações sobre o estado do leitor e sobre a escrita dos textos. Esse dado mostra que os leitores participantes deste estudo, além de apresentar criticidade, alegando concordar ou discordar dos autores e dizendo por quê, durante as leituras de ambos os suportes investigados, também demonstraram perceber quando não entendiam, assim monitorando sua compreensão dos textos enquanto liam. Esse monitoramento provavelmente se deu pelo fato de os participantes terem sido informados de que responderiam a algumas perguntas após as leituras, sendo levados a se preocupar em compreender o melhor possível.

Os participantes utilizaram as estratégias que consideraram cabíveis ao se depararem com algum problema. Porém, toda vez que os leitores afirmavam não entender uma palavra ou expressão do texto, esperávamos que eles fizessem uso dos *links*, ou dos dicionários – impresso ou *online* – para sanar suas dúvidas e, possivelmente, gerar novas inferências, mas isso não ocorreu com os cinco participantes. A leitura no suporte digital, sem o acesso aos *links*, acabou sendo realizada da mesma forma que a leitura no suporte impresso, ignorando-se o uso esperado da multimodalidade (KRESS; VAN LEEUWEN, 1996; 2001) do texto em questão.

Esse dado surpreendeu a pesquisadora, pois sugere que os graduandos – selecionados pelas suas médias de desempenho acadêmico, portanto, frequentadores das aulas da disciplina

de leitura – não têm o hábito de utilizarem-se dos recursos diferenciados que são normalmente oferecidos em *blogs* e outros tipos de *sites* da Internet, o que coloca em dúvida seu letramento digital, suas habilidades para lidar com textos digitais (COSCARELLI, 2016 b; PAIVA, 2016). Tal dado sugere, também, que esses leitores não costumam utilizar-se de dicionários, embora haja na grade de Letras Inglês, da universidade em questão, uma disciplina em que os estudantes trabalham com o dicionário impresso para estudos relacionados à fonética, fonologia e morfologia da Língua Inglesa. Logo, os graduandos deveriam estar habituados ao uso constante do dicionário. Ao que parece, esses cinco participantes, embora tenham se utilizado de seus conhecimentos declarativo e procedimental, ainda não amadureceram completamente seu conhecimento condicional – o *know when* e o *know why* – que trata de saber quais estratégias devem ser usadas em determinados momentos e o por quê de se usar tais estratégias (FINGER-KRATOCHVIL, 2010).

Continuar a leitura apesar de uma palavra ou expressão desconhecida é um comportamento típico de leitores proficientes em L2, entretanto, havia várias palavras linkadas, as quais os participantes afirmaram não conhecer, e o fato de nenhum deles, em nenhum momento, clicar nos *links* ou recorrer ao dicionário impresso é um dado inquietante. Especialmente, considerando o fato de que dois participantes já passaram pela prática do estágio.

Diante disso, a pesquisadora questiona: esses alunos-professores ensinam o uso de diferentes recursos durante a leitura de textos? Tendo em vista seu comportamento, isso se encaixaria na máxima do “faça o que eu digo, não faça o que eu faço”. Isso precisa ser (re) pensado nas práticas dos envolvidos e trabalhado por meio da instrução (mais) direta nas aulas de Estágio Supervisionado, bem como nas aulas de Leitura e Produção Escrita, que se dão nos quatro anos do curso. Temos ciência de que um leitor proficiente e estratégico busca compreender as palavras pelo contexto para não interromper o fluxo de sua leitura (NUTTAL, 1996); no entanto, causou-nos surpresa o fato de que os participantes mencionaram não conhecer determinadas expressões ou vocábulos e não terem adotado nenhum recurso para solucionar a dúvida.

Quanto às avaliações sobre o conteúdo dos textos, elas somaram os 31,32% restantes dessa categoria, indicando que foram poucos os momentos em que os participantes relataram o que pensavam sobre os textos, por exemplo, se o que liam era interessante, engraçado, entre outros adjetivos.

As associações foram o terceiro tipo de inferências com mais ocorrências em nosso experimento, e, diferentemente do que ocorreu com as explicações, as associações por

conhecimento prévio foram a maioria, em comparação com as baseadas no texto, totalizando 73,68%. Isso atesta que, na leitura nos dois suportes, os participantes comentaram eventos dos textos apoiando-se nos esquemas que já possuíam sobre os temas discutidos e/ou rememoraram eventos de sua experiência, estabelecendo assim, um diálogo com os textos e realizando, portanto, a leitura como prática letrada (KLEIMAN, 2008; ROJO, 2004; SILVA; ARAÚJO, 2012). Esse dado obtido reflete – assim como verificado no questionário de perfil do leitor – as práticas dos leitores participantes em sala de aula, como graduandos, onde os textos trabalhados nas disciplinas de língua, linguística e literatura sempre geram discussões entre os alunos e professores, buscando-se não apenas a compreensão, mas a reflexão sobre o que é lido.

Finalmente, as inferências preditivas foram as menos geradas durante as leituras, das quais 58,33% foram feitas sobre o assunto do texto ou sobre explicações que viriam a ser dadas, em ambos os suportes, o que mostra que a maioria dos leitores participantes formularam hipóteses a respeito do que iriam ler, antes e/ou durante as leituras, e isso é crucial para o sucesso na compreensão leitora, especialmente no que condiz à leitura em L2, em que devemos seguir com a leitura mesmo não conhecendo todas as palavras do texto (NUTTAL, 1996). Acreditamos que as inferências sobre eventos resultantes de outros posteriormente mencionados ocorreram em menor número pelos tipos dos textos utilizados (expositivo e argumentativo). Esse subtipo de inferência provavelmente apresentaria mais ocorrências em um texto narrativo, conforme aponta a pesquisa de Narvaez, van den Broek e Ruiz (1999).

Esses pesquisadores compararam textos narrativos a expositivos, e, na leitura do segundo tipo textual, os participantes do estudo – estudantes de Psicologia, falantes nativos – geraram mais associações e avaliações, divergindo de nossa pesquisa. No estudo de Caldart (2012), que se aproxima mais do nosso, por ter sido realizado no Brasil, com graduandos em Letras Inglês durante a leitura em L2, as inferências mais geradas na leitura dos textos narrativos e dos textos expositivo-narrativos, foram as repetições, desconsideradas em nossa investigação, seguidas das explicações, na leitura do tipo expositivo-narrativo, e das associações no tipo narrativo. Portanto, os resultados também divergem dos nossos dados. No entanto, há que se ressaltar que nosso estudo envolveu apenas cinco participantes, fato que nos faz ter cautela ao procurar estabelecer relações entre os dados obtidos em nosso estudo àqueles de pesquisas anteriores.

Tendo em vista que as quatro categorias de Narvaez, van den Broek e Ruiz (1999), por nós consideradas, apresentaram ocorrências em nosso experimento, o número total de

inferências gerado pelos cinco participantes nos dois diferentes suportes será apresentado no Quadro 3, a seguir:

Quadro 3: Total de inferências por participante

Leitura na tela digital		Leitura no papel		Total
Participante 1	29 inferências	Participante 1	19 inferências	48 inferências
Participante 2	21inferências	Participante 2	29 inferências	50 inferências
Participante 3	29 inferências	Participante 3	22 inferências	51 inferências
Participante 4	61 inferências	Participante 4	61 inferências	122 inferências
Participante 5	11 inferências	Participante 5	10 inferências	21 inferências

Fonte: Dados da pesquisa

O quadro acima explicita que três dos cinco participantes geraram mais inferências ao ler o texto digital do que ao ler o texto impresso. Somente o P2 gerou mais inferências durante a leitura no papel. O destaque é do P4, que gerou o mesmo número de inferências nos dois suportes, sendo 122 no total, somando mais do que o dobro do P3 – segundo participante que mais inferiu, realizando 51 inferências no total. Destacamos também o P5, que gerou um número muito abaixo dos outros quatro participantes, totalizando apenas 21 inferências. Como podemos observar no Quadro 3, o P5 gerou somente uma inferência a mais no suporte digital, apresentando um resultado praticamente na mesma proporção do P4, porém, com o menor número.

Esses dados mostram que a maioria dos participantes apresentou mais dificuldade na leitura do texto digital e, conforme afirma Tomitch (2007), as dificuldades deveriam levar o leitor a realizar mais inferências.

Ambos os textos apresentavam densidade lexical e complexidade gramatical similares, conforme mostra o Quadro 2. Entretanto, o texto digital apresentou vários termos desconhecidos (cujos significados não foram buscados), era escrito em primeira pessoa (trata-se de uma reportagem) e, além disso, continha subtítulos – o que causou problemas como o de um participante que não conseguiu conectar o subtítulo ao que estava sendo tratado no texto.

Desse modo, concluímos que esse formato foi mais difícil. No entanto, a maior diferença entre os textos foi de 10 inferências a mais para o P1, e temos o caso do P4 que gerou a mesma quantidade de inferências, o que mostra que o texto impresso também foi difícil, embora apresentasse um formato com o qual, acreditamos, os leitores participantes estivessem mais habituados, por se tratar de um texto retirado de artigo científico – tipo mais comumente lido em cursos de graduação. Isso mostra a relevância de se

trabalhar tipos e gêneros variados de texto em sala de aula, bem como variar os suportes (papel e tela digital).

Por outro lado, as inferências não foram geradas apenas diante de dificuldades, mas também diante de fatos apresentados que desencadearam memórias dos participantes (associações por conhecimento prévio). Houve ainda, momentos em que os participantes buscaram motivos para algum fato relatado no texto, ou concordaram e/ou discordaram de algo, apresentando explicações para tais fatos, relatando informações advindas de seu conhecimento prévio à leitura (explicações por conhecimento prévio). Portanto, considerando esses dois tipos de inferências, elas foram geradas mais vezes durante a leitura do texto impresso, somando 43 ocorrências, e esse dado indica que a leitura nesse suporte foi sutilmente mais crítica (ROJO, 2004), do que a leitura no suporte digital, que somou 34 ocorrências. Devemos esclarecer que o conhecimento prévio considerado para a leitura crítica, para o ato de o participante dialogar com os textos, são os esquemas de mundo (ANDERSON; PEARSON, 1995; RUMELHART, 1980; entre outros) que os participantes têm. O conhecimento prévio linguístico – ou a falta dele – ajusta-se ao critério de dificuldades encontradas pelos participantes nas leituras, discutidos no parágrafo anterior.

Com as imagens gravadas pela nossa câmera e com a gravação dos áudios pelo aparelho *smartphone*, registramos o tempo de leitura de cada participante da pesquisa, a fim de avaliarmos se esse tempo condiz com o número de inferências geradas:

Quadro 4: Tempo de leitura dos participantes

Leitura na tela digital		Leitura no papel	
Participante 1	8:38	Participante 1	6:41
Participante 2	7:54	Participante 2	8:29
Participante 3	9:07	Participante 3	10:08
Participante 4	20:44	Participante 4	22:47
Participante 5	8:31	Participante 5	7:46

Fonte: Dados da pesquisa

Pelo quadro acima, podemos perceber que os participantes P1 e P5, que geraram mais inferências no texto digital, de fato apresentaram um maior tempo de leitura nesse suporte, embora seja uma diferença baixa – menos de dois minutos para o P1 e menos de um minuto para o P5. O P2, que gerou mais inferências na leitura do texto impresso, apresentou tempos de leitura praticamente iguais, apenas trinta e cinco segundos a mais nesta leitura. Assim, a

maioria do grupo teve um tempo de leitura condizente com a quantidade de inferências geradas.

Porém, os participantes P3 e P4 passaram mais tempo lendo o texto impresso, sendo que o P3 (que gerou 7 inferências a mais no texto digital) teve registrado um minuto e um segundo a mais nesse suporte e o P4 (que gerou o mesmo número nos dois suportes) registrou dois minutos e três segundos a mais na leitura do texto impresso. Tais dados abrem a possibilidade de os participantes P3 e P4 terem inferido mais no texto impresso do que de fato verbalizaram, mas isso é uma fragilidade do trabalho com os protocolos verbais – não podemos garantir que os participantes verbalizem absolutamente tudo (PRESSLEY, 1995; TOMITCH, 2007).

Assim apresentamos a descrição e análise dos dados obtidos por meio dos protocolos verbais de pausa, tendo exposto os tipos de inferências e a frequência com que foram geradas, em seu total e por participante, bem como tratamos do tempo de leitura de cada participante, diante do que pudemos observar que as quatro categorias de inferências selecionadas da taxonomia de Narvaez et. al. (1999), de modo geral, foram realizadas em ambos os textos – em seus diferentes suportes.

Surpreendemo-nos com o comportamento dos leitores participantes em relação aos recursos disponibilizados e observamos que a leitura do texto no suporte digital foi a que apresentou o maior número de inferências por participante. Ressaltamos que nosso experimento envolveu um número bastante restrito de participantes e que um número maior provavelmente traria resultados diferentes.

Considerações finais

A leitura é uma atividade cognitiva que demanda uma série de procedimentos, sem os quais não é possível ao leitor compreender o que lê. Inicialmente, é necessário aprender a ler letra por letra, palavra por palavra, até que seja possível ler uma frase completa (DEHAENE, 2012). Quando se atinge esse estágio, começa-se a ler frase por frase e quando esse leitor iniciante se dá conta, já está lendo um texto por inteiro. Parece um tanto quanto simples. Entretanto, mesmo quando o leitor chega ao nível de ler o texto completo, não se pode afirmar que ele é um leitor proficiente. Mas por quê?

Nosso estudo buscou responder a essa questão, apresentando um dos níveis mais altos da compreensão leitora: a geração de inferências. Por meio dela, o leitor é capaz de olhar para

o texto tal qual se olha para um espelho e então, enxergar as imagens que esse espelho oferece, de acordo com a sua posição perante ele (LEFFA, 1996). Ou seja, por meio da geração de inferências, é possível que o leitor compreenda o texto perpassando suas linhas, buscando em seus conhecimentos ou mesmo em suas dúvidas, em suas opiniões e crenças, isto é, em sua 'posição', o que o texto realmente pode dizer.

Esse estágio faz daquele leitor capaz de ler um texto por completo, finalmente, um leitor proficiente que constrói sentidos para o texto (ANDRADE; GIL; TOMITCH, 2012; FINGER-KRATOCHVIL, 2010; GAGNÉ; YECOVICH; YECOVICH, 1993). Pensando na leitura em Língua Inglesa e na eclosão de textos digitais, resultante da expansão da Internet e das Tecnologias de Informação e Comunicação (TDICs), tecemos nosso objetivo: verificar os tipos e a frequência de inferências geradas por graduandos do 2º ao 4º ano de Letras Inglês, de uma universidade no interior do Paraná, perante a leitura de textos em Língua Inglesa, observando tal processo em dois diferentes suportes: o papel (suporte tradicional de leitura) e a tela digital.

A geração de inferências é defendida por muitos estudiosos como um processo fundamental que atua como um facilitador na compreensão leitora (BARETTA, 2008; COLOMER; CAMPS, 2002; DURAN, 2009; IZA; ESQUERRO, 2000; KINTSCH; KINTSCH, 2005; KLEIMAN, 1989; 2016; TRABASSO, 1980, entre outros). Diante disso, podemos deduzir que, quanto mais inferências o leitor fizer, melhor será sua compreensão. Nosso estudo mostrou que, em ambos os suportes, todos os tipos de inferência considerados foram gerados pelos participantes, de forma geral. Porém, ressaltamos aqui o número exíguo de participantes de nossa pesquisa (apenas cinco), sendo que um número maior poderia trazer resultados diferentes. Há ainda que se ponderar, o fato de que, por serem leitores proficientes na L2, é possível que os participantes não tenham percebido algumas das inferências automaticamente geradas por eles, fato que os impediu de verbalizá-las (MEURER, 1991). O estudo completo, disponível no *site* do Mestrado, mostra que a compreensão dos participantes, verificada por meio de questionário de compreensão aplicado pela pesquisadora, não foi condizente com o número de inferências por eles geradas. As limitações supracitadas podem ter influenciado nos resultados, entre outros fatores.

Referências

ANDERSON, R. C.; PEARSON, P. D. A schema-theoretic view of basic processes in reading comprehension. In: CARREL, P.; ESKEY, D.; DEVINE, J. E. *Interactive approaches to second*

language reading. 6º ed. Nova York: Cambridge Applied Linguistics, 1995. p. 37-55.

ANDRADE, A. M. T.; GIL, G.; TOMITCH, L. M. B. *Percepção de estratégias de leitura em LE de alunos universitários*. Revista (CON)TEXTOS Linguísticos, Vitória, n. 6. 2012. P. 7-17. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/3391/2654>> Acesso em: 21 jan. 2016.

BARETTA, L. *The process of inference making in reading comprehension: an ERP analysis*. 2008. Tese. 168 pgs. (Doutorado em Letras Inglês). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91884>> Acesso em 18 jan. 2016.

CALDART, D. *The effect of genre expectation on EFL students' inference generation and reading comprehension*. 2012. Dissertação. 178 pgs. (Mestrado em Letras Inglês). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <<http://revistadogel.gel.org.br/rg/article/view/216>> Acesso em: 15 jan. 2016.

COLOMER, T.; CAMPS, A. O que é ler? In: _____. *Ensinar a ler, ensinar a compreender*. Trad. Fátima Murad. Reimpressão 2011. Porto Alegre: Artmed. 2002. p. 29-57.

COSCARELLI, C.V. Abrindo a conversa. In: _____. *Tecnologias para aprender*. São Paulo: Parábola, 2016 a. p. 11-14.

_____. Navegar e ler na rota do aprender. In: COSCARELLI, C. V. *Tecnologias para aprender*. São Paulo: Parábola, 2016 b. p. 62-80.

DAVIES, F. Studying the reading process. In: _____. *Introducing reading*. Londres: Penguin, 1995. p. 83.

DAY, R.; BAMFORD, J. *Extensive reading in the second language classroom*. Cambridge: Cambridge Language Education, 1998.

DEHAENE, S. Como lemos? In: _____. *Os neurônios da leitura: como a ciência explica nossa capacidade de ler*. Tradução: Leonor Scliar-Cabral. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 25-68.

DURAN, G.R. *As concepções de leitura e a produção do sentido no texto*. Revista ProLíngua, Universidade Federal da Paraíba, v. 2, n. 2, jul-dez. 2009. p. 1-14. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/prolingua/article/viewFile/13427/7623>> Acesso em: 21 jan 2016.

EBIZMBA GUIDE. *The 15 most interesting blogs*. 2014. Disponível em: <<http://www.ebizmba.com/articles/blogs>> Acesso em: 13 jun. 2016

ERICSSON, K. A.; SIMON, H. A. *Protocol Analysis: verbal reports as data*. 2º ed. Cambridge: The MIT Press, 1993.

FINGER-KRATOCHVIL, C. *Estratégias para o desenvolvimento da competência lexical: relações com a compreensão em leitura*. 2010. Tese. 336 pgs. (Doutorado em Letras) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/94372>> Acesso em 20 jul. 2016.

FISHER, O. Is testing creating a toxic culture in schools? In: THE HUFFINGTON POST. *Education*. 2016. Disponível em: < http://www.huffingtonpost.com/ossa-fisher/is-testing-creating-a-tox_b_9955914.html?utm_hp_ref=teachers > Acesso em: 19 jun. 2016.

GAGNÉ, E. D; YECOVICH, C.W; YECOVICH, F.R. Reading. In: _____. *The cognitive psychology of school learning*. Nova York: Harper Collins College Publishers, 1993. p. 267-311.

HALLIDAY, M. A. K. *Spoken and written language*. 2º ed. Oxford: Oxford University Press, 1989. p. 61-91.

IZA, M.; EZQUERRO, J. *Elaborative inferences*. *Anales de Psicología*, v. 16, n. 2. 2000. Disponível em: < http://www.um.es/analesps/v16/v16_2/12-16_2.pdf > Acesso em: 22 jul. 2016. p. 227-249.

KEENAN, J. M.; POTTS, G. R.; GOLDING, J. M.; JENNINGS, T. M. Which elaborative inferences are drawn during reading? A question of methodologies. In: RAYNER, R.; BALOTA, D. A.; FLORES D'ARCAIS, G. B. (Eds.). *Comprehension processes in reading*. Nova Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1990. p. 377-402.

KINTSCH, W. *Comprehension: a paradigm for cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

_____.; KINTSCH, E. Comprehension. In: PARIS, S.G.; STAHL, S.A. *Children's reading comprehension and assessment*. Nova Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc., 2005. p. 71-92.

KLEIMAN, A. *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura*. 16º ed. Campinas: Pontes, 2016.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. Introdução. In: _____. *Reading images: the grammar of visual design*. 2 ed. Londres: Routledge, 2.ed. 1996. p. 38-39.

LEFFA, V. J. *Aspectos da leitura: uma perspectiva psicolinguística*. Porto Alegre: Sagra, 1996.

MEURER, J. L. *Schemata and reading comprehension*. Ilha do Desterro. Universidade Federal de Santa Catarina, 1991. p. 167-184.

MCLEAN. A. C. Active learner involvement. In: _____. *Destroying the teacher: the need for learner-centered teaching*. *English Teaching Forum*, v. 50, n. 1. 2012. Disponível em: < https://americanenglish.state.gov/files/ae/resource_files/50_1_10_pp32-35_reflections_destroying.pdf > Acesso em: 19 jun. 2016.

NARVAEZ, D.; RUIZ, A.B.; VAN DEN BROEK, P. *The influence of reading purpose on inference generation and comprehension in reading*. *Arlington: J. Educ. Psychol.* v. 91, n. 3, 1999. p. 488-496.

NUTTAL, C. *Teaching reading skills in a foreign language*. 6ºed. Oxford: Heinemann, 1996. p. 1-19.

PAIVA, F. A. Leitura de imagens em infográficos. In: COSCARELLI, C. V. *Tecnologias para aprender*. São Paulo: Parábola, 2016. p. 44-59.

PRESSLEY, M. *An introduction to protocol analysis of reading*. Nova Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1995.

ROJO, R. H. R. *Letramento e capacidades de leitura para a cidadania*. São Paulo: LAEL/PUC, 2004. Disponível em:

http://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=ptBR&user=Z8CBZKcAAA&AJ&citation_for_view=Z8CBZKcAAAAJ:qjMakFHDy7sC Acesso em: 09 dez. 2014.

RUMELHART, D. E. Schemata: the building blocks of cognition. In: SPIRO, R. J.; BRUCE, B. C.; BREWER, W. F. *Theoretical issues in reading comprehension: perspectives from cognitive psychology, linguistics, artificial intelligence and education*. Nova Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1980. p. 3-26.

SIQUEIRA, M.; ZIMMER, M. C. *Aspectos linguísticos e cognitivos da leitura*. Revista de Letras. Universidade Federal do Ceará. v. 1/2, n. 28, jan-dez 2006. p. 33-38. Disponível em: <http://www.revistadeletras.ufc.br/rl28Art05.pdf> Acesso em: 21 jan. 2016.

SILVA, E. M.; ARAÚJO, D. L. *Letramento: um fenômeno plural*. RBLA, Belo Horizonte, v. 12, n. 4, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbla/2012nahead/aop0812> Acesso em: 01 jul. 2016. p. 681-698.

TOMITCH, L. M. B. *Desvelando o processo de compreensão leitora: protocolos verbais na pesquisa em leitura*. Santa Cruz do Sul: Signo, v. 32, n. 53, 2007. p. 42-53.

TRABASSO, T. On the making of inferences during reading and their assessment. In: SPIRO, R. J.; BRUCE, B. C.; BREWER, W. F. *Theoretical issues in reading comprehension: perspectives from cognitive psychology, linguistics, artificial intelligence and education*. Nova Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1980. p. 59-76.

URQUHART, A. H.; WEIR, C. J. *Applied linguistics and language study*. Londres: Addison Wesley Longman Limited, 1998.

VONK, W.; NOORDMAN, L. G. M. On the 154xperiênci inferences in text understanding. In: RAYNER, R.; BALOTA, D. A.; FLORES D'ARCAIS, G. B. *Comprehension processes in reading*. Nova Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1990. p. 447-463.

WALLACE, C. Reading. In: CARTER, R.; NUNAN, D. (Eds). *The Cambridge guide to teaching English to speakers of other languages*. Nova York: Cambridge University Press, 2001, p. 21-27.

ZACHARIAS, V.R.C. Letramento digital: desafios e possibilidades para o ensino. In: COSCARELLI, C.V. *Tecnologias para aprender*. São Paulo: Parábola, 2016.

Artigo recebido em: 31/03/2018.

Artigo aceito em: 03/07/2018.

Artigo publicado em: 02/08/2018.

FIGURAS DE RETÓRICA EM UM TEXTO MULTIMODAL: A RELAÇÃO CENA-TRILHA SONORA EM *RELATOS SELVAGENS*

Maria Flávia Figueiredo¹

Valmir Ferreira dos Santos Junior²

Resumo: É de conhecimento geral que a música é detentora de um caráter altamente envolvente. Um conhecimento que não é tão usual assim é de que a música pode ser empregada fitando diversos fins persuasivos. Em especial, a trilha sonora constitui um elemento altamente significativo quando aliada às cenas de uma peça cinematográfica. Como elemento essencial de um texto multimodal filmico, a trilha sonora do sexto episódio do filme argentino *Relatos Selvagens* (2014), *Até que a morte nos separe*, juntamente com as demais linguagens que a acompanham, constitui o objeto de análise do nosso trabalho. O objetivo desta pesquisa é, pois, evidenciar a relação da trilha sonora com as cenas selecionadas com vistas a deflagrar o papel da música como catalisadora de sentidos dentro de um texto multimodal. Para tal, contaremos com alguns conceitos oriundos da teoria musical (estilos e elementos musicais) e outros advindos da Retórica (figuras retóricas e paixões aristotélicas). Por meio de uma análise qualitativa dos dados, foi possível desvelar a consolidação dos sentidos criados na inter-relação cena-trilha sonora e os possíveis desdobramentos no que concerne ao pathos, ou seja, na esfera do espectador.

Palavras-chave: Retórica. Música. Multimodalidade. Figuras de retórica.

Abstract: The bewitching power of Music is well known by everyone, unlike its possibility to be used as a persuasive tool. In particular, a movie soundtrack could constitute a powerful coefficient in the image-sound equation. The sixth *Wild Tales*' (2014) episode, entitled *Till death do us Apart* composes – concerning soundtrack and scenes – this paper's subject. Regarding the whole paper, we aim to deflagrate the connection between a movie soundtrack, and its scenes, to illustrate the music power as persuasive and meaning creator tool, when considered as a multimodal text. To achieve this aim, we raised our data from Music theory (Musical styles and elements) and Rhetoric (Rhetorical figures and Aristotelian passions). Through a *corpus* qualitative analysis, it was possible to unveil the meanings and figures created by the interrelation image-sound, besides the possible illustration regarding the *pathos* on the auditory sphere.

Keywords: Rhetoric. Music. Linguistics. Multimodality. Rhetoric figures.

Introdução

Costumeiramente relacionada a ensejos de entretenimento, a música pode ser empregada a diversos outros fins. Em particular, a expressividade musical pode ser adequada

¹ Professora Doutora da Universidade de Franca (UNIFRAN); mariaflaviafigueiredo@yahoo.com.br

² Graduando na Universidade de Franca; valmirferreiradosantosjunior@gmail.com. FAPESP – Processo 2016/25042-6.

a múltiplos outros elementos (supra) linguísticos, intrincando aspectos de um texto multimodal, amplificando, então, seu escopo, gerando sentidos muito mais significativos ao texto. Isso acontece continuamente no universo filmico, singularmente na relação cena-trilha sonora, o que denota a pluralidade do *logos* de uma peça midiática, que nessa pesquisa é um filme.

Particularmente, neste artigo, visamos exaltar as figuras criadas, por meio desse tipo de texto, na relação cena-trilha sonora para exaltar o papel de tais figuras na projeção de sentidos que uma obra cinematográfica cria. Para a averiguação de nossa tese inicial, como *corpus*, selecionamos o sexto episódio, *Até que morte nos separe*, extraído do filme argentino *Relatos Selvagens* (2014), tomado como texto multimodal, propiciando, então, a constatação de nosso estudo. O filme, com direção de Damián Szifrón, narra seis episódios, onde a natureza humana é desvelada nos seus momentos mais carnis e primitivos, deflagrando o instinto humano dominado pelas paixões. Os episódios contam com uma trilha sonora cuidadosamente selecionada, corroborando, então, nossa hipótese fundamental.

Visando a comprovação das figuras e sentidos criados, por intermédio da relação entre cena e trilha sonora, faremos uma análise do episódio citado, pelo viés retórico com o auxílio da teoria musical, almejando percorrer a constituição dos sentidos que essa relação intrínseca pode exprimir enquanto objeto retórico.

Descrição do *corpus*

O sexto (e último) episódio do filme *Relatos Selvagens* (2014), assim como os demais episódios, apresenta uma forte ligação no que concerne à relação cena-trilha sonora. Fica clara a forma com que os artificios sonoros que constituem essa *sound track* foram selecionados especificamente para relacionarem-se com a cena em que atuam, criando um plano semântico que agrega sentidos ao texto. De forma sintetizada, podemos definir um texto multimodal como aquele cujo significado se realiza por mais de um código semiótico (KRESS & VAN LEEUWEN, 1996), ou seja, um texto constituído por mais de uma forma de linguagem. A sétima arte enquadra-se perfeitamente no contexto de texto multimodal, pois, nela, ocorre a junção de inúmeras formas de linguagem (verbais, visuais, não-verbais, etc.). Essa junção tem como intuito, além de reforçar sentidos, criar significados no texto, fazendo com que a leitura dessa linguagem se caracterize como multifacetada.

O relato *Até que a morte nos separe*, trata como tema o adultério, especificamente, dá foco à trama de um casal em sua festa de casamento, onde, a esposa (interpretada por Érica Rivas) descobre que seu marido (caracterizado por Diego Gentile) a traiu com uma das

convidadas. Ao ter conhecimento sobre o adultério (e perdendo o controle), a noiva abandona sua festa e encontra o cozinheiro que tenta consolá-la em seu momento trágico. Os dois se envolvem, e a esposa trai seu marido, que os flagra no momento da traição. Após a tempestade que é o discurso de vingança da noiva para seu cônjuge, os esposos retornam ao salão de festas, onde, a ironia e a hipérbole tomam as rédeas da narrativa, trazendo o *ethos* caricato das cenas que se seguem, que vão do trágico ao ridículo. Ao fim, a intriga apresenta um inesperado desfecho. O casal, ao desvelar a superficialidade frágil de seu relacionamento, conhecendo o outro em toda sua hediondez, encontra o amor.

A renomada atriz argentina Érica Rivas encarna a protagonista Romina na história, uma mulher forte e de personalidade marcante, tomada por impulsos passionais que desencadeiam atos chocantes e inusitados durante a intriga. Seu parceiro de cena, o protagonista-antagonista Diego Gentile, dá vida a Ariel, o noivo adúltero que se encontra no olho do furacão em meio à festa de seu casamento.

Diante de todas as figuras observáveis no episódio, daremos, no presente trabalho, especial enfoque àquelas criadas pela junção das cenas com a trilha sonora, fazendo-se necessário, então, a descrição das músicas (e componentes sonoros relevantes) que compõem a trilha sonora do *corpus*. Elencaremos, a seguir, a trilha sonora citada na ordem cronológica do episódio.

- 1 *Titanium* (David Guetta featuring Sia Furler) gênero musical: *house/ urban-dance*;
- 2 *Babel short and dialog* (Gustavo Santaolalla);
- 3 *An der schönen, blauen Donau* (Johann Strauss II) gênero musical: valsa;
- 4 Efeito sonoro relevante: Sirene de ambulância;
- 5 Efeito sonoro relevante: Trovão;
- 6 *Shalom Aleichem* + Tema seguinte; e
- 7 *Fly me to the moon* (Bobby Womack) gênero musical: *Rhythm and Blues*.

Teoria musical: estilos e elementos musicais

De acordo com Bennett (1986), ao compor uma peça musical, o compositor combina múltiplos elementos essenciais. Dentre esses, destacamos: Melodia; Harmonia; Ritmo; e Timbre.

A maneira com a qual cada compositor (de épocas e países diferentes) apresenta esses elementos em suas obras designa o termo estilo no campo musical. Ainda concernente à

forma com que o compositor trata sua composição, o ato de mesclar tais elementos em sua peça, tratando, equilibrando e combinando-os, caracteriza particularmente o estilo da obra.

Para que a nomenclatura possa se relacionar à Retórica de maneira apropriada, uma vez que será continuamente utilizada ao longo da análise, é necessário que definamos os elementos musicais de forma mais explanada, para que tais conceitos sejam compreendidos de forma mais cristalina.

A melodia, de acordo com Copland (1974), está relacionada à ideia de uma emoção íntima. Apesar de caracterizar-se como um elemento primário na Música, a melodia tem um poder arrebatador, uma vez que sua força é capaz de comover por meio de sua expressividade. A definição de Bennett (1986, p. 11) aprofunda-se ainda mais na caracterização da melodia, como: “sequência de notas, de diferentes sons, organizadas numa dada forma de modo a fazer sentido musical para quem escuta”. A melodia, então, deve respeitar parâmetros dentro de sua composição sequencial, para que seja capaz de fazer sentido musical a quem a escuta, despertando assim a sua expressividade, o que relaciona a melodia aos sentimentos despertados no seu ouvinte.

Para definir harmonia, podemos nos fundar na definição de Bennett (1986, p. 11-12):

A harmonia ocorre quando duas ou mais notas de diferentes sons são ouvidas ao mesmo tempo, produzindo um acorde. Usamos a palavra "harmonia" de duas maneiras: para nos referirmos à seleção de notas que constituem determinado acorde e, em sentido lato, para descrevermos o desenrolar ou a progressão dos acordes durante toda uma composição.

Ainda sob a visão de Bennett (1986, p. 12), podemos decifrar o ritmo como o elemento responsável por descrever os “diferentes modos pelos quais um compositor agrupa os sons musicais, principalmente do ponto de vista da duração dos sons e de sua acentuação”. O ritmo pode ser percebido no plano de fundo musical, com a existência de uma batida regular, caracterizada como a pulsação musical (BENNETT, 1986).

No que tange ao último elemento musical citado acima, o timbre (ou colorido tonal), caracteriza-se pela qualidade específica que podemos atribuir a cada instrumento musical, ou seja, a sonoridade característica de um instrumento que nos faz reconhecê-lo. (BENNETT, 1986).

Retórica: figuras

É de difundido conhecimento que a Retórica é responsável pelos primórdios dos estudos discursivos no ocidente, De acordo com Fiorin (2014) essa arte discursiva recebe seu

nome do grego *rhésis*, que podemos delinear como “ação de falar”, ou seja, discursar. Ainda segundo Fiorin (2014), denominamos a Retórica como arte – do latim *ars* que se desdobra do grego *tchné* –, pois essa é um conjunto de técnicas, ou ferramentas, que têm como fim transformar o discurso em um ato eficaz, possível de persuadir.

Uma dessas ferramentas, à qual a Retórica lança mão para transformar o discurso, é a Figura Retórica. Tais figuras podem ser consideradas como “operações enunciativas para intensificar o sentido de algum elemento no discurso. São, assim, mecanismos de construção do discurso” (FIORIN, 2014, p. 10). Visto isso, é necessário explicitar que as figuras, assim como qualquer relação comunicativa dentro de um discurso, não podem ser consideradas fora de um contexto, pois, elas possuem uma relação intrínseca com toda a construção contextual discursiva que as apresentam. Em relação a esse contexto discursivo e sua relação com as figuras, Fiorin (2014) pondera que elas possuem sempre um caráter argumentativo, uma vez que elas estão a serviço da persuasão, que deflagra a fundamentação da relação orador-auditório.

Neste artigo, faremos uso da análise retórica para relacionar as figuras do discurso à trilha sonora e deflagrar os sentidos que esse plano semântico desvela nas cenas com as quais se relaciona. Discorreremos, a seguir, sobre as figuras retóricas evidenciadas na análise que se segue, explicitando e definindo-as de forma elementar.

Ironia:

A ironia (do grego *eironéia*, que significa “dissimulação”) ou *antífrase* (do grego *antíphrasis*, que quer dizer “expressão contrária”) é um alargamento semântico, uma difusão sêmica. No eixo da extensão, um significado tem o seu valor invertido, abarcando assim o sentido *x* e seu oposto. Com isso, há uma intensificação maior ao sentido, pois se finge dizer uma coisa para dizer exatamente o oposto. O que estabelece uma compatibilidade entre os dois sentidos é uma inversão. A ironia apresenta uma atitude do enunciador, pois é utilizada para criar sentidos que vão do gracejo até o sarcasmo, passando pelo escárnio, pela zombaria, pelo desprezo, etc. Na verdade, são duas vozes em conflito, uma expressando o inverso do que disse a outra; uma voz invalida o que a outra profere. Assim, a ironia é um tropo em que se estabelece uma compatibilidade predicativa por inversão, alargando a extensão sêmica dos pontos de vista coexistentes e aumentando sua intensidade (FIORIN, 2014, p. 69-70).

A ironia seria, então, uma figura em que se diz algo com o intuito de representar exatamente o oposto. Um exemplo bem gráfico dessa figura poderia ser o seguinte: Uma mãe que deseja repreender seu filho, por alguma atitude errada que ele tenha tomado, diz “que bonito, *ein...*”. O filho (e quem participa do contexto dessa situação) sabe que sua atitude não

foi digna de elogios, muito pelo contrário, foi merecedora de repreensão. É exatamente nessa inversão de sentidos que a ironia se instala, trazendo um novo significado (no caso, o contrário) ao que foi proferido. Em certas ocasiões, ela pode trazer um tom sarcástico, ou até mesmo cômico. Por conta dessas características ela é muito explorada no discurso, ainda mais quando o orador objetiva o uso da comédia para a adesão de sua tese. Sua compreensão é obtida a partir do contexto situacional, ou seja, só podemos compreender uma situação irônica quando compartilhamos daquela situação e, pelo que aponta todos os indícios, ela caracteriza o extremo contrário do que o orador/enunciador disse ou demonstrou.

Hipérbole:

A hipérbole (do grego *hyperbolé*, que significa “ação de lançar por cima ou além”; depois “ação de ultrapassar ou passar por cima”; daí “excesso”, “amplificação crescente”) é o tropo em que há um aumento da intensidade semântica. Ao dizer de maneira mais forte alguma coisa, chama-se a atenção para aquilo que está sendo exposto. Quando se afirma que alguém tem um coração de pedra, o que se pretende é destacar o grau de insensibilidade dessa pessoa. A hipérbole é o tropo em que se estabelece uma compatibilidade predicativa, ao perceber a superlatividade da expressão. Na hipérbole, diz-se mais para significar menos, mas, por isso mesmo, enfatiza-se o que está sendo expresso. Trata-se, portanto, de uma difusão semântica: o menos projeta-se sobre o mais; em outras palavras, a expressão mais intensa engloba também a menos intensa (FIORIN, 2014, p. 75).

Essa figura representa a superlatividade dos enunciados, ou seja, é quando exageramos o sentido de algo para enfatizar a situação à qual desejamos destacar. As corriqueiras frases “estou morto de cansaço!” e “eu te perguntei mil vezes!” são exemplos clássicos para ilustrar a caracterização dessa figura. De fato, o enunciador de “estou morto de cansaço” não está literalmente morto, mas ele usa essa expressão para destacar o quão cansado está e, assim, também acontece no outro exemplo.

Oxímoro:

Trata-se da figura retórica denominada *oxímoro*, em que se combinam numa mesma expressão elementos linguísticos semanticamente opostos. A palavra oxímoro é formada de dois termos gregos: *oxýs*, que significa “agudo”, “penetrante”, “inteligente”, “que compreende rapidamente”, e *morós*, que quer dizer “tolo”, “estúpido”, “sem inteligência”. Como se vê, o vocábulo é formado de dois elementos contraditórios, o que significa que a palavra *oxímoro* é um oxímoro [...]. Para acomodar a contradição expressa no oxímoro, o que se faz é restringir o sentido de um dos elementos de forma a poder aplicar a ele o termo antitético. [...] O oxímoro tem a finalidade de apreender as aporias, os paradoxos, as incoerências de uma dada realidade. Ao provocar um estranhamento, ele torna o sentido mais profundo, mais verdadeiro, mais intenso (FIORIN, 2014, p. 59).

Referente a essa figura pode-se depreender duas coisas: termos contrários. Ou seja, em um discurso, o orador utiliza termos que, normalmente usados em conjunto, trariam estranhamento ou incoerência, mas, ao utilizá-los, seu discurso ganha um significado mais profundo. Para exemplificar, prestemos atenção na seguinte frase “o silêncio ensurdecedor da noite afirmava sua solidão”. Na frase é possível notar que, se comparadas, as palavras “silêncio” e “ensurdecedor” não possuem, normalmente, relação lógica entre si, porém, no contexto da frase, a junção desses dois termos opostos cria um novo significado que pode ser compreendido como “um silêncio insuportável/avassalador”. Esse novo significado só pôde ser compreendido por meio da figura do oxímoro. Essa figura é geralmente usada por poetas, para criar em seus versos sentidos paradoxais que abarcam um significado mais profundo em suas construções.

Metáfora:

A metáfora é uma concatenação semântica. No eixo da extensão, ela despreza uma série de traços e leva em conta apenas alguns traços comuns a dois significados que coexistem. Com isso, dá concretude a uma ideia abstrata [...], aumentando a intensidade do sentido. Poder-se-ia dizer que o sentido torna-se mais tônico. Ao dar ao sentido tonicidade, a metáfora tem um valor argumentativo muito forte. O que estabelece uma compatibilidade entre os dois sentidos é uma similaridade, ou seja, a existência de traços comuns a ambos (FIORIN, 2014, p. 34).

Essa é uma figura clássica do discurso. O que o uso dela exprime é uma comparação, em que alguns traços dos indivíduos/objetos comparados são ignorados em função da exaltação de uma única característica. Tal característica, com o uso da metáfora, é amplificada, o que valoriza ainda mais o destaque que é feito pelo orador à comparação. Um exemplo para elucidar essa explicação seria a seguinte frase: “João é valente como um leão”. Nela, a figura humana de João é comparada a representação bestial de um leão para exaltar a coragem que o indivíduo possui. Ou seja, na metáfora, descartam-se as características que não são equivalentes (João é humano, enquanto o leão é um animal, então, essas duas características são ignoradas pela metáfora) e valorizam-se as características em comum, para ressaltá-las (os leões são usualmente relacionados à coragem, então representam figurativamente essa característica que é atrelada a João). Essa figura do discurso é muito vista nas fábulas, em que os animais recebem habilidades humanas, como a fala e o pensamento crítico, para representar situações, das quais podemos depreender um significado ou um aprendizado.

Metonímia:

A metonímia é uma difusão semântica. No eixo da extensão, um valor semântico transfere-se a outro, num espalhamento sêmico. Com isso, no eixo da intensidade, ela dá uma velocidade maior ao sentido, acelerando-o, pois, ao enunciar, por exemplo, um efeito, já se anuncia também a causa, suprimindo etapas enunciativas. Ao dar ao sentido aceleração, a metonímia tem um valor argumentativo muito forte. O que estabelece uma compatibilidade entre os dois sentidos é uma contiguidade, ou seja, uma proximidade, uma vizinhança, um contato [...]. Metonímia, em grego, significa “além do nome, o que sucede o nome”. A metonímia é, pois, o tropo em que se estabelece uma compatibilidade predicativa por contiguidade, aumentando a extensão sêmica com a transferência de valores sêmicos de um para outro dos elementos coexistentes e aumentando sua aceleração com a supressão de etapas de sentido (FIORIN, 2014, p. 37-38).

Basicamente, essa figura se caracteriza pela substituição de um termo (ou palavra) por outro, uma vez que dividem uma relação de proximidade, permitindo, assim, a troca deles. Para ficar mais claro, vamos lançar mão da seguinte frase, com intuito de exemplificar melhor: “Todos nós já lemos Machado de Assis”. No discurso (oral ou textual) essa figura é recorrentemente utilizada. No exemplo acima trocamos a(s) obra(s) pelo autor. Os dois termos dividem uma proximidade que permite a substituição de um pelo outro.

Análise

Em meio ao clima descontraído e feliz, criado pela junção da ocasião (uma festa de casamento, supostamente, um momento de alegria e leveza) com o som dos risos e palmas dos convidados, a música que abre o episódio, *Titanium* escrita por Sia Furler, projeta uma atmosfera eufórica com seus timbres vibrantes e sintetizados, típicos do gênero musical no qual se encaixa. *Titanium* possui uma melodia simples, porém marcante, onde se fazem presentes pequenos agrupamentos de escalas melódicas, demasiadas repetições de trechos e de notas, além de possuir tempo quaternário (quatro tempos por compasso). Essa maneira de dispor notas dentro de um compasso quaternário explicita a força de uma composição *dance*, por ser altamente envolvente e contagiante ela traz um clima de euforia. Sua expressividade também é decorrente da altura à qual foi composta.

Músicas do estilo *house/urban-dance*, como *Titanium*, enquadram-se, de acordo com Bennett (1986), nas “músicas do século XX”, que têm com período histórico de 1900 em diante. Esse estilo musical tem por característica uma mistura complexa de diversas tendências, tais misturas e tendências refletem nos elementos básicos (melodia, harmonia, ritmo e especialmente timbre). Em relação à melodia, podemos evidenciar, por exemplo, a

marcante presença de grandes diferenças de altura. No que tange à harmonia, é possível destacar as dissonâncias radicais e os aglomerados de notas adjacentes tocadas simultaneamente. Concernente ao ritmo, pode-se notar a marcação do tempo sendo contada nos compassos fracos e a pluralidade rítmica. E finalmente, no aspecto mais particular das “músicas do século XX”, o timbre, vemos que este é capaz de demarcar as características mais relevantes desse estilo. Timbres incomuns e a superposição de timbres contrastantes são apenas alguns dos exemplos da forte característica das “músicas do século XX”. É possível enquadrar *Titanium* na categoria de “músicas do século XX”, de acordo com Bennett, em função das diversas características citadas que se relacionam à música interpretada por Sia.

Além da leitura geral da música juntamente com a cena, podemos nos aprofundar na letra da canção que projeta um sentido importante para toda a construção do *ethos* da noiva-protagonista. Citaremos a seguir a letra de Sia que reflete a construção da personagem dentro da intriga:

You shout it out, but I can't hear a word you say. I'm talking loud not saying much. I'm criticized but all your bullets ricochet. You shoot me down, but I get up. I'm bulletproof nothing to lose. Fire away, fire away. Ricochet, you take your aim. Fire away, fire away. You shoot me down, but I won't fall, I am titanium. (Titanium, versos iniciais)

Você grita, mas não consigo ouvir uma palavra do que diz. Estou falando alto sem muito a dizer. Sou criticada, mas todas suas balas ricocheteiam. Você me alveja, mas eu me levanto. Sou à prova de balas, nada a perder... atire, atire. Ricocheteia, você mira. Atire, atire. Você me alveja, mas eu não caio, sou de titânio. (Titanium, versos iniciais, tradução nossa)

A trilha sonora, ao dar voz a Sia, narrando uma “mulher de titânio” que é alvejada em meio a uma guerra e não sucumbe por ser “à prova de balas”, projeta a figura retórica da metáfora, conectando a mulher (Romina) ao titânio, um metal de alta densidade.

Fiorin (2014, p. 34) ainda considera que a metáfora não é uma figura pertencente apenas à linguagem verbal, destacando que tal tropo aparece recorrentemente em outras formas de linguagens, como a visual por exemplo. Para conectarmos o titânio da música à Romina precisamos relacionar as características que imbricam essas duas figuras, se considerarmos os semas de titânio contidos no dicionário online Aurélio, obtemos: “Elemento químico metálico (símbolo TI); de número atômico 22; de massa atômica 47,9; de densidade 4,5; branco; duro; fusível a 180°C; que pelas suas propriedades se aproxima do silício e do estanho”. Portanto, o titânio passa o significado de um elemento químico de alta resistência. Se analisarmos o *ethos* de Romina na trama, constataremos que a personagem possui uma postura inflexível e resistente, que percorre toda a intriga, deflagrando, então, a sua resiliência

diante à guerra que enfrenta. Como característica relacionável, podemos selecionar a dureza, inflexibilidade e resistência das duas figuras para assegurar a metáfora que a trilha sonora relaciona à narrativa.

Ao narrar a “mulher de titânio” em meio a sua guerra, a trilha sonora preludia a situação à qual Romina está prestes a se deparar, pois, podemos relacionar a guerra que a cantora australiana nos apresenta com as situações vividas pela noiva na trama. Além da junção da letra com os fatos que estão por acontecer no episódio, podemos relacionar as duas figuras femininas presentes no episódio, ou seja, é possível ligar Romina à música por conta da letra, que narra uma situação de guerra, e ainda relacionar a personagem à cantora, pois as duas representam a figura do feminino tenaz que mesmo diante de barreiras e desafios se mantêm de pé, pois “são de titânio”.

Ainda referente à relação da cena com a primeira música do episódio, é possível denotar a maneira com que a canção se conecta com a personagem da noiva. De uma forma visual, bastante explícita na cena, Romina aparece pela primeira vez no episódio em meio a um cenário escuro com um dos únicos focos de luz reluzindo em seu vestido branco de casamento, o que destaca a noiva dos diversos outros elementos/personagens presentes na cena, dando foco à sua personagem.





Figuras 1 e 2: Foco de luz destacando a noiva.
Fonte: Relatos Selvagens (2014)

Assim que a primeira música se encerra, com um eufórico beijo dos noivos diante da câmera, a segunda composição, *Babel short and dialog* de Gustavo Santaolalla, toma conta da narrativa, potencializando essa atmosfera festiva e eufórica criada no primeiro momento. A música, executada por uma trompa, que expressa o timbre forte e baixo da harmonia, um oboé, que, com seu timbre quase estridente e altamente brilhante, dita o clima de euforia da composição, e um acordeom, que por seu timbre característico corrobora a atmosfera feliz da cena, potencializa o sentido festivo criado pela primeira música.

Por meio dos elementos musicais dispostos propositalmente na composição de Santaolalla, é possível evidenciar a projeção de sentido da relação cena-trilha sonora que, ao potencializar o clima eufórico com a junção da imagem e do som, cria uma figura retórica que podemos caracterizar como metonímia.

Em relação a essa figura retórica, Fiorin (2014, p. 31) a define como “tropo lexical por expansão semântica”. Ainda sobre a metonímia, o autor discorre: “A metáfora e a metonímia não são processos apenas da linguagem verbal. Em todas outras linguagens (a pintura, a publicidade, etc.) usam-se metáforas e metonímias” (JAKOBSON apud FIORIN, 2014, p. 15). Podemos, ainda, descrever a metonímia como uma difusão semântica, ou seja, no eixo da extensão, um valor semântico transfere-se a outro, num espalhamento sêmico. Com isso, no eixo da intensidade, ela dá uma velocidade maior ao sentido (FIORIN, 2014). Com as devidas considerações sobre metonímia, é possível deflagrar que, na relação cena-trilha sonora da segunda música, a metonímia intensifica a atmosfera festiva do momento dando mais força à cena que acompanha a produção musical.

Assim que a segunda música termina, a trama se desenvolve por meio dos diálogos que se seguem. A quase ausência de música é utilizada para focalizar a atenção no que as

personagens estão falando. O clima estereotipado dos cumprimentos aos familiares e fotos para o álbum de casamento é quebrado assim que Romina se depara com a primeira mentira de seu noivo e o despertar da desconfiança diante daquela suspeita.

A terceira composição, a valsa *An der schönen blauen Donau* de Johann Strauss II, se inicia em meio à confusão e ao choque que acometem Romina. A música, de acordo com Bennett (1986, p. 11), enquadra-se no período do “romantismo do século XIX”, que tem como características uma maior liberdade de forma e de concepção em relação à música clássica, além de possuir uma expressão mais intensa e vigorosa de sua emoção, frequentemente revelando os pensamentos e sentimentos mais profundos, inclusive as dores do compositor (BENNETT, 1986).

Em meio a toda expressividade romântica da valsa – que usualmente traria uma atmosfera de leveza, requinte e amor, denotada por meio dos instrumentos utilizados na execução da composição, no caso, um terceto de cordas composto por dois violinos e um violoncelo –, um novo elemento é inserido na relação cena-trilha sonora: o desconforto da esposa ao desconfiar da lealdade de seu marido. Essa polaridade de situações (leveza/desconfiança) cria, na relação cena-trilha sonora, a figura do oxímoro.

Acerca da figura oxímoro, Fiorin (2014, p. 32) a classifica como um tropo lexical por concentração semântica. Essa figura projeta, então, o sentido de ideias contrárias que, em determinada situação, se harmonizam para expressar uma situação conflitante (FIORIN, 2014).

No caso da interface cena-trilha sonora, podemos notar as duas relações contraditórias se compararmos o desconforto da noiva à valsa de Strauss II. Esses dois elementos são contraditórios no contexto que dividem, pois, a valsa projeta o *ethos* da música romântica do século XIX, com toda sua expressividade relacionada ao amor e à leveza (normalmente presentes em qualquer festa de casamento) enquanto que o estado de desconforto da noiva, ao se deparar com a mentira de seu amado, projeta uma atmosfera pesada de possível ódio. Essa figura proveniente da relação cena-trilha sonora cria um paradoxo que exalta o significado da junção dessas duas formas de linguagem.

Enquanto a trama se desenvolve, as cenas que se seguem, aliadas à valsa de Strauss II, tornam-se cada vez mais trágicas, ao passo que a noiva tem a confirmação de suas suspeitas. O volume da trilha sonora se intensifica ao passo que as verdades são arrancadas do marido encurralado em sua própria festa de casamento. Esse aumento de volume pode se relacionar ao diálogo trágico e irônico da esposa para intensificar a atmosfera dramática que a situação trouxe para a cena.

Ao deixar o salão de festas em prantos, a esposa traída corre pelos corredores do local onde sua trágica festa de casamento está acontecendo. Com seu marido adúltero a seguindo, a noiva chega ao topo do edifício, onde nos deparamos com o primeiro efeito sonoro relevante para a relação cena-trilha sonora da intriga, tais elementos, apesar de não se classificarem como música, ainda são relevantes à nossa análise, visto que geram sentidos decorrentes da relação cena-trilha sonora. Ao se apoiar no parapeito do último andar do edifício, ouve-se uma sirene de ambulância ressoar ao fundo. Essa sirene, aliada ao ângulo da cena, constitui um sentido no que se refere à relação dessas duas linguagens, exprimindo novamente a figura retórica da metonímia. A sirene, normalmente utilizada em casos de urgência para comunicar uma situação de perigo iminente, alia-se à altura do ângulo captado pela cena, criando a figura mencionada.



Figura 3: O perigo iminente.
Fonte: Relatos Selvagens (2014)

Ao se deparar com o perigo, Romina é surpreendida pela personagem do cozinheiro que consola a esposa traída com conselhos. Ao passo que o diálogo evolui, os dois se envolvem fisicamente, Romina beija o cozinheiro, que retribui o afeto. O marido, que estava à procura de sua esposa, alcança o último andar e, ao sair das escadas que dão acesso à cobertura do edifício, se depara com o sapato da amada jogado próximo ao parapeito.

O esposo também encontra o perigo que no caso é a possibilidade de sua esposa ter despencado, ou se jogado, da cobertura.

Para sua surpresa, o marido é surpreendido por sua esposa que o está traindo com o cozinheiro. Quando Romina se dá conta da presença de seu marido, seu monólogo, que mais se assemelha a uma tempestade, cai sobre o adúltero. A essa altura, se encontra o segundo

efeito sonoro relevante à nossa análise: o trovão. Nessa situação, a relação cena-trilha sonora é utilizada novamente para projetar a figura da metonímia. O trovão é conhecido como o evento meteorológico que antecede uma tempestade. Na cena, o trovão é usado para anteceder uma tempestade figurativa, no caso, o discurso de vingança da esposa para seu marido.



Figuras 4 e 5: O trovão antecedendo a tempestade.
Fonte: Relatos Selvagens (2014).

Assim que a mulher de titânio alveja Ariel com sua tempestade vingativa, ela retorna à festa de casamento, faz sinal ao DJ para que a música retorne e a partir daí a sexta música do episódio lança seu poder significativo à intriga. A música em questão é a clássica canção judia *Shalom Aleichem*. Em português, assim como em espanhol, a música inteira é cantada com apenas uma frase: “Que a paz esteja convosco” ou em espanhol “*La paz esté com nosotros*”.

Essa música, mundialmente conhecida, exprime uma mensagem de paz e harmonia. O arranjo utilizado na trilha sonora possui apenas a melodia da música, desacompanhada da letra, porém, por ser facilmente reconhecida por todas as culturas ocidentais, mesmo sem a letra, ela projeta, juntamente com a situação da cena, a figura retórica da ironia. A respeito da

ironia, Fiorin (2014, p. 32) categoriza-a como uma figura lexical trópica por expansão semântica.

Então, se conectarmos os dois sentidos da junção cena-trilha sonora, o primeiro, a situação de guerra na qual a esposa se encontra, com o segundo, a música *Shalom Aleichem*, que expressa a mensagem de paz e harmonia, denotaremos o caráter irônico da relação.

Nessa junção de escárnio, desprezo e zombaria, a cena, juntamente com a música, projeta o sentido irônico da relação. Ao passar para a próxima música – uma composição que deriva do mesmo ritmo da versão de *Shalom Aleichem* executada na trama, com a adição de um instrumento de sopro que dita a melodia de escala cigana, acompanhando a atmosfera da primeira –, a ironia se mantém estabelecida na intriga.

A partir desse ponto, Romina desencadeia uma série de ações chocantes e inesperadas. Ao clímax do momento, ela atira a si própria e a amante de seu marido a um espelho gigante do salão de festas, deixando todos perplexos e sem reação. Após o show de ironia e escárnio, que são as atitudes de Romina, assim que a verdade vem à tona para os convidados, o casal adúltero, diante toda a situação ridícula que protagonizou, se reconcilia ao som da última música, *Fly me to the moon* de Bobby Womack.

A canção, do gênero R&B, que tem fortes influências jazzísticas, com guitarras, instrumentos de sopro e vocais envolventes e secos de Bobby Womack, é usada para quebrar a atmosfera caótica e irônica que a relação cena-trilha sonora trouxe ao episódio. Novamente, podemos fazer uma leitura da poesia da música para evidenciar o significado que a relação imagem-som cria no plano semântico. Elencaremos a letra original, seguida de sua respectiva tradução para o português, para que seja possível relacionarmos as linguagens imagética, sonora e verbal.

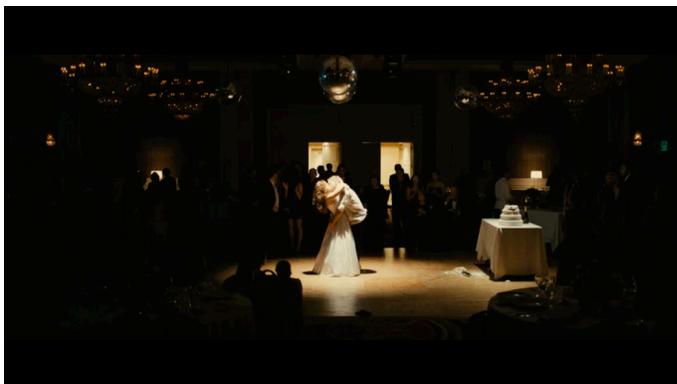
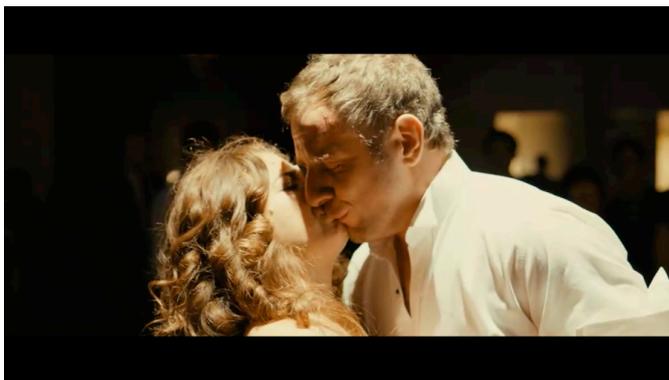
Fly me; Fly me to the Moon; And let me play among the stars; And let me see; I wanna see what spring is like; On Jupiter, on Jupiter and Mars; In other words, hold my hand; In other words, darling, I love you; Fill, fill my heart with song; I wanna sing to you, Darling; For ever more, baby; You - all that I long for; All that I long for, worship and adore; Can't you see that I love you; I'm simply trying to tell you; That I care for you, Darling. (HOWARD, 1954, versos iniciais)

Leve-me; Leve-me à Lua; E me deixe brincar entre as estrelas
E me deixe ver; Eu quero ver como é a primavera; Em Júpiter, em Júpiter e Marte;
Em outras palavras, segure minha mão; Em outras palavras, querida, eu te amo;
Encha, encha meu coração de música; Eu quero cantar para você, querida; Para sempre, baby; Você - tudo o que eu quero; Tudo o que eu quero, venero e adoro;
Você não vê que eu te amo?; Estou simplesmente tentando te dizer; Que eu me importo com você, querida. (HOWARD, 1954, versos iniciais, tradução nossa)

A letra da música evidencia uma relação acalorada e romântica. Ao pedir para ser “levado à Lua”, o amante suplica para que seu par o leve ao delírio no que concerne uma

relação amorosa. Todo esse calor e paixão são construídos também na linguagem imagética, denotado pelo enlace físico, e demasiadamente caloroso, do casal. Ignorando os convidados e se atracando apaixonadamente a cena termina na conciliação dos esposos que, durante a trama, vão de um extremo ao outro das paixões – do ódio ao amor.

Os amantes, ao reconhecerem o que são capazes de fazer, concluem que são “tudo o que queriam” e, mais uma vez, a figura da metonímia imbrica imagem e som, criando ou, no caso, intensificando o sentido da cena.



Figuras 6, 7 e 8: Reconciliação e desejo.

Fonte: Relatos Selvagens (2014).

Além da relação da letra com a cena, podemos refletir também sobre a escolha da versão dessa canção, que originalmente foi composta por Bart Howard em 1954. Primeiramente intitulada *In Other Words*, a canção foi regravada por diversos intérpretes, como por exemplo, Frank Sinatra. A versão de Bobby Womack difere da versão original por trazer o gênero R&B à releitura, denotando um caráter muito mais quente e passional à versão escolhida para a trilha sonora do episódio. Outro aspecto a ser comentado é o timbre ardente e seco de Bobby Womack que se relaciona de forma muito mais adequada à cena, em comparação com a versão de jazz de Frank Sinatra, o que projeta a figura da metonímia com mais precisão e intensifica, assim, o sentido despertado pela relação cena-trilha sonora.

Outra leitura possível seria a expressão “em outras palavras”, o primeiro título dado a canção. Essa expressão, contida na letra, exalta uma metáfora muito significativa para a conclusão do episódio. Ao relacionarmos o verso “*In other words*” a tudo o que o casal passou na intriga, exaltamos o significado dessa figura retórica na relação cena-trilha sonora. Isso se dá da seguinte maneira: Assim que declaram guerra um ao outro, por conta do adultério cometido por ambos, o casal se encontra no centro do campo de batalha e desfere todas as atrocidades possíveis contra seu parceiro-inimigo. Ao negligenciar seu amor pelo outro, armando-se e, conseqüentemente, atacando o outro, fecham os olhos para o amor que sentem/sentiam e focalizam-se apenas no ódio do momento, despertado pelas situações vivenciadas na trama.

Diante da guerra em que se encontra, justamente pelo seu amor um pelo outro, ferido e negligenciado, o casal, nos últimos momentos do episódio, levanta a bandeira branca e põe fim à guerra iniciada, uma vez que “em outras palavras” percebe que sempre se amaram independente de tudo o que aconteceu.

Se considerarmos todo o transcurso da trama, vemos que inicialmente a relação do casal era marcada por um padrão idealizado (tal como ilustrado nas fotografias projetadas na festa de casamento). Tal padrão foi paulatinamente sendo desconstruído pela trama e, ao final, a relação foi resgatada, porém, de uma forma desmistificada, não se tratando mais do amor romântico e idealizado, mas sim de um amor escancarado e desnudado. Essa oposição do imaculado *versus* marcado pela verdade colore o tom da nova relação que se reestabelece, “em outras palavras”, como um novo relacionamento.

Considerações finais

Levando em consideração a relação cena-trilha sonora presente no sexto episódio do filme *Relatos selvagens* (2014), nos comprometemos a deflagrar e delimitar a projeção das figuras retóricas que criam sentidos no plano semântico da narrativa. Pudemos chegar à conclusão de que a trilha sonora de um texto do gênero cinematográfico possui caráter essencial na construção de sentidos que o permeia. Tal construção pode ser usada para ampliar um sentido ou criar novos sentidos a partir das figuras retóricas construídas por meio da junção de cena e música.

No *corpus* analisado, foi possível observar as figuras da ironia, oxímoro, metáfora e metonímia, que deflagram como um texto multimodal, como um ato discursivo, pode gerar inúmeras leituras e sentidos ao seu auditório.

Mensurando, então, nossa singela análise é possível concluir que, pelo menos no universo fílmico, a música é capaz de aliar-se a outras linguagens em prol da construção e amplificação de significados, fazendo com que os sentidos e leituras desse texto sejam mais ricas e aprofundadas no que concerne à construção de interpretações. Dessa maneira, como buscamos demonstrar, as figuras criadas por meio da relação cena-trilha sonora projetam novos conteúdos na narrativa.

Essa conclusão deflagra o poder avassalador que a música possui. Mesmo inerente à nossa existência, esse poder é pouco explorado, documentado e discutido. Com o presente trabalho, esperamos ter deflagrado a forma com que a relação cena-trilha sonora, contida em narrativas multimodais, pode agregar sentidos em relação ao plano semântico, gerando uma leitura mais significativa e abrangente e detentora de valores múltiplos.

Referências

ARISTÓTELES. Retórica das paixões. Prefácio Michel Meyer. Introdução, notas e tradução do grego Isis Borges B. da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BENNETT, Roy. Como ler uma partitura. Trad. Maria Teresa R. Costa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 1990.

COPLAND, Aaron. Como ouvir (e entender) música. Trad. Luiz Paulo Horta. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

FIORIN, J. L. Figuras de retórica. São Paulo: Contexto, 2014.

HOWARD, B. Fly me to the moon. Intérprete: Bobby Womack. Minit Records, 1969. 1 CD.

KRESS, G. R.; VAN LEEUWEN, T. Multimodal discourse: the modes and media of contemporary communication. London: Arnold, 2001.

_____. Reading images: a grammar of visual design. Londres: Routledge, 1996.

RELATOS SELVAGENS. Direção: Damián Szifron. Produção: Pedro Almodóvar; Axel Kuschevatzky. Argentina. Warner Bros. 2014. 1 DVD.

Artigo recebido em: 30/03/2018.

Artigo aceito em: 08/05/2018.

Artigo publicado em: 02/08/2018.

UM ENCONTRO SEMIOLINGUÍSTICO E SEMIÓTICO: O VERBO-IMAGÉTICO E A PATEMIZAÇÃO NO DISCURSO PUBLICITÁRIO

Rosane Santos Mauro Monnerat *
Camila de Oliveira Groppo Lourenço Lima **

Resumo: Este trabalho, pautado principalmente na Teoria Semiológica de Análise do Discurso, fundada por Patrick Charaudeau, propõe-se a verificar a construção do discurso publicitário, bem como os efeitos patêmicos que podem ser suscitados a partir dos recursos utilizados no anúncio a ser analisado, que fazem parte de uma campanha de divulgação de um novo serviço a ser prestado por uma instituição de ensino fluminense. Investiga-se, também, como as relações tecidas entre o verbal e o imagético são responsáveis pela construção dos sentidos do texto. Para isso, recorreu-se a alguns estudos de Barthes (1990) acerca das relações entre palavra e imagem, assim como a conceitos da Semiótica Peirceana, segundo Santaella (2002 e 2012). A partir da análise dos aspectos verbais e não verbais e das relações entre eles, é possível observar os efeitos de sentido nessas publicidades brasileiras, que se revelam como um rico campo de análise linguístico-discursiva.

Palavras-chave: discurso publicitário; patemização; verbo-imagético.

Abstract: This paper, based mainly on the Semiolinguistic Theory of Discourse Analysis, founded by Patrick Charaudeau, proposes to verify the construction of the publicity discourse, as well as the pathemic effects that may be evoked from the resources used in the advertisement to be analyzed, that are part of a campaign to publicize a new service to be provided by a teaching institution in Rio de Janeiro. It is also investigated how the relations between the verbal and the image are responsible for the construction of text meanings. For this, we resorted to some studies of Barthes (1990) on the relations between word and image, as well as to concepts of Peirceana Semiotics, according to Santaella (2002 and 2012). From the analysis of the verbal and non-verbal aspects and the relations between them it is possible to observe the effects of meaning in these brazilian advertisements, which prove to be a rich field of linguistic-discursive analysis.

Keywords: publicity discourse; pathemization; verb-image.

* Professora Titular da Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Niterói / RJ, Brasil, rosanemonnerat@id.uff.br

** Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, Niterói / RJ, Brasil, camilagrosso@outlook.com

Palavras iniciais

A publicidade é uma das linguagens de sedução mais eficazes da contemporaneidade e, por isso, nós nos rendemos a ela sem, muitas vezes, perceber isso. Como afirma Pinto, “ela seduz os nossos sentidos e a nossa mente, ‘acariciando’ com suas mensagens os nossos mais secretos desejos” (PINTO, 1997, p. 9).

Neste trabalho, pautado principalmente na Teoria Semi linguística de Análise do Discurso, preconizada por Patrick Charaudeau, propõe-se a análise de um anúncio publicitário impresso de maneira a observar como o fenômeno da *patemização*, suscitado pela relação verbo-imagética, configura-se como uma estratégia de captação e sedução do público-alvo.

Pressupõe-se que a *patemização* constitui-se como estratégia discursiva cuja finalidade é tocar na afetividade do interlocutor, provocando nele um efeito emocional que o leve à persuasão. Assim, o discurso publicitário se revela como um espaço ideal para a projeção de emoções no interlocutor, já que, na publicidade, o discurso é, muitas vezes, fundamentado não em uma argumentação puramente lógica, mas em uma argumentação das emoções, por meio de estratégias patêmicas, a fim de transformar o leitor de um anúncio em consumidor efetivo do produto/serviço anunciado.

Nesse sentido, considerando que a estrutura da mensagem publicitária se constrói sobre uma argumentação icônico-linguística, a análise aqui apresentada buscará subsídio teórico para tratar da imagem, bem como da complementariedade observada entre palavra e imagem, na Semiótica Peirceana, segundo Peirce (2003) e Santaella (2002; 2012).

Espera-se, com isso, contribuir para a compreensão de como se dá a construção do sentido textual, levando em consideração a semiose mista que constitui o discurso publicitário, por meio da qual as estratégias de captação e sedução se revelam, sobretudo, no que concerne à *patemização*.

Trataremos, então, dos subsídios teóricos que nortearão a análise do *corpus* selecionado. Inicialmente, serão considerados conceitos centrais pertinentes à Teoria Semi linguística de Análise do Discurso; posteriormente, serão apresentados aspectos relativos ao discurso publicitário, à luz dessa mesma perspectiva teórica. Em seguida, serão mostradas considerações acerca da imagem, a partir, principalmente, de uma perspectiva semiótica. Por fim, serão tratados aspectos referentes à *patemização*, a partir, novamente, do ponto de vista da Análise Semi linguística do Discurso.

Seguem-se, assim, alguns conceitos teóricos pertinentes à análise proposta.

A teoria semiolinguística e o contrato comunicativo no discurso publicitário

A Teoria Semiolinguística de Análise do discurso, criada pelo professor Patrick Charaudeau, na década de 1980, configura-se como uma perspectiva situada entre as abordagens linguísticas *stricto sensu* – cujo objeto de estudo é apenas o sistema linguístico – e aquelas que se abriram de forma excessiva ao extralinguístico. Trata-se, então, de uma corrente da Análise do Discurso a qual pretende integrar, de maneira equilibrada, uma “linguística da língua” a uma “linguística do discurso”.

Assim, tal teoria se propõe a analisar os fatos de linguagem em relação a fenômenos psicológicos e sociais, e não apenas puramente linguísticos. Diante disso, fica clara a escolha do termo *Semiolinguística* para dar nome a essa perspectiva teórica. Nas palavras de Charaudeau (1995, p. 98), o termo “semiolinguística” tem origem em

Semio -, de “semiosis”, evocando o fato de que a construção do sentido e sua configuração se fazem por meio de uma relação forma-sentido (em diferentes sistemas semiológicos), sob a responsabilidade de um sujeito intencional, com um projeto de influência social, num determinado quadro de ação; **linguística**, lembrando que essa forma é principalmente construída de uma matéria languageira – aquela das línguas naturais – que, devido ao fato de sua dupla articulação, da particularidade combinatória de suas unidades (sintagmáticas, paradigmáticas, em diferentes níveis: palavra, frase, texto), impõe um processo de semiotização do mundo diferente daquele do de outras linguagens.

Em suma, a análise do fenômeno languageiro considera não apenas o significado dos signos verbais, mas também o valor semiótico dos elementos extralinguísticos que compõem o texto, bem como seu contexto discursivo, de que faz parte todo o acervo textual circulante na sociedade.

Há, nessa perspectiva de análise do discurso, dois conceitos basilares: o conceito de *contrato de comunicação* e o da teoria dos *sujeitos da linguagem*.

A noção de contrato de comunicação “pressupõe que os indivíduos pertencentes a um mesmo corpo de práticas sociais estejam suscetíveis de chegar a um acordo sobre as representações languageiras dessas práticas sociais” (CHARAUDEAU, 2008, p. 56). Esse conceito, originário do domínio jurídico, é definido, segundo Charaudeau; Maingueneau (2004, p. 132), como “o conjunto das condições nas quais se realiza qualquer ato de comunicação (qualquer que seja a sua forma, oral, escrita, monolocutiva ou interlocutiva)”.

Podemos dizer, com Monnerat, que a noção de contrato

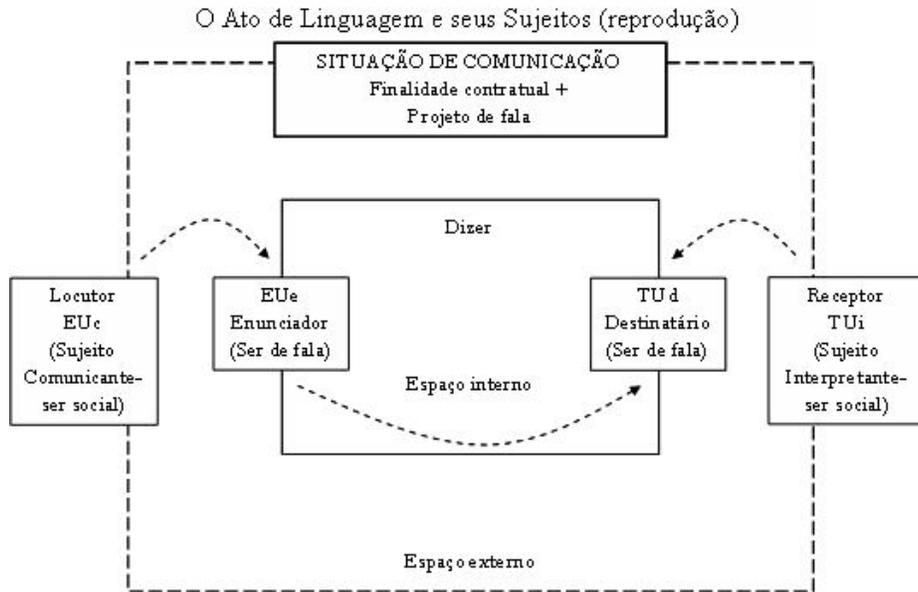
indica, de um lado, que o ato de comunicação em questão é um ato de troca que se instaura entre dois parceiros e, de outro, que ele só é válido se os dois parceiros se submeterem mentalmente a certas condições discursivas que lhes permitam identificar-se como verdadeiros parceiros de troca, ao mesmo tempo em que reconheçam a validade do ato de comunicação (MONNERAT, 2003, p. 24).

O contrato comunicativo é, então, definido com um ritual sociodiscursivo composto por um espaço de *restrições*, as quais dizem respeito às condições que devem ser respeitadas pelos parceiros, sob pena de não haver comunicação, e um espaço de *estratégias*, as quais compreendem os diferentes tipos de configurações discursivas de que o sujeito comunicante dispõe para satisfazer as condições do contrato e, sobretudo, atingir seus objetivos comunicativos.

Paralela à teoria do contrato comunicativo, desenvolve-se a teoria dos sujeitos da língua, que também ocupa posição central na perspectiva Semiolinguística de Análise do Discurso. Ao tratar do ato de linguagem, Charaudeau faz distinção entre um circuito externo – lugar do “fazer”, onde atuam os sujeitos psicossociais – e um circuito interno – lugar da organização do “dizer”, onde atuam os sujeitos como seres da “palavra”. Tem-se, portanto, um espaço duplo, no qual se revelam quatro sujeitos.

O esquema a seguir, de Charaudeau (2008), ilustra a configuração dos sujeitos como constituintes do ato de linguagem:

Quadro 1



Fonte: CHARAUDEAU, 2008, p. 52.

Em resumo, compreende-se que, numa dada situação de comunicação, revestido de uma certa intencionalidade, o EUc, um ser social, tem um projeto de fala que é colocado em prática por um EUE, um ser de fala. Esse EUc que se projeta no EUE o faz tendo em vista um TUD, também um ser de fala, idealizado pelo EUE. O TUI, sujeito social, pode ou não atender às expectativas do EUc. Desse modo, seu projeto de comunicação pode ou não ter sua finalidade alcançada.

Nessa perspectiva, é possível perceber que um ato de linguagem tem sempre um aspecto intencional, visto que faz parte de um projeto de comunicação concebido pelo EUc, que organiza sua fala levando em conta a margem de liberdade e de restrições imposta pela situação de comunicação.

A publicidade, inscrita em um circuito de troca de bens e serviços, utiliza-se de parceiros diversos, unidos por contratos de interesse. Desse modo, no circuito externo ao ato de comunicação, surgem diferentes sujeitos, como mostra Monnerat (2003).

Há um “EUc-Publicista”, isto é, o fabricante do produto/prestador do serviço, ou seja, o anunciante, o qual procura uma agência de publicidade a fim de criar o texto publicitário. A junção entre anunciante e publicista é definida como uma “instância

comunicante”. Há, também, um TUi-Consumidor, definido como uma “instância agente”, visto seu estatuto de comprador do produto/serviço anunciado, e como uma “instância interpretante”, visto seu estatuto de leitor do texto publicitário. Há, por fim, um “Produto/Serviço”: definido como o objeto de troca entre o EUc e o TUi.

Monnerat (2003) mostra que, no circuito interno, de igual forma, verificam-se diferentes sujeitos. Há um “EU-Anunciante”, o qual não se revela como publicista, mas que aparece sob a máscara de um enunciador que pode desempenhar diversos papéis (como conselheiro, apresentador, testemunha, etc.), segundo suas necessidades estratégicas. Há, ainda, um “TU-destinatário”, o consumidor eventual do produto/serviço, que pode se interessar pelo que está sendo oferecido. Há, por fim, um “Produto/Serviço”, que pode, às vezes, não aparecer explicitamente.

A respeito do produto/serviço, Monnerat (2013) afirma que se tem verificado, nos últimos tempos, um deslocamento no foco das campanhas publicitárias. Segundo ela, “centra-se não mais nas qualidades absolutas do produto, mas nos valores socioideológicos veiculados pela marca”. (MONNERAT, 2013, p. 230).

Assim, compreende-se que o contrato de comunicação do gênero publicitário precisa lançar mão, em especial, de duas diferentes estratégias, como postula Monnerat (2003): a *estratégia da ocultação*, visto que o texto publicitário deve ocultar aquilo que se passa no circuito externo; e a *sedução/persuasão*, já que é necessário conquistar o destinatário, a fim de incitá-lo à compra do produto/serviço anunciado. Neste artigo, propõe-se que o texto verbo-imagético opera como estratégia de sedução/persuasão, pois, por meio das relações tecidas entre palavra e imagem, busca-se provocar, no interlocutor, um sentimento de identificação que o direcione para a aquisição daquilo que lhe é oferecido.

Faz-se, por meio da complementaridade estabelecida entre palavra e imagem, referência aos imaginários sociodiscursivos do consumidor em potencial, de modo a instituir uma identificação entre ele e o objeto de anúncio. Acionar os imaginários sociodiscursivos é acionar um conjunto de crenças e de valores socialmente aceitos que o EUc supõe que o TUi irá reconhecer e com ele se identificar. Nossa proposta é a de que o acionamento desses imaginários se dá tanto pelo verbal quanto pelo não verbal e se constitui como uma estratégia discursiva de captação, sedução e persuasão no discurso publicitário.

Partindo do posicionamento de que a imagem é fator determinante na produção da significância da publicidade, uma vez que a estrutura da mensagem publicitária se constrói

sobre uma argumentação icônico-linguística, é importante trazer à baila algumas perspectivas teóricas que voltam seu olhar, com profundidade, para aspectos icônicos.

Algumas considerações sobre a imagem

Ao tratar dos efeitos de sentido provenientes do uso da imagem no domínio midiático, Charaudeau (2013) enfatiza que

talvez a questão da imagem seja ainda mais complexa do que a questão da linguagem verbal. Na comunicação verbal, partilhamos uma língua, procedimento de construção frástica, procedimentos de discursivização e mecanismos interacionais. Na comunicação icônica (audiovisual, fotografia, pictórica, dentre outras), os processos de construção do sentido e de interpretação do sentido não são tão assimiláveis (CHARAUDEAU, 2013, p. 383).

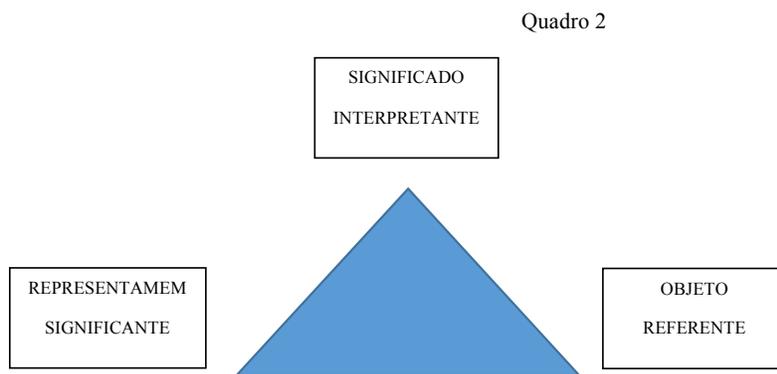
A fala do linguista corrobora a necessidade de se buscarem perspectivas teóricas que auxiliem na compreensão da complexidade que envolve a imagem e os efeitos de sentido suscitados pelo seu emprego. Por isso, neste artigo, propõe-se o diálogo entre aspectos da teoria semiolinguística, a qual se volta, principalmente, para o linguístico, e aspectos da semiótica peirceana, da qual podemos extrair valiosas contribuições para o estudo do icônico.

Peirce (2003) desenvolveu, entre outros estudos, uma teoria geral dos signos, de acordo com a qual um signo é algo que está em lugar de outra coisa. Essencialmente, o signo está presente para designar ou significar algo ausente, concreto ou abstrato. Para o autor, o signo é, portanto, algo que está no lugar de alguma coisa. A título de exemplificação, Joly (1966, p. 33) aponta que “o rubor e a palidez podem ser signos de doença ou de emoção; (...); o cheiro de fumaça é sinal de fogo; o cheiro de pão fresco, de uma padaria próxima”

Tudo pode, então, ser signo, desde que, a partir dele, torne-se possível deduzir uma significação, a qual depende da cultura e do contexto em que se está inserido.

Daí surge a concepção de que o signo mantém uma relação solidária entre três polos: o representamen, ou significante; o objeto, ou referente; o interpretante, ou significado. O representamen é a face perceptível do signo, o objeto é o que o signo representa, e o interpretante é o que o signo significa.

Essa relação triádica é, na obra peirceana, assim ilustrada:



Fonte: JOLY, 1996, p. 33 (adaptado).

Joly (1996) afirma que “essa triangulação representa bem a dinâmica de qualquer signo como processo semiótico” (Joly, 1996, p. 33). Assim, de acordo com o modo como se estabelece a relação entre signo e referente, é possível destacar três tipos de signo: o ícone, quando a relação se fundamenta na semelhança, o índice, quando a relação se fundamenta na contiguidade, e o símbolo, quando a relação é arbitrária ou convencional.

Entretanto, verifica-se que essa distinção não é rígida, uma vez que um mesmo signo pode ser símbolo e, simultaneamente, ter aspectos icônicos e indiciais, por exemplo. A respeito disso, Pignatari (2003, p. 31) afirma que

Claro é que certos signos participam de uma natureza dupla e até tripla. Um exemplo é a cruz, a cujo significado icônico primeiro (instrumento de tortura) se superpõe um referente simbólico dominante (símbolo do cristianismo); uma impressão digital é um signo do tipo indicial-icônico, mas participa também do símbolo quando utilizada, por exemplo, como marca de uma empresa gráfica.

Diante, então, da concepção de que tudo pode ser signo, como já afirmava Peirce, é necessário analisar quais são as propriedades que dão às coisas a capacidade de funcionarem como signo. Essas propriedades são a qualidade, a existência e a lei, sobre as quais discorreremos a seguir.

Uma qualidade só pode ser considerada como um signo quando produz uma cadeia associativa que lembra, ou sugere, algo. É, assim, o poder sugestivo de uma qualidade que dá a ela a capacidade de funcionar como signo. Isso ocorre com as cores, os sons, as texturas, etc. Esses aspectos são os responsáveis pela primeira impressão que uma mensagem causa no seu receptor.

Enfim, as qualidades visíveis são quali-signos, pois permitem associações com outras ideias, por relações de comparações, sobretudo, de comparações por semelhanças. Segundo Santaella, “as cores, texturas, composição e formas têm grande poder de sugestão (...). São as sugestões que permitem e estimulam as comparações” (SANTAELLA, 2012, p. 143).

Assim, é possível concluir que tais relações são icônicas, uma vez que, os quali-signos atuam como ícones, que sugerem seu objeto por similaridade.

Santaella afirma que o fato de existir faz daquilo que existe um signo (SANTAELLA, 2002, p. 12). Isso se explica visto que tudo o que existe ocupa um lugar no tempo e no espaço, reagindo com outros signos existentes. Assim, aquilo que existe funciona como um signo de cada referência. Percebe-se, então, que a existência concreta e singular dá ao que existe o poder de funcionar como signo. Essa propriedade, chamada de sin-signo, é a que confere ao signo um status indicial.

Sob o ponto de vista dos índices, o signo é visto como algo que existe em um espaço e tempo determinados, de modo que a mensagem é percebida em sua relação com o contexto a que pertence e de acordo com as funções que desempenha e com as finalidades a que se presta.

Cabe aqui ressaltar que todos os índices envolvem ícones, ou seja, todo sin-signo envolve um quali-signo. Nesse caso, compreende-se que todo índice contém um propósito de qualidades que podem funcionar como ícones. Por isso, os aspectos qualitativos do signo devem ser avaliados de acordo com o aspecto indicial.

Por lei, compreende-se aquilo cuja ação é, segundo Santaella (2002), fazer com que aquilo que é singular se amolde à sua generalidade. Segundo a autora, “é fazer com que, surgindo uma determinada situação, as coisas ocorram de acordo com aquilo que a lei prescreve” (SANTAELLA, 2002, p. 13). Quando algo tem propriedade de lei recebe, na semiótica, o nome de legi-signo.

Quando o signo se fundamenta no legi-signo, temos o símbolo, que corresponde à classe dos signos que mantêm uma relação de convenção culturalmente estabelecida com seu referente.

Percebe-se, então, que enquanto o quali-signo, em sua natureza icônica, sugere por meio de associações por semelhança e o sin-signo, em sua natureza, indicial, por meio de uma conexão de fato, existencial, o legi-signo, ou símbolo, representa por meio de uma lei, em sua natureza convencional.

No entanto, é necessário salientar que quali-sin-legi-signos, os três fundamentos dos signos, são, na realidade, três aspectos inseparáveis que as coisas exibem, aspectos esses ou propriedades que permitem que elas funcionem como signos.

Na obra *Semiótica aplicada*, Santaella propõe um percurso metodológico para a leitura semiótica de signos, do qual iremos nos apropriar. Nessa proposição, a autora diz que é necessário analisar o interior das mensagens em seus três aspectos, em uma atitude contemplativa, discriminatória e, por fim, generalista. Deve-se, dessa maneira, promover uma análise que explore o poder sugestivo dos quali-signos – *o ponto de vista* das qualidades visuais -, o poder indicativo dos sin-signos – *o ponto de vista* dos índices -, e, por fim, o poder representativo dos legi-signos – *o ponto de vista* dos símbolos e das convenções culturais.

A patemização

Ao tratar das emoções no discurso, Charaudeau (2010) aponta para o fato de que a análise do discurso não pode se propor a analisar a emoção como uma realidade manifesta, visto que não possui, como outras disciplinas humanas e sociais, os meios metodológicos para isso. O linguista, então, propõe que o analista do discurso estude o processo discursivo pelo qual a emoção pode ser colocada, como um *efeito visado*, diante do qual nunca se pode ter a garantia de um *efeito produzido*. Desse modo, o autor prefere falar não em emoção, mas em *patemização*, processo discursivo pelo qual a emoção pode ser estabelecida.

Para Alves (2016),

esse fenômeno pode ser entendido como o emprego de estratégias argumentativas pelo EUC para influenciar o TUI, inserindo em seu projeto de fala um conteúdo emocional, a partir do qual pretende causar um determinado estado qualitativo no interlocutor. Tais estratégias se estruturam a partir de dados – conhecidos ou presumidos pelo EUC – a respeito do imaginário sociodiscursivo do TUI, passíveis de tocar em sua afetividade e movê-lo em direção ao objetivo persuasivo do evento enunciativo – o *pathos* (ALVES, 2016, p. 24).

Considerando-se a *patemização* como uma categoria de efeito, verifica-se que ela depende das circunstâncias em que se inscreve, ou seja, “a organização do universo patêmico depende da situação social e sociocultural na qual se inscreve a troca comunicativa (CHARAUDEAU, 2010, p. 6). Por isso, pode-se afirmar, com Charaudeau, que a questão da natureza do patêmico deve ser abordada segundo a situação de comunicação, os universos de saber partilhado e as estratégias enunciativas.

Nessa perspectiva, Charaudeau (2010), tratando da linguagem verbal, afirma que o efeito patêmico pode ser obtido por meio do emprego de certas palavras, assim como por meio do não emprego de palavras que remetam a um universo emocional. Isso porque, enquanto algumas palavras são dotadas de tonalidades patêmicas, outras, que parecem neutras, podem assumir tais tonalidades na situação de comunicação em que são empregadas. Assim, são três as possibilidades:

1) palavras com tonalidades patêmicas que descrevem emoções de maneira transparente, como “raiva”, “angústia”, “horror” etc. Vale lembrar que, por se tratar de um *efeito visado*, o emprego dessas palavras não garante que o sujeito sinta tais emoções ou, ainda, que o efeito patêmico seja produzido no interlocutor.

2) palavras que não descrevem emoções, mas que são passíveis de desencadeá-las, como “assassinato”, “conspiração”, “vítimas” etc. Tais palavras, suscetíveis de levar o interlocutor a um efeito patêmico, podem ter sua orientação argumentativa modificada em virtude da situação em que são empregadas. Isso permite compreender que o efeito patêmico pode variar de acordo com a situação de comunicação.

3) enunciados que não comportam palavras patemisantes, mas que são suscetíveis de produzir efeitos patêmicos, mediante a situação de comunicação.

Charaudeau (2010) propõe uma categorização dos efeitos patêmicos em quatro grandes tópicos, duplamente polarizados: o tópico da “dor” e seu oposto, a “alegria”; o tópico da “angústia” e seu oposto, a “esperança”; o tópico da “antipatia” e seu oposto, a “simpatia”; o tópico da “repulsa” e seu oposto, a “atração”.

Estudos sobre o discurso publicitário, como o de Monnerat (2013), revelam que, na publicidade, na grande maioria das vezes, é ativado o universo dos tópicos da “felicidade” e do “prazer” a partir de mecanismos alocutivos de sedução e de persuasão em direção ao público-alvo.

Embora Charaudeau, ao tratar da *patemização*, se detenha na linguagem verbal, Feres (2010, 2013, 2014) aponta para a possibilidade de esse processo discursivo ser

resultado de recursos textuais fundados, também, pelo não verbal, ou seja, pelo “não significável pela palavra, mas por uma imagem, por um diagrama, pela plasticidade, pelo gestual, sonoro, tátil, gustativo, pela prosódia” (FERES, 2014, p. 151). Como o *corpus* que aqui será analisado constitui-se de um anúncio publicitário impresso, iremos nos deter na visualidade, a qual, segundo a autora, é composta por elementos apreendidos pela visão, seja em uma experiência direta com o mundo, seja em uma relação intermediada por imagens produzidas pelo homem, que representam o mundo, ou seja, pela *linguagem visual* (FERES, 2013, p. 94).

Ao promover a análise da relação entre o verbal e o imagético a serviço da patemização em livros ilustrados, a autora afirma que

na complementariedade semiótica verbo-visual observada em livros ilustrados, apreende-se a complexidade da significação que se vale de processos contíguos e mutuamente influentes, que aguçam a imaginação e a cognição por meio de imagens mentais e dos saberes de crença incessantemente suscitados no processamento de sentido. A patemização é obtida por meio de estratégias diversas, manifestas na simbiose verbo-visual dos livros ilustrados mencionados (FERES, 2013, p. 104).

De igual modo, na publicidade, sobretudo na era da hipermídia, verifica-se a semiose verbo-imagética, uma vez que a estrutura da mensagem publicitária, como dito, constrói-se sobre uma argumentação icônico-linguística, de modo que a visualidade é considerada fator determinante na produção da significância publicitária. Nesse sentido, pode-se afirmar que o fenômeno da patemização é, na publicidade – assim como nos livros ilustrados – acionado tanto pela verbalidade quanto pelo componente imagético dos textos.

Uma proposta de análise

Propõe-se, neste artigo, a análise de uma mensagem publicitária para a aplicação desse recorte teórico de que estamos tratando. Trata-se de uma peça que circulou, nas cidades de Niterói e do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2016, para promover a divulgação de um novo serviço prestado por uma instituição de ensino particular, situada em Niterói, no estado do Rio de Janeiro.¹

¹ Convém destacar que a essa peça publicitária faz parte de uma campanha maior, composta por outros anúncios (“Seu filho na escola onde Newton construí suas leis”, “Seu filho na escola que Darwin selecionou naturalmente”, “Seu filho na escola de Keynes”, “Seu filho na escola de Bertrand Russell” são alguns deles). Neste trabalho, optamos por analisar apenas uma dessas peças não só em virtude de elas

Imagem 1



Fonte: acervo pessoal das pesquisadoras.

Analisemos, inicialmente, o anúncio segundo os pressupostos da teoria semiolinguística de Análise do Discurso.

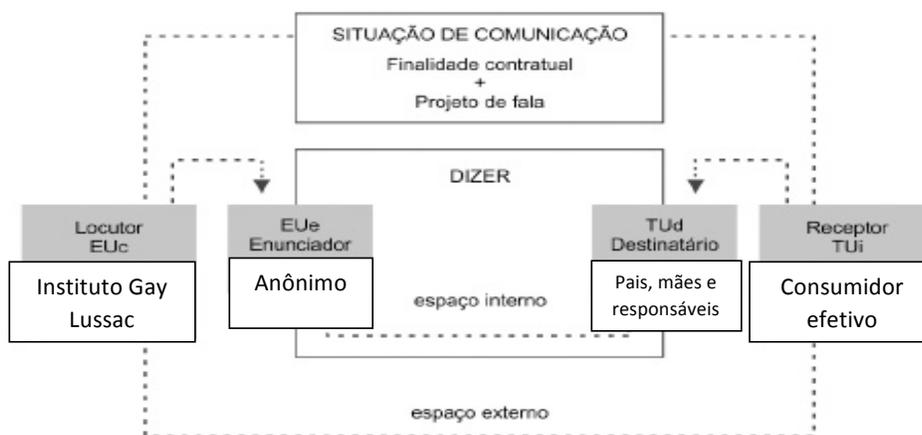
Compreende-se que, neste anúncio, há uma empresa anunciante a qual, utilizando-se, principalmente, da relação verbo-imagética, busca influenciar seu público-alvo, levando-o ao consumo do serviço oferecido. Ao analisar essa situação de comunicação com base na Teoria Semiolinguística, percebemos que há, no circuito externo, como Eu-comunicante, uma empresa (Instituto Gay Lussac), que utiliza diferentes estratégias – verbais e imagéticas – tendo em vista influenciar um TU-interpretante real, ou seja, o público-alvo que seria, em tese, persuadido por tais estratégias. Assim, o consumidor “potencial” pode vir a se tornar o consumidor “efetivo”.

Já no circuito interno, há um EUE que, por meio da configuração verbo-imagética do anúncio, dirige-se a um TUD idealizado pelo EUC. Esse TUD seria um pai, uma mãe – um responsável – que conheceria a excelência dos serviços de Cambridge, de modo que, diante do anúncio, seria incitado a matricular seu filho no Instituto Gay Lussac, o representante fluminense da renomada instituição internacional. Idealiza-se um TUD de classe média-alta, que tem um mínimo conhecimento da língua inglesa – para compreender que “Cambridge is here” – e que tem um certo nível de escolaridade – para saber quem foi Darwin, por exemplo, pois, só assim, o anúncio poderá ter efetividade em seu propósito de incitar o consumo.

Para melhor esclarecer essa situação de comunicação, recorreremos ao esquema a seguir, adaptado de Charaudeau (2008, p. 52):

serem bastante semelhantes, mas, principalmente, em virtude da extensão à qual precisamos nos limitar. Apresentaremos alguns desses anúncios nos anexos desta trabalho.

Quadro 3 - Sujeitos do ato de linguagem - Anúncio



Fonte: adaptado de CHARAUDEAU, 2008, p. 52.

Após essas considerações acerca de alguns aspectos semiolinguísticos, passaremos à análise da parcela imagética do texto, à luz do percurso metodológico apresentado anteriormente.

1) *O ponto de vista* das qualidades visuais – os quali-signos:

A figura que ocupa o centro da imagem, um amálgama entre a fotografia de uma criança e a ilustração de um homem, apresenta, em destaque, a cor azul, nas roupas do menino, e as cores verde, branco e marrom nas roupas da ilustração do homem.

Preenchendo o fundo da imagem, há um misto de branco, azul e cinza, com gradações, ora aproximando-se mais do branco – à esquerda – ora do cinza – à direita. Essa gradação de cores confere volume e profundidade ao cartaz, de modo que a figura central acaba por ganhar mais destaque.

A composição da imagem apresenta uma divisão muito clara, mas ao mesmo tempo muito integrada, entre o fundo e a figura.

Pode-se, até aqui, observar que a imagem é rica em detalhes qualitativos, o que justifica a atração que ela exerce sobre o observador. Trata-se de uma imagem, aparentemente clara, mas que é, na verdade, enigmática, pois traz camadas de sentido que só são desvendadas diante de uma análise consciente e cautelosa.

Cabe dizer que, ainda no nível dos quali-signos, o processo de patemização começa a ser elaborado. As cores, sobretudo, são dotadas de uma significação construída culturalmente. Pode-se, assim, afirmar que a presença das cores azul e branco, no verbal e no imagético, contribui para a construção de tópicos da alegria, da simpatia e da atração, uma vez que são cores que sugerem tranquilidade, pureza, tradição, etc. O cinza, que predomina no fundo do anúncio, considerada uma cor neutra e sem emoção, pode contribuir, no anúncio, para o acionamento das tópicos da simpatia e da atração, uma vez que sugerem, *a posteriori*, a ideia de uma empresa séria, de tradição, confiável.

2) *O ponto de vista* dos índices – os sin-signos:

Nesta peça, o aspecto singular-indicativo se revela na imagem que ocupa o centro do cartaz. Verifica-se, nela, a fotografia de uma criança que, ancorada à parcela verbal, aponta para um aluno ou futuro aluno do Instituto GayLussac. Há, ainda, uma ilustração que, também ancorada à parcela verbal do texto, aponta para Charles Darwin.

Observa-se que tal imagem é dotada de camadas de sentido que só podem ser compreendidas quando respaldas pela verbalidade: o Instituto GayLussac oferece, aos seus alunos, em Niterói, um ensino de qualidade similar ao de Cambridge, onde Darwin estudou. Assim, a imagem sugere, por meios de associações que se verificam nos níveis icônico e indicial, que o aluno do Instituto GayLussac poderá ser comparado a Charles Darwin.

Mais uma vez, percebe-se a construção da patemização. A imagem da criança pode suscitar tópicos de alegria, de esperança, de simpatia e de atração. A imagem de Charles Darwin, por sua vez, pode suscitar algumas dessas tópicos, mas, em especial, a de simpatia e de atração – considerando, para isso, o universo que envolve o público a que se destina o anúncio.

Assim, as camadas de sentido figurado que se sobrepõem a um possível núcleo denotativo elevam essa imagem ao estatuto de um símbolo, ao qual se agregam valores responsáveis por lhe atribuir poderes emblemáticos.

3) *O ponto de vista* dos símbolos – os legi-signos:

Como dito, os aspectos icônicos e indiciais da imagem assumem caráter de símbolo quando analisados à luz das camadas de sentido suscitadas por ela. Isso só é, de fato, possível, se for considerado o contexto a que pertence a mensagem, pois, como afirma

Santaella (2012), a mensagem é percebida em relação ao contexto ao contexto em que se insere, assim como é percebida de acordo com as funções que desempenha e a finalidade a que se presta.

A imagem em análise pertence a uma peça publicitária que anuncia um serviço de uma instituição de ensino. Considerando esse contexto, essa situação de comunicação, verifica-se que a ilustração que representa Darwin atua como símbolo da tradição acadêmica, da credibilidade e da nobreza. Essa força simbólica é intensificada pelo emblema de Cambridge, presente na parte inferior do cartaz, atestando que o Instituto GayLussac é uma *Cambridge Internacional School* e explica a frase “Seu filho na escola de Darwin”, já que “Cambridge is here”, ou seja, o pai que contrata os serviços escolares do Instituto Gay Lussac e ali matricula seu filho pode ter a certeza de que o está inserindo em uma instituição de qualidade e de tradição, a qual fará de seu filho alguém que se destaque dos outros, como foi Darwin.

O emblema do Instituto GayLussac também é dotado de valor simbólico de tradição, visto que esta é considerada uma escola que atende à elite fluminense. Dessa forma, sugere-se, no nível simbólico, que a mesma qualidade de ensino verificada em Cambridge faz parte do Instituto GayLussac, capaz de formar alunos tão brilhantes quanto Darwin.

Verifica-se que, neste nível, o processo de construção da patemização se consolida. A força simbólica de Darwin e do emblema de Cambridge, associados ao do Instituto Gay Lussac, além da imagem de uma criança, reforçam as tópicas de alegria, esperança, simpatia e atração já suscitadas nos níveis anteriores. Isso ratifica a ideia de que, no discurso publicitário, predomina o universo das tópicas da felicidade e do prazer, como mencionado anteriormente.

Assim, compreende-se que, como afirma Santaella (2012, p. 152), a riqueza da imagem é construída não apenas para atrair os sentidos do observador, mas também para colaborar na agregação de valores simbólicos de que essa imagem está impregnada e dos quais emana o poder de atração que ela exerce sobre o observador.

É necessário, ainda, voltar um olhar especial para a parcela verbal do texto. Destacam-se as frases “Seu filho na escola de Darwin” e “Cambridge is here”. Embora nesses enunciados não se verifique a ocorrência de nenhuma palavra de tonalidade patêmica e nem mesmo de palavras passíveis de desencadear emoções, é possível afirmar que, em uma relação de complementariedade verbo-imagética, esses enunciados, dentro da situação

de comunicação, são suscetíveis de produzir efeitos patêmicos. Isso porque, como afirma Barthes,

toda imagem é polissêmica e pressupõe, subjacentes a seus significantes, uma 'cadeia flutuante' de significados, podendo o leitor escolher alguns e ignorar outros. [...] Desenvolvem-se, assim, em todas as sociedades, técnicas diversas destinadas a *fixar* a cadeia flutuante dos significados [...]: a mensagem linguística é uma dessas técnicas (BARTHES, 1990, p. 32).

Neste anúncio, o processo de significação é construído por meio da relação que se estabelece entre verbal e imagético, já que este é fixado pela mensagem linguística, o que, por seu turno, possibilita a construção de um enunciado suscetível de produzir efeitos patêmicos.

Percebe-se, então, que o EUc, a fim de seduzir o TUI, para assim levá-lo ao consumo do serviço oferecido – como costuma ocorrer no contrato de comunicação publicitário –, utilizou a relação verbo-imagética permeada de valores da tradição, como a estratégia de sedução/persuasão. Assim, por meio da mobilização dos imaginários sociais, dos saberes de crença e dos esquemas mentais socialmente difundidos, acionados pela verbalidade e pela imagem, o sentido do texto é construído na interação texto e leitor, de modo que os propósitos comunicativos do EUc possam, de fato, ser atingidos.

Palavras finais

Buscou-se analisar, sob uma perspectiva discursiva, como o fenômeno da *patemização*, enquanto categoria de efeito, por meio da relação verbo-imagética, manifestasse como estratégia de captação e sedução no discurso publicitário.

Por meio da análise de um anúncio publicitário impresso, observou-se que os efeitos patêmicos suscitados pelo verbal, com enunciados que, embora não comportem palavras patemisantes, mostraram-se suscetíveis de produzir efeitos patêmicos, em virtude da situação de comunicação e, sobretudo, em virtude dos efeitos de sentido advindos da relação estabelecida entre palavra e imagem. Observou-se, também, que o componente imagético do anúncio em questão é responsável por ativar tópicos da felicidade e do prazer, em diferentes níveis.

Destaca-se, ainda, que, por meio da interação entre o verbal e o imagético, são acionados imaginários sociodiscursivos responsáveis por criar uma identificação entre o

leitor do anúncio e aquilo que está sendo oferecido. Desse modo, aumentam-se as chances de transformar esse leitor em um consumidor efetivo do produto/serviço anunciado.

Acredita-se que, neste trabalho, foram elucidados alguns aspectos implicados na construção da mensagem publicitária, com ênfase no que tange a visadas patêmicas, como estratégia desse tipo de discurso. Entretanto, a análise não se esgota aqui. Muitos outros aspectos podem ser observados, em trabalhos futuros. Por ora, essa é a nossa contribuição.

Referências

ALVES, Giselle Maria Sarti Leal Muniz. Argumentação de emoções na publicidade impressa. *EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n. 11, 2016.

BARTHES, Roland. *O óbvio e o obtuso*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

CHARAUDEAU, Patrick. Une analyse sémiolinguistique du discours. In: *Langages* n°117, *Les Analyses du discours en France*, Paris, Larousse, mars 1995. Tradução livre das autoras.

_____, MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. Trad. Renato de Mello. In.: MENDES, E. & MACHADO, I.L. (Orgs.). *As emoções no discurso*. Vol. II. Campinas: Mercado Letras, 2010.

_____. Imagem, mídia e política: construção, efeitos de sentido, dramatização, ética. In: MENDES, Emilia et al (Orgs.). *Imagem e discurso*. Belo Horizonte: Fale/UFMG, 2013.

FERES, Beatriz dos Santos. Competência para ler com emoção. In.: MENDES, Emília; MACHADO, Ida Lúcia. (Orgs.). *As emoções no discurso*. Vol. II. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.

_____. A verbo-visualidade a serviço da patemização em livros ilustrados. In: *Bakhtiniana*, São Paulo, 8 (2), Jul./Dez. 2013.

_____. A percepção de efeito de sentido no desenvolvimento da competência linguageira. In: *Anais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística 2014*.

JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. 11. ed. Campinas: Papirus Editora, 1996.

MONERAT, Rosane S. M. *A publicidade pelo avesso: propaganda e publicidade, ideologias e mitos e a expressão da ideia – o processo de criação da palavra publicitária*. Niterói: EdUFF, 2003.

_____. O que faz você feliz? Patemização e efeitos de sentido?. In: *XVII Congresso Nacional de Linguística e Filologia*, 2013, Rio de Janeiro. Cadernos do CNLF, n. 01, Rio de Janeiro: CIFEFIL, 2013.

PEIRCE, Charles S. *Semiótica*. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

PIGNATARI, Décio. *Informação, linguagem e comunicação*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

PINTO, Alexandra Guedes. *Publicidade: um discurso de sedução*. Portugal: Porto Editora, 1997.

SANTAELLA, Lucia. *Semiótica aplicada*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

_____. *Leitura de imagens: como eu ensino*. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

Artigo recebido em: 22/09/2017.

Artigo aceito em: 09/05/2018.

Artigo publicado em: 02/08/2018.

Anexos

Seguem, apenas a título de exemplificação, alguns dos outros anúncios que compõem a campanha “Cambridge is here”, como mencionado no início da análise do *corpus* que compôs este trabalho.



Fonte: acervo pessoal das pesquisadoras.

REVISTA (CON)TEXTOS LINGÜÍSTICOS

POLÍTICA EDITORIAL

- A Revista (*Con*)*Textos Linguísticos* publica artigos inéditos sobre fenômenos linguísticos de pesquisadores doutores brasileiros e estrangeiros.
- Os trabalhos são apreciados por dois membros do Conselho Editorial. Havendo divergência entre eles na indicação para publicação, o trabalho é submetido à avaliação de um terceiro parecerista, na qual a Comissão se baseará para decisão final sobre a publicação.
- A Comissão Editorial cientificará os autores sobre o conteúdo total ou parcial dos pareceres emitidos sobre o trabalho, garantindo o anonimato dos pareceristas, uma vez que os pareceres são de uso interno da Comissão. Os autores serão notificados da aceitação ou recusa dos seus artigos.
- Os artigos podem ser escritos em português, inglês, espanhol ou francês.
- Os dados e conceitos contidos nos artigos, bem como a exatidão das referências, serão de inteira responsabilidade do(s) autor(es).
- Os originais apresentados não devem ter sido submetidos a outro periódico simultaneamente.
- Os direitos autorais referentes aos artigos aprovados serão concedidos, sem ônus, automaticamente à revista (*Con*)*Textos Linguísticos*, a qual poderá então publicá-los com base nos incisos VI e I do artigo 5º da Lei 9610/98.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

1. O artigo deve ser digitado em *Word for Windows*, versão 6.0 ou superior, em papel A4 (21 cm X 29,7 cm), com margens superior e esquerda de 3 cm e direita e inferior de 2 cm, sem numeração de páginas. A fonte deverá ser *Times New Roman*, tamanho 12, em espaçamento 1,5 entre linhas e parágrafos, com alinhamento justificado. Entre texto e exemplo, citações, tabelas, ilustrações, etc., utilizar espaço duplo.
2. Os artigos devem ter extensão mínima de 10 e máxima de 20 páginas, incluindo todos os dados, como tabelas, ilustrações e referências bibliográficas.
3. O trabalho deve obedecer à seguinte estrutura:
 - *Título*: centralizado, em maiúsculas com negrito, no alto da primeira página.
 - *Nome do(s) autor(es)*: por extenso, com letras maiúsculas somente para as iniciais, duas linhas abaixo do título, alinhado à direita, com um asterisco que remeterá ao pé da página para identificação da instituição a que pertence(m) o(s) autor(es).

- *Filiação institucional*: em nota de rodapé, puxada do sobrenome do autor, na qual constem o departamento, a faculdade (ou o instituto, ou o centro), a sigla da universidade, a cidade, o estado, o país e o endereço eletrônico do(s) autor(es).
- *Resumo*: em português e inglês (abstract) para os textos escritos em português; na língua do artigo e em português para artigos escritos em língua estrangeira. Precedido desse subtítulo e de dois-pontos, em parágrafo único, de no máximo 200 palavras, justificado, sem adentramento, em espaçamento simples, duas linhas abaixo do nome do autor.
- *Palavras-chave e keywords*: no mínimo três e no máximo cinco; precedidas desse subtítulo e de dois-pontos, com iniciais maiúsculas, separadas por ponto, fonte normal, em alinhamento justificado, espaçamento simples, sem adentramento, logo abaixo do resumo.
- *Texto do artigo*: iniciado duas linhas abaixo das palavras-chave e *keywords*, em espaçamento 1,5 cm. Os parágrafos deverão ser justificados, com adentramento de 1,25 cm na primeira linha. Os subtítulos correspondentes às seções do trabalho deverão figurar à esquerda, em negrito, sem numeração e sem adentramento, com a inicial da primeira palavra em maiúscula. Os subtítulos obrigatoriamente utilizados (**Resumo, Palavras-chave, Abstract, Keywords, Referências**) também se submetem a essa formatação. Deverá haver espaço duplo de uma linha entre o último parágrafo da seção anterior e o subtítulo. Todo destaque realizado no corpo do texto será feito em itálico. Exemplos aos quais se faça remissão ao longo do texto deverão ser destacados dos parágrafos que os anunciam e/ou comentam e numerados, sequencialmente, com algarismos arábicos entre parênteses, com adentramento de parágrafo.
- *Referências*: precedidas desse subtítulo, alinhadas à esquerda, justificadas, sem adentramento, em ordem alfabética de sobrenomes e, no caso de um mesmo autor, na sequência cronológica de publicação dos trabalhos citados, duas linhas após o texto.
 - ✓ Para referências em geral (de livro, de autor-entidade, de dicionário, de capítulo de livro organizado, de artigo de revista, de tese/dissertação, de artigo/notícia em jornal, de trabalhos em eventos, de anais de evento, de verbete, de página pessoal), seguir a NBR 6023 da ABNT. Os *documentos eletrônicos* seguem as mesmas especificações requeridas para cada gênero de texto, dispostos em conformidade com as normas NBR 6023 da ABNT; no entanto, essas referências devem ser acrescidas, quando for o caso, da indicação dos endereços completos das páginas virtuais consultadas e da data de acesso a arquivos *on line* apenas temporariamente disponíveis.
 - ✓ Para citações, seguir NBR 10520 da ABNT. Ressalte-se que as referências no texto devem ser indexadas pelo sistema autor-data da ABNT: (SILVA, 2005, p. 36-37). Quando o sobrenome vier fora dos parênteses, deve-se utilizar apenas a primeira letra em maiúscula.

✓ No caso de haver transcrição fonética e uso de fontes do IPA, é necessário usar somente um tipo de fonte: silDoulosIPA, tamanho 12. A fonte pode ser obtida gratuitamente por meio do *site*: http://scripts.sil.org/DoulosSIL_download

- *Anexos*, caso existam, devem ser colocados após as referências bibliográficas, precedidos da palavra **Anexo**, em negrito, sem adentramento e sem numeração.
- Os artigos que não se enquadrarem nas normas aqui expostas serão recusados.

O artigo (um e somente um por grupo ou por autor) deverá ser enviado online em dois arquivos digitais, em formato Word for Windows (versão 6.0 ou superior), conforme as normas aqui divulgadas. No texto do primeiro arquivo deverá ser omitida qualquer identificação de seu(s) autor(es). No texto do segundo arquivo com identificação, anexado em "Documentos suplementares", deverá constar ainda, em uma folha que anteceda o artigo, os seguintes dados: nome e endereço completo do(s) autor(es), com telefone, fax e e-mail; formação acadêmica; instituição em que trabalha; especificação da área em que se insere o artigo.

Serão devolvidos aos autores artigos que não obedecerem tanto às normas aqui estipuladas quanto às normas de formatação.

REVISTA (CON)TEXTOS LINGUÍSTICOS

COMISSÃO EDITORIAL

A/C Alexandro Rodrigues Meireles (Editor-gerente), Janayna Bertollo Cozer Casotti (Editora de Seção), Gesieny Laurett Neves Damasceno (Editora de Seção), Christiane Nunes de Souza (Editora de Seção), Micheline Mattedi Tomazi (Editora de Seção).

CCHN/ PPGEL – Pós-Graduação em Linguística
Universidade Federal do Espírito Santo

Av. Fernando Ferrari, nº 514

Campus Universitário – Goiabeiras

CEP 29075-910

Vitória – ES

Tel: 0 (XX) 27 4009-2801

email: contextoslinguisticos@hotmail.com